

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

ELOISA BELING LOOSE

**JORNALISMO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS DESDE O SUL:
OS VÍNCULOS DO JORNALISMO NÃO HEGEMÔNICO COM A
COLONIALIDADE**

PORTO ALEGRE-RS
2021

ELOISA BELING LOOSE

**JORNALISMO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS DESDE O SUL:
OS VÍNCULOS DO JORNALISMO NÃO HEGEMÔNICO COM A
COLONIALIDADE**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do
título de doutora em Comunicação pela Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

PORTO ALEGRE-RS
2021

CIP - Catalogação na Publicação

Loose, Eloisa Beling
Jornalismo e mudanças climáticas desde o Sul: Os
vínculos do jornalismo não hegemônico com a
colonialidade / Eloisa Beling Loose. -- 2021.
253 f.
Orientadora: Ilza Maria Tourinho Girardi.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação
e Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Mudanças climáticas. 2. Jornalismo Ambiental. 3.
Jornalismo não hegemônico. 4. Colonialidade. 5.
Análise Crítica do Discurso. I. Girardi, Ilza Maria
Tourinho, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Sou grata pela oportunidade de retornar ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS), especialmente pelo frutífero convívio com os integrantes do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS) e pela acolhida amorosa da minha (mais uma vez) orientadora Ilza Girardi. Esses anos dedicados ao doutorado em Comunicação beberam da força, empenho e inspiração de um coletivo de pessoas que realmente querem transformar a educação, a pesquisa e as práticas jornalísticas, contribuindo para novas perspectivas de mundo, nas quais possamos todos nos reconhecer como parte da natureza.

Também registro meu agradecimento aos professores que me acompanharam nessa fase, especialmente àqueles que participaram ativamente do debate aqui proposto: Anabela Carvalho, Viviane de Melo Resende e Felipe Vargas; aos colegas pesquisadores Cláudia Herte de Moraes, Alice Balbé, Márcia Franz Amaral, Rogelio Fernández-Reyes, parceiros de diálogo sobre a comunicação da crise climática; e aos professores Virginia Pradelina da Silveira Fonseca e José Edmilson de Souza-Lima, que, de diferentes formas, se fizeram presentes na construção deste trabalho.

Agradeço ainda à minha família por ser suporte e incentivo. Minha mãe, Liane Beling, e meu esposo, João Henrique Neumann, foram responsáveis pela viabilidade econômica e, acima de tudo, emocional dessa jornada, questionada infinitas vezes por acadêmicos e não acadêmicos. Espero poder partilhar com vocês muito em breve os efeitos concretos decorrentes desse processo.

*A crise sistêmica que estamos vivendo não põe em perigo a existência do planeta,
mas de múltiplos ecossistemas que possibilitaram diversas formas de vida.
O que está em jogo é a estabilidade climática que permitiu a
agricultura e o desenvolvimento de várias civilizações.
Muitos seres vivos desaparecerão se esse desequilíbrio continuar a ser alterado.
Em síntese, as alternativas sistêmicas devem amortizar e frear a sexta extinção da vida,
que está em curso bem debaixo dos nossos olhos.*

Solón (2019, p. 198-199)

*El periodismo no es un oficio aislado a esta responsabilidad. Los periodistas de todo el continente
tenemos un compromiso profundo para entender desde la ciencia que el planeta entero debe transitar
hacia un modelo de crecimiento y desarrollo diferente. Un cambio que sin duda estará atravesado por
conflictos, pero también de nuevas esperanzas y oportunidades¹.*

Editorial *OjoPúblico*, 1º/01/2019²

¹ Tradução nossa: “O jornalismo não é um ofício isolado dessa responsabilidade. Os jornalistas de todo o continente têm um profundo compromisso para entender a partir da ciência que todo o planeta deve caminhar em direção a um modelo diferente de crescimento e desenvolvimento. Uma mudança que, sem dúvida, será atravessada por conflitos, mas também por novas esperanças e oportunidades”.

² Disponível em: <https://ojo-publico.com/1035/Editorial-no-estamos-haciendo-lo-suficiente>. Acesso em: 13 dez. 2020.

RESUMO

A partir da hipótese de que os meios jornalísticos não hegemônicos teriam maior liberdade para noticiar as causas e respostas à crise climática, assim como pluralizar as vozes e as ações do Sul Global, valorizando perspectivas locais e de saberes outros que não o da ciência, esta investigação se debruça sobre os discursos climáticos de veículos digitais não hegemônicos. Tal recorte busca contribuir com os estudos brasileiros sobre clima, sobretudo a partir da discussão de suas formas de enfrentamento. O estudo abarca o campo do Jornalismo Ambiental e suas intersecções com a colonialidade, considerando o meio ambiente como matriz fundamental para a manutenção do modelo de desenvolvimento vigente. Esta pesquisa objetiva desvendar os sentidos e as estratégias acionados nos discursos jornalísticos sobre mudanças climáticas de três meios de comunicação chamados não hegemônicos, comprometidos com uma sociedade mais sustentável: *Colabora*, *Conexão Planeta* e *Envolverde*. Articula-se o nível micro do discurso (a partir das notícias) com o nível macro, que corresponde às relações de poder, dominância e desigualdades entre Norte e Sul Globais (apresentadas por meio de pesquisas bibliográfica e documental), ancorados na Análise Crítica do Discurso, durante os anos de 2019 e 2020. Realiza-se uma análise a partir de três momentos críticos da cobertura: a COP-25, as greves pelo clima e a conexão com a pandemia de covid-19; e outra a partir dos tópicos mais recorrentes (causas, efeitos, soluções, ações pró-clima e críticas à inação). Por fim, desvendam-se marcas discursivas a fim de identificar os silenciamentos, as representações e os atores mais recorrentes no *corpora*, ao longo do período e na comparação entre os meios selecionados. Os resultados revelam que os discursos sobre a emergência climática são fortemente atravessados pela perspectiva do Norte, sendo dominantes os enquadramentos sobre ações e efeitos, com forte espaço para atores do campo científico. Há predomínio da ideologia antropocêntrica, na qual as soluções climáticas são buscadas dentro do capitalismo. Os discursos dos meios analisados são posicionados em relação ao enfrentamento climático, correspondendo aos pressupostos do Jornalismo Ambiental. *Conexão Planeta* é o veículo que mais se afasta dos valores e características do jornalismo tradicional, especialmente pela maneira como diz. *Envolverde* associa-se mais aos veículos tradicionais, por não questionar o discurso do capitalismo verde, enquanto *Colabora* encontra-se entre esses extremos: posiciona-se, mas busca apresentar reportagens afinadas com o formato e a linguagem hegemônica, que almejam a objetividade. A perspectiva biocêntrica é marginal e aparece, principalmente, quando os indígenas são ouvidos. Os discursos do Sul perdem espaço porque há uma valorização do enfoque internacional em detrimento dos aspectos nacionais, regionais e locais. Os ativistas, frequentemente ignorados pelos veículos hegemônicos, ganham destaque, mas não refletem o pluralismo esperado. As causas do colapso climático quase não são mencionadas e há uma representação da mudança climática como uma ameaça real, inevitável e urgente. O sistema capitalista-colonialista, responsável pelo agravamento da crise climática, continua sendo invisibilizado, evidenciando traços da colonialidade jornalística mesmo nos meios que não podem ser categorizados como hegemônicos.

Palavras-chave: Mudanças climáticas. Jornalismo ambiental. Jornalismo não hegemônico. Colonialidade. Análise Crítica do Discurso.

ABSTRACT

Based on the hypothesis that non-hegemonic media would have more freedom to report the causes and responses to the climate crisis, as well as to pluralize the voices and actions of the Global South, in an attempt to value local perspectives and knowledge other than the scientific, this investigation analyses the journalistic discourses of non-hegemonic digital media about climate change. This approach seeks to contribute to the Brazilian studies about the climate crisis, mainly from the discussion about the possible ways of tackling it. The context of the study includes the field of Environmental Journalism and its intersections with coloniality, considering the environment as a fundamental matrix for maintaining the current development model. This research aims to discover the meanings and strategies used by three non-hegemonic media in their journalistic discourses on climate change, all of them committed to the transformation of a more sustainable society: *Colabora*, *Conexão Planeta* and *Envolverde*. The micro level of the discourse (based on news) is articulated with the macro level that corresponds to the relations of power, dominance and inequality between Global North and South (presented through bibliographic and documentary research). The research is anchored in Critical Discourse Analysis during the years of 2019 and 2020. One analysis point is carried out based on three critical coverage moments: COP-25, strikes for the climate and the connection with the covid-19 pandemic; another analysis point is based on the most recurring topics (causes, effects, solutions, pro-climate actions and inaction's criticism). Finally, discursive marks are revealed in order to identify the silences, representations and the most recurring players in the *corpora* over the period and in the comparison between the selected media. The results demonstrate that the discourses on the climatic emergency are strongly crossed by the perspective of the North and dominated by actions and effects' frameworks. There is a predominance of the anthropocentric ideology, which seeks for the climate solutions inside capitalism. The discourses strongly express the scientific point of view and are mobilized by a capitalistic driven anthropocentric ideology. The media's discourses analyzed in this thesis are positioned on tackling the climate crisis, which corresponds to the assumptions of Environmental Journalism. *Conexão Planeta* is the media that most deviates from the values and characteristics of traditional journalism, especially because of its choice of words. *Envolverde* is more associated with traditional media because does not inquire into the green capitalism discourse. In the middle of these extremes is *Colabora*, which express its point of view, but seeks to present news reports in accordance with the hegemonic format and language, which aim for objectivity. The biocentric perspective is marginal and appears mainly when indigenous people are heard. The discourses of the South lose space because there is an appreciation of the international approach in detriment of national, regional and local aspects of the climate crisis. Activists, often ignored by hegemonic media, stand out, but do not reflect the expected pluralism. The causes of climate collapse are almost not mentioned, however there is a representation of climate change as a real, inevitable and urgent threat. The capitalist-colonialist system, responsible for the worsening of the climate crisis, continues invisible, signaling the presence of journalistic coloniality even in the media that can't be categorized as hegemonic.

Keywords: Climate change. Environmental journalism. Non-hegemonic journalism. Coloniality. Critical discourse analysis.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – COBERTURA SOBRE CLIMA DE JANEIRO DE 2006 ATÉ DEZEMBRO DE 2020 EM JORNAIS LATINO-AMERICANOS	106
GRÁFICO 2 – COBERTURA SOBRE CLIMA DE JANEIRO DE 2004 ATÉ DEZEMBRO DE 2020 EM JORNAIS DE TODO O MUNDO	106
GRÁFICO 3 – COMPARATIVO DO NÚMERO DE NOTÍCIAS SOBRE CLIMA PUBLICADAS NOS VEÍCULOS ESTUDADOS EM 2019 E 2020 ..	111
GRÁFICO 4 – VOLUME DE COBERTURA MÊS A MÊS NOS TRÊS VEÍCULOS ANALISADOS	119
GRÁFICO 5 – TÓPICOS MAIS ACIONADOS NOS TRÊS VEÍCULOS EM 2019 E 2020	175
GRÁFICO 6 – CLASSIFICAÇÃO POR ENFOQUE NORTE X SUL	176
GRÁFICO 7 – TÓPICOS ACIONADOS POR <i>COLABORA</i> AO LONGO DOS DOIS ANOS	216
GRÁFICO 8 – TÓPICOS ACIONADOS POR <i>CONEXÃO PLANETA</i> AO LONGO DOS DOIS ANOS	217
GRÁFICO 9 – TÓPICOS ACIONADOS POR <i>ENVOLVERDE</i> AO LONGO DOS DOIS ANOS	218

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – REPRODUÇÃO DA PÁGINA PRINCIPAL DA EDITORIA “ODS 13” DO SITE <i>COLABORA</i>	108
FIGURA 2 – REPRODUÇÃO DA PÁGINA PRINCIPAL DA EDITORIA “MUDANÇAS CLIMÁTICAS” DO SITE <i>CONEXÃO PLANETA</i>	109
FIGURA 3 – REPRODUÇÃO DA IMAGEM PRINCIPAL DA EDITORIA “ODS 13” DO SITE <i>ENVOLVERDE</i>	110

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – COMPARAÇÃO ENTRE AS MODALIDADES DE JORNALISMO..	52
QUADRO 2 – ORGANIZAÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	113
QUADRO 3 – <i>CORPUS</i> DO <i>COLABORA</i> NO MC1.....	124
QUADRO 4 - <i>CORPUS</i> DO <i>CONEXÃO PLANETA</i> NO MC1.....	125
QUADRO 5 - <i>CORPUS</i> DO <i>ENVOLVERDE</i> NO MC1.....	126
QUADRO 6 - <i>CORPUS</i> DO <i>COLABORA</i> NO MC2.....	146
QUADRO 7 - <i>CORPUS</i> DO <i>CONEXÃO PLANETA</i> NO MC2.....	146
QUADRO 8 - <i>CORPUS</i> DO <i>ENVOLVERDE</i> NO MC2.....	146
QUADRO 9 - <i>CORPUS</i> DO <i>COLABORA</i> NO MC3.....	154
QUADRO 10 - <i>CORPUS</i> DO <i>CONEXÃO PLANETA</i> NO MC3.....	154
QUADRO 11 - <i>CORPUS</i> DO <i>ENVOLVERDE</i> NO MC3.....	154
QUADRO 12 - TOTAL DE NOTÍCIAS CATEGORIZADAS COMO “CAUSAS”..	180
QUADRO 13 - AMOSTRA DE MANCHETES CATEGORIZADAS COMO “EFEITOS”.....	183
QUADRO 14 - AMOSTRA DE MANCHETES CATEGORIZADAS COMO “AÇÕES”.....	193
QUADRO 15 - EXEMPLOS REFERENTES AOS VERBOS USADOS.....	209
QUADRO 16 - COMPARAÇÃO DOS TÓPICOS ENTRE 2019 E 2020.....	219

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AbE – Adaptação baseada em Ecossistemas
- Apib – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
- ACD – Análise Crítica do Discurso
- AD – Análise de Discurso
- ADC – Análise de Discurso Crítica
- ALED – Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso
- Andi – Agência de Notícias dos Direitos da Infância
- CEBDS – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CO2 – Dióxido de carbono
- COP – Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- ICS – Instituto Clima e Sociedade
- Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
- IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change
- FAO – Food and Agriculture Organization
- GEE – Gases de Efeito Estufa
- GPJA – Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental
- JA – Jornalismo Ambiental
- MC1 – Momento Crítico 1
- MC2 – Momento Crítico 2
- MC3 – Momento Crítico 3
- MCs – Mudanças Climáticas
- MMA – Ministério do Meio Ambiente
- NCS – Natural Climate Solutions
- NDC – Contribuição Nacionalmente Determinada
- ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- OMM – Organização Meteorológica Mundial
- ONG – Organização Não Governamental
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PBMC – Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas

Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Pnuma – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

REDD – Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal

REDLAD – Rede Latino-Americana de Análise de Discurso Crítica sobre a Pobreza

SbN – Soluções baseadas na Natureza

SEEG – Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa

UICN – União Internacional para Conservação da Natureza

UnB – Universidade de Brasília

UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

PREÂMBULO	13
1 INTRODUÇÃO	18
2 ESTUDOS SOBRE JORNALISMO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	28
2.1 A cobertura jornalística das MCs ao longo da história.....	30
2.2 As pesquisas sobre comunicação e MCs.....	33
2.3 Jornalismo não hegemônico e MCs.....	35
3 O JORNALISMO E SUAS FORMAS DE EXPRESSÃO	39
3.1 Valores e características do jornalismo hegemônico	43
3.2 Valores e características do jornalismo não hegemônico.....	46
3.3 Diferenças entre as modalidades jornalísticas.....	50
4 A PERSPECTIVA DO SUL E O JORNALISMO AMBIENTAL	54
4.1 Questão colonial: assimetrias e violências persistentes.....	57
4.2 Meio ambiente colonizado.....	61
4.3 Entrelaçamentos da questão colonial com o Jornalismo Ambiental.....	65
5 DISCURSOS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	71
5.1 Causas e consequências das mudanças climáticas.....	77
5.2 Alternativas para o enfrentamento.....	82
6 CAMINHO METODOLÓGICO	99
6.1 A Análise Crítica do Discurso.....	99
6.2 Definições e justificativas sobre o <i>corpora</i>	104
6.3 Ferramentas para desvelar os discursos sobre clima.....	111
7 DESVENDANDO OS DISCURSOS CLIMÁTICOS DOS MEIOS NÃO HEGEMÔNICOS EM MOMENTOS CRÍTICOS	117
7.1 Momento crítico 1: COP-25.....	121
7.2 Momento crítico 2: Greves pelo clima.....	145
7.3 Momento crítico 3: Conexões com a pandemia.....	153
7.4 Síntese dos resultados por momento crítico.....	171
8 REGULARIDADES DOS DISCURSOS JORNALÍSTICOS SOBRE A CRISE CLIMÁTICA	174
8.1 As causas da crise climática.....	177
8.2 Os efeitos climáticos.....	183
8.3. As soluções para reagir às MCS.....	186

8.4 As ações pró-clima.....	193
8.5. As críticas à inação e ao negacionismo.....	195
8.6 Síntese dos resultados a partir dos tópicos.....	198
9 ANÁLISE CRÍTICA DESDE O SUL: REPRESENTAÇÕES, VOZES E IDEOLOGIAS.....	199
9.1 Como as mudanças climáticas são discursivizadas.....	201
9.2 Quem são e como são identificados os atores das notícias.....	205
9.3 As visões de mundo e os silenciamento presentes nos veículos.....	211
9.4 Síntese das análises por veículo estudado.....	215
10 ALINHAVOS FINAIS.....	222
10.1 Saliências e ausências dos discursos jornalísticos não hegemônicos.....	229
10.2 A mirada do Sul na cobertura climática.....	233
10.3 Ponderações sobre o Jornalismo Ambiental no contexto do estudo.....	234
10.4 Limites, inquietações e possibilidades de continuidade.....	237
REFERÊNCIAS.....	240

PREÂMBULO

*Vocês devem agir.
Vocês devem fazer o impossível.
Porque desistir não pode ser nunca uma opção.*

Greta Thunberg³

Após mais de quatro décadas de alertas da comunidade científica⁴ sobre os riscos atrelados às mudanças climáticas (doravante MCs), a questão é cada vez mais atual, urgente e grave. A última década, 2010- 2019, foi a mais quente desde que começaram os registros históricos confiáveis, em meados do século XIX, o que demonstra o quanto a crise climática é um problema do nosso presente – e não mais do futuro. Mesmo sendo um problema já conhecido por grande parte da população, a complexidade e os graus de imprevisibilidade que compõem o fenômeno, assim como a impalpabilidade de suas causas e a vastidão de seus efeitos, são características que contribuem para que a sociedade ainda encare as MCs como uma abstração – embora a realidade mostre a concretude das mortes, da destruição, das perdas econômicas, da desumanização das vidas que são deslocadas, do sofrimento sentido, sobretudo, pelas populações mais vulneráveis.

Endosso aqui a perspectiva de inúmeros autores, como Leff (2010), Beck (2017) e Brum (2019), por exemplo, de que as MCs são resultado de uma crise do modelo de desenvolvimento capitalista e colonialista adotado a partir da modernidade, sustentado pela superexploração da natureza. Assim, a crise climática não pode ser observada desvinculada do contexto histórico provocador de seus efeitos, que segue sendo atualizado, década após década, pelos defensores do *status quo*. Se vivemos hoje o colapso do clima é porque a humanidade ainda ignora os danos intrínsecos ao modo de vida dominante, insustentável em todos os sentidos possíveis.

Mais do que analisar os discursos da cobertura de um tema ambiental de extrema relevância na contemporaneidade, este trabalho tem caráter propositivo, uma vez que, a partir do diagnóstico e de uma sistemática revisão bibliográfica, sugere formas de ampliar e qualificar a discussão pública da questão climática de forma transversal e

³ Parte do discurso da ativista aos senadores do Congresso americano, em Washington D.C., capital dos Estados Unidos, no dia 19/09/2019. Disponível em: <https://conexaoplaneta.com.br/blog/voces-precisam-fazer-o-impossivel-porque-desistir-nao-pode-ser-nunca-uma-opcao-diz-greta-thunberg-ao-congresso-dos-eua/#fechar>. Acesso em: 21 dez. 2019.

⁴ A primeira Conferência Mundial do Clima ocorreu em Genebra no ano de 1979.

interdisciplinar. A pesquisa científica nessa área, sobretudo no campo das Ciências Sociais, segue escassa no Brasil e deve ser incentivada e financiada. Afinal, como gerar respostas efetivas se não temos dados de como a população percebe e/ou reage ao problema? Se não entendemos o que pode gerar maior mobilização? Se a sociedade continua sendo menosprezada pelas investigações climáticas, como se fosse apenas vítima (quando, na verdade, é também causadora e esperança de resposta)?

Este doutorado é, para mim, uma continuação das investigações que permeiam o jornalismo na discussão climática, porque acredito no seu papel-chave para promover uma cultura mais preventiva e responsiva, além de contribuir para a transformação de concepções de mundo em prol da vida. Ademais, é um passo necessário para ser reconhecida como pesquisadora na área da Comunicação em um país no qual a interdisciplinaridade, na prática, não tem espaço. A formação na área ambiental que busquei visando fortalecer minha trajetória orientada para a interface entre Comunicação e Meio Ambiente acabou por tornar-se um empecilho no ingresso em universidades públicas para dar prosseguimento às atividades de pesquisa, já que setores dessas instituições vetam ou reduzem o valor de um título obtido em área diversa daquela na qual se pretende ingressar e/ou que não se encaixa nos moldes tradicionais e dominantes da pós-graduação brasileira. Mesmo com tese dedicada ao circuito da notícia, premiada pela Capes em 2017, o retorno à área da Comunicação mostrou-se imprescindível para perseverar no meio científico.

Porém, o cenário atual é muito diferente daquele no qual iniciei minhas descobertas sobre comunicação climática. Se em 2016, quando defendi a tese “Riscos climáticos no circuito da notícia: percepção, comunicação e governança” na Universidade Federal do Paraná (UFPR)⁵, havia um certo otimismo de que finalmente o mundo se mobilizaria a partir do recém-assinado Acordo de Paris⁶ – um marco histórico no âmbito das políticas públicas internacionais –, hoje o cenário revela a amplificação dos riscos climáticos e uma relutância de autoridades públicas em agir, inclusive dando espaço para negacionistas do clima e atuando contra as medidas de redução das emissões de gases de

⁵ Trabalho defendido pela autora no âmbito de um programa de pós-graduação interdisciplinar.

⁶ Assinado na COP-21, realizada em Paris em dezembro de 2015, o acordo aprovado pelos 195 países-parte da UNFCCC tem como objetivo reduzir emissões de GEE a fim de manter o aumento da temperatura média global em bem menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais e de envidar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/04/Acordo-de-Paris.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2020.

efeito estufa (GEE). Exemplo disso é o incentivo à exploração de petróleo e a falta de atitudes efetivas e rápidas contra o desmatamento na Amazônia no Brasil.

Os impactos climáticos são visíveis e frequentes. Segundo a Organização Meteorológica Mundial (OMM)⁷, só em 2018, quase 62 milhões de pessoas sofreram as consequências das MCs, incluindo as mais de 1.600 que morreram na Europa, Japão e EUA por causa de ondas de calor e incêndios florestais; as inundações afetaram o maior número de pessoas, mais de 35 milhões; além disso, Moçambique, Malawi e Zimbábue foram devastados pelo ciclone Idai, enquanto os furacões Florence e Michael causaram prejuízo econômico recorde de 24 bilhões de dólares à economia dos EUA. Esses efeitos não são abstratos e nem deveriam ser naturalizados.

Em 2019, diante dos frequentes sinais e tragédias desencadeadas pelas MCs e da falta de enfrentamento real do problema pelos líderes políticos, jovens começaram a se articular para lutar pelo clima, no movimento *Fridays for Future*, inspirado na jovem de 16 anos Greta Thunberg, hoje reconhecida mundialmente por ter iniciado as greves pelo clima. No mesmo período, o Dicionário Oxford elegeu como a “palavra do ano” de 2019 a expressão “emergência climática”, considerando que o uso do termo aumentou mais de 100 vezes desde setembro de 2018⁸, e mais de 11 mil cientistas publicaram na revista *BioScience* uma declaração de emergência sobre a situação do clima, de modo a ressaltar a necessidade de preservar nosso único lar⁹.

Em 2020, quando o mundo percebeu os efeitos da pandemia de covid-19, uma série de medidas de urgência foram tomadas a fim de conter a expansão do contágio e reduzir o número de mortes, ainda que as orientações acarretassem desaceleração na economia e mudanças de comportamento drásticas – assinalando que uma ação global é possível. Contudo, no caso das MCs há uma dificuldade persistente em reagir de forma radical: mesmo com o conhecimento de que a questão climática também é uma emergência (já há anos anunciada), que causa inúmeras mortes a cada ano e continua ameaçando a vida de milhões de pessoas, não se percebe um discurso¹⁰ público unificado ou ações convergentes para barrar esse problema.

⁷ Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2019/04/04/omm-alerta-para-a-aceleracao-dos-impctos-das-mudancas-climaticas/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/11/21/emergencia-climatica-e-eleita-a-palavra-do-ano-pelo-dicionario-oxford.ghtml>. Acesso em: 17 mar. 2020.

⁹ Disponível em: <https://academic.oup.com/bioscience/article/70/1/8/5610806>. Acesso em: 18 mar. 2020.

¹⁰ Discurso é um conceito cunhado por Michel Foucault e que remete à relação que o sujeito/ator social tem com o funcionamento linguístico. De acordo com Ferreira de Melo (2012, p. 57), “[...] o objeto de estudo de qualquer análise do discurso não se trata somente da linguagem, mas o que pode ser criado,

Em dezembro de 2020, completaram-se cinco anos das negociações do Acordo de Paris, porém não havia muito o que comemorar: os Estados Unidos, um dos principais emissores, abandonaram o compromisso durante o governo de Donald Trump e, apesar das consequências climáticas afetarem com cada vez mais frequência diferentes regiões do mundo, esse período não apresentou respostas ambiciosas para alterar esse quadro. As metas da maioria dos países são insuficientes para impedir um aumento das temperaturas superior a 1,5°C. No caso brasileiro, além de estarmos na contramão por conta da nova meta climática, que está cerca de 400 milhões de toneladas de carbono maior do que era em 2015¹¹, temos um aumento significativo de emissões de GEE por conta do desmatamento na Amazônia, que perdeu 11.088 quilômetros quadrados de área de floresta entre agosto de 2019 e julho de 2020, o número mais alto dos últimos 12 anos¹².

Diante dessa conjuntura e do aumento gradual de seus impactos, urge que todos os setores, em todas as escalas, percebam a dimensão da crise climática e atuem de modo a mitigar a emissão dos GEE e responder de forma adequada aos riscos que já não podem mais ser evitados. Comunicar com responsabilidade a gravidade e a amplitude das MCs, assim como quais são as alternativas para minimizarmos seus riscos e contribuirmos para a solução dessa crise é fundamental – e o jornalismo, a partir de seu papel social, torna-se ator-chave para fomentar tais discursos e, quiçá, contribuir com a transformação social.

Como pesquisadora comprometida com a sustentabilidade da vida (LEFF, 2016). alinho-me aos estudos do Sul Global (que engloba aqui todas as regiões periféricas do planeta)¹³ a fim de questionar a representação hegemônica das mudanças do clima e abrir espaços para aproximar o tema da vida das pessoas. Os estudos que perpassam a colonialidade, conceito que transcende as particularidades do colonialismo histórico, revelam aspectos de um pensamento crítico e emancipador. Esta pesquisa é também um esforço para dar visibilidade a outros discursos, vozes e formas de enfrentamento, de modo a pluralizar o entendimento desta problemática.

reproduzido, mantido e transformado por meio dela: relações de poder, institucionalização de identidades sociais, processos de inconsciência ideológica, enfim, diversas manifestações humanas”.

¹¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/12/10/novas-metas-de-salles-para-o-acordo-de-paris-liberam-mais-emissoes-no-brasil-aponta-observatorio-do-clima.ghtml>. Acesso em: 20 dez. 2020.

¹² Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/11/30/brasil-tem-maior-indice-de-desmatamento-na-amazonia-em-12-anos.htm>. Acesso em: 20 dez. 2020.

¹³ O Sul aqui não é mera definição geográfica, sendo “[...] concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo” (SOUSA SANTOS; MENESES, 2010, p. 19).

Como jornalista, professora e pesquisadora atenta aos discursos e práticas ambientais, entendo que fomentar outros olhares sobre o jornalismo abre brechas para novos entendimentos, atitudes e comportamentos. A informação qualificada, alargada e crítica, que está no cerne dos compromissos do Jornalismo Ambiental, certamente não revolucionará nossa sociedade. Porém, mesmo sendo insuficiente para uma missão de tamanha envergadura, acreditamos, como Safran Foer (2020), que a informação é algo necessário para se tomar uma boa decisão.

1 INTRODUÇÃO

*Nós mexemos com a natureza,
fizemos um experimento perigosíssimo, perdemos
e agora estamos tendo que aprender a lidar com isso.*

Sônia Bridi¹⁴

As mudanças climáticas (MCs) são um dos temas ambientais que mais obtiveram atenção pública nos últimos tempos. Segundo Leff (2010, p. 146), elas são “[...] o sinal mais eloquente da crise civilizatória por que passa a humanidade”, fruto de um distanciamento da humanidade com a natureza e de uma exploração desmedida que ignora os limites do planeta. Encarar o problema requer medidas drásticas nos próximos anos e implica, inevitavelmente, alterar a mentalidade política e econômica que sustenta a sociedade desde a Revolução Industrial.

A imprensa possui um papel-chave importante ao amplificar ou silenciar não só os temas, mas suas causas, consequências e respostas. Não basta dizer que a questão é importante, urgente e grave. É preciso apontar o que nos trouxe até aqui e como podemos tentar minimizar os impactos e evitar cenários ainda piores. Neelima e Reddy (2014) ressaltam três expectativas a serem cumpridas na comunicação climática: 1) aumentar a conscientização sobre o problema; 2) conferir seu entendimento; e 3) motivar a ação para enfrentá-lo. Logo, os meios de comunicação ainda são arenas relevantes de exposição, nas quais há inúmeras disputas discursivas, mesmo que em algumas haja predominâncias e ocultamentos de pontos de vista.

As pesquisas sobre comunicação das MCs costumam observar como os meios hegemônicos representam a questão, chegando à conclusão de que os enquadramentos e as perspectivas majoritariamente acionadas são as dos países ditos desenvolvidos, voltadas muito mais para os riscos do que para seu enfrentamento. Esta pesquisa, dedica-se a analisar como alguns veículos digitais brasileiros, chamados aqui de não hegemônicos¹⁵, vêm apresentando aos públicos maneiras de conhecer as MCs e responder

¹⁴ Fala da jornalista em *live* de lançamento do *Minimanual para a cobertura jornalística de mudanças climáticas*. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?v=2965559510215604&ref=watch_permalink. Acesso em: 21 dez. 2020.

¹⁵ Adota-se a expressão “não hegemônico” em referência aos meios de comunicação que não são dominantes e/ou não se utilizam de estruturas de poder para exercer influência social, por considerá-lo mais amplo que os conceitos de independente, alternativo (este o mais encontrado na revisão de literatura) e contra-hegemônico, a serem apresentados em outro capítulo. De toda forma, outras denominações podem aparecer neste texto, respeitando as escolhas e usos dados pelos autores, porque,

aos seus riscos, de modo que, por meio da informação, possam subsidiar o exercício de uma cidadania ativa. A originalidade da investigação reside na **análise crítica dos discursos de meios jornalísticos não hegemônicos** – pouco explorados, de acordo com Moernaut e Mast (2018) – e na **articulação com a questão colonial do ponto de vista da exploração da natureza**, a fim de aprofundar sua relação com o Jornalismo Ambiental.

Teoricamente, o jornalismo não hegemônico apresenta mais caminhos para apontar saídas e envolver os cidadãos. Hackett (2016) sinaliza que a mídia chamada alternativa tem uma capacidade de trabalhar com enquadramentos e paradigmas mais adequados ao enfrentamento da crise global, em razão de suas próprias características ideais: comunicação horizontal, produção participativa, abertura aos movimentos sociais, localismo, independência econômica e engajamento com as comunidades. Por outro lado, existem os desafios da marginalização, dificuldades para se sustentar e, conseqüentemente, precarização das atividades. É a partir desse entendimento, de que outra cobertura climática é possível nos meios não hegemônicos, que se elabora esta proposta de investigação.

Entendemos que, além de **contribuir para os estudos na área de Jornalismo Ambiental**, que tem cada vez mais evidência nas redações e nas discussões públicas contemporâneas¹⁶, esta pesquisa **conecta os estudos do jornalismo com os da questão colonial** e avança **sobre o entendimento do que a imprensa não hegemônica produz**, sobretudo observando as pautas ampliadas, que tratam das causas, e aquelas propositivas, associadas às ações e soluções – minoritárias na modalidade hegemônica.

O tema desta pesquisa centra-se nas construções discursivas da cobertura jornalística das mudanças climáticas, com ênfase nas possíveis ações de enfrentamento do fenômeno no Sul Global, por meio de esforços teóricos e empíricos, que tensionam epistemologicamente o jornalismo e abrem brechas para outras práticas e entendimentos.

de algum modo, são termos que se contrapõem à hegemonia. Fairclough (2001, p. 122) destaca este conceito de Gramsci, relacionando-o com o de poder: “Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’.”.

¹⁶ Em trabalho anterior, apresentamos os resultados de uma análise sobre o conteúdo ambiental divulgado pelo *Jornal Nacional* no primeiro semestre de 2019, na qual se percebeu uma transversalização dessa pauta e um incremento na frequência de temáticas associadas à crise ambiental, em comparação com estudos sobre a área em períodos anteriores. O trabalho é intitulado “O meio ambiente em alta no *Jornal Nacional*: o papel da emergência climática na ampliação da pauta” (GIRARDI; LOOSE; STEIGEDLER, 2020).

Logo, o **objeto de pesquisa são os discursos jornalísticos sobre clima** veiculados em meios jornalísticos não hegemônicos digitais.

O problema que move esta pesquisa é: **que sentidos expressam os discursos sobre as mudanças climáticas dos veículos digitais não hegemônicos?** De forma secundária, perguntamos: **qual é o espaço concedido para as ações de enfrentamento do Sul Global nesses veículos? Quais são as vozes presentes em tais discursos? E o que é silenciado? Quais as disputas ideológicas presentes nos meios digitais não hegemônicos? Como a emergência climática é representada? Como tais discursos se diferenciam daqueles chamados hegemônicos?**

Em razão disso, o objetivo geral do trabalho é **analisar criticamente os discursos jornalísticos sobre mudanças climáticas nos meios não hegemônicos digitais e tecer possíveis conexões entre a cobertura das mudanças climáticas, especialmente no que tange ao seu enfrentamento (mitigação e adaptação¹⁷), os estudos de Jornalismo Ambiental e as contribuições teóricas dos estudos decoloniais ou pós-coloniais neste contexto.** De forma específica, buscamos alcançar os seguintes objetivos:

- Mapear os discursos sobre as mudanças climáticas em três meios jornalísticos não hegemônicos digitais entre 2019 e 2020, e apontar seus momentos críticos (acontecimentos que desafiam as posições discursivas postas);
- Mobilizar a ACD a fim de identificar as vozes, as ações de enfrentamento às MCs realizadas pelo Sul, os possíveis silenciamentos, dentre outros sentidos articulados às representações das mudanças climáticas nos discursos jornalísticos não hegemônicos;
- Tensionar os achados com as contribuições dos estudos decoloniais ou pós-coloniais, com a abordagem de enfrentamento e com as bases teóricas do Jornalismo Ambiental;
- Refletir sobre semelhanças e divergências entre as modalidades hegemônica e não hegemônica em relação às formas de construção discursiva das MCs, especialmente no que diz respeito às injustiças sociais e relações de poder que constituem as disputas entre Norte e Sul.

¹⁷ “Para combater as mudanças climáticas, são consideradas duas estratégias complementares, chamadas de mitigação e adaptação. Programas de mitigação se referem a ações que buscam diminuir a emissão de gases de efeito estufa, enquanto os programas de adaptação indicam soluções para o enfrentamento de cenários de dificuldade para várias áreas, como produção de alimentos e energia, acesso à água e eventos extremos decorrentes da mudança do clima.” (LOOSE; MORAES, 2018, p. 118).

Metodologicamente, a pesquisa apropria-se da **Análise Crítica do Discurso** (ACD)¹⁸, por ser este um caminho interdisciplinar, posicionado contra o abuso de poder que é estabelecido, confirmado ou legitimado por meio dos textos ou falas (VAN DIJK, 2005; 1999) e convergente com as práticas jornalísticas ambientais.

Faz-se necessário continuar os estudos dos discursos das mídias pelo fato de exercerem poder¹⁹, simbólico e persuasivo (ainda que limitado), sobre as representações mentais que moldam nosso cotidiano. Resende e Acosta (2018) recordam que, na Análise de Discurso Crítica (ADC)²⁰, a repetição de um discurso pode ser uma forma de alcançar hegemonia e, portanto, manutenção do poder. Mas, para além disso, é também preciso identificar o que não é dito, aquilo que não é visibilizado pelos discursos jornalísticos, à semelhança da proposta de Góes²¹ (2017), que observa as ausências e os silenciamentos na cobertura jornalística.

Relacionam-se, então, as contribuições dos estudos decoloniais ou pós-coloniais²² com o trabalho jornalístico realizado no Brasil que, em alguma medida, rompa com a perspectiva hegemônica e dê visibilidade às formas alternativas de compreensão e prevenção dos riscos climáticos (por isso a escolha de veículos ditos não hegemônicos, alternativos ou independentes). Além disso, busca-se associar tais resultados com os pressupostos do Jornalismo Ambiental discutidos no âmbito do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (GPJA) nos últimos 12 anos, especialmente porque os pesquisadores ligados ao grupo acompanham o amadurecimento da área e o aumento de atenção da imprensa para pautas ambientais. Para tanto, mobiliza-se o arcabouço teórico-metodológico da ACD, considerando que a questão climática é disputada discursivamente

¹⁸ Segundo Van Dijk (2005, p. 19), a ACD trata do “[...] modo como o abuso do poder social, a dominância e a desigualdade são postos em prática, e igualmente o modo como são reproduzidos e o modo como se lhes resiste, pelo texto e pela fala, no contexto social e político”. No tópico sobre metodologia se aprofundará mais essa perspectiva.

¹⁹ Van Dijk (2005, p. 73) diz que esse poder “[...] não se restringe à influência dos media nas suas audiências, mas envolve também o papel destes no quadro mais vasto das estruturas sociais, culturais, políticas ou econômicas da sociedade”.

²⁰ No Brasil é possível encontrar adeptos dos estudos críticos disseminados por Fairclough, Van Dijk e Wodak que utilizam a nomenclatura Análise Crítica do Discurso (ACD), de uso mais corrente e adotada nesta pesquisa, e outros que assumem a denominação Análise de Discurso Crítica (ADC), marcadamente associada ao grupo de pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB).

²¹ O pesquisador discute a relação entre o jornalismo e o invisível, observando como se deu a construção de uma invisibilização por ausência a respeito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa nos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*.

²² Embora se tenha conhecimento das diferenças entre essas correntes e outras, adota-se nesta pesquisa a crítica compartilhada, com mais ou menos ênfase, por todas as vertentes que tecem reflexões sobre o colonialismo e suas formas de exploração. Usa-se várias denominações, conforme as filiações dos autores citados.

por diferentes atores e setores, e que a conformação/representação midiática do tema colabora para o engajamento político²³ ou para a inação diante das MCs.

Tais escolhas são justificadas pela relevância e necessidade de aprofundamento das pesquisas sobre a relação entre jornalismo e MCs, tendo em vista o momento de emergência climática que vivemos. É importante lembrar que, ao revisarmos a literatura na área de mudanças climáticas, observa-se que há muitas lacunas nos estudos de Ciências Sociais e Humanas (DUNLAP; BRULLE, 2015), e a área da Comunicação não é exceção. Nobre e Marengo (2017, p. 57) destacam que “[...] é motivo de preocupação que as investigações sobre as dimensões humanas das mudanças climáticas continuem sendo limitadas no Brasil, ainda com pouca conexão com as ciências sociais na agenda de pesquisa internacional”.

Se nos detivermos apenas nos estudos locais ou latino-americanos, o déficit é ainda maior, já que há pouco investimento na área. O mais contraditório é que, nos encontros interdisciplinares (em que há pouquíssimos pesquisadores dessas áreas²⁴), todos concordam que a comunicação é um aspecto central para sensibilizar e engajar as pessoas para responder à crise climática. Apesar de tal constatação, as pesquisas sistemáticas dessa interface, quando ocorrem, estão localizadas no Norte Global. Considerando que o Jornalismo, em virtude de sua credibilidade e alcance, colabora para a manutenção ou quebra dessa matriz intelectual dominante na modernidade, acredito ser necessária uma discussão mais ampla a respeito de seu fazer diante das epistemologias do Sul (SOUSA SANTOS; MENESES, 2010), principalmente em razão de sua potencialidade de dar visibilidade pública aos temas transformados em notícias.

Em pesquisa anterior (LOOSE, 2016), verifiquei como o jornalismo tende a construir as notícias sobre as mudanças do clima predominantemente sob a ótica de especialistas do campo científico (quando são divulgados relatórios sobre o assunto são divulgados, como os do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima – IPCC, na sigla em inglês) ou de atores políticos (geralmente quando ocorrem os encontros anuais das Conferências das Partes, as COPs). Os momentos de cobertura jornalística tendem a ser esporádicos e centrados na abordagem do Norte, que é o lugar onde está a maioria da

²³ Adota-se aqui “engajamento político” por entender que o conceito enfatiza e encoraja a oposição às políticas dominantes e coloca em relevo a agência dos cidadãos. A concepção de “engajamento público” é frequentemente associada à implementação de políticas governamentais (de cima para baixo) e concebe os cidadãos como um público a ser mobilizado. (CARVALHO; VAN WESSEL; MAESELE, 2017).

²⁴ Tais constatações são oriundas das experiências internacionais (no México, em Portugal, na Alemanha e no Brasil durante workshop com investigadores britânicos) vivenciadas pela autora entre 2018 e 2019.

comunidade científica e de onde são tomadas as decisões globais, que repercutem nos diferentes territórios sem considerar, na maioria das vezes, as especificidades de cada local.

No Brasil, assim como nos demais países da América Latina²⁵, as vulnerabilidades ambientais tornam as consequências climáticas mais graves (CARE, 2015; IPCC, 2014; PNUD, 2007). Isso ocorre em razão da maior dependência dos recursos naturais e das outras carências, sociais e econômicas, que são descoladas de aspectos ambientais (a visão dicotômica entre natureza e sociedade ainda é muito forte). Nesse contexto de impactos desiguais, no qual há países muito mais resilientes que o nosso, os acordos internacionais do clima refletem uma enorme disputa de interesses, que tende a favorecer os países desenvolvidos, ou do Norte Global, como observa Boaventura de Sousa Santos (2007a; 2007b).

Estudo do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC, 2016, p. 12) reforça que os problemas de desenvolvimento, próprios de países do Sul Global, avultam os efeitos climáticos:

A supressão de ecossistemas, desencadeada pelo crescimento urbano desenfreado, é um dos principais fatores de redução da resiliência das cidades, deixando-as mais vulneráveis aos problemas atuais e futuros, que poderão ser acentuados pelas mudanças climáticas, como o aumento das ilhas de calor, poluição do ar e inundações.

Nobre e Marengo (2017) relatam que já foi identificada uma série de consequências associadas às MCs no Brasil: mudanças na variabilidade hidrológica na Amazônia, onde sete eventos extremos, como secas e enchentes, aconteceram em um período de 13 anos; aumento nas chuvas e vazões no Sudeste e Sul durante os últimos 50 anos; variações decadais das chuvas no Nordeste e Centro-Oeste e, em todas as regiões, um aumento na temperatura média anual do ar de até 0,7°C durante os últimos 50 anos, sendo o aquecimento maior no inverno (até 1°C). Os autores lembram que as chuvas intensas têm aumentado o risco de deslizamentos de terra e enchentes, sobretudo no Sudeste, que também já sofreu com os impactos de uma crise hídrica, devido à falta de chuvas em 2014-2015. O aumento do nível do mar e variações nos ciclones extratropicais também foram identificados em algumas regiões (NOBRE; MARENGO, 2017).

²⁵ Embora essa nomenclatura reverbera o processo de colonização, optamos por manter dessa forma em razão do uso corrente na literatura, inclusive entre os autores críticos à colonialidade.

Os riscos climáticos podem afetar qualquer cidade e indivíduo, mas a maneira como cada um reage e/ou pode enfrentar uma situação causada por um evento extremo depende bastante das condições, sobretudo socioeconômicas, disponíveis. Logo, o fenômeno, por si só, pode até ser considerado “democrático”, mas seus impactos jamais poderão ser vistos da mesma forma: as vulnerabilidades e condições de reação tendem a direcionar os efeitos mais negativos das MCs para a população mais pobre, sublinhando a desigualdade social. No Brasil, Nobre e Marengo (2017) recordam que as MCs podem interferir ainda na transmissão de doenças e em outros fatores que atingem a saúde humana.

Assim, as mudanças climáticas devem ser analisadas em conjunto à globalização (aumento das conexões entre as pessoas no comércio e na informação), às mudanças ambientais (degradação dos ecossistemas, redução da biodiversidade e acúmulo de substâncias tóxicas no meio ambiente) e ao enfraquecimento de sistemas de governança (via redução de investimentos na saúde, aumento da dependência com relação aos mercados e aumento das desigualdades sociais). (NOBRE; MARENGO, 2017, p. 41).

De forma geral, a governança do clima tende a seguir as decisões tomadas a partir de estudos científicos do Norte Global, que nem sempre consideram de forma apropriada os meandros e especificidades ambientais do Sul, o que direciona os acordos globais para aquilo que interessa àqueles que podem respaldar suas demandas (KARLSSON, 2005). Com menos investimentos, pesquisas e discussões políticas, cabe ao Sul acatar as soluções desenhadas e executadas conforme o pensamento do Norte. A falta de conhecimento científico sobre as realidades do Sul Global o deixa em uma posição desfavorável, sujeito a opções baseadas nas experiências dos países do Norte.

A perspectiva hegemônica do pensamento do Norte, formalizada em fluxos de governança “de cima para baixo”, trabalha com ações e estratégias em razão de seu contexto e ponto de vista, percebendo o mundo como uma sociedade globalizada. No entanto, há discrepâncias e garantias muito diferentes entre os países do Sul e Norte Global.

O que não dizem [os países do Norte] é que suas regras internas (nacionais) os protegem de certos embaraços que as normas globais vagas não preveem, deixando os países desprovidos de tais artifícios em condições desiguais de negociação. Desta maneira, as regiões mais vulneráveis aos riscos climáticos (e ambientais) são aquelas com menos respaldo legal. A ausência de medidas “de baixo para cima”, até mesmo por falta de conhecimento e dispositivos que reúnam a população em torno de interesses coletivos, também compromete o

enfrentamento de projetos pensados a partir de outras realidades e interesses. (LOOSE, 2016, p. 399).

Assim, partimos desta crítica ao pensamento colonial, que ignora e/ou desvaloriza os saberes e ações oriundos das experiências dos povos do Sul, para observar se há dentro do jornalismo espaços para visibilizar discursos outros sobre as mudanças climáticas, condizentes e viáveis neste lado da linha abissal²⁶ (SOUSA SANTOS, 2010). Reconhecemos os limites da dicotomia Norte x Sul, mas partimos dela a fim de debater possibilidades outras, não hegemônicas, para representarmos as mudanças climáticas. Acreditamos que o assunto deva ser apresentado a partir de múltiplas perspectivas e que as ações “de cima para baixo” e “de baixo para cima” devem ser concomitantes.

Esta pesquisa discute o jornalismo comprometido com a transformação, com a emancipação, entendendo os limites de sua prática. Segundo Oliveira (2017, p. 211), “o jornalismo emancipatório não é quem vai mudar o mundo, mas contribui para ‘pensar o mundo e sua transformação’”. Seguindo esse raciocínio, opta-se aqui pela ACD²⁷ em razão de seu caráter posicionado; afinal, tal perspectiva “[...] busca promover a conscientização dos indivíduos quanto às relações entre discurso e estruturas sociais, representando, portanto, uma forma de luta por mudanças na sociedade.” (FERREIRA DE MELO, 2012, p. 77).

Apoia-se em Sousa Santos (2007a; 2007b), em suas reflexões sobre alternativas e resistências ao hegemônico, para registrar que a intenção desta pesquisa não é apontar um outro caminho que venha a se tornar hegemônico, substituindo um modelo de visão (quase) único. Reconhecemos o papel do campo científico – e, nesse caso específico, os estudos do IPCC –, mas entendemos que há outras possibilidades para abordar o tema, e quem sabe até aproximar mais essa problemática da população. A partir da afiliação a tais aportes teóricos e metodológicos, que serão aprofundados a seguir, assumimos um lugar de fala no qual os mitos de imparcialidade científica e jornalística são explicitamente negados.

Soma-se a isso uma dimensão mais abrangente e transversal à pesquisa empreendida: um **desafio epistemológico** atrelado ao avanço teórico dos pressupostos do Jornalismo Ambiental frente à questão colonial. **Podemos afirmar que os estudos do**

²⁶ Expressão utilizada para demarcar o fato de que há atores, saberes e experiências que são visíveis, inteligíveis e/ou úteis, e há outros (do outro lado da linha) que são invisíveis, não inteligíveis e/ou vistos como inúteis.

²⁷ A aplicação das ACD nos estudos de jornalismo no Brasil é ainda incipiente, sendo majoritária a Análise de Discurso de vertente francesa.

JA já desenvolvem uma teoria jornalística a partir das epistemologias do Sul (ou estudos decoloniais/pós-coloniais)?

Propomos uma aproximação das bases do Jornalismo comprometido com o meio ambiente com os estudos desde o Sul, a partir da ideia defendida por Beck (2017) de que há um risco real de “colonialismo climático”, mas que é possível enxergar esse problema sob a ótica de um “catastrofismo emancipatório”, pois:

As alterações climáticas não são alterações climáticas; são muito mais que isso e uma coisa muito diferente. São uma reforma dos modos de pensamento, dos estilos de vida e dos hábitos de consumo, da lei, da economia, da ciência e da política. (BECK, 2017, p. 149).

Dessa maneira, assumindo a urgência de uma pesquisa e de um jornalismo engajados, percebemos que a problemática das mudanças climáticas pode ser um ponto de viragem para que haja reação e tomada de medidas radicais para a continuidade da humanidade – e de outros seres – neste planeta.

O primeiro capítulo após esta breve introdução trata da revisão dos estudos já realizados sobre comunicação e/ou jornalismo e mudanças climáticas ao longo do tempo, com destaque para as investigações brasileiras e aquelas realizadas a partir de meios não hegemônicos, recortes essenciais no âmbito desta pesquisa. Em seguida, apresento as semelhanças e diferenças entre o jornalismo hegemônico e o não hegemônico a partir da ideia de campo (BOURDIEU, 1997) e com ênfase nos valores defendidos por cada uma das modalidades. Pontua-se aqui o entendimento de que há vários jornalismo possíveis dentro desse conjunto de normas e valores partilhados pelo campo, mesmo entre aqueles que estão mais alinhados com as características extremas de um dos polos (hegemônico ou não hegemônico).

O terceiro capítulo teórico trata da crítica à colonialidade, com enfoque em como a natureza sempre foi um dos eixos mantenedores da matriz colonial (MIGNOLO, 2017), e suas interfaces com o Jornalismo Ambiental, conforme as discussões desenvolvidas há 12 anos pelo GPJA. A partir de tal debate almejamos avançar no desafio de articular epistemologicamente os estudos jornalísticos ao campo da crítica à estrutura colonialista.

Na sequência, discorro sobre os discursos das causas e consequências das MCs, assim como de algumas alternativas do ponto de vista biocêntrico e antropocêntrico. Esse capítulo explicita como o tema é disputado por diferentes atores e envolve uma série de interesses, inclusive antagônicos.

O referencial teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso e o percurso metodológico são expostos no capítulo 5, e as análises empreendidas são apresentadas nos três capítulos seguintes: um deles centrado em três momentos críticos da cobertura climática (COP-25, greves pelo clima e pandemia de covid-19); o outro nas regularidades discursivas organizadas a partir dos tópicos mais recorrentes; e, por fim, um dedicado ao estudo das representações, vozes e silenciamentos desses discursos, tensionando os resultados mais salientes com o debate trazido pela pesquisa bibliográfica, de modo a evidenciar o exercício recursivo de ligações entre o macro e o micro (ou entre o contexto e o discurso). Nessa última parte também apresentamos as análises comparativa-sincrônica e histórica-diacrônica empreendidas.

O último capítulo retoma os realces dos discursos jornalísticos dos três veículos não hegemônicos estudados, avança para as discussões sobre os achados e a revisão bibliográfica, ensaia uma resposta para o desafio de ordem epistemológica posto em relação ao Jornalismo Ambiental e termina com encaminhamentos para continuação de estudos na área.

2 ESTUDOS SOBRE JORNALISMO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

[...] a acção política sobre alterações climáticas oscila em função das atitudes públicas e do significado público da questão, pelo que o papel dos discursos que circulam no espaço público mediatizado é fundamental.

Carvalho (2011, p. 37)

O jornalismo contribui com a amplificação ou o ocultamento dos efeitos climáticos e suas ações de resposta na medida em que dá visibilidade, constrói enquadramentos (alguns tendem a chamar mais atenção que outros) e articula uma série de estratégias que conformam determinados discursos. Mais do que chamar a atenção da sociedade, a imprensa tem influência sobre a agenda política e pode ter papel relevante na formulação e discussão de políticas públicas. Van Dijk (2005, p. 14) aponta o discurso da imprensa como fundamental, pois é através dele que “[...] nós adquirimos a maior parte do que sabemos sobre o mundo para além das nossas experiências pessoais e através do qual muitas das nossas opiniões sociais e atitudes são formadas”.

Embora muito se fale sobre a necessidade de uma cobertura sistemática, que traga soluções (e não apenas desperte medo ou sentimento de impotência), é bastante difícil, sob a ótica jornalística, manter um tema em pauta se não há novidade, uma ruptura daquilo que se entende por normalidade. Segundo Callison (2017), para os jornalistas, contar as histórias da mudança climática de uma forma que reflita aspectos da justiça climática²⁸, com perspectivas multiculturais e multiescalares, confronta-se com as normas e valores noticiosos dominantes, baseados frequentemente naquilo que é novo, nos conflitos, nas dramatizações e na personalização (BOYKOFF, 2011).

O desencaixe do trabalho jornalístico em relação ao seu papel social, que deveria apresentar a questão em função do interesse público, é trazido por Kitzinger e Reilly (2002) no debate sobre a cobertura de riscos (que podem ser vistos como antecipações de catástrofes). Para as autoras, como o jornalismo trabalha a partir de acontecimentos, de eventos “reais”, é muito difícil pensar na pauta do ponto de vista da precaução ou mesmo da prevenção, voltada para os riscos. Os jornalistas não costumam trabalhar com projeções, já que seu trabalho é direcionado para os fatos concretos – e não aqueles

²⁸ A expressão “justiça climática” deriva da concepção de “justiça ambiental”, voltada para a forma desigual como diferentes grupos sociais estão expostos a riscos oriundos da exploração da natureza. O recorte sobre a questão climática se dá quando se constata que os riscos climáticos também afetam de forma mais acentuada os grupos mais vulneráveis (MILANEZ; FONSECA, 2010).

possíveis. Uma mudança nesse sentido vem sendo proposta²⁹ na medida em que tragédias anunciadas ocorrem com cada vez mais frequência, apesar de estudos consistentes preverem tais acontecimentos.

O princípio da precaução, que costuma ser desconsiderado no fazer jornalístico por conta da centralização no fato presente, é requisitado na disputa da questão climática por aqueles que sustentam que a ciência já demonstrou que a humanidade provocou uma crise com efeitos globais, muitos deles irreversíveis, justamente por confiar demais que alguma tecnologia pudesse resolver isso mais adiante. De outro modo, há os atores que criticam a precaução com base na ideia de que ela seria um freio ou até mesmo uma chance desperdiçada para realmente encontrar uma resposta que possa conter o problema – o embate é recorrente na discussão, bastante controversa, de mecanismos capazes de barrar as mudanças do clima por meio de estruturas de geoengenharia³⁰, por exemplo.

Callison (2017) lembra ainda que a interpretação das mudanças climáticas é algo em constante disputa, o que envolve diferentes tipos de poder. Os povos indígenas, por exemplo, apresentam desvantagens em tal contexto devido às vulnerabilidades desproporcionais que tendem a compartilhar e às maneiras pelas quais tais vulnerabilidades foram enquadradas ou não compreendidas por quem não vive naquela cultura e lugar. Para inseri-los na discussão, é preciso reconhecer outros sistemas e perspectivas, que costumam ser ignorados pela governança climática global, sustentada por argumentos, vivências e pontos de vista oriundos do Norte Global – que, na maioria das vezes, são simplesmente reproduzidos pelos discursos jornalísticos.

Carvalho (2017) também recorda que os discursos sobre as MCs podem ser apropriados por outros interesses e/ou setores, sendo outras dimensões discursivas ignoradas, para que sirvam a algum propósito específico, como silenciar debates sobre o *status quo*, sustentado por estruturas políticas e econômicas responsáveis pelas causas que promovem a intensificação das mudanças do clima. Cabe lembrar que muitos setores econômicos que colaboram de forma significativa para o aumento das emissões de GEE

²⁹ A autora deste trabalho vem discutindo precaução e prevenção como valores a serem incorporados, cada vez mais, no campo jornalístico. Para saber mais: LOOSE, Eloisa B.; GIRARDI, Ilza T. Antes do desastre: notas a respeito do Jornalismo, da comunicação de risco, da prevenção e do envolvimento cidadão, *Mediaciones Sociales*, Madri, v. 17, p. 209-222, 2018.

³⁰ Associada à ideia futurista de que seria possível criar tecnologias em larga escala para “resolver” a crise climática, como, por exemplo, a fertilização dos oceanos para aumentar o sequestro de carbono, a colocação de refletores no espaço e a ampliação da cobertura de nuvens para diminuir a incidência de luz solar. É importante pontuar que a implementação de tais ações é ainda teórica e cercada de incertezas – na prática elas podem não resolver o problema para o qual foram desenvolvidas e ainda possuem o potencial de gerar novos riscos.

investem na difusão de discursos negacionistas de modo a provocar dúvidas na opinião pública e, diante da sensação de incerteza, continuar suas atividades poluidoras sem pressões ou punições.

Quando se trata de sensibilização/mobilização dos cidadãos para o enfrentamento das mudanças climáticas, vários aspectos ainda precisam ser explorados no âmbito de cobertura jornalística, especialmente no contexto brasileiro. A intenção de chamar atenção do público para a necessidade de mudar de rumo a fim de evitar o agravamento dos efeitos das MCs é bem-vinda, mas é preciso ter cuidado com a tênue linha que separa o alerta do alarmismo.

A comunicação (não apenas jornalística, mas aquela entre os acadêmicos, tomadores de decisão e cidadãos) a respeito das MCs ainda é posta como um desafio por contemplar incertezas científicas e propor mudanças naquilo que naturalizamos como “normal”, que mexem com interesses políticos e econômicos de diferentes ordens, além de alterar hábitos e comportamentos da ampla maioria da população. A relação entre aquilo que é veiculado pela imprensa e o que o público percebe e depois faz com a informação é algo complexo de se estudar, mas que merece atenção, tendo em vista, por um lado, o papel de legitimador e de propulsor de visibilidade que a mídia assume, e por outro, a necessidade de se preparar e enfrentar os riscos climáticos. Também as conexões entre o que é veiculado em uma notícia e como se manifestam as posições ideológicas dos meios podem ajudar a entender melhor os discursos que circulam na sociedade.

Nesta investigação articulamos o nível micro do discurso (a partir das notícias) com o nível macro, que corresponde às relações de poder, dominância³¹ e desigualdades entre Norte e Sul (identificadas aqui por meio de pesquisas bibliográfica e documental), ancorados na ACD, de modo a examinar como os meios não hegemônicos reproduzem os múltiplos discursos sobre as MCs que estão em disputa contemporaneamente (2019-2020) no cenário brasileiro.

2.1 A cobertura jornalística das MCs ao longo da história

A literatura da área registra que o trabalho jornalístico voltado para as MCs inicia-se nos anos 1980, quando o debate científico e político sobre o tema começa a ser

³¹ “[...] implica usualmente processos de reprodução que envolvem estratégias dirigidas ao acesso preferencial continuado a recursos sociais e à legitimação dessa desigualdade” (VAN DIJK, 2005, p. 75).

ampliado. Carvalho (2011) sinaliza que é em uma conferência internacional sobre dióxido de carbono e variações climáticas, em 1985, que o assunto realmente passa a despertar interesse na esfera política. Nos Estados Unidos, os impactos do verão de 1988, um dos mais quentes até então, repercutem socialmente o problema e resultam na formação do IPCC e na convocação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1989 (LOOSE, 2016; CARVALHO, 2011; BOYKOFF, 2011; VIVARTA, 2010).

Destacamos que essa inserção na pauta jornalística não ocorre da mesma maneira em todos os lugares; há países em que o tema demora mais a circular. Cabe lembrar que as temáticas ligadas ao campo ambiental ainda eram escassas nessa época (começaram a surgir na década anterior, nos anos 1970, sobretudo na Europa e Estados Unidos), pois a ideia de uma crise ambiental, que levantasse preocupações sobre as relações entre sociedade e natureza, estava então em processo de reconhecimento.

Nessa época (mais do que hoje), as MCs ainda eram apresentadas como um problema situado em um futuro distante e demandas mais concretas absorviam a atenção e mobilização dos atores políticos. Viola (2002) relata que a invasão do Kuwait pelo Iraque, em agosto de 1990, e a subsequente Guerra do Golfo esfriaram a discussão ambiental nos Estados Unidos – e em todo o mundo.

A crise do Golfo mostrou claramente a intensa dependência do petróleo da economia norte-americana. Além disso, ficou evidente que a economia norte-americana é “carbono intensiva” [...] Diminuir as emissões de carbono teria custos significativos em curto prazo. Entre o medo de uma mudança climática incerta e num futuro distante e a perspectiva imediata de queda no padrão de vida material, a maioria dos norte-americanos inclinou-se em favor da manutenção de seu padrão. (VIOLA, 2002, p. 28-29).

Tal situação, que persiste até hoje com diferentes roupagens, faz com que o foco de atenção sobre o tema se esvazie. Aliás, o entendimento de que para se combater a intensificação das MCs é preciso fazer ajustes radicais nas estruturas econômicas dos países, em nível global, contribui para a percepção do tema como algo quase da ordem do impossível, ou para que seja pautado sob o enquadramento de medida compensatórias e de redução do rastro de danos – ainda que as medidas para conter a pandemia de covid-19 possam levar os mais otimistas a presumir o nascimento de um outro “normal”. A depender de como o problema é apresentado discursivamente, as respostas se modificam. Se as causas não são apresentadas, também não temos pistas de como alterá-las. Logo,

compreender como a crise climática tem sido jornalisticamente construída revela também como a pauta é discutida em outros campos sociais.

Nos anos 1990, a difusão do tema é lenta, mesmo com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, um marco importante para a disseminação da questão ambiental. Em 1994, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima entra em vigor e tem sua primeira reunião no ano seguinte, em Berlim, buscando a negociação de metas e prazos para a redução de emissões de GEE pelos países desenvolvidos. Desde então, todos os anos há encontros (as COPs) com os países signatários dessa convenção, para avançar no enfrentamento das MCs.

O jornalismo tende a noticiar as MCs nesses períodos de negociação e também quando há novas projeções e estudos da comunidade científica, na lógica de esperar algo novo que sirva de gancho para trazer a urgência do problema. Também, mais recentemente, quando há desastres com fortes evidências de relação com o tema. Mesmo assim, a cobertura é esparsa e tende a ser desvinculada da realidade do leitor, prejudicando seu envolvimento com a questão (LOOSE, 2016; O'NEILL; NICHOLSON-COLE, 2009). Tais gatilhos, ancorados em uma suposta novidade, demarcam os períodos nos quais há mais volume de cobertura climática nos meios de comunicação de uma forma geral.

Verificamos picos na cobertura (BOYKOFF, 2011), como ocorreu em 2007, com a divulgação do 4º relatório do IPCC e o lançamento do filme *Uma verdade inconveniente*, de Al Gore; e em 2009, com a COP-15, antecedida “[...] por uma inquietante história de mistério que envolvia conspiração entre cientistas, e-mails roubados, lutas fatais entre tribos que negam e sustentam teses das mudanças climáticas” (ABRANCHES, 2010, p. 11) – um escândalo que ficou conhecido como *Climagate* – e sucedida por desapontamentos, já que resultou somente em uma carta de intenções, sem compromissos efetivos. Mais recentemente, a partir da metade de 2018, podemos perceber que as greves pelo clima, lideradas pela jovem ativista sueca Greta Thunberg, também desencadearam uma ampliação da pauta climática. Porém, a dependência de acontecimentos que lembram que estamos imersos em uma emergência climática acaba por prejudicar um trabalho sistemático por parte dos jornalistas.

Paralelamente aos eventos políticos, científicos e de manifestações populares associados diretamente ao clima, nota-se nos reportes jornalísticos um incremento de conexões entre mudanças climáticas e desastres, como inundações, deslizamentos de

terra, estiagens, eventos extremos, etc.. Essa articulação já ocorria, mas o aumento de frequência e de intensidade verificados, junto ao aumento dos alertas científicos de que estamos em um momento-chave para promover rupturas, fez com que a exposição combinada dos fenômenos se tornasse mais recorrente nas coberturas jornalísticas.

2.2 As pesquisas sobre comunicação e MCs

No Norte Global, especificamente na Europa, Austrália, Nova Zelândia e nos Estados Unidos, existe um volume maior de investigações na área, iniciado nos anos 1990 (BOYKOFF, 2011). Estas são, em sua maioria, sobre a cobertura das MCs na imprensa escrita impressa (jornais) e conduzidas por falantes de língua inglesa (SHANAHAN, 2009), revelando lacunas em pesquisas em outros meios de comunicação e em diferentes línguas. A grande maioria dos estudos realizados sobre o papel da mídia no que tange à questão climática é oriunda dos países chamados desenvolvidos (GÜNAY; ISERI; ERSOY, 2019; THAKER; ZHAO; LEISEROWITZ, 2017), o que também requer que se observe o contexto e as outras demandas sociais, políticas, econômicas e ambientais que, em alguma medida, concorrem com a preocupação climática.

Identificamos que as análises sobre os discursos dos meios de comunicação predominam, buscando discutir os sentidos de uma abordagem mais alarmista ou catastrofista (HULME, 2009), que envolva riscos (PAINTER, 2013) ou o uso de representações visuais e icônicas (O'NEILL; NICHOLSON-COLE, 2009) a fim de mobilizar os cidadãos, só para citar alguns exemplos. Há pouco mais de uma década, outros enfoques ganharam interesse, como estudos com jornalistas sobre suas normas e rotinas profissionais e sua relação com as MCs (BRÜGGEMANN; ENGESSER, 2014) e as investigações sobre percepção, recepção e consumo dessas informações, centradas nos públicos (BUTLER; PIDGEON, 2009).

Menos de duas décadas depois do começo das pesquisas sobre comunicação e clima, essa interface começa a ser foco de interesse de outros países, provavelmente em razão de a mídia local ter aumentado a cobertura climática, face a seus efeitos cada vez mais palpáveis. A partir da grande visibilidade que teve a COP-15, em 2009, Neverla (2008) sinaliza uma outra fase para a discussão do tema, chamada de “virada climática”, por ampliar a compreensão das MCs, estabelecendo uma agenda política globalizada nos discursos nacionais. Mesmo assim, os estudos não são continuados e contam com poucos

recursos, sendo derivados de esforços individuais, em períodos de realização de mestrado e doutorado.

Entre 2012 e 2015, durante o processo de revisão de literatura para a tese defendida por mim na UFPR, foram encontrados pouquíssimos trabalhos no Brasil e na América Latina que se dedicaram ao binômio comunicação e mudanças climáticas. A maioria das referências tratava da realidade do Norte, refletindo questões que não faziam sentido no nosso contexto, como as muitas discussões sobre o equilíbrio informativo no jornalismo, tendo em vista a visão hegemônica sobre as MCs, calcada nos estudos do IPCC, e os negacionistas do clima – algo que sempre foi residual na cobertura jornalística brasileira, embora tenha ganhado força durante o governo de Jair Bolsonaro, iniciado em 2019.

Um dos estudos mais antigos e robustos sobre essa interface no Brasil foi conduzido por Vivarta (2010) e analisou a cobertura do tema em 50 jornais de diferentes estados, de julho de 2005 a dezembro de 2008 (dividida em dois períodos de análise). Dentre as conclusões, são evidenciados picos de cobertura seguidos por esvaziamento, a maior cobertura do tema por jornais nacionais em comparação aos regionais, e uma recente valorização de pautas que relacionam as MCs com aspectos específicos do contexto brasileiro. Outros estudos foram identificados, mas sempre centrados em veículos tradicionais, ditos de referência, como, por exemplo, o de Zoccoli Carneiro (2008), que investigou o discurso do aquecimento construído pelo jornal *O Globo*, e o de Moraes (2015), que analisou os discursos sobre a mudança climática durante a cobertura da Rio+20 nas revistas semanais *Veja*, *Isto É*, *Época* e *Carta Capital*.

Mesmo a análise realizada em um jornal de abrangência estadual, com foco no local, revelou que a cobertura sobre clima é bastante distante do cotidiano da população. No estudo realizado a partir da *Gazeta do Povo*, jornal tradicional que circulava em Curitiba, capital do Paraná, identificou-se que boa parte dos conteúdos é oriunda de agências de notícias nacionais ou internacionais, sendo eventuais os *links* com a realidade do município ou da região. Isso se deve à falta de profissionais da imprensa interessados no aprofundamento do tema, a questões editoriais que impulsionam outros assuntos, a dificuldades de comunicação com especialistas da região e ausência de ações locais que possam desencadear a cobertura (LOOSE, 2016).

Em 2018, durante pós-doutorado no PPGCOM da UFRGS (LOOSE, 2019), realizei um mapeamento do que estava sendo publicado sobre esse tema em diferentes regiões do globo, no qual se identificou falta de pesquisas (ou disseminação das mesmas

em inglês) não apenas na América Latina³², mas também na Ásia e, especialmente, na África e Oceania.

Os poucos estudos realizados em países já reconhecidos como os mais vulneráveis aos riscos climáticos, na área da Comunicação, têm focado seus esforços nos estudos dos meios de comunicação tradicionais ou hegemônicos, chegando a resultados muito parecidos (dependências de material de agências internacionais, falta de especialização por parte dos jornalistas, ênfase nos acordos internacionais, desconexão com a realidade local). (LOOSE, 2019, p. 121).

Considerando que as publicações rastreadas revelam que a preocupação com a comunicação das mudanças climáticas é algo mais observado nos últimos 20 anos, concluímos que há muitas lacunas a serem preenchidas. Este trabalho busca dar atenção especial aos meios não hegemônicos digitais e aos enfoques de enfrentamento, como mitigação e adaptação, que costumam ser minoritários ou ausentes nos estudos, embora sejam vistos como relevantes pelos especialistas da área (LOOSE, 2019). Entretanto, entender as diferenças dos discursos não hegemônicos brasileiros em relação ao que já foi detectado na imprensa hegemônica também é crucial, tendo em conta a carência de estudos nessa direção.

2.3 Jornalismo não hegemônico e MCs

A fim de verificar quais são as dissertações e as teses publicadas no Brasil que trabalham com os temas centrais desta sob perspectiva decolonial), realizamos uma pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia³³, no Google Acadêmico³⁴, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes³⁵ e no Portal de Periódicos da Capes³⁶, com uma série de combinações entre as expressões: “jornalismo alternativo”, “jornalismo independente”, “jornalismo não hegemônico”, “jornalismo”, “mudanças climáticas”, “aquecimento global”, “meio ambiente”, “decolonial” e “colonial”.

Embora a questão decolonial ou pós-colonial apareça em alguns trabalhos da área jornalística, a associação com o problema ambiental é deixada de lado, sobrepondo-se

³² Um estudo a respeito do estado da arte do tema na América Latina foi publicado recentemente (LOOSE; FERNÁNDEZ-REYES, 2020).

³³ Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

³⁴ Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em: 25 mar. 2020.

³⁵ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

³⁶ Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 30 mar. 2020.

discussões de gênero e raça. Em disciplina cursada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, no primeiro semestre de 2019, sobre a questão ambiental e o debate colonial, mostrou-se inequívoco que o meio ambiente possui um espaço periférico e incipiente na articulação dos estudos decoloniais/pós-coloniais. Assim, é compreensível que tal interface ainda não tenha se expandido para as análises jornalísticas. Nesse sentido, reforçamos uma primeira contribuição desta pesquisa: o tensionamento entre aspectos jornalísticos e a perspectiva decolonial/pós-colonial a partir da abordagem ambiental.

As buscas relativas ao jornalismo não hegemônico, alternativo ou independente e mudanças climáticas não apontaram resultados. Encontramos uma tese e três dissertações que tratam das interfaces mais gerais entre veículo alternativo e meio ambiente, três delas com foco na Amazônia – nenhuma que avance sobre a questão climática.

Na busca mais ampla sobre “jornalismo” + “mudanças climáticas” ou “aquecimento global” foram encontrados 17 trabalhos (14 dissertações e três teses), publicados entre 2007 e 2017. A maioria das pesquisas sobre o tema (15 de 17) volta-se para a mídia impressa, analisando revistas e jornais que se enquadram no modelo tradicional ou hegemônico de jornalismo e buscando identificar quais são os discursos apresentados pelos meios de comunicação na cobertura das mudanças climáticas. A revista *Veja* é a mais estudada (seis vezes), seguida pelos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* (cinco vezes cada). Salientamos ainda que pelo menos cinco trabalhos dos 17 encontrados possuem uma abordagem fortemente associada à divulgação ou ao jornalismo científico.

Na busca pelos termos em inglês, no Google Acadêmico, encontrou-se poucos trabalhos que entrelaçam os temas dessa pesquisa, sendo um deles o artigo de Pepermans e Maesele (2017), que parte de exemplos de jornalismo alternativo na Bélgica e Holanda para evidenciar que existe uma forma crítica, voltada para padrões, causas e valores que cercam a questão climática e não apenas eventos excepcionais ou novidades. Os autores pontuam que é preciso questionar o *status quo*, amplamente associado à crise climática, e defendem uma produção noticiosa mais reflexiva e engajada a partir de três práticas, conhecidas como *advocacy journalism*, *constructive journalism* e *slow journalism*³⁷, em detrimento da postura imparcial e/ou neutra geralmente adotada pelos meios tradicionais.

³⁷ Todas essas abordagens são consideradas associadas ao jornalismo alternativo por Pepermans e Maesele (2017).

Há também o trabalho de Moernaut e Mast (2018) que analisa os enquadramentos das notícias sobre o tema em veículos alternativos e *mainstream* na Bélgica, revelando semelhanças entre as abordagens, apesar de as preocupações/posicionamentos serem divergentes em razão das especificidades de cada modalidade de jornalismo. A proposta traz *insights* interessantes para aplicação das categorias analíticas a partir da ideologia antropocêntrica da natureza em comparação com a biocêntrica³⁸.

Kenix (2011) traz em seu livro um exemplo comparativo da cobertura climática realizada em jornais hegemônicos e alternativos na Nova Zelândia e nos Estados Unidos, expondo que há muitas semelhanças entre as representações alternativas e tradicionais das mudanças do clima. Ao contrário do que se poderia imaginar, as duas modalidades de jornalismo dedicam metade da sua cobertura para a mesma discussão: as consequências. Além disso, muito provavelmente por seguirem os mesmos critérios de noticiabilidade e partilharem dos mesmos entendimentos sobre credibilidade das informações, as fontes governamentais acabaram sendo as mais frequentes, assim como o enfoque científico foi mais enfatizado, nos dois tipos de jornalismo. Apesar das convergências, a autora assinala que algumas escolhas, diretamente associadas à ideologia dos veículos, foram observadas, desvelando o que o jornal pensa ser a causa da crise climática, quem é afetado e quem é o responsável. É esse o rumo que se pretende seguir nesta investigação.

A obra *Journalism and Climate Crisis: Public Engagement, Media Alternatives*, de autoria de Robert A. Hackett, Susan Forde, Shane Gunster e Kerrie Foxwell-Norton é a única encontrada na busca por livros. Robie (2017) afirma que os autores discutem aspectos que apontam a mídia alternativa e o jornalismo independente como estruturas-chave para a democracia e a comunicação climática. Afinal, se há interesses comerciais que cerceiam a apresentação de causas ou soluções, esperamos que a mídia não dependente dessa estrutura e contexto possa trazer à tona outras perspectivas. Esse argumento sustenta nossa hipótese de que os meios não hegemônicos trarão outros pontos de vista em relação ao debate climático, sobretudo na apresentação de medidas de enfrentamento.

Uma análise comparativa entre jornais *mainstream* e outro alternativo da Turquia, a respeito da securitização climática, revelou que a cobertura alternativa abre espaço para vozes de ativistas e de movimentos sociais que costumam ser ignorados pelos veículos

³⁸ Os discursos sobre clima a partir de diferentes ideologias associadas ao meio ambiente serão expostos no capítulo 5.

hegemônicos, o que amplia a discussão política sobre MCs (GÜNAY; ISERI; ERSOY, 2019). Na verdade, os discursos dos meios não hegemônicos permitem contrapontos e críticas que tendem a ser minimizados ou silenciados em razão dos interesses políticos e econômicos que são intrínsecos à manutenção de poder requerida pelos grandes veículos.

Os resultados da pesquisa bibliográfica na área mostram que a combinação entre os elementos aqui citados (jornalismo não hegemônico, alternativo ou independente e mudanças climáticas) é rara em língua inglesa e portuguesa, coincidindo com lacunas já citadas por referências em anos anteriores (CARVALHO; VAN WESSEL; MAESELE, 2017). Contudo, ainda que se levem em conta as limitações de alcance, é justamente a esse tipo de imprensa que é delegado o papel de motivar e mobilizar de forma mais ampla a consciência pública sobre a emergência climática e maneiras de enfrentá-la (GUNSTER, 2012). Afinal, como destacam Pepermans e Maesele ao lembrar que a mídia tradicional não trata dos diferentes pontos de vista que envolvem a questão:

Quando a mudança climática é representada em termos consensuais, gerenciais e/ou tecnocráticos, é despolitizada, o que é problemático, uma vez que impede um amplo debate democrático sobre (alternativas para) as estruturas societais existentes e os modos de vida que estão na raiz das rupturas ecológicas. (PEPERMANS; MAESELE, 2014; 2016) *apud* PEPERMANS; MAESELE, 2017, p. 127)³⁹.

Logo, a partir da compreensão do jornalismo não hegemônico, temos como objetivo analisar criticamente os discursos da cobertura das mudanças do clima no Brasil em três meios jornalísticos virtuais, com base nos questionamentos decoloniais/pós-coloniais. O próximo capítulo discute os valores e as características do jornalismo não hegemônico, a partir do desmembramento do que é considerado hegemônico.

³⁹ No original: “When climate change is represented in consensual, managerial and/or technocratic terms, then it is depoliticized, which is problematic since it impedes a broad democratic debate about (alternatives to) the existent societal structures and ways of life that lay at the root of ecological disruptions.” (PEPERMANS; MAESELE, 2014; 2016).

3 O JORNALISMO E SUAS FORMAS DE EXPRESSÃO

Hegemony might not strictly prohibit any systemic growth on the part of opposing ideologies, but rather because of the constant negotiation involved within democratic systems, more counter-hegemonic information and independent processes of communication may be flowing into mainstream media and more hegemonic information and institutional processes of communication might be flowing into the alternative press as well⁴⁰.

Kenix (2011, p. 61)

Partimos do pressuposto de que no campo⁴¹ jornalístico há muitos valores, nem sempre coincidentes, que orientam a prática, ainda que exista uma predominância do que aqui denominamos de jornalismo hegemônico⁴². Assim, acreditamos que o campo jornalístico é composto por jornalisismos, ou seja, formas epistêmicas próprias de produzir relatos sobre a realidade que nos cerca. O objetivo deste capítulo é comparar e discutir os valores presentes no jornalismo hegemônico e no jornalismo não hegemônico, a fim de compreender os valores comuns e específicos de cada jornalismo e observar como tais questões disputam poder dentro do campo.

Ao entender o jornalismo enquanto campo social⁴³, assumimos que diferentes agentes-jornalistas travam embates entre si a fim de conseguir prestígio e reconhecimento (capital simbólico) dentro de um sistema que possui regras de conduta partilhadas, o que garante um exercício de poder no jogo de estratégias de legitimação que constitui o

⁴⁰ Em tradução livre: “A hegemonia pode não proibir estritamente qualquer crescimento sistêmico por parte das ideologias opostas, mas por causa da negociação constante, intrínseca aos sistemas democráticos, mais informações contra-hegemônicas e processos independentes de comunicação podem estar fluindo para a mídia *mainstream*, assim como informações mais hegemônicas e processos institucionais de comunicação podem estar fluindo para a imprensa alternativa”.

⁴¹ Assume-se a ideia de campo a partir de Bourdieu (1997), que o entende como espaço sociocultural de relativa autonomia, regido por normatizações próprias, no qual há relações entre grupos com distintos posicionamentos sociais, sendo, assim, espaço de disputa e jogo de poder.

⁴² Nesta pesquisa, o conceito de jornalismo hegemônico (também chamado de tradicional, convencional, de referência, *mainstream* ou comercial) é entendido como o oposto de jornalismo não hegemônico, em razão de sua concepção ideológica associada à objetividade, de sua ampla escala de alcance e influência na sociedade, de ter como objetivo o lucro e de sua estrutura econômica estável. Já o jornalismo não hegemônico (denominado também de alternativo, contra-hegemônico, independente, de oposição) mantém posição comprometida ou engajada com o combate à injustiça social, sendo, muitas vezes, fortemente relacionado com os movimentos sociais, com escala de influência mais limitada na sociedade, estrutura econômica mais instável e, na maioria das vezes, atuando sem fins lucrativos. Recorre-se a Kenix (2011), contudo, para lembrar que há muitos pontos convergentes entre as duas modalidades de jornalismo, ainda que existam diferenças em relação às motivações individuais, práticas organizacionais, propriedade de mídia e influências ideológicas.

⁴³ Traquina afirma que o campo jornalístico ganha forma a partir do século XX, nas sociedades ocidentais, com o desenvolvimento do capitalismo, da industrialização, da urbanização, da educação em maior escala e de outros processos que favoreceram a emergência da comunicação de massa. “As notícias tornaram-se simultaneamente um gênero e um serviço; o jornalismo tornou-se um negócio e um elo vital na teoria democrática; e os jornalistas ficaram empenhados num processo de profissionalização que procurava maior autonomia e estatuto social” (TRAQUINA, 2005, p. 20).

campo. Para um jornalista, de acordo com Neveu (2006), esse capital pode ser um diploma, uma autoridade adquirida pela produção de reportagens importantes – por exemplo, sobre um escândalo –, ou mesmo uma agenda de contatos excepcional. Também vale destacar que esse campo está constantemente se relacionando com os demais campos sociais.

Neveu (2006, p. 63) ressalta que ao operacionalizar o jornalismo a partir do campo, articula-se duas abordagens: uma associada ao “[...] universo estruturado por oposições ao mesmo tempo objetivas e subjetivas, a perceber cada publicação e cada jornalista dentro da rede de estratégias, de solidariedades e de lutas que o ligam a outros membros do campo”; e outra na relação do campo jornalístico com outros campos.

A partir da concepção de campo, acionamos os conceitos bourdieusianos de *habitus*⁴⁴ e *illusio*, que se referem, respectivamente, ao conjunto de elementos que garantem a participação dos jornalistas no campo (compreensão e aceitação de quais são as regras do jogo) e a um investimento psíquico, intelectual e profissional (NEVEU, 2006) que motiva a permanência nas disputas intrínsecas ao campo. Tais aspectos estão vinculados às práticas e estratégias mobilizadas para galgar uma posição de destaque.

Ferreira (2015) destaca que o campo jornalístico pode ser visto como um campo de poder, relacionado com outros campos, especialmente aqueles nos quais se encontram agentes dominantes (as autoridades ou os agentes de prestígio). Apesar disso, é preciso dizer que esse campo não apenas afeta outros (impondo lógicas oriundas de seu fazer para resultar em visibilidade social, por exemplo), como por eles é afetado, sobretudo pelos campos político e econômico, tendo, portanto, autonomia relativa.

Internamente, o campo jornalístico contém disputas de ordem institucional (entre os veículos de comunicação) e individual (entre os jornalistas). Essa concorrência se dá por meio da tentativa de dominar o tempo e alcançar o furo, de modo a conquistar ou manter a respeitabilidade e a influência, mas também como forma de impor novas perspectivas ou valores no campo (como ocorre com o embate entre veículos hegemônicos e não hegemônicos). Aliás, entre os valores que orientam a atividade de forma ampla, os aspectos atrelados ao tempo (a partir da notícia mais factual, do

⁴⁴ De acordo com Ortiz (1983, p. 19), o *habitus*, “[...] enquanto sistema de disposições duráveis é matriz de percepção, de apreciação e de ação, que se realiza em determinadas condições sociais”, ou seja, pressupõe um conjunto de estruturas e esquemas incorporados pelos agentes daquele campo e que guiam as jogadas de cada agente dentro do campo.

imediatismo da produção, da publicação em primeira mão e da própria alta percibibilidade da notícia) mostram-se constantes em variadas modalidades de jornalismo.

O *habitus* está associado às normas e requisitos da prática profissional. Soloski (2016), ao tratar de questões do profissionalismo jornalístico, aponta que padrões e normas de comportamento, assim como determinado sistema de recompensa profissional (associado ao *illusio*), são também maneiras de limitar e/ou controlar o comportamento dos jornalistas. São esses elementos que garantem uma coesão entre os agentes do campo e preservam a identidade do fazer jornalístico e que, embora possam ter particularidades de uma publicação para outra, costumam seguir a mesma ideia de clareza e concisão, apuração que envolva não apenas um lado do fato, critérios de noticiabilidade que possuem poucas divergências entre os jornalismo, um certo cuidado na relação com as fontes, dentre outros parâmetros para o exercício da profissão.

Ainda nesse contexto estão inseridas as questões éticas e deontológicas, que abarcam direitos, deveres, obrigações e responsabilidades dos agentes do campo. Entre essas, o valor de informar aquilo que é de interesse público é uma das mais proclamadas, ainda que nem sempre seja compatível com interesses econômicos das empresas, que, em última análise, percebem os produtos jornalísticos como mercadorias. É justamente esse um dos pontos de embate ou diferenciação entre algumas modalidades de jornalismo: o quanto a questão econômica pode ou não interferir na prática.

Um dos valores mais caros ao campo é o comprometimento com a verdade. Jornalistas não podem mentir, inventar, criar ou distorcer fatos conscientemente. Para tanto, mesmo não sendo um reflexo da realidade, o trabalho jornalístico segue, segundo Lippmann (2008), uma rotina padronizada que permite o encontro de matéria-prima para relatar. Para além de reconhecer a subjetividade das escolhas dos profissionais na elaboração da notícia, esse autor percebe que há pressão da concorrência, o interesse do anunciante, do dono do jornal e do leitor, dentre várias questões que precisam ser rapidamente resolvidas com o objetivo de entregar um produto finalizado e atrativo. É por conta dessa situação que a sistematização da rotina se faz indispensável. Não há repórteres suficientes para cobrir todos os fatos do mundo. A produção jornalística, assim, baseia-se em critérios – que não correspondem exclusivamente a todos os anseios de uma sociedade democrática.

Outra questão, fortemente evidente no campo jornalístico e que faz sentido pontuar aqui, é que sua estruturação envolve a oposição entre publicações “estabelecidas” (ou de referência, tradicionais) e aquelas *outsiders*. Enquanto as primeiras já possuem

“[...] recursos ligados à longevidade: imagem, redes organizadas de relações com as fontes e especialistas, prestígio acumulado pelas tomadas de decisão, furos inscritos numa memória social”, as *outsiders* precisam apostar em estratégias de risco (NEVEU, 2006, p. 65). Veículos que já detêm a hegemonia do campo possuem mais condições de continuar exercendo poder do que outros que não apresentam tais capitais.

Apesar de algumas diferenças, Colodeti (2016, p. 79) sustenta que tanto o jornalismo tradicional/hegemônico quanto o jornalismo alternativo/não hegemônico argumentam que seus trabalhos se sustentam sobre o interesse público – o que é visto pela autora como algo, a princípio, controverso: “[...] como o jornalismo alternativo se coloca como contraface daquilo que se afirma como o hegemônico reivindicando, em seu eixo central, exatamente a ideia base e legitimadora do jornalismo tradicional?”. Porém, ao distinguir o entendimento associado ao interesse público dos dois jornalisimos evidenciamos uma explicação: no tradicional, o ideal está associado ao surgimento da burguesia, que sempre entendeu como público um grupo específico, dotado de certo poder representativo – até se confundindo com a concepção de audiência; já no não hegemônico, o interesse público envolve a atualização do que é público, defendendo os direitos humanos e, assim, incluindo segmentos sociais marginalizados, muitas vezes não considerados no jornalismo tradicional.

Também se entende que, sendo derivações do mesmo campo, os dois jornalisimos em foco nesta pesquisa possuem muito mais aspectos compartilhados do que marcações de diferença. Concordamos com Kenix (2011) que há um *continuum* no sistema midiático, em que um jornalismo aproxima-se do outro, em movimentos não cíclicos, eventualmente atuando de forma cooperativa. Há disputas e distinções, mas também o contrário. Bossato Fernandes (2019) ratifica tal papel de complementaridade entre as duas modalidades ao diagnosticar que os meios alternativos não se colocam como oposição à mídia *mainstream*, mas como formas de favorecer o pluralismo no sistema midiático.

3.1 Valores e características do jornalismo hegemônico

O jornalismo hegemônico (também identificado como tradicional, convencional, comercial ou *mainstream*) representa a referência no campo jornalístico, seja por sua herança social, conquistada desde seu surgimento, seja pelo prestígio que consegue sustentar em razão dos capitais já adquiridos. Segundo Moretzsohn (2007, p. 106), é considerado de referência justamente porque carrega os princípios basilares que

consolidaram o jornalismo – aqueles que “[...] remontam ao projeto iluminista de esclarecer os cidadãos, forjado no contexto das revoluções liberais do século XVIII”. Ainda que para a pesquisadora esse jornalismo tenha sido bastante diferente do que temos hoje e até contraditório (originalmente estaria mais próximo a um “jornalismo de causas”, enquanto contemporaneamente estaria associado à imparcialidade), há uma explicação que desfaz essa incoerência: a mudança de quem é o agente de esclarecimento.

[...] já não mais o sujeito (que defende causas), mas o objeto (os ‘fatos’, que supostamente ‘falam por si’). Essa concepção começa a se estabelecer em meados do século XIX, coerente com a concepção de ciência prevalecente na época e [...] com os objetivos empresariais desse ‘negócio’ que é a produção de jornais. É o que contribui para encobrir, convenientemente, o caráter ideológico da atividade jornalística, juntamente com a confusão a respeito de seu papel de mediador, fundado na conceituação clássica (e idealista) de ‘quarto poder’ [...]. (MORETZSOHN, 2007, p. 107).

Assim, parte-se da compreensão de que as notícias seriam imparciais e que os cidadãos poderiam livremente tirar suas conclusões sobre o mundo. Miguel e Biroli, apesar de entenderem que a leitura crítica da objetividade e imparcialidade se expandiu nos últimos anos, atestam que o discurso jornalístico continua a ser produzido e entendido como “ponto de vista ‘universal’”, necessário para a legitimidade social do campo. Para os autores, a “[...] pretendida universalidade de ponto de vista permitiria a identificação de posições parciais em conflito e sua reconstituição justa num espaço público unificado, do qual a imprensa seria o espelho e o agente regulador [...]” (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 68). Tal papel emerge também da perspectiva de que a imprensa teria autonomia e independência para fiscalizar os poderes do Estado – algo que, de fato, sempre esteve transpassado por interesses outros, já que o campo jornalístico sempre teve condicionantes de ordem econômica, política e tecnológica.

Góes (2017, p. 80), ao traçar a história da conformação das tramas identitárias e da participação do jornalismo nesse processo, discorre sobre como os jornais ocidentais serviram a interesses estratégicos, encaixando-se “[...] nas esteiras políticas da formação das nações e nas esteiras econômicas das expansões coloniais, fortalecendo os interesses do capital e dos estados”. Assim, desde sua origem serviu a certos interesses e seu regime de visibilização conformou um modo de ver e perceber a realidade embasado na lógica de dominação colonial⁴⁵.

⁴⁵ Apresenta-se essa discussão no capítulo seguinte.

Os jornais, na medida em que eram meios para propagar e defender os interesses do capital, das elites nacionais e internacionais, davam visibilização dos ideais identitários mais desejáveis e dos mais indesejáveis ao país. Do final do século XIX até meados do século XX, quando o Brasil começou a se “modernizar”, o jornalismo foi disparando uma série de marcações para a definição dos acordos e dos desacordos sobre a identidade no país. O *Outro* não era mais o selvagem, o índio ou o negro africano do início da colonização, mas aquele identificado como o subproduto das miscigenações, um povo misturado e, essencialmente, pobre. Essa *diferença* incômoda, perigosa, inimiga era o mal que atrapalhava o desenvolvimento dos projetos da elite nacional e o futuro do país. (GÓES, 2017, p. 82, grifos do autor).

Portanto, entendendo que o jornalismo aciona o regime de visibilização para o desejado e o indesejado, Góes (2017) afirma que há uma colonialidade jornalística nessa concepção hegemônica da prática, direcionada pela ideologia das elites dominantes. O autor debruça-se sobre a construção do *Outro* no Brasil, elucidando o racismo constituidor das identidades nacionais. Contudo, esse pensamento colonial repercute em todos os âmbitos, inclusive nas impressões e compreensões do que é a natureza ou as mudanças do clima – foco desta pesquisa.

Essa ideia de que o jornalismo tradicional segue os valores do campo desde sua constituição – “[...] a notícia, a procura da verdade, a independência, a objetividade, e uma noção de serviço” (TRAQUINA, 2005, p. 34) – mascara o fato de que há um conflito entre objetividade e prestação de serviços de interesse público, no qual jornalistas acabam tomando algum partido. Miguel e Biroli (2010) lembram que, embora jornalistas possam divergir ideologicamente ou em termos de valores, costumam ocupar posições similares no espaço social, decorrentes de uma socialização e formação comum, o que evidentemente influencia na predominância de certas perspectivas em detrimento de outras. Assim, sob a “capa” da neutralidade, há uma universalização de algumas perspectivas, o que prejudica a manifestação da diversidade social e contribui para a manutenção de um *status quo* já estabelecido.

Somam-se a isso os interesses dos grandes grupos de mídia, fortemente conectados com os campos políticos e econômicos, que eclodem no fim do século XX, comprometidos com suas demandas, mesmo que esse processo não ocorra sem conflitos. Guilbert (2020) recorda que o poder político e o poder dos meios de comunicação estão fortemente entrelaçados, de modo que suas visões de mundo são semelhantes e os conteúdos são produzidos por e para aqueles que logram algum benefício. Logo, mesmo que existam discursos sobre neutralidade, imparcialidade e objetividade, aqui tomados com o sentido amplo de distanciamento e isenção nos relatos dos fatos, o trabalho jornalístico inclui certas camadas de subjetividades, desde o modo de ver o mundo de

quem constrói a notícia até as pressões e fronteiras que delimitam o formato e os valores da empresa para a qual o jornalista trabalha, o que passa pelos interesses de mercado e, conseqüentemente, do público consumidor.

Desse modo, a objetividade, que pode ser vista como uma versão da verdade, é o conceito mais central em relação à qualidade de informação e tem relações com o princípio de liberdade (MCQUAIL, 2013); é um aspecto-chave para entender a ideologia do modelo liberal de imprensa (ALSINA, 2009); pode estar associada com procedimentos de rotina, sendo “um ritual estratégico de defesa” (TUCHMAN, 2016), entre outras várias interpretações que, mesmo rechaçando a ideia de que o jornalismo é mero reflexo da realidade e apontando seus limites, ainda sustentam a ideia de que a objetividade impera sobre a prática de referência. McQuail (2013) pontua que, de forma geral, a ideia de objetividade ainda é encarada pelo público como fator de credibilidade e confiança, sendo inclusive um valor de mercado para os meios de comunicação.

O jornalismo hegemônico, grosso modo, não contesta a ordem vigente, sendo parte dela. Miguel e Biroli (2010, p. 72) afirmam:

Nos padrões convencionais do jornalismo, os discursos hegemônicos são reproduzidos como portadores de valores “universais”. Os contra discursos, por sua vez, são silenciados ou não se tornam públicos a não ser como estereótipos verbais, oscilando entre a mimese dos padrões dominantes de expressão e sua apresentação como “outros” absolutos.

Colodeti (2016), ao lembrar a história do surgimento da imprensa brasileira, assinala que, no período colonial, informação e opinião não eram vistas como conteúdos distintos e, até meados do século XX, os valores em vigor hoje não eram os mesmos, predominando características literárias e estilos autorais. A mudança ocorre a partir dos anos 1950, sob influência dos Estados Unidos, quando as notícias ganham um tom mais impessoal e direto. Desde então, a racionalidade científica, principalmente a partir da objetividade, começa a adentrar no campo jornalístico, na tentativa de inserir rigor e, portanto, dar validade à prática.

Conforme Colodeti (2016), apesar das mudanças pelas quais o jornalismo vem passando, ele continua operando hoje conforme a visão de Comte, que remonta ao século XIX. É importante sublinhar, contudo, que os princípios que sustentam esse jornalismo de referência não são imutáveis, sofrendo transformações com o passar do tempo. McQuail (2013) destaca que, embora não haja uma mudança fundamental nas normas que

mantêm o jornalismo, a força relativa entre elas é alterada, além das disputas dentro do campo se transfigurarem com o passar do tempo. Para ele,

O número crescente de canais alternativos de mídia, em particular, reduziu a pressão sobre os meios aparentemente ‘dominantes’ (p. ex. jornais ou televisão de âmbito nacional) para que cumpram alguns papéis percebidos como públicos. Provavelmente há menos receio de monopólios de mídia, mesmo com tendências à concentração, porque o potencial da concorrência é maior. Um maior número de canais de mídia também parece prometer mais diversidade, embora a qualidade dessa diversidade esteja longe de ser assegurada. (MCQUAIL, 2013, p. 203).

Nesse sentido, é importante retomar o que Castells (2015) discute em relação à concentração da propriedade dos meios, que está cada vez maior nesse cenário. Embora a comunicação digital possibilite a diversificação e o fato de qualquer receptor ser também emissor de informações, retirando a exclusividade da comunicação para muitos dos meios de comunicação tradicionais, a recepção de tais mensagens não é homogênea. O sociólogo espanhol destaca que a desigualdade se amplia, pois não há o mesmo tipo de acesso para todos, ainda que, para alguns, essa nova capacidade de comunicação em rede possa promover projetos, defender interesses e afirmar outros valores. Devemos olhar com cuidado para as potencialidades do universo digital, já que aquele jornalismo com mais capitais simbólico e econômico acumulados tende a conseguir maior espaço e força na web, reproduzindo sua situação de hegemonia mesmo em um espaço supostamente mais democrático. Haubrich (2017) sublinha essa questão, destacando a ação dos sujeitos e movimentos para o desenvolvimento de um sistema midiático mais democrático.

3.2 Valores e características do jornalismo não hegemônico

O jornalismo não hegemônico abrange uma ideia ampla que remete às produções de meios que não são considerados de referência e/ou não dominam o mercado, debruçando-se sobre temas e abordagens que tendem a ser menosprezadas ou silenciadas pela imprensa tradicional. Embora entendamos que nem todo jornalismo não hegemônico assume posições contestatórias, adotamos essa denominação por compreender que outros conceitos são mais restritos e poderiam não refletir os posicionamentos ideológicos (diferentes) dos três veículos analisados nesta pesquisa. Assim, abarcamos nessa compreensão mais ampliada os conceitos de jornalismo alternativo, independente e contra-hegemônico, que, apesar de suas especificidades, diferenciam-se estruturalmente e, muitas vezes, editorialmente dos veículos chamados hegemônicos.

O jornalismo alternativo existe desde o princípio do que entendemos por jornalismo (CARVALHO; BRONOSKY, 2017; CARVALHO, 2014). Em resposta ao modo de fazer do jornalismo que prevalece em cada época, há um jornalismo que surge como alternativa, na tentativa de ser e fazer algo diferente. “Ao longo da história do campo, sempre existiram movimentos de contestação, oposição ou mesmo modulação das práticas dominantes [...]” (COLODETI, 2016, p. 14). Isso significa que, apesar de marcar um contraponto em relação ao jornalismo hegemônico, não há um rompimento total com os valores e normas do campo, mas a persistência de tentar redefinir parâmetros e critérios (COLODETI, 2016).

No Brasil, o jornalismo nasceu a partir da perspectiva alternativa. Afinal, o *Correio Braziliense*, fundado por Hipólito José da Costa em 1808, em Londres, contribuiu para difundir os relatos sobre a luta pela independência em relação a Portugal (AGUIAR, 2008 *apud* COLODETI, 2016), demonstrando de forma explícita sua oposição à *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal do país, que estava sob controle da família real.

Carvalho e Bronosky (2017) discutem a etimologia do termo e destacam que o alternativo remete a uma opção ao modelo predominante, sendo uma modalidade que tenta fugir dos condicionamentos estatais ou comerciais que diminuem o compromisso da prática com o interesse público. Oliveira (2009, p. 6) afirma que esse jornalismo pretende ser radicalmente democrático, passando “[...] pela abertura dos espaços midiáticos a todos os segmentos sociais, rompendo com o cerco da agenda de fontes oficiais; pela plena referência na produção das informações no sujeito-cidadão e não no sujeito-consumidor”. O autor contrapõe o jornalismo calcado em interesses econômicos particulares, de caráter mercantil, que percebe os leitores como consumidores, ao jornalismo alternativo, embasado no interesse público e preocupado com as demandas da maioria da sociedade, de modo a corresponder a uma esfera pública de fato. Mais do que defender um projeto político, econômico ou ideológico, o jornalismo alternativo crê que pode fazer algo diferente.

Para Carvalho (2014), ainda que haja reconhecimento de que tal prática se aproxima de grupos sociais que questionam e se opõem ao poder ou à situação hegemônica, jornalismo alternativo não é sinônimo de jornalismo contra-hegemônico, já que é possível encontrar muitas características do jornalismo hegemônico (como a adoção do princípio da objetividade, que se reflete no tom impessoal e na estruturação do texto em formato de pirâmide invertida) no jornalismo alternativo. Não é um jornalismo que se

opõe a todos os preceitos e valores do jornalismo hegemônico (ou convencional⁴⁶, segundo Carvalho (2017)), mas que apresenta aspectos próprios que caracterizam um outro olhar para a realidade e que não visa ao lucro.

O adjetivo “independente” também não é sinônimo de alternativo. De acordo com Carvalho e Bronosky (2017, p. 33), o jornalismo alternativo é independente das relações com os grupos empresariais, mas nem todo jornalismo dito independente é alternativo, pois “[...] as temáticas podem não propor uma perspectiva dialética da realidade”. Colodeti (2016) ratifica que o termo “independente” busca evidenciar a liberdade da produção jornalística em relação aos condicionamentos econômicos das empresas, de seus anunciantes ou de outros grupos que sustentam o jornalismo.

O jornalismo alternativo possui, em alguma medida, relação com o popular. Colodeti (2016) ressalta que as expressões “jornalismo cidadão”, “jornalismo radical”, “jornalismo popular” e “jornalismo comunitário” geralmente são ligadas a formas de se comunicar dos movimentos sociais. Embora possam carregar traços semelhantes ao alternativo e inclusive compartilhar características e valores, tais definições costumam englobar práticas não profissionais de comunicação jornalística, incluindo no exercício da atividade cidadãos que, muitas vezes, apenas reproduzem o formato da notícia ou reportagem, sem entender seus valores, limitações e responsabilidades. Carvalho (2014, p. 130) diz que a cultura popular faz parte dos conteúdos do jornalismo alternativo, mas que a divulgação de tais conteúdos é insuficiente para definir o conceito, já que incluiria o que o autor chama de “amadorismo dos divulgadores de informação ou comunicadores populares”.

Para além da aproximação com o popular e com as classes sociais marginalizadas, da crítica ao poder vigente (colocando-se como uma opção diferente ao que já está estabelecido), a proposta do jornalismo alternativo não tem como finalidade principal o lucro, o que implica em dizer que há, recorrentemente, problemas de sustentação econômica (o que reflete na efemeridade das publicações dessa modalidade). Ao contrário do valor da imparcialidade/neutralidade/objetividade, esse jornalismo aceita a ideia de um posicionamento – aquele que questiona o que foi naturalizado pelo jornalismo hegemônico. Colodeti (2016, p. 14) ressalta:

⁴⁶ Para Carvalho e Bronosky (2017), jornalismo convencional refere-se às práticas de produção de conteúdos que são estabelecidas pelos fins comerciais, sendo o alternativo entendido como conceito oposto por não considerar o lucro como principal condicionante.

[...] o jornalismo alternativo se coloca como aquele que critica e modula, entre outras coisas, as convenções de fontes de notícias; os modos de representação; as regras e contratos estilísticos dos modelos narrativos; a economia hierárquica e capitalizada do jornalismo comercial e o papel subordinado do público.

Oliveira (2009) afirma que o fazer jornalístico alternativo assume uma postura de “ativismo iconoclasta”, acreditando que outro mundo é possível. Já Colodeti (2016, p. 71-72) defende que neste jornalismo há um engajamento “[...] em relação ao um (*sic*) compromisso com o interesse público dos temas abordados e uma busca contínua pela independência financeira, ou pelo não alinhamento às instituições de mercado que representam hoje, na política neoliberal, a grande instância de poder.”. Por fim, Carvalho e Bronosky concordam que, mesmo se articulando com os valores do campo para se diferenciar dos amadores, princípios de objetividade e imparcialidade são menos presentes na prática jornalística alternativa. Os autores ponderam que “[...] os limites estão mais borrados, uma vez que é marca desse jornalismo a expressão explícita do posicionamento político sobre determinadas questões, sobretudo no que diz respeito a aspectos humanistas.” (CARVALHO; BRONOSKY, 2017, p. 35).

Kenix (2011) ressalta que a mídia com vertente alternativa historicamente tem sido associada à força de uma mudança social. Por isso, a discussão da comunicação cidadã e do próprio ativismo ou engajamento político se fazem presentes.

Atualmente, podemos afirmar que, mais do que um jornalismo anticapitalista, antiempresarial e anti-industrial (BECKER, 2009), o alternativo pode ser entendido de múltiplas formas. Colodeti (2016, p. 59) assinala que esse jornalismo não apenas contesta o modelo vigente e “[...] não consiste somente na transmissão de conteúdos alternativos, mas também na apresentação de novas possibilidades de ambiências e narrativas”. Em consonância, Bossato Fernandes (2019, p. 310) afirma que tais conteúdos precisam ser ampliados e consolidados, de modo a “[...] contribuir diretamente para inspirar transformações sociais, em busca de uma sociedade menos desigual e mais justa”. Já Haubrich (2017, p. 32) sublinha que o jornalismo alternativo deve ser “[...] crítico, problematizador, questionador e transformador”, de modo a favorecer a emancipação das classes populares.

Ressaltamos que, nesta pesquisa, a opção adotada para se referir àqueles jornalismo que se diferenciam dos valores historicamente vinculados ao jornalismo hegemônico, já apresentados, é “não hegemônico”, por sua capacidade de abarcar conceitos mais específicos, acolhendo uma diversidade de outras formas de pensar o

jornalismo que não são dominantes. Os veículos digitais analisados nesta pesquisa possuem aspectos ligeiramente diferentes entre si, mas todos se enquadram em oposição ao que se reconhece por imprensa hegemônica: possuem estruturas de negócios menores, realizam jornalismo comprometido com a sustentabilidade, têm processos de produção mais flexíveis, com diferentes arranjos, e abrem mais espaço para vozes e abordagens questionadoras do *status quo*.

3.3 Diferenças entre as modalidades jornalísticas

Cada modalidade de jornalismo interpreta e mobiliza os valores consolidados no campo jornalístico – como o compromisso com a verdade e a ideia de prestação de serviço público – de uma maneira, sob um viés ideológico próprio. Teoricamente, enquanto o hegemônico reveste-se da perspectiva da objetividade para soar neutro ou imparcial seu discurso sobre o mundo (porque, recordamos, sempre será posicionado), o não hegemônico assume o lado dos oprimidos, contrapondo-se àquilo que é divulgado pelos meios dominantes. No mundo real, entretanto, tais posicionamentos são mais difusos e nem sempre a distinção é tão demarcada.

Becker (2009) destaca que, no decorrer da história da imprensa brasileira, o jornalismo alternativo constitui-se sempre como um jornalismo de oposição, contestando a suposta neutralidade e a objetividade advogadas pelo modelo norte-americano. A pesquisadora assinala que o jornalismo empresarial (associado ao hegemônico) sempre esteve atrelado aos governantes, recebendo benefícios, ao invés de defender a democracia, a liberdade, a verdade. A objetividade, nesses casos, foi subjugada em prol de interesses particulares.

A fim de garantir a pluralidade democrática, reconhecida pelo campo jornalístico como um de seus principais papéis sociais, mais do que dar voz sob o olhar dos meios hegemônicos, é preciso, como alega o jornalismo não hegemônico, permitir que diversos grupos sociais, sobretudo os que são marginalizados ou esquecidos pela mídia tradicional, tenham seus próprios meios de comunicação.

Diante do exposto, sublinhamos o que diz Colodeti (2016): o jornalismo alternativo não é apenas a oposição do hegemônico, sendo forjado também a partir de pontos convergentes, comuns ao campo jornalístico. Os valores comuns do campo são incorporados/interpretados de acordo com suas posições ideológicas. Entendemos que a polarização percebida entre as modalidades revela a disputa de poder existente dentro do

campo jornalístico por agentes-jornalistas situados em posições diferentes e, portanto, com perspectivas de mundo também divergentes, mas não necessariamente opostas.

Nesse mesmo sentido, o trabalho realizado por Bossato Fernandes (2019), a partir de conteúdos jornalísticos alternativos no Brasil, em Portugal e na Espanha, assinala que há um duplo movimento dos meios alternativos: ao mesmo tempo que tendem a reafirmar princípios e valores do jornalismo hegemônico, até para garantir um *status* de profissionalismo, atuam para se distinguir e fomentar uma outra identidade, na qual se ressalta o compromisso com a denúncia das injustiças sociais. Conteúdos ditos *mainstream*, assim, são replicados pelos grupos alternativos, até porque a escolha dos acontecimentos é orientada por critérios de noticiabilidade tradicionais, resultando na divulgação de eventos com celebridades ou autoridades públicas, que destoem da ordem “normal” do dia, que reúnam grande quantidade de pessoas e tenham proximidade geográfica, só para citar alguns. Entretanto, nos veículos alternativos, há sempre uma tentativa de incluir outros elementos, alinhados com o engajamento político assumido.

Em razão dos critérios adotados, condizentes, em boa parte, com a prática dominante, as fontes consultadas tornam-se similares, desperdiçando a oportunidade de deixar falar os oprimidos. Bossato Fernandes (2019, p. 298-299), ao tratar do discurso audiovisual de meios alternativos, observa que muitas vezes as fontes preferenciais são os ativistas – e não qualquer um deles, mas os representantes:

São noticiadas preferencialmente situações lideradas por movimentos sociais organizados, e suas lideranças se inserem entre as fontes mais acionadas, se estabelecendo como uma contra-elite⁴⁷ informativa. Também se prioriza a fala de especialistas e dos próprios jornalistas, que muitas vezes dispensam as entrevistas, ao se colocarem como porta-vozes dos grupos mais vulneráveis. Pessoas comuns falam, mas muitas vezes sem ser identificadas, para ilustrar o discurso visual e gerar empatia, mas como parte de um coletivo, e não como sujeitos individuais, que têm uma história própria e problemas singulares.

Dessa maneira, são vários os elementos do processo jornalístico que precisam ser considerados quando pensamos nas aproximações e distanciamentos de tais modalidades. O próprio enquadramento positivo dos temas tende a ser um aspecto de distinção. Relembramos que, para Pepermans e Maesele (2017), *advocacy journalism*, *constructive journalism* e *slow journalism* são propostas ligadas ao jornalismo alternativo (abarcado aqui pela concepção de não hegemônico), que, em razão de seu compromisso com o

⁴⁷ Conceito usado pela autora a partir de ATTON, Chris; WICKENDEN, Emma. Sourcing routines and representations in alternative journalism: a case study approach. *Journalism Studies*, v. 6, n. 3, p. 347–359, 2005.

interesse público, trabalham não apenas com as *bad news*, mas com saídas, respostas ou soluções, além de promover a reflexão e o comprometimento com causas sociais⁴⁸. A proposta do jornalismo construtivo (*constructive journalism*), também conhecido como jornalismo de soluções, é promover relatos mais abrangentes, contextualizados, que se concentrem nas respostas e não somente nos problemas da nossa sociedade. Segundo a *Solutions Journalism Network*⁴⁹, a proposta é chamar a atenção para as soluções dos problemas sociais, pois acredita-se que a cobertura centrada apenas nos problemas acarreta desânimo e não promove engajamento político. Esta pesquisa também busca observar se os meios não hegemônicos digitais em análise elaboram discursos concordantes com tais práticas, de modo a contribuir com a cobertura climática.

Por fim, apresentamos um quadro comparativo, elaborado por Moernaut e Mast (2018, p. 129), que representa as posições/perspectivas dos dois tipos de jornalismo⁵⁰ em questão em termos de contexto, conteúdo e processo de produção:

QUADRO 1 – COMPARAÇÃO ENTRE AS MODALIDADES DE JORNALISMO

	Jornalismo <i>mainstream</i>	Jornalismo alternativo
	Perspectiva “de cima para baixo”	Perspectiva “de baixo para cima”
Contexto	Comercial, institucionalizado, com pressões e valores corporativos/políticos.	Anticomercial, desinstitucionalizado, com cooperação de movimentos, dependente de subsídios da fundação e patrocínios.
Conteúdo	Rotinas e valores-notícias (atendendo às pressões comerciais de cima para baixo). Entre outras características: • hierarquia de acesso: prevalência de fontes de elite; • foco em eventos, conflito, proximidade, ambiguidade, consonância, personalização...	Abandono parcial – mas não total – das rotinas e dos valores-notícia tradicionais. Entre outras características: • hierarquia de acesso “invertido”, com espaço para ONGs, movimentos populares, cidadãos ou pessoas que falam em seu nome. • foco em contextos mais amplos/contextualizados e histórias positivas em favor das minorias...
Processo de produção	Hierárquico – coordenado por um pequeno grupo de jornalistas (de elite), que está separado do público; Organização bastante rígida da redação.	Igualitário – obscurecimento das fronteiras entre jornalistas e público (cidadão-jornalistas); Jornalistas assumem vários papéis (organização flexível).

FONTE: Moernaut e Mast (2018, p. 129), tradução nossa.

⁴⁸ Outras tipologias de jornalismo poderiam ser citadas aqui, como o jornalismo cívico ou cidadão, alinhado com a perspectiva da participação; entretanto, opta-se por não expandir esse trecho do estudo em razão de os objetivos de pesquisa estarem direcionados para outra discussão, sendo essa uma associação secundária no escopo do estudo.

⁴⁹ Disponível em: <https://www.solutionsjournalism.org/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

⁵⁰ Como já afirmado neste texto, usa-se a nomenclatura adotada pelos autores, entendendo que *mainstream* refere-se ao hegemônico e alternativo, ao não hegemônico.

Face a essa diferenciação, fica evidente que o jornalismo não hegemônico se coloca mais ao lado da perspectiva do Sul, crítica e participativa, seguindo um fluxo de baixo para cima. De acordo com Moernaut e Mast (2018), é essa modalidade que pode ser considerada central nos processos de mudança. O contexto dos meios não hegemônicos permite que eles sejam radicais e engajados a respeito dos conteúdos e dos processos de produção, propondo alterações significativas nas representações que circulam pela sociedade. Entretanto, vale salientar, tais enquadramentos não significam uma ruptura por si só, sendo necessário observar seus discursos e, conseqüentemente, suas posições ideológicas.

4 A PERSPECTIVA DO SUL E O JORNALISMO AMBIENTAL⁵¹

Os referenciais epistemológicos colocados pela Modernidade como universais são deslocados e as interpretações se multiplicam na busca de projetos de futuro sustentáveis, dignos e libertários.

Maria Esther Ceceña
(In: ACOSTA, 2016a, p. 95)

A maioria das pesquisas feitas sobre comunicação/jornalismo e mudanças climáticas foi conduzida por falantes de língua inglesa. Tais propostas são, portanto, atreladas a outras realidades sociopolíticas. São recentes os estudos voltados à cobertura do clima na América Latina e ainda mais os teoricamente sustentados pela perspectiva do Sul. Mercado (2012) sinaliza que as principais abordagens de pesquisa sobre mudanças climáticas reportam-se à mídia ocidental, especialmente jornais dos Estados Unidos na década de 1990, com foco em como o ceticismo aparece quando se trata do tema. Recentemente, estudos sobre esse binômio estão recebendo mais atenção em outros países, mas ainda como um investimento esporádico e pontual, como acontece na área de comunicação ambiental de uma forma mais ampla.

Quando se escolhe o ponto de vista do Sul, privilegiamos os saberes e as ações locais, oriundos de uma vivência, e não simplesmente seguir as orientações do pensamento eurocêntrico. Os estudos pós-coloniais podem ser caracterizados como aqueles que reúnem produções teóricas advindas essencialmente das chamadas “zonas periféricas”, com o propósito de revelar as ambivalências presentes no paradigma da modernidade (LEDA, 2015); já os decoloniais⁵² fazem a crítica ao eurocentrismo teórico das Ciências Sociais, “[...] a partir dos diálogos e publicações de intelectuais de vários países da América Latina, dentre os quais se encontram Enrique Dussel, Immanuel Wallerstein, Edgardo Lander, Anibal Quijano e Walter Mignolo” (LEDA, 2015, p. 112). Ambos os grupos trabalham com uma perspectiva contra-hegemônica, buscando revelar as contradições presentes na matriz intelectual dominante. De forma similar, Boaventura de Sousa Santos e Paula Meneses (2010) lançam a perspectiva das epistemologias do Sul, fomentando um outro olhar sobre a ciência moderna (centrada na investigação de causas

⁵¹ Uma versão deste capítulo foi submetida como ensaio à **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, com publicação prevista para o começo de 2021.

⁵² Apesar de práticas anticolonizadoras serem encontradas ao longo da história, Mignolo (2013) sinaliza que os fundamentos dos estudos decoloniais surgiram na Conferência de Bandung, em 1955, quando países asiáticos e africanos se reuniram para discutir uma outra via, a da descolonização.

e não das consequências, que costumam ser mais sentidas por aqueles que sofrem a dominação) e reconhecendo conhecimentos que são ignorados ou submetidos às lógicas do capitalismo – que, segundo Porto-Gonçalves (2006), sempre foi fossilista –, do colonialismo e do patriarcado.

Para Beck (2017), o surgimento dos Estados-nação europeus só foi possível porque houve exploração de recursos e seres humanos nos territórios que eram colônias. Havia uma ideologia que permitia, de certo modo, que os europeus justificassem sua crueldade e violência: a de que aqueles que não eram cristãos só poderiam ser escravos.

É por isso que o colonialismo tem de ser entendido como um enredamento hierárquico entre o centro e a periferia. A estabilidade do poder colonial baseava-se sobretudo no facto de uma noção de inferioridade e de primitivismo estar impressa nos colonizados pela violência, ideia que, efetivamente, se tornou parte da compreensão de si próprios. (BECK, 2017, p. 77).

Ainda que o período conhecido como colonial tenha se encerrado a partir das independências, a lógica colonialista permanece presente de diferentes formas. Castro-Lara (2016) sinaliza que, na América Latina, as formas de dominação da época colonial continuam ocorrendo por meio de outras técnicas e de outros atores que assumem os papéis de dominadores. Quijano (2010, p. 84) ressalta que “a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista”.

Mais do que apontar o que diferencia cada uma dessas correntes teóricas, propomos sublinhar o que elas possuem em comum, de modo a compreender como o Jornalismo se insere neste contexto. Tal perspectiva, derivada desse movimento anticolonial, ainda é recente. Em 2016 a *Chasqui – Revista Latinoamericana de Comunicación* publicou um dossiê sobre as relações dessa perspectiva com os estudos da Comunicação⁵³. No editorial, Sierra Caballero (2016) faz menção a uma “Comunicología del Sur”, lembrando que os estudos comunicacionais latino-americanos precisariam atualizar o que já foi discutido em termos de democratização da informação como ponto fundamental para os direitos humanos. Aspectos evidenciados hoje pelos estudos pós-coloniais/decoloniais não são novidade para os pesquisadores latino-americanos da área:

Ciertamente, la apuesta por formas diferentes de ver el mundo, de interpretar e intervenir en él, constituye una tradición epistémica propia del pensamiento latinoamericano desde su génesis, construyendo nuevas bases y estilos de conocer y representar el universo a partir de formas comunitarias, inspiradas

⁵³ Disponível em: https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/issue/view/131_2016/showToc. Acesso em: 24 fev. 2021.

en la filosofía de la liberación y la cultura de la resistencia, que hoy, a fuerza, deberían ser enriquecidas además por la emergencia reciente de los movimientos indígenas en una nueva lógica de compromiso intelectual⁵⁴. (HERRERA HUÉRFANO; SIERRA CABALLERO; DEL VALLE ROJAS, 2016, p. 81).

Contudo, a adaptação e a adoção do modelo neoliberal em um contexto de globalização, consideradas como algo inevitável (GUILBERT, 2020), permitem a continuidade da negação de outras formas de ser e pensar, que inicialmente foram impostas no colonialismo (CASTRO-LARA, 2016). Ainda que o campo comunicacional tenha tido sempre movimentos de luta contra o pensamento dominante vindo do Norte Global, o desenvolvimento da Comunicação como campo científico foi limitado a uma ideia do que é comunicacional a partir dos sistemas de investigação científicos ditados pelo Ocidente, que formaram boa parte dos primeiros pesquisadores do Sul e que até hoje formatam uma determinada maneira de pensar (caso contrário, não há reconhecimento dos pares, não há estatuto científico, não há possibilidade de a produção ser entendida como ciência).

Guilbert (2020), ao analisar as evidências do discurso neoliberal na mídia, mostra como tal ideologia se impõe como uma “força natural”, como se as reformas ou processos de modernização fossem, ao mesmo tempo, externas e independentes da vontade dos homens. No caso do desafio ambiental ou climático, tal discurso se repete, evidenciando que não é possível se desenvolver (e acabar com a miséria e desigualdades sociais) sem gerar externalidades negativas; “é o custo do progresso”, enfatizariam alguns – como se a compreensão fosse monolítica.

No que toca às questões ambientais, esse discurso se mescla às ideias de “desenvolvimento sustentável” e “modernização ecológica”, afirmando ser possível conciliar a proteção ambiental, a justiça social e o crescimento econômico (CARVALHO *et al.*, 2011) e permitindo que a lógica hegemônica siga adiante. Também as ideias de economia verde, crescimento verde, negócios verdes ou esverdeamento das atividades produtivas seguem nesse rumo. Mais recentemente, por conta da paralisação das atividades econômicas forçada pela pandemia de covid-19, o discurso da recuperação verde ganhou evidência, como um caminho possível para retomar a economia e contribuir

⁵⁴ Em tradução livre: “Certamente, a aposta por formas diferentes de ver o mundo, de interpretar e intervir nele, constitui uma tradição epistêmica típica do pensamento latino-americano desde sua gênese, construindo novas bases e estilos de conhecer e representar o universo a partir de formas comunitárias, inspiradas na filosofia da libertação e na cultura de resistência, que hoje, à força, deveriam ser enriquecidas também pela recente emergência dos movimentos indígenas em uma nova lógica de compromisso intelectual”.

com a mitigação das MCs. Todavia, tais discursos, revestidos com nomenclaturas novas, mas que perseguem a continuidade da economia extrativista e intensiva em energia, não são, de fato, soluções para as mudanças do clima, já que “[...] é justamente a escassez e a contaminação de recursos, produzidas pela economia atual, que geram valor aos ‘ativos ambientais’ da economia verde.” (MORENO, 2016, p. 292). Essa discussão será retomada no capítulo 5.

4.1 Questão colonial: assimetrias e violências persistentes

Ainda que o colonialismo, regime de poder instalado por ocasião dos processos históricos de colonização, tenha se extinguido na maioria dos territórios, a colonialidade – herança desse processo, que mantém, nos diferentes âmbitos sociais, relações de poder assimétricas – permanece presente de diferentes formas até os dias de hoje. Apesar das independências, o mundo pós-colonial continua a viver sob a matriz colonial de poder⁵⁵ (GREEN, 2013), o que significa a perpetuação das estruturas mentais e materiais de dominação. Lander (2005) afirma que, apesar de serem mobilizados recursos históricos diferentes – desde a evangelização, a civilização, a modernização até a globalização –, prossegue a ideia de que há um padrão civilizatório, entendido naturalmente como superior e normal – o europeu –, que deveria ser universalizado.

Ao se colocar relevo na questão colonial, objetiva-se apontar a dominação epistemológica que acarretou a supressão de muitas formas de saber e ser, de modo a privilegiar o pensamento eurocêntrico, do colonizador, que se tornou único. Sousa Santos (2010) chama esse pensamento moderno ocidental de abissal, composto por distinções visíveis e invisíveis que separam de forma radical aquilo validado e respeitado pelo Ocidente de outras formas de conceber e existir no mundo.

Os estudos centrados na questão colonial emergem, de forma esparsa, nos anos 1950 e propõem uma nova forma de observar e fazer o mundo, que discute a hegemonia do pensamento do Norte Global. Vários grupos, com diferentes denominações⁵⁶

⁵⁵ Conceito cunhado originalmente por Aníbal Quijano, a matriz colonial de poder parte de quatro domínios inter-relacionados: 1) controle da economia, 2) da autoridade, 3) do gênero e da sexualidade, e 4) do conhecimento e da subjetividade, sendo sustentado pelo fundamento racial e patriarcal do conhecimento (MIGNOLO, 2017).

⁵⁶ Na América Latina destaca-se o projeto de investigação Modernidad/Colonialidad, que possui forte diálogo com as discussões do pós-colonialismo, estudos subalternos e a perspectiva de sistema-mundo, desenvolvida por Immanuel Wallerstein, e “[...] se organiza a partir de una crítica de base histórico-cultural y epistemológica de la modernidad, cuestionando las grandes narrativas interpretativas de la misma, a lo largo de cinco siglos” (ALIMONDA, 2011, p. 23).

(anticolonial, decolonial, pós-colonial, etc.), posicionam-se contra a ideia do pensamento único e homogeneizante, que desumaniza e oprime o outro em razão de seus interesses. Assim, tratar da questão colonial é admitir que a divisão Norte-Sul⁵⁷ ainda influencia territórios e modos de ser e existir, pois há modelos de desenvolvimento e conhecimento que são considerados e validados e outros não, de acordo com a perspectiva de quem detém poder econômico, político e social.

A opção decolonial não pretende ser a única, mas busca se afirmar como mais uma alternativa e coexistir com outras, revelando, assim, que não há apenas um caminho universal (MIGNOLO, 2017). Boaventura de Sousa Santos (2010), a partir de suas epistemologias do Sul, sustenta que a compreensão do mundo é mais ampla que a imposta pelo mundo ocidental; que a diversidade do mundo é infinita; e que não há uma única teoria capaz de apreender tal diversidade. Logo, a crítica colonial visa desocultar os processos de produção e valorização de conhecimentos, assim como as relações de destruição, discriminação e subjugação – que foram naturalizadas a partir do colonialismo e do capitalismo, fenômenos que atuam de forma conjunta – e iluminar as inúmeras possibilidades existentes, até então desconsideradas pelo pensamento dominante.

Porto-Gonçalves (2006, p. 14), ao tratar da construção do sistema-mundo moderno-colonial, recorda que o surgimento da modernização se dá com a colonização, sendo “a descoberta da América decisiva para a consolidação da hegemonia europeia no mundo [...] às custas de servidão, escravização, etnocídio, genocídio e ecocídio”. O que depois foi chamado de “processo de globalização” nasce dessa exploração, com distribuição desigual de proveitos e rejeitos, e as relações predatórias atravessam as relações sociais até hoje. Embora o autor separe por períodos o avanço da globalização, iniciando em 1492, é possível ver como as fases são sempre incorporadas ao modelo seguinte, repaginando entendimentos e formas de expressar a colonialidade.

Martins e Espinoza (2018) sublinham que a lógica do desenvolvimento hegemônico, calcada na racionalidade econômica moderna (LEFF, 2001), que exclui a possibilidade da copresença dos dois lados da linha (SOUSA SANTOS, 2010), se submete ao paradigma epistêmico colonial, obrigando atores do Sul Global a seguir e aceitar aquilo que provém do Norte Global. Na mesma perspectiva, Cajigas-Rotundo

⁵⁷ Tal divisão não se dá em relação aos lugares geográficos, mas pode ser apreendida como metáfora da exploração e marginalização.

(2007) ressalta que a modernidade⁵⁸ e a colonialidade são duas faces de uma mesma moeda, ou seja, integram um mesmo sistema que depende da distribuição assimétrica do poder e da extração sem limites dos territórios coloniais. Para Mignolo (2017), a colonialidade é o “lado mais escuro” da modernidade, que se origina na Europa, mas se expande globalmente. Já Alimonda (2011) destaca que a questão colonial pode ser considerada o seu fenômeno fundante.

A construção retórica da modernidade se mantém porque consegue atualizar seus mecanismos de dominação e exploração a partir de novos discursos, que, na verdade, são (re)formatados de modo a permitir que o sistema continue colonizando. No princípio, a modernidade representava a salvação religiosa, atuando a partir, principalmente, da conversão ao cristianismo; mas depois ela avançou sobre os não europeus sob o pretexto do progresso, do desenvolvimento, da modernização e até do estabelecimento da democracia. Para além da retórica, os fundamentos epistêmicos também sofreram mutações ao longo dos séculos: a teopolítica veio primeiro, depois a egopolítica e, por fim, o pensamento tecnológico (MIGNOLO, 2017).

Nesta pesquisa evidenciamos que a manutenção da colonialidade é sustentada também pela exploração do ambiente. “A colonização da natureza e a hegemonia do conhecimento eurocêntrico⁵⁹ são processos complementares, já que estão no centro de uma disputa sobre o poder de nomeação da moderna crise ambiental” (MARTINS; ESPINOZA, 2018, p. 104). Mais do que reconhecer a questão da natureza como pano de fundo para a crítica colonial, assumimos, como Mignolo (2017, p. 6), que ela “[...] poderia também ser assinalada como o quinto domínio da matriz colonial, em vez de considerá-la como parte do domínio econômico”.

Walsh afirma que a colonialidade da Natureza (ou da Mãe Terra) é muito mais que a exploração de bens naturais; afinal, a relação com os modos de viver e a humanidade também estariam incluídos. A colonialidade da natureza seria a própria colonialidade da vida, “[...] la que da sustento a los sistemas integrales de vida y a la humanidad misma” (WALSH, 2008, p. 138). Dominar, explorar e conquistar o ambiente é algo fundamental

⁵⁸ A modernidade é forjada no ideal cartesiano, que separa sujeito e objeto, homem e natureza, tendo como princípios “ideais” a razão universal, a liberdade social e os direitos individuais (LEFF, 2016).

⁵⁹ Importante dizer que o eurocentrismo não é uma questão de geografia, mas de epistemologia, como pontuam os autores que tratam da colonialidade. Concordando com Porto-Gonçalves (2005), a crítica ao eurocentrismo que permeia esta pesquisa diz respeito à sua episteme e à lógica, que funciona por meio de reducionismos e separações.

para a manutenção da colonialidade até os dias de hoje, já que a lógica de dominação hierarquiza uns humanos como mais humanos que outros.

O desafio ambiental está no centro das contradições do mundo moderno-colonial. Afinal, a idéia de progresso e, sua versão mais atual, desenvolvimento, é, rigorosamente, sinônimo de *dominação da natureza!* Portanto, aquilo que o ambientalismo apresentará como desafio é, exatamente, o que o projeto civilizatório, nas suas mais diferentes visões hegemônicas, acredita ser a solução: à idéia de dominação da natureza do mundo moderno-colonial, o ambientalismo coloca-nos diante da questão que *há limites para a dominação da natureza*. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 61, grifos do autor).

Porto-Gonçalves (2006) nos aponta a natureza como aspecto nevrálgico, pois é por meio dela que emerge a ideia de desenvolvimento, que escancara a ruptura da humanidade com o meio ambiente – retira-se o envolvimento das partes. Depois, o termo globalização – que emerge da mesma racionalidade econômica, que observa natureza como recurso – também ocupa seu espaço, valorando aquilo que é internacional, aquilo que é mais rentável apartado dos modos de ser, existir e viver em cada território. É a globalização que renova o discurso da modernidade, dá saliência às questões globais, como as mudanças climáticas, e, conseqüentemente, estende essa escala para o que entende como soluções. Dessa maneira, a resolução desses problemas fica confiada e restrita aos políticos, empresários e especialistas, detentores de um conhecimento técnico-científico calcado no conhecimento eurocêntrico.

Esse autor ainda ressalta as desigualdades sociais, econômicas e ambientais inerentes a esse processo que acarretou a “desordem ecológica global” que conhecemos hoje. Enquanto alguns poucos se beneficiam dos recursos arrancados dos territórios do Sul, os rejeitos das extrações impactam o ambiente das populações locais mais marginalizadas, em lugares onde as pessoas parecem valer menos. Embora não se discuta o racismo neste trabalho, registramos que ele é “subjacente ao sistema-mundo moderno-colonial” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 446) e segue sendo alimentado pela estrutura colonialista. A qualidade de vida desfrutada no Norte (e almejada pelas elites do Sul) é ancorada em uma série de injustiças e em muita destruição, que são invisibilizadas pelo Norte, de modo que seu projeto não seja interrompido.

Outra estratégia relacionada a essa perspectiva está no apagamento das diferenças entre quem emite ou polui e quem é diretamente afetado pelas MCs.

[...] universalizar el problema del cambio climático sin evidenciar las importantes distinciones y responsabilidades entre países y grupos de personas

que este implica, reduce la discusión y las posibles opciones de cambio a prácticas individuales de consumo, así como a cambios superficiales en los patrones de producción obscureciendo una discusión sobre la profunda desigualdad que está implícita en el cambio climático⁶⁰. (TORNEL, 2019, p. 31).

Diferentemente do pensamento eurocêntrico, propagado (às vezes à força) pelos cristãos ocidentais, para os povos tradicionais do Sul a ideia de natureza não é oposta ou descolada do entendimento de cultura, exterior ao próprio ser humano. A *Pachamama* (Mãe Terra) funde cultura e natureza, mescla o interior com o exterior e o material com o subjetivo. Dessa forma, segundo Mignolo (2017), ao implantar a concepção ocidental de natureza e descartar a de *Pachamama*, o colonialismo já estava sendo inserido no âmbito do conhecimento e da subjetividade.

4.2 Meio ambiente colonizado

Vivemos uma crise ambiental sem precedentes, fruto de um “[...] modo hegemônico de entendimento do mundo” (LEFF, 2016, p. 25) próprio da modernidade. Os limites foram extrapolados e os impactos desse modelo explorador (centrado em crescimento econômico a qualquer custo) não se detém em fronteiras, reagindo, até de forma não prevista, por gerações futuras.

En efecto, las crisis ambientales del pasado – en la Mesopotamia, en Mesoamérica, o en la cuenca del Mediterráneo – tuvieron un carácter local o regional, afectaron modalidades específicas de relación con la naturaleza, y se desarrollaron de manera gradual. La de nuestro tiempo, en cambio, tiene un alcance global; afecta a todas las modalidades contemporáneas de relación de los humanos con el mundo natural; se desarrolla con intensidad creciente; y además, se torna ya en una crisis ecológica a través de procesos como el desgaste de la capa de ozono, el calentamiento de la atmósfera, la pérdida de biodiversidad y la contaminación masiva del aire, el agua y los suelos del planeta⁶¹. (CASTRO HERRERA, 2002, p. 90).

⁶⁰ Em tradução livre: “[...] universalizar o problema das mudanças climáticas sem evidenciar as importantes distinções e responsabilidades entre países e grupos de pessoas que isso implica, reduz a discussão e possíveis opções de mudança nas práticas individuais de consumo, bem como em mudanças superficiais nos padrões de produção, obscurecendo uma discussão sobre a profunda desigualdade implícita nas mudanças climáticas.”

⁶¹ Em tradução livre: “De fato, as crises ambientais do passado – na Mesopotâmia, na Mesoamérica ou na bacia do Mediterrâneo – tiveram um caráter local ou regional, afetaram modalidades específicas de relação com a natureza e se desenvolveram gradativamente. A crise do nosso tempo tem alcance global; afeta todas as modalidades contemporâneas de relacionamento humano com o mundo natural; desenvolve-se com intensidade crescente; e se torna uma crise ecológica através de processos como o desgaste da camada de ozônio, o aquecimento da atmosfera, a perda da biodiversidade e a maciça poluição do ar, da água e dos solos do planeta”.

Apesar de todas as previsões e dos indícios de que já chegamos em um ponto com impactos irreversíveis para a manutenção da vida, o modelo hegemônico insiste em avançar com o mesmo projeto extrativista e degradador vigente ainda hoje. Tal situação salienta o quanto o meio ambiente é uma questão-chave para o capitalismo e a colonialidade.

Alimonda (2011), ao aproximar a Ecologia Política⁶² da História Ambiental⁶³, ressalta a colonialidade persistente que atinge a natureza latino-americana e os povos que nesse lugar vivem. Para o autor, a região é vista como subalterna e, portanto, à disposição dos regimes de acumulação vigentes. A fim de colonizar uma vez mais o território, o arcabouço técnico-científico-utilitarista eurocêntrico é mobilizado, legitimando uma racionalidade econômica que sirva aos interesses do Norte. De acordo com Atilés-Osoria (2013), o colonialismo ambiental já não se limita ao exercício do biopoder⁶⁴ sobre o território, incluindo uma estrutura sociopolítica e jurídica que dá viabilidade à exploração consentida da natureza e de quem ali vive.

A administração e o controle da natureza, sustentados pelo conhecimento técnico-científico ocidental, são expressões da colonialidade (MIGNOLO, 2017) que não podem ser ignoradas. Unger (2001, p. 28) recorda que “todos, até os mais subjugados, têm o poder de subjugar as forças da natureza”, destacando a extensão e a gravidade que caracteriza a exploração do meio ambiente.

Nesse sentido, Green (2013) recorda que o exercício da colonialidade não é algo que ocorre apenas entre países ditos “desenvolvidos” e aqueles chamados “em desenvolvimento”⁶⁵. Na tentativa de viver como o Norte Global, as elites do Sul tendem

⁶² Campo de conhecimento inter e transdisciplinar que reúne diferentes ênfases e tradições de pesquisa sobre ecologia e política. Para Alimonda (2011, p. 46), “[...] es el estudio de las articulaciones complejas y contradictorias entre múltiples prácticas y representaciones (incluyendo diferentes sistemas de conocimiento y dispositivos topológicos), a través de los cuales diversos actores políticos, actuantes en iguales o distintas escalas (local, regional, nacional, global) se hacen presentes, con efectos pertinentes y con variables grados de legitimidad, colaboración y/o conflicto, en la constitución de territorios y en la gestión de sus dotaciones de recursos naturales”.

⁶³ Conforme Alimonda (2011, p. 32), “[...] es el estudio de las interacciones entre sociedades humanas y el medio natural a lo largo del tiempo, y de las consecuencias que de ellas se derivan para ambos, incluyendo las interacciones naturales mediadas por los humanos, y las interacciones humanas mediadas por la naturaleza”.

⁶⁴ O exercício do biopoder sobre a natureza implica não apenas a exploração dos espaços físicos, dos recursos e das condições do clima, mas também a dominação dos corpos humanos subalternizados (ALIMONDA, 2011).

⁶⁵ Essa dicotomia aparece de formas diferentes na revisão bibliográfica empreendida: Norte Global x Sul Global; países ricos x países pobres; países desenvolvidos x países em desenvolvimento. Embora as expressões sejam usadas no corpo do texto, ressalta-se a crítica ao entendimento do que realmente é desenvolvimento ou riqueza, visto que tais expressões são oriundas do pensamento eurocêntrico hegemônico.

a reproduzir o modelo ecodestrutivo e insustentável, aplicando a lógica da colonialidade internamente, o que faz com que sujeitos mais vulneráveis se tornem subservientes e recursos naturais do próprio território passem a ser explorados em favor de uma minoria. O colonialismo ambiental, dessa maneira, funciona como um sistema ideológico de exploração, operado de modo planejado, legitimado e com o consentimento das elites nacionais (ATILES-OSORIA, 2013).

Ainda segundo Green (2013), é esse alargamento de ações exploratórias sem fim que levará à autodestruição da espécie e à crise planetária; afinal, o crescimento contínuo, chamado de progresso ou desenvolvimento, depara-se com os limites do planeta onde vivemos. A racionalidade moderna forjou um mundo insustentável, repleto de injustiças e destruição. Contudo, a crença de que a técnica, “[...] mediadora da nossa relação com a natureza” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 76) tudo resolverá, segue encorajando a humanidade em busca de mais progresso, ainda que agrave sobremaneira os problemas ambientais. O pensamento tecnocrático é parte dessa ideologia capitalista que se enreda na colonialidade.

A perspectiva colonial reduz a natureza a recurso natural, gerando uma ruptura entre as relações sociedade-natureza existentes. Somamos a isso o fato de que o conhecimento trazido pelo Norte Global promove a desvalorização e a negação das formas de existir e compreender o mundo daqueles que se percebem como parte do (e não externos ao) ambiente. Assim, os problemas ambientais são associados ao Outro e relacionados à falta ou ausência dos atributos oriundos da modernidade. Dessa forma, as soluções só podem emergir do Norte, recobertas pela possibilidade da salvação; isso é verificável em documentos internacionais que proclamam que o Sul seja auxiliado na proteção de seus recursos por meio de transferência de financiamento e tecnologias do Norte (ESPINOZA, 2016).

O discurso técnico-científico, que goza de uma pretensa neutralidade e universalidade, tem sido instrumentalizado para sustentar um sistema classificatório colonial, no qual o Sul Global é visto e entendido como não civilizado, como um espaço vazio e bruto a ser domesticado. Martins e Espinoza (2018, p. 92) ratificam como se dá esse processo:

O debate técnico acaba por assumir essa referência de modernidade na temática ambiental e, ao tomar esse papel, opera também como um elemento de marginalização das outras formas de percepção da temática. Ou, como bem aponta Leff (2017) acerca da racionalidade econômica moderna, trata-se de um sistema de construção da realidade que não pode ser desvinculado do processo

de desumanização dos sujeitos portadores de saberes que não respondem (ou dialogam) com sua lógica.

Para além da mudança radical da relação do sujeito com o seu lugar de existência, a separação da relação homem-natureza também redefiniu o conceito de trabalho. A desumanização dos homens, realizada a partir de uma episteme colonial, transformou-os em mercadorias: “[...] os trabalhos escravizado e assalariado tornaram-se naturalizados no processo de criar uma economia de acumulação, que é hoje reconhecida como mentalidade econômica capitalista” (MIGNOLO, 2017, p. 7).

A crítica colonial é um chamado à construção de um olhar mais heterogêneo, plural, cooperativo e dialógico sobre o lugar no qual vivemos. Para Leff (2016), descolonizar o Sul exige desconstruir o conhecimento do Norte a fim de permitir que novas compreensões do mundo, mais plurais, tenham espaço. Unger (1991), ainda que não fale diretamente sobre a questão colonial, expõe como o controle do corpo, da mente e do meio ambiente são vistos como manifestações do poderio da humanidade. De acordo com sua reflexão, existe um entendimento de que o homem é superior e de que a natureza serve aos interesses humanos, reforçando uma perspectiva antropocêntrica e utilitarista em relação ao ambiente. Porém, é possível observar de outro modo: “[...] a Natureza serve e atende ao homem não porque subalterna mas porque superior, porque tem para dar. Neste dar de Si, a Natureza revela o Sagrado no seu aspecto maternal de nutrir e proporcionar vida” (UNGER, 1991, p. 90).

Além da crítica à visão eurocêntrica, urge, portanto, a revalorização dos conhecimentos locais, tradicionais, populares, até agora depreciados e negados. Para tanto, Sousa Santos (2010) defende a ecologia de saberes⁶⁶ e Leff (2001), o saber ambiental⁶⁷, ambas perspectivas que eclodem da criatividade e pluralidade dos povos que habitam os territórios do Sul e que contestam a supremacia da racionalidade moderna. Unger (1991) apresenta ainda a necessidade de pensar em rede, de conectar aquilo que a dinâmica produtivista da modernidade separou para melhor dominar. Para a autora, o

⁶⁶ Sousa Santos (2010, p. 57) explica que a ecologia de saberes, enquanto epistemologia pós-abissal, objetiva “[...] explorar a pluralidade interna da ciência, isto é, das práticas científicas que se têm tornado visíveis através das epistemologias feministas e pós-coloniais e [...] promove a interação e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, não científicos”.

⁶⁷ Para Leff (2009, p. 21), “a construção do saber ambiental implica uma desconstrução do conhecimento disciplinar, simplificador, unitário. Trata-se de um debate permanente frente a categorias conceituais e formas de entendimento do mundo que tem consolidado formas de ser e conhecer modeladas por um pensamento unidimensional que tem reduzido a complexidade para ajustá-la a uma racionalidade da modernidade que remete a uma vontade de unidade, de eficácia, de homogeneidade e de globalização”.

pensamento ecologista expressa essa necessidade de considerarmos outros valores – e não apenas aqueles dominantes.

4.3 Entrelaçamentos da questão colonial com o Jornalismo Ambiental

A compreensão de JA adotada aqui extrapola a ideia de especialização jornalística, partindo de pressupostos epistemológicos que mesclam o papel social do jornalismo às características interdisciplinares do campo ambiental (LOOSE; SOUZA-LIMA, 2013). A questão ambiental não é apenas um assunto ou pauta, mas uma espécie de lente com a qual compreendemos o lugar no qual estamos. Na prática jornalística, esse modo de observar e interagir altera a forma de selecionar os fatos, interpelar as fontes e escrever os relatos, pois considera que o *modus operandi* do jornalismo hegemônico é insuficiente e redutor, justamente por ser calcado na fragmentação, na simplificação e na priorização de fontes com poder econômico, político ou social segundo a perspectiva da modernidade. Girardi *et al.* (2012, p. 147) destacam:

Compreendemos, deste modo, que em jornalismo ambiental tudo é informação, incluindo o próprio ambiente, o espaço e as diferentes manifestações que abriga. Este pressupõe uma prática que, partindo do tema ecológico, englobe os vários matizes nos quais este tema se desdobra, suas diversas tematizações possíveis, nas quais o jornalismo fala das e deixa falar as diferentes vozes.

Para dar conta da transversalidade e das múltiplas conexões que essa perspectiva viabiliza, adotamos os preceitos discutidos e consolidados na produção do GPJA. Girardi, Loose e Almeida da Silva (2018, p. 7) assim sistematizam os elementos requeridos pelo JA:

- 1) Ênfase na contextualização na tentativa de expor as relações entre causas e consequências, assim como das articulações dos diferentes campos sociais;
- 2) Pluralidade de vozes com o intuito de romper com a lógica de construção baseada no pensamento único e dar visibilidade a um verdadeiro diálogo de saberes;
- 3) Assimilação do saber ambiental, que envolve uma nova abordagem para a prática jornalística. Leff (2001) aponta que o saber ambiental é um contraponto à homogeneidade e à racionalidade dominante, presentes no jornalismo hoje;
- 4) Cobertura sistêmica e próxima à realidade do leitor – além de ser frequente, a produção jornalística ambiental deve permitir que as pessoas se sintam pertencentes a esse problema a fim de tomar atitudes que modifiquem o contexto;
- 5) Comprometimento com a qualificação da informação, ou seja, preocupação em construir notícias que desvelem as conexões entre economia, política, cultura, ambiente, etc., que nem sempre são visíveis, e indiquem soluções, saídas;
- 6) Responsabilidade com a mudança de pensamento – o JA tem como missão colaborar para transformar o pensamento diante das injustiças e desigualdades ambientais que nos cercam.

Tais pressupostos, desenvolvidos ao longo de mais de dez anos, articulam saberes do jornalismo às leituras críticas sobre meio ambiente, incluindo autores como Fritjof Capra, Edgar Morin, Nancy Mangabeira Unger e Enrique Leff (GIRARDI, 2018). Diferenciamos jornalismo de/sobre meio ambiente do chamado jornalismo ambiental, entendendo que a mera cobertura de temas ambientais sem a adoção da episteme ambiental, de uma visão ecológica e do comprometimento do jornalista com o cuidado com a vida não corresponde à prática consciente e transformadora que caracteriza o JA.

Nessa perspectiva, de construção de um jornalismo outro, que se distinga do fazer tradicional, o olhar primeiro sobre a prática jornalística deve ser fruto de uma descolonização do saber, do fomento de uma racionalidade ambiental (LEFF, 2001) ou, de outra maneira, articulado a uma sociologia das emergências (SOUSA SANTOS, 2002).

O norte-americano Michael Frome adverte em sua obra que o JA parte de uma consciência diferente daquela predominante. “Ele é mais do que uma forma de fazer reportagens e escrever, mas uma forma de viver, de olhar para o mundo e para si próprio. Ele começa com um conceito de serviço social, dá voz à luta e às demandas e se expressa com honestidade, credibilidade e finalidade” (FROME, 2008, p. 60). Bueno (2007, p. 17), um dos precursores da discussão no Brasil, também sinaliza para o “[...] caráter revolucionário, comprometido com a mudança de paradigmas” que esse jornalismo carrega. Além disso, Bueno (2007) aponta três funções específicas do JA: a informativa, a pedagógica e a política, demonstrando que, mais do que produzir conteúdo bem contextualizado, os interesses perpassam os campos da educação e da mobilização ou exercício da cidadania.

Complementarmente, Girardi (2018) destaca que o papel do jornalismo não está apenas no âmbito da informação, mas também da formação para que os sujeitos possam exercitar sua cidadania. É por adotar essa postura engajada, de compromisso com a sustentabilidade da vida, que argumentamos que o JA não é imparcial ou neutro com questões que envolvem a degradação do lugar onde vivemos, assim como o jornalismo, de maneira geral, não o é (ou não deveria ser) com temas que envolvem corrupção, escravidão e outros assuntos que violem a dignidade humana.

Para Sierra Caballero (2016, p. 15), é preciso que se perceba os confrontos entre meio ambiente e crescimento econômico que o pensamento hegemônico tenta mascarar: “Plantear toda crítica de la mediación periodística desde el problema ambiental pasa por el antagonismo contra la lógica del capital que captura la información, la vida social y,

por supuesto, la naturaleza”. O autor defende um jornalismo militante em prol da proteção da *Pachamama* (Mãe Terra), que acolha a justiça social e seja transversal.

Bueno (2007) assevera que o profissional precisa ser mesmo militante, de forma a desmascarar os acordos e interesses do capitalismo. Oliveira (2017, p. 209), mesmo não se detendo nas especificidades do JA, defende que o jornalista deve tomar o partido dos segmentos sociais oprimidos e que isso “[...] não significa empunhar bandeiras na redação, mas procurar entender os fenômenos sociais dentro da perspectiva de que há essa relação de opressão e que é necessário superá-la”. É nesse sentido também que se assume um posicionamento a favor do interesse público (e o meio ambiente é – ou deveria ser – uma preocupação coletiva, que envolve a sobrevivência de todos).

Assim, de acordo com Mendes Pereira (2014, p. 25), é preciso, no JA, “[...] que o papel do jornalista se transmute radicalmente do lugar comum de ‘mediador neutro’[...]”, internalizado pelo jornalismo hegemônico em razão dos valores da modernidade; afinal esta ideologia da neutralidade serviu e ainda serve aos interesses capitalistas. Para a autora, o caminho de construção do JA ainda é longo, mas já é possível ver o jornalista como um “tradutor entre saberes” (MENDES PEREIRA, 2014), exigindo uma perspectiva intercultural e não binária, de modo a desestruturar a linha abissal (SOUSA SANTOS, 2007a).

O que parece mover jornalistas da área ambiental, ao final, é a ideia de que se pode transformar nossa relação com o ambiente, de que não somos meros reféns de uma concepção única de mundo. Frome (2008) percebe o JA como uma forma de revelar às pessoas aspectos que ultrapassem a visão econômica estreita, presa ao lucro, evidenciando que outros caminhos existem e são possíveis. A concepção originária do jornalismo, de prestar informações que possibilitem a autogovernança das pessoas (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004), reveste-se, a partir do olhar ambiental, de uma missão para que os cidadãos assumam sua cidadania planetária (BACCHETTA, 2000) de modo a participar e decidir sua forma de vida na Terra.

Embora o jornalismo tradicional/hegemônico se consolide na modernidade e se articule a partir de seus princípios, é possível dizer que, ao longo do tempo, muitas práticas jornalísticas questionaram e criticaram sua lógica, como, por exemplo, o chamado jornalismo alternativo, que defende que o serviço prestado não deve ser orientado pela lógica capitalista. Contudo, dentre as formas contestatórias de jornalismo, é o JA que, de maneira mais ampla, tenta desconstruir a epistemologia moderna, procurando dar visibilidade aos saberes e sujeitos não reconhecidos pelo pensamento

técnico-científico e propondo uma prática engajada a favor da vida. Isso porque parte do entendimento de que “a crise ambiental é uma crise da razão, do pensamento, do conhecimento” (LEFF, 2009, p. 18) e percebe seu papel-chave para a emancipação social. Assim, a mediação jornalística é indissociável dessas muitas crises que envolvem o colonialismo e o capitalismo em suas múltiplas formas de dominação, sendo necessária uma revisão ampla.

La descolonización del saber y del poder informativo supone, como advertimos, decolonizar nuestras miradas en materia de ciencia, tecnología, innovación y desarrollo; que, directa o indirectamente, permean los procesos de modernización implícitos en el discurso ideológico de la destrucción creativa. Esta deconstrucción de los patrones y modelos de saber, ya discutidos cuando hablamos de la importancia del diálogo de saberes y la cultura indígena, debe comenzar por abrir líneas de reflexión, como el ecofeminismo y otras formas profundas de conexión con la naturaleza que el relato moderno del periodismo ha ocluido en los espacios públicos de habla⁶⁸. (SIERRA CABELLERO, 2016, p. 17).

É em função dessa interface forte com a questão ambiental, na qual podemos dizer que o jornalismo se transmuta para questões que vão além de sua própria lógica, incorporando outras lentes para ver o mundo e compreendendo os limites impostos pelo pensamento moderno no exercício da profissão, que a crítica colonial também emerge, seja porque a natureza pode ser vista como um dos domínios da matriz colonial (MIGNOLO, 2017), seja porque as relações entre sociedade e natureza, centro da discussão do JA, são permeadas de processos que remontam à colonialidade. Acreditamos que salientar essa articulação possa expandir e aprofundar os estudos em ambas as áreas.

Identificamos durante a pesquisa bibliográfica que os estudos sobre a questão colonial realizam aproximações pontuais com o campo da Comunicação, do qual faz parte o jornalismo. Valencia Rincón (2012) atesta que os estudos da Comunicação e os estudos culturais – esses últimos partilhantes da crítica pós-colonial – por muito tempo trilham caminhos convergentes no contexto latino-americano. A contestação a respeito do imperialismo e da dependência, assim como do neodeterminismo tecnológico, são pontos comuns, embora, para muitos pesquisadores decoloniais, predomine a visão simplista e

⁶⁸ Em tradução livre: “A descolonização do saber e do poder informacional supõe, como advertimos, descolonizar nossas visões sobre ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento; que, direta ou indiretamente, permeiam os processos de modernização implícitos no discurso ideológico da destruição criativa. Essa desconstrução dos padrões e modelos do saber, já discutidos quando falamos da importância do diálogo entre saberes e da cultura indígena, deve começar por abrir linhas de reflexão, como o ecofeminismo e outras formas profundas de conexão com a natureza que a narrativa moderna do jornalismo tem bloqueado dos espaços de falar em público”.

maniqueísta da área, a partir de um viés funcionalista, desconsiderando, por exemplo, os processos de ressignificação realizados pelas audiências. Também há pontos divergentes do lado da Comunicação sobre o debate colonial, mas ambos reconhecem “[...] un lado oscuro de la modernidad y una manera múltiple, alternativa de existir que perdura en nuestro contexto y que dota de esperanza a quienes creemos en otras maneras de vivir y convivir⁶⁹”. (VALENCIA RINCÓN, 2012, p. 163).

Torrico Villanueva (2018) afirma que, mesmo sendo o campo da Comunicação construído sob bases ocidentais, no contexto da expansão da modernidade, desde os anos 1960, na América Latina, há três elementos que perpassam o pensamento da área: a crítica ao *establishment* teórico e prático, a preocupação com o interesse público e as relações com um futuro democrático. Tais elementos aproximam-se do projeto decolonial, que conta com influências importantes, como Antonio Pasquali, Paulo Freire, Luis Ramiro Beltrán e Jesús Martín-Barbero, referências ainda atuais para desconstruir e propor alternativas à comunicação vertical e instrumentalizada, que é dominante.

No campo profissional isso também se reproduz. Oliveira (2017) destaca que o surgimento do jornalismo está associado à consolidação da democracia, à emancipação dos sujeitos, ao esclarecimento (no sentido iluminista); mas, ao ingressar na fase da mercantilização, a atividade passa a ter uma lógica de entretenimento midiático e, a partir de 1980, a existir em um cenário de concentração global dos meios de comunicação, colaborando com a manutenção do *status quo*.

A espetacularização da realidade transforma, silenciosamente, os critérios de noticiabilidade. É por essa razão que hoje é difícil articular ideias como o papel fiscalizador dos poderes, de defesa do interesse público e outros valores éticos da democracia com a atividade jornalística. (OLIVEIRA, 2017. p. 113).

Essa mudança no que se entende por jornalismo é decorrente da pressão de forças capitalistas, que negam a ideia de mediação em prol das imediatidades que distraem. Há muitos tipos de silenciamento, que podem ser vistos como um mecanismo de opressão, frutos de “[...] um passado colonial, como uma perenidade de uma tradição marcada pelo patrimonialismo, colonialismo e escravismo” (OLIVEIRA, 2017, p. 182). Esses silenciamentos podem ser facilmente articulados às lógicas de produção de não

⁶⁹ Em tradução livre: “[...] um lado obscuro da modernidade e uma maneira múltipla, alternativa de existência que perdura no nosso contexto e que dá esperança a quem acredita noutras formas de viver e de conviver”.

existência, pontuadas por Sousa Santos (2002), que asseguram a manutenção da linha abissal.

Diante disso, ratificamos o ponto de partida da comunicação/jornalismo decolonial proposto por Torrico Villanueva (2018): a compreensão crítica do momento em que se começa a violência colonial, ou seja, quando a negação da humanidade de uns (desumanização) é imposta pela suposta superioridade de outros e há uma divisão abstrata entre Norte e Sul dentro das sociedades.

Fue entonces que se implantó la in-comunicación, la verticalidad dominadora que reprimió las culturas sometidas, acudió al genocidio, colonizó los imaginarios de los dominados, clasificó racialmente a los “inferiores” y fijó un patrón excluyente de producción de conocimiento⁷⁰ (QUIJANO, 1992). (TORRICO VILLANUEVA, 2018, p. 78).

Assim, o olhar decolonial da Comunicação está centrado na busca por uma comunicação que humaniza. O aspecto ambiental não é colocado em destaque nesse texto, mas Loose e Maève Sobrinho (2018) já sinalizaram as muitas semelhanças existentes entre o jornalismo humanizado e o ambiental.

A proposta de JA desenvolvida pelo GPJA, ainda que não tenha explicitamente se alinhado à questão colonial até agora, aproxima-se de seus autores e posicionamentos, tentando denunciar as práticas predatórias ao ambiente, entendido como algo amplo e relacional, ocultadas ou naturalizadas pelo pensamento moderno. Os jornalistas ambientais afastam-se das premissas do jornalismo hegemônico, comprometendo-se com a sustentabilidade da vida e com o respeito ao outro, à diversidade e à multiplicidade de saberes e seres. Mesmo ainda sendo um jornalismo que atua nas brechas do sistema, mobiliza-se para alertar as pessoas a respeito da crise ambiental em curso e das saídas possíveis para vivermos de outro jeito.

⁷⁰ Em tradução livre: “Foi então que se implantou a in-comunicação, a verticalidade dominadora que reprimiu as culturas submetidas, recorreu ao genocídio, colonizou o imaginário dos dominados, classificou racialmente os “inferiores” e fixou um padrão excludente de produção de conhecimento”.

5 DISCURSOS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

*La ciencia climática es inequívoca:
actuar como si nada estuviese pasando no es una opción.
No alcanza con hacer pequeños cambios⁷¹.*

Unmüßig e Schneider (2018)

A questão climática nasce publicamente com forte dominância de discursos científicos, mas logo extrapola para os campos político, econômico, midiático, ambiental, dentre outros. Apesar de os cientistas serem fundamentais para explicar, entender e projetar as consequências das MCs, e de já contarmos com elevado grau de consenso na comunidade internacional representada pelo IPCC, o enfrentamento da emergência climática depende de uma ação coletiva, por ser um problema público – relacionado a cada indivíduo e a cada sociedade – (CARVALHO, 2011), com afetações de alcance global e intergeracional. Ademais, já há um entendimento de que a crise climática nada mais é que a consequência, em grande escala, do tipo de desenvolvimento depredatório adotado e defendido até hoje (GLIGO *et al.*, 2020). Todavia, os problemas climáticos ainda são frequentemente representados com algo à parte, isolados de suas causas, e até tomados como algo inevitável.

Embora falar de MCs não soe mais estranho, graças à contínua mobilização de cientistas, ativistas e divulgadores (sim, atores políticos e econômicos continuam respondendo aquém da urgência requerida), há uma série de atravessamentos discursivos que tornam o tema distante, abstrato, impalpável e complexo demais para a maioria da população. Ainda que, cientificamente, haja um consenso sobre a contribuição da humanidade para a intensificação das MCs, muitos ainda acham difícil assimilar que o homem seja capaz de alterar nesse nível o funcionamento da Terra (ANGELO, 2016).

Somados a essa percepção de pequenez diante do tamanho do problema (seja de suas causas, seja de suas consequências) estão os interesses econômicos que sustentam o mundo político-social. Reconhece-se os riscos e os efeitos negativos da emergência climática, mas a longo prazo – ainda se entende que é precipitado realizar mudanças de grande envergadura. A falta de vontade política para modificar um sistema que tanto beneficia setores poderosos da economia global e permite manter as estruturas sociais como estão ainda conta com a disseminação de *lobbies*, que caminham na direção

⁷¹ Tradução nossa: “A ciência do clima é inequívoca: agir como se nada estivesse acontecendo não é uma opção. Não é suficiente fazer pequenas mudanças”.

contrária da real sustentabilidade. Também há grupos disputando oportunidades de mercado verde, alinhadas com medidas que podem ser consideradas paliativas, porque não mudam, de fato, a causa do problema:

As empresas ligadas à economia de alto carbono – isto é, de uso intensivo de combustíveis fósseis e alta emissão de gases estufa – jogam pesado e investem muito no adiamento de decisões de mudança, no combate às evidências que mostram necessidade de ação rápida e radical. As empresas que já usam tecnologias limpas querem decisões rápidas, para que não sejam as únicas a pagar o custo da transição. Sabem que serão mais competitivas em uma economia de baixo carbono, de energias renováveis e baixas emissões de gases estufa. [...] Dos dois lados, portanto, há interesses em jogo, choque de reputações, ambições por prestígio, influência, notoriedade e poder. (ABRANCHES, 2010, p. 40-41).

Como o desafio climático exige uma revolução, em diferentes áreas, há inúmeros motivos e interesses que se posicionam frente a ele. A própria ciência alavanca discursos mais ou menos radicais, a depender do aspecto em evidência. O IPCC, por exemplo, é visto por uns como muito alarmista, enquanto outros continuam afirmando que suas projeções tendem a ser conservadoras (ANGELO, 2016).

Pode-se considerar que as MCs assumiram um certo protagonismo em relação a outras problemáticas ambientais, já que sua discussão científica e política, sobretudo, vem recebendo atenção midiática internacional desde o fim dos anos 1980, com momentos-chave de atuação. Logo, os *media* acabaram se tornando um espaço de disputa em que se confrontam propostas, perspectivas e visões de mundo (CARVALHO *et al.*, 2011).

Considerando a abundância e o fluxo contínuo de informações na contemporaneidade, a imprensa acaba sendo também um espaço para combater a desinformação e os discursos negacionistas, que tentam fazer acreditar que a crise climática não é algo tão sério ou que exija uma resolução imediata por parte da humanidade. Cabe ao jornalismo informar a população a partir das evidências científicas já extensivamente documentadas e expor ao público as ligações que conectam os interesses financeiros com a discussão climática. Taibo (2019, p. 165) coloca que tais discursos, mesmo que possuam variações, tendem a distorcer as constatações científicas em prol da manutenção dos lucros, usando diferentes alegações:

[...] as empresas implicadas têm mudado a argumentação: se primeiramente negaram que houvesse limites no planeta, mais adiante sugeriram que estes limites existiam, mas estavam muito longe, para depois assinalar que o mercado e as tecnologias permitiriam enfrentar os problemas, e concluir que a única solução segue sendo o crescimento econômico, que nos proporcionará os recursos para encarar esses problemas.

Wallace-Wells (2019), ao tratar das narrativas das MCs, destaca o enfoque apocalíptico, devastador e ameaçador (reportado no tempo futuro) muitas vezes reproduzido pela imprensa, e o problema relacionado ao herói e vilão da história – afinal, a humanidade está simultaneamente nos dois lados. Também registra que há algumas histórias que desviam a atenção do verdadeiro problema climático, como a proibição dos canudos plásticos, que leva a atenção do público para algo concreto e de fácil controle, bem diferente do que acontece com a crise climática. Federovisky (2018) exemplifica tal modo de pensar citando o caso de Ruanda, que, de modo a assumir compromissos com a agenda ambiental da Organização das Nações Unidas (ONU), destinou seus esforços ao combate das sacolas plásticas – como se a exploração de minério ou a desertificação e erosão do solo não fossem parte de sua realidade. O neoliberalismo encoraja que algumas questões sejam fiscalizadas, alteradas e até compreendidas como inconcebíveis enquanto, impulsionada pelo crescimento econômico, a sociedade não quer enxergar que o cerne está na exploração, no extrativismo⁷² ilimitado. Mais do que uma teoria econômica, o neoliberalismo deve ser compreendido como um discurso hegemônico de um modelo civilizatório (LANDER, 2005), englobando relações que extrapolam a disciplina da economia.

Moreno (2016) pontua que as políticas de combate às MCs, o comércio de emissões de carbono e o pagamento de ativos ambientais estão no repertório da economia verde, que se configurou em uma “potente narrativa unificadora” entre diferentes atores para que novos negócios surgissem em paralelo àqueles já existentes e que deixam grandes rastros de destruição. A autora destaca que o valor da água e do ar limpos e da biodiversidade só faz sentido, dentro do sistema vigente, quando há falta. Dessa maneira, os recursos naturais passam a ser precificados, justamente porque simultaneamente existe uma economia marrom, poluidora, que continua gerando o perecimento de bens comuns.

Nesse sentido, é interessante trazer elementos de duas perspectivas antagônicas de meio ambiente, nas quais as mudanças climáticas também podem ser examinadas: a antropocêntrica e a biocêntrica (MOERNAUT; MAST, 2018). No primeiro caso, o homem (branco, heterossexual, ocidental) é posto como epicentro da vida e a natureza é vista como recurso disponível para melhor satisfazê-lo (tal ideologia é característica da

⁷² Conforme Acosta (2016b, p. 49), “o extrativismo é uma modalidade de acumulação que começou a ser forjada em grande escala há quinhentos anos”, sendo responsável pela estruturação do sistema capitalista ou da economia mundial.

colonialidade e da sociedade industrial-capitalista). Já a visão biocêntrica ou ecocêntrica tem a vida (humana e não humana) no centro; de acordo com essa perspectiva, não apenas somos parte da natureza, como nossos valores passam a ser outros, orientados pela interdependência e diversidade de formas de ser e existir.

Essas ideologias⁷³ cruzam os entendimentos e as soluções propostas para a crise climática, de forma mais ou menos enfática. Sob a visão antropocêntrica, as MCs são um problema global que será solucionado por meio de novas tecnologias, como a geoengenharia, ou por alternativas gerenciais, como a eficiência energética e a precificação do carbono – ou seja, parte de um pensamento reformista, que enquadra o desafio climático dentro da economia verde⁷⁴, produzindo políticas e mecanismos capazes de conciliar o modelo vigente com a proteção da natureza – sem, de fato, romper com o seu sistema econômico predatório, gerador desse problema (e muitos outros). Por outro lado, a visão biocêntrica ou ecocêntrica é associada ao pensamento radical, que é voltado para os aspectos locais e não dominantes, reivindicando uma mudança na nossa forma de nos relacionarmos com a natureza; ela questiona o modelo explorador presente na colonialidade e no capitalismo.

Aqui cabem dois apontamentos relevantes para o entendimento das práticas sociais e discursivas associadas ao clima: o arcabouço da ONU relacionado ao ambiente e a noção de Antropoceno, ambos bastante utilizados para reproduzir o pensamento hegemônico de que é possível realizar ajustes no sistema estabelecido para que ele continue funcionando.

No que tange à ONU, Tornel (2019, p. 30) lembra que o pensamento reformista é uma constante internacional, atualizada sob diferentes nomenclaturas. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) evidenciam o esforço de somar aspectos que, da forma como são colocados, não se mostram compatíveis:

[...] la agenda internacional que funge como paraguas de las labores de las Naciones Unidas mantiene y continúa priorizando el crecimiento económico como uno de sus objetivos (ODS, 2015⁷⁵). Esta obsesión por mantener el

⁷³ Compreende-se, como diz Van Dijk (2005, p. 15), que “[...] as ideologias não são inatas, mas aprendidas, partilhadas e usadas para identificar, formar e manter grupos sociais e seu poder”.

⁷⁴ Proposta que tenta compatibilizar ações ambientais no escopo do sistema capitalista, assegurando que somente por meio de mecanismos de mercado, desenvolvimento da ciência e da inovação tecnológica se poderá alcançar a sustentabilidade (TORNEL, 2019).

⁷⁵ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em: 27 maio 2020.

crecimiento económico ha sido uno de los principales aceleradores del calentamiento⁷⁶.

O discurso hegemônico, que se dobra aos interesses econômicos, observa a inclusão de ações para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e enfrentar as MCs, mas sem romper com o modelo predatório causador das desigualdades e crises ambientais. Diante dos desastres e das perdas decorrentes da ausência de controle do clima, transforma-se o risco (e a tragédia) em oportunidade. Se o novo cenário é marcado pelas mudanças do clima, reveste-se o capitalismo com a preocupação climática.

Já a respeito do termo “Antropoceno”, amplamente disseminado como a demarcação de uma nova era geológica caracterizada pela interferência humana, associado às MCs em razão da queima de combustíveis fósseis (e consequente emissão de GEE) e transformado em uma nova narrativa sobre a catástrofe planetária (CARRANZA, 2019), há uma série de questões em debate. Ao mesmo tempo que pode alertar para a ameaça que a humanidade representa para si e para o planeta, a palavra reforça esse papel de domínio ou conquista sobre a natureza (WALLACE-WELLS, 2019). Outro aspecto é a universalização: a humanidade passa a ser responsável por essa mudança de era, apagando as desigualdades historicamente presentes nos processos exploratórios e que geram vulnerabilidades e capacidades de resposta muito diversas.

En el escenario de Chakrabarty, todas y todos fueron, son y serán responsables del Antropoceno, cuando en realidad, las particularidades de la historia y las relaciones de poder en momentos como el mercantilismo, el colonialismo y el capitalismo, necesariamente imponen distintos grados de responsabilidad a distintas sociedades, países e historias⁷⁷. (TORNEL, 2019, p. 56).

Assim como o discurso da globalização, o uso do termo Antropoceno silencia as assimetrias e as relações dominantes. A fim de evidenciar que essa nova era foi provocada pela forte ação de alguns homens e/ou grupos de interesse – e não todos –, Moore (2016 *apud* TORNEL, 2019) propõe a substituição da nomenclatura por Capitaloceno (a era do capital), na tentativa de sublinhar os efeitos do capitalismo. De acordo com Tornel, a partir dessa compreensão, a responsabilidade é dada às elites globais, que percebem as

⁷⁶ Em tradução livre: “[...] a agenda internacional que serve de guarda-chuva para o trabalho das Nações Unidas mantém e continua priorizando o crescimento econômico como um de seus objetivos (ODS, 2015). Essa obsessão em manter o crescimento econômico tem sido um dos principais aceleradores do aquecimento”.

⁷⁷ Em tradução livre: “No cenário de Chakrabarty, todas e todos foram, são e serão responsáveis pelo Antropoceno, quando, na realidade, as particularidades da história e das relações de poder em momentos como o mercantilismo, o colonialismo e o capitalismo, impõem necessariamente diferentes graus de responsabilidade a distintas sociedades, países e histórias”.

consequências negativas do capitalismo como inevitáveis. Logo, é preciso entender que o conceito de Antropoceno pode remeter a “[...] una narrativa apolítica y ahistórica que sirve como una propuesta para legitimar el sistema del capitalismo y expandirlo a una mayor profundidad. (TORNEL, 2019, p. 58). Carranza (2019) afirma que a ideia de Capitaloceno busca sublinhar o processo histórico do capitalismo e suas articulações com o colonialismo e a globalização.

Antropoceno também pode ser substituído por “Antropo-Obsceno” (SWYNGEDOUW; ERNSTSON, 2018 *apud* CARRANZA, 2019), por negar o caráter político das MCs, aprofundando o capitalismo sob a justificativa de que não há outra saída. Carranza (2019, p. 96) explica:

Dado que el Antropoceno encubre las posibilidades de acción política y se decanta por esquemas como el ecodesarrollo, la innovación tecnológica y la geoingeniería —todos ellos fundamentalmente englobados por el mercado—, su discurso resulta políticamente vacío. En este contexto, los dispositivos tecnoadministrativos que persiguen ecorremedios para la crisis actual han entrado al vocabulario de los actores privados y gubernamentales, donde son acogidos como la salvación definitiva del planeta⁷⁸.

O debate encontra ainda outras vertentes⁷⁹, mas se chama atenção aqui para a renovação de um discurso embasado na mesma racionalidade econômica, respaldado em argumentos tecnocientíficos. Há uma série de críticas em relação ao termo, mas é importante ter em mente que Antropoceno não apenas designa uma era geológica, mas “[...] representa un discurso hegemónico, tecnocrático, patriarcal y humano que rige nuestras relaciones con la naturaleza” (TORNEL, 2019, p. 59). Podemos, todavia, usar o conceito como um alerta de que a humanidade conseguiu transpor um limite perigoso. Svampa (2019) sinaliza para uma leitura crítica, que nos faz rever a lógica do capital neoliberal e do que se assume por desenvolvimento. Assim, considerando o Sul Global, a socióloga argentina coloca a expansão das fronteiras de *commodities* e do neoextrativismo⁸⁰ como indissociável da discussão sobre o Antropoceno.

⁷⁸ Em tradução livre: “Dado que o Antropoceno oculta as possibilidades de ação política e opta por esquemas como o ecodesenvolvimento, a inovação tecnológica e a geoenharia — todas elas fundamentalmente englobadas pelo mercado —, seu discurso resulta politicamente vazio. Nesse contexto, os dispositivos tecno-administrativos que buscam eco-remédios para a crise atual entraram no vocabulário de atores privados e governamentais, onde são aceitos como a salvação definitiva do planeta”.

⁷⁹ Não é intenção deste trabalho avançar sobre o debate que cerca o Antropoceno, mas tais colocações são importantes para auxiliar no entendimento das ideologias que se manifestam nos discursos sobre MCs.

⁸⁰ Nova dimensão do extrativismo que surge no século XXI, orientada para a exportação de bens primários em larga escala, que inclui hidrocarbonetos, metais e minerais e *commodities* agrícolas (SVAMPA, 2019).

Por fim, Wallace-Wells (2019) destaca as narrativas do medo e da esperança em relação às MCs. Há pesquisadores que analisam o papel do medo na comunicação e na reação à emergência climática (BALBÉ; LOOSE, 2020; GIDDENS, 2010), mostrando que amplificar os riscos e consequências da intensificação do clima poderiam paralisar ou mesmo gerar apatia, considerando o que se pode fazer individualmente frente a um desafio planetário. Estudos sobre comunicação das MCs são cautelosos quanto aos efeitos de mensagens assustadoras, que provocam medo; afinal, as percepções de risco de cada grupo ou pessoa diferem muito. Mas igualmente difícil é prever a reação a discursos mais positivos, esperançosos – ainda que isso pareça ser mais frutífero do que persistir na tecla de que, cada vez mais, há proximidade com desastres, eventos extremos e situações negativas decorrentes das mudanças do clima.

5.1 Causas e consequências das mudanças climáticas

A principal causa da intensificação das mudanças climáticas é a grande quantidade de GEE, especialmente o dióxido de carbono (CO₂), o metano (CH₄) e o óxido nitroso (N₂O), que são emitidos globalmente pelas atividades antropogênicas, uma externalidade negativa decorrente do modelo econômico hegemônico (BÁRCENA *et al.*, 2020; IPCC, 2013). Tais gases possuem potencial de aquecimento global (GWP, na sigla em inglês) diferentes: enquanto o dióxido de carbono tem 1 (mas é o que ocorre em maior quantidade), o metano tem 21 e o óxido nitroso tem 310. Isso significa que o metano absorve cerca de 21 vezes mais radiação infravermelha do que o CO₂, enquanto o óxido nitroso absorve cerca de 310 mais em comparação ao CO₂, considerando o horizonte de tempo de 100 anos. Essa é a abordagem mais usual para determinação do carbono equivalente⁸¹.

Tal discussão não pode ser desacoplada do modelo de desenvolvimento extrativista e predatório que está no cerne da modernidade e de suas lógicas colonialista e capitalista. Afinal, enquanto se sustenta o sistema econômico em atividades que comprometem a saúde, a segurança hídrica, energética e alimentar, colocando a humanidade à mercê de eventos climáticos extremos e conflitos decorrentes da escassez de produtos básicos e do agravamento das desigualdades sociais, está se perpetuando e amplificando a crise climática.

⁸¹ Disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/metodologia/>. Acesso em: 28 dez. 2020.

Segundo Svampa (2019), a expansão do neoextrativismo na América Latina não gerou apenas maior reprimarização das economias; a desvalorização das matérias-primas produziu também um déficit nos países dependentes das *commodities*, que acabou incentivando a ampliação das fronteiras para tais atividades (e consequente aumento das emissões de GEE) e a contração de dívidas, o que se revela uma espiral perversa de dependência, degradação ambiental e aumento das violências sociais. Acosta (2016b) pontua que países ricos em recursos naturais são envoltos em um determinismo geográfico e ecológico no qual se sobrepõe o “paradoxo da abundância” ou a “maldição dos recursos naturais”, tornando explícita a necessidade de exploração para se alcançar o tão almejado desenvolvimento já obtido pelo Norte Global. É como se o “excesso de natureza” fosse responsável pelas desigualdades e mazelas sociais mapeadas nesses países hoje – e não o processo colonialista, instaurado pelos países ditos desenvolvidos, que continuam extraindo e subjugando o que encontram.

Ao nos debruçarmos sobre o Sul Global, a relação entre emergência climática e modelo de desenvolvimento fica evidente. Svampa (2019) afirma que a imposição de modelos de desenvolvimento insustentáveis em grande escala, que resultam em destruição dos territórios em prol de lucros para uma elite, está diretamente associada com os efeitos climáticos já percebidos. No Brasil, observamos que tais conexões ganham corpo no debate climático, principalmente porque a devastação dos biomas brasileiros para produção de *commodities*, como soja e carne, está diretamente relacionada com as nossas emissões.

De acordo com o relatório de análise das emissões brasileiras (ALBUQUERQUE *et al.*, 2020), os impactos gerados pela mudança do solo, atrelados ao desmatamento, representam 44% das emissões e, em segundo lugar, está o setor agropecuário, com 28% do total de emissões, fortemente associado ao rebanho bovino. O que Safran Foer (2020) chama de agricultura animal é o que mais impacta, pois, além de estar, em parte, associado do desmatamento da Amazônia, a pecuária é a principal fonte de emissões de óxido nitroso (emitido pelos dejetos animais e também pelos fertilizantes aplicados no cultivo de espécies para ração) e de metano, decorrente da fermentação entérica (processo digestivo natural que ocorrem em animais ruminantes, como o gado). Dados do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa – SEEG 8 (ALBUQUERQUE *et al.*, 2020) confirmam que a atividade rural (direta ou indiretamente) foi responsável por 72% das emissões do Brasil em 2019 e que, dentre as atividades do setor, é a pecuária de corte que responde pela maior parcela de emissões (62% do setor).

Lahsen (2017) fez uma análise da cobertura das MCs em três importantes jornais hegemônicos (*Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Valor Econômico*), de 2002 a 2010, a fim de identificar o nexo realizado entre clima e consumo de carne no Brasil. Entre os resultados, o apagamento ou esvaziamento da questão da produção da carne – o problema climático estava associado muito mais ao consumo de energia, mesmo que esta representasse uma fatia bem menor de emissões, em comparação com o que ocorre na agropecuária. A autora informa que, mesmo sendo essa uma relação pouco explorada de maneira geral, as informações relativas aos impactos da cadeia da carne são significativamente menores aqui, apesar de sua importante contribuição como fonte de emissões de GEE no Brasil – o que não acontece em outros países. Tal silenciamento parte de um contexto político-econômico, no qual o governo e as elites brasileiras, que detêm os meios de comunicação, são também empresários que lucram com a cadeia produtiva da carne. Passados dez anos, o debate sobre o papel da carne no agravamento das MCs ainda é pouco comum.

Salientamos ainda que a emissão de GEE é muito desigual: mais da metade das emissões industriais desde 1988 procedem de 25 empresas ou organizações estatais (CARBON MAJORS, 2017⁸²). Em relação aos países, também há uma grande diferença, mesmo entre os principais emissores: no ranking do Global Carbon Atlas (2019), o Brasil ficou na 14^a posição no ano de 2018, mas suas emissões representam somente 5% do total emitido pela China, a maior emissora de CO₂ do planeta. Mesmo dentro de um mesmo país, as diferenças setoriais, regionais e de acesso a determinados serviços e produtos resultam em pegadas de carbono discrepantes.

Voltando-se para a região da América Latina e Caribe, o estudo da CEPAL (BÁRCENA *et al.*, 2020) indica que apesar de os países da região emitirem somente 8,3% do total mundial de GEE, são bastante vulneráveis aos impactos climáticos. Também os setores geradores das emissões se diferenciam quando comparados ao que causa o problema em escala global:

El 70% de las emisiones del mundo provienen del sector energético, mientras que, en la región, la participación de dicho sector es del 45% y la de la agricultura y la ganadería, del 23% [...]. El hecho de que el 19% de las emisiones de América Latina y el Caribe se origine en el cambio de uso del suelo indica que en ella existe un importante espacio para mitigar en materia de deforestación⁸³. (BÁRCENA *et al.*, 2020, p. 52).

⁸² Disponível em: <https://climateaccountability.org/carbonmajors.html>. Acesso em: 16 out. 2020.

⁸³ Tradução nossa: “70% das emissões mundiais vêm do setor de energia, enquanto na região a participação desse setor é de 45% e da agricultura e pecuária, 23% [...]. O fato de 19% das emissões na América Latina

As diferenças no que tange a causadores e afetados são replicadas em termos nacionais e regionais. As assimetrias, associadas às condições socioeconômicas disponíveis para responder aos problemas, são recorrentes nas diferentes escalas, sendo os mais pobres, que geralmente possuem menor pegada de carbono por conta do menor consumo, aqueles que mais sofrem com as consequências e que possuem menos chances de responder aos efeitos danosos da crise climática.

As MCs acarretam uma desarmonia geral no mundo como o conhecemos, com efeitos diretos e indiretos em todas as esferas da nossa sociedade. Os impactos são gerais, mas não acontecem de maneira linear ou igual em todos os lugares. Ainda que haja possibilidade de existirem alguns (poucos) setores agrícolas que possam se beneficiar com a mudança do clima, isso não ocorre na América Latina (BÁRCENA *et al.*, 2020). Os chamados “efeitos positivos” das MCs, geralmente atrelados a oportunidades de novas atividades econômicas – como uma nova rota de transporte pelo Ártico ou a exploração de minérios em áreas que antes eram de difícil acesso por conta de um gelo hoje não mais existente – não são comparáveis ao volume de tragédias e prejuízos que os demais efeitos acarretam, atingindo a maioria da população terrestre.

O aumento médio de temperatura global já está acontecendo: um relatório publicado no começo de 2020, coordenado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM)⁸⁴, aponta que estamos quebrando vários recordes de calor: 2019 foi o segundo ano mais quente já registrado e a década de 2010-2019 foi a mais quente da história até então. O documento alerta que, a partir da década de 1980, as décadas têm sido mais quentes do que qualquer uma anterior desde 1850.

O nível do mar aumenta a um ritmo médio de 3,3 milímetros por ano, e na América Latina e Caribe teve um acréscimo de 2 a 7 milímetros por ano entre 1950 e 2008, sendo o norte brasileiro uma das regiões com maior registro (BÁRCENA *et al.*, 2020). Essa alteração atinge não somente a infraestrutura costeira, mas ameaça os ecossistemas marinhos, prejudica as atividades turísticas e pode provocar migrações e/ou deslocamentos.

Além disso, verifica-se um incremento na intensidade e frequência de eventos extremos, que resultam em desastres. De acordo com o Atlas Brasileiro de Desastres

e no Caribe terem origem na mudança do uso do solo indica que existe um espaço importante para mitigar o desmatamento”.

⁸⁴ Disponível em: <https://public.wmo.int/en/media/press-release/multi-agency-report-highlights-increasing-signs-and-impacts-of-climate-change>. Acesso em: 15 out. 2020.

Naturais (UFSC, 2013), a incidência de desastres no País é decorrente principalmente do excesso e da falta de água (que ocasiona estiagens e inundações, enxurradas e alagamentos), fortemente conectados com as alterações climáticas. Outro estudo, que avaliou os danos materiais e prejuízos gerados por desastres no Brasil de 1995 a 2014 (UFSC, 2016), identificou que anualmente são reportadas perdas superiores a R\$ 9 bilhões, sublinhando a importância dos impactos econômicos relacionados a tais fenômenos.

Estudos voltados para os efeitos climáticos na América Latina e Caribe destacam que o setor agropecuário, do qual muitos desses países são dependentes, é particularmente sensível às MCs. Os impactos, entretanto, variam muito de região para região e das condições hídricas, tecnológicas e de solo de cada área. Como haverá mudanças nos regimes de chuvas, com períodos mais longos de estiagem, haverá escassez de água, que afetará a segurança alimentar, hídrica e, em muitos casos, energética. Também a saúde humana sofrerá, não apenas com a piora na qualidade do ar e os efeitos das ondas de frio e calor, mas com a distribuição de vetores causadores de doenças como dengue e malária, por exemplo (BÁRCENA *et al.*, 2020).

Frisamos ainda a perda da biodiversidade, totalmente interconectada com o desequilíbrio climático. Conforme o estudo da CEPAL:

En la región se encuentran 5 de los 20 países del mundo donde hay mayor número de especies de fauna amenazadas (Brasil, Colombia, Ecuador, México y Perú), y 7 de los 20 donde hay mayor número de especies de plantas amenazadas (Brasil, Colombia, Cuba, Jamaica, México, Panamá y Perú) (PNUMA, 2010). Esto quiere decir que la biodiversidad ya es vulnerable en la región y está amenazada de base por la destrucción del hábitat y la sobreexplotación de las especies, a lo que se suma el efecto del cambio climático sobre los biomas⁸⁵. (BÁRCENA *et al.*, 2020, p. 96).

A perda da biodiversidade e a intensificação das MCs são problemas que se retroalimentam, fazem parte de um processo recursivo (SVAMPA, 2019), mas podem ser mitigadas, em parte, por meio das mesmas ações, sobretudo a conservação das florestas. A seguir, expõem-se algumas soluções vinculadas à adaptação e mitigação das MCs a partir da naturalização do projeto neoliberal (e, conseqüentemente, do entendimento de

⁸⁵ Tradução nossa: “Na região, existem 5 dos 20 países do mundo com o maior número de espécies da fauna ameaçadas (Brasil, Colômbia, Equador, México e Peru), e 7 dos 20 com o maior número de espécies de plantas ameaçadas (Brasil, Colômbia, Cuba, Jamaica, México, Panamá e Peru) (Pnuma, 2010). Isso significa que a biodiversidade já é vulnerável na região e está fundamentalmente ameaçada pela destruição de habitats e superexploração de espécies, ao que se somam os efeitos das mudanças climáticas sobre os biomas”.

que não há alternativas fora do capitalismo), e outras que propõem ações mais radicais e questionadoras frente ao sistema hegemônico.

5.2 Alternativas para o enfrentamento

A crise climática pode ser abordada com múltiplos enfoques e diferentes protagonistas, a depender dos contextos e propósitos dos discursos. Hegemonicamente, estudos sobre a cobertura da imprensa *mainstream* mostram que a visão ecotecnocrática é predominante, especialmente quando os gatilhos das notícias são as COPs, em que os atores envolvidos tratam de interesses políticos e econômicos, assim como a perspectiva científica calcada nos relatórios do IPCC (LOOSE, 2016; LEÓN; LARA, 2013; GIRARDI; MORAES, 2013). Além disso, o enfoque dos riscos ou a ênfase nas catástrofes também se torna uma opção para atrair a atenção dos leitores e, assim, agendar o debate público (LOOSE, 2016; ZCOLLI CARNEIRO, 2008). Constatamos, ainda, o predomínio de aspectos globais, puxados pelas conferências e acordos internacionais, que retiram da escala local o protagonismo do enfrentamento e afastam a problemática do cotidiano da população.

As análises sobre a cobertura das MCs sinalizam para a falta de contextualização, omitindo tanto suas causas como suas consequências (LEÓN; LARA, 2013), assim como para o pouco espaço dado às questões locais (LOOSE, 2016) e para a dificuldade de expor ações/soluções tangíveis. Carvalho (2011, p.236) mostra que o enfrentamento costuma ser apresentado de forma tecno-gestionária, articulada com medidas regulatórias e, portanto, distantes do cotidiano da população: “no discurso mediático, a acção sobre as alterações climáticas é essencialmente associada ao locus global, das cimeiras políticas intergovernamentais, não estando ao alcance dos cidadãos”. Destacamos que isso ocorre também através da divulgação dos relatórios do IPCC⁸⁶, que tendem a endossar medidas alinhadas com o pensamento dominante do Norte.

Con respecto a las políticas, los informes del IPCC tienden a repetir lo que dicen las instituciones políticas más importantes, como el Banco Mundial y el FMI, sobre el “rol de liderazgo del sector privado” y sobre la necesidad de tener incentivos, precios de carbono, un “contexto favorable para las políticas

⁸⁶ Essa afirmação não pretende desqualificar ou pôr em xeque a pesquisa realizada pelo IPCC. Reforça-se a proposta de Tonel (2019, p. 32) que faz uma “[...] revisión desde una postura crítica de los supuestos y los discurso que rigen los escenarios del futuro que presenta el IPCC, con el objetivo de invitar a otras y otros autores y lectores a considerar la importancia del discurso que está detrás de la ciencia del SR1.5 [IPCC, 2018].”.

medioambientales” y de entregar “señales de mercado a largo plazo”⁸⁷. (SWEENEY, 2018, p. 16).

Tal abordagem é reproduzida, sem muitos questionamentos, pelo campo jornalístico. Um estudo de Heras Hernández (2013) sobre como a imprensa cobre as soluções para a crise climática identificou uma ênfase sobre a inovação tecnológica e a eficiência, em detrimento de “respostas de suficiência”, como consumo moderado (ou consciente) e mudanças no estilo de vida. Essas questões estão associadas à mitigação do problema, enquanto a adaptação continua sendo pouco debatida.

Como esta pesquisa é voltada para os meios não hegemônicos, partimos do pressuposto de que outras ações de enfrentamento, alternativas àquelas evidenciadas pelos veículos hegemônicos, podem repercutir de forma mais frequente. Diante disso, apresentamos brevemente algumas alternativas ou soluções oriundas do capitalismo sustentado pela colonialidade (ou aquelas que podem ser adotadas sem alterar de forma significativa o sistema vigente, também denominadas soluções para um crescimento econômico sustentável) e as orientadas desde uma perspectiva do Sul Global e, portanto, reivindicadoras de uma outra forma de agir diante das MCs, considerando uma governança de baixo para cima e a eclosão de outras compreensões sobre o que é economia.

Ressaltamos que as respostas atinentes ao pensamento hegemônico são movidas, em grande parte, por um otimismo tecnológico e um entendimento de que é possível realizar algumas mudanças sem romper com a lógica e o sistema já conhecidos, reiterando a ideia de que há compatibilidade entre o sistema que devasta a natureza e a manutenção daquilo que não deveria ser destruído. Já as soluções não hegemônicas rejeitam esse modelo estabelecido, assentindo que o modelo hegemônico foi o responsável por colapsar o clima e colocar em risco a continuidade da vida.

Walker e King, em sua obra *O tema quente: como combater o aquecimento global e manter as luzes acesas*, listam soluções econômicas e políticas para o enfrentamento da emergência climática, lembrando que sua adoção deve ocorrer em todos os níveis: pessoal, municipal e nacional. Inseridos no pensamento reformista, os autores comunicam que, mesmo considerando a gravidade do problema, a “[...] boa notícia é que muitas

⁸⁷ Tradução nossa: “Em relação às políticas, os relatórios do IPCC tendem a repetir o que as instituições políticas mais importantes, como o Banco Mundial e o FMI, dizem sobre o “papel de liderança do setor privado” e a necessidade de ter incentivos, preços de carbono, um “contexto favorável para políticas ambientais” e de entregar “sinais de mercado de longo prazo”.

tecnologias de que precisaremos para frear os gases de efeito estufa já estão disponíveis ou em vias de” (WALKER; KING, 2008, p. 99). Dessa forma, indicam que é preciso usar energia de forma mais racional, substituindo as lâmpadas antigas por aquelas de baixo consumo, melhorando o isolamento térmico, economizando e até incentivando a microgeração de energia, readequando a mobilidade, combinando “[...] novas tecnologias de baixa emissão de dióxido de carbono, maior eficiência e o fornecimento de alternativas atrativas que encorajem todos nós a abrir mão dos meios de transporte mais poluentes” (WALKER; KING, 2008, p. 115), além de mudar a forma como se gera energia (hidroenergia, energia nuclear, eólica, solar, etc.).

Ainda mais entusiastas das oportunidades de negócios fruto das MCs, Lovins e Cohen, autores de *Capitalismo climático*, apresentam soluções direcionadas para a transição energética como um caminho para obter lucros. Atravessados pela mesma ideologia, sinalizam que as empresas precisam incorporar a sustentabilidade para não perder a competitividade, sendo que a adesão à “[...] economia de baixo carbono é o segredo da lucratividade e sobrevivência” (LOVINS; COHEN, 2013, p. 267). O que nem sempre é dito é que para obter ganhos nessa direção é preciso que haja uma série de condições que ainda são projeções para o futuro. Sweeney frisa que hoje o potencial associado às energias renováveis é baixo, assim como o incremento da eficiência energética é lento, simplesmente porque a mudança não é motivada pela necessidade de enfrentamento do problema climático, e sim pela estimativa de retorno – “Y simplemente no hay ganancia suficiente o ganancia segura en las energías renovables para garantizar que se alcance el potencial técnico de estas tecnologías⁸⁸” (SWEENEY, 2018, p. 22).

Tais saídas, apresentadas como necessárias para responder à crise climática, são convergentes com os paradigmas do desenvolvimento sustentável, da modernização ecológica e da economia verde, adeptas de mudanças superficiais e que permitem a continuidade da economia capitalista, colonialista e superexploradora. Aqui a racionalidade econômica busca integrar elementos ambientais que possam ativar novos negócios, de modo a fortalecer o sistema dominante.

Ao adentrar no campo político, Walker e King (2008) assinalam que muitas mudanças não são incentivadas porque o preço do que se paga hoje desconsidera os danos ambientais – por exemplo, a externalidade negativa do uso dos combustíveis fósseis, como a emissão de GEE, que agrava a mudança do clima, não é levada em conta na hora

⁸⁸ Em tradução livre: “E simplemente não há ganho suficiente ou ganho certo em energias renováveis para garantir que o potencial técnico dessas tecnologias seja alcançado”.

de vendê-los. O sistema econômico atual é guiado para o crescimento sem limites (mesmo que os recursos sejam finitos) e não incorpora os impactos ambientais ou de saúde que eventualmente possam provocar. Assim, as novas opções acabam perdendo competitividade. De todo modo, essa corrente ideológica acredita que a crise climática pressionará o mercado a agir de outra forma, tornando a descarbonização uma nova oportunidade para fazer a economia crescer.

Isso já está se desenhando na União Europeia, que para se recuperar do período da pandemia de covid-19, fortalece a proposta do *Green Deal*, que quer reformular desde o sistema de transporte até a produção de energia e a agricultura, para diminuir suas emissões de GEE e, assim, avançar no enfrentamento climático. Não obstante, analistas do pacto europeu sinalizam que é preciso avaliar a pegada de carbono europeia globalmente, considerando, por exemplo, as importações do continente, que costumam ser oriundas de países com regras ambientais bem mais flexíveis. Como a União Europeia é o segundo mercado importador de *commodities* agrícolas (atrás da China) e os acordos comerciais firmados nem sempre exigem o cumprimento de critérios ambientais, a Europa contribui para a cadeia de destruição, porém não considera tais impactos porque estão longe de seu território. Assim, leva crédito por suas políticas verdes de âmbito interno, mas terceiriza sua pegada de carbono para outros países, dependentes das exportações.

Outra maneira de surfar na onda climática é entrar no mercado de carbono. Negociar o quanto se pode emitir pode ser vantajoso tanto para quem emite demais quanto para países ou setores que ainda podem vender suas cotas por emitirem pouco. O fato é que, nessa perspectiva, “o capitalismo, os negócios e, na verdade, a ganância pura e simples são algumas das motivações mais poderosas para resolver o problema do clima” (LOVINS; COHEN, 2013, p.265). Ou seja, a externalidade negativa, fruto do capitalismo fóssil, seria incorporada ao mercado, gerando mais uma opção de lucros. Moreno (2016) critica a precificação do carbono, dizendo que tal discurso mascara os conflitos de interesse, as injustiças e as próprias contradições da realidade. Para ela, contribuem para a adesão a esses mecanismos a ideia de que a ciência é apartada de ideologia, assim como a atuação de bancos e assessorias especializadas na formulação de diretivas e leis, tratando governos como se fossem empresas.

Apesar da ampla visibilidade que recebe tal mecanismo, ele é acusado de não estimular uma significativa redução de GEE. Além disso, a introdução de um preço para o carbono tem se mostrado um fracasso – dados do Banco Mundial mostram que, em

2017, apenas 15% dos GEE globais estavam sujeitos a preços e, quando eram precificados, 75% dos casos tinha um valor muito baixo (US\$ 10 ou menos por tonelada), acarretando um impacto aquém do esperado; para ser um fator que interfira nas decisões, esse preço deveria ser muito maior (SWEENEY, 2018).

A assimilação das MCs pela economia capitalista acaba por dar a falsa impressão de que existe uma preocupação genuína com os bens naturais, quando na verdade:

[...] a financeirização das florestas, ecossistemas e das chamadas “bases naturais” representa um incentivo perverso ao desmatamento e ao aumento das emissões, já que quanto menor a quantidade de determinado bem no mercado, maior seu valor econômico. Isto significa que quanto maior o desmatamento e as emissões de GEE com lucro para as atividades extrativas da “economia marrom”; menor a quantidade de florestas ou ar puro e, portanto, maior o valor do ativo ambiental negociado nos mercados de ações ou regulados, maior o lucro da economia verde financeirizada. Trata-se de mecanismo econômico *win-win*, que nada tem a ver com meio ambiente. (GRAIN; GRUPO CARTA DE BELÉM, 2019, p. 10).

Outra grande contradição que se coloca (e nem sempre é explícita) é que para se adaptar ou reconstruir a economia de um país centrado no baixo carbono é necessário, antes, ter recursos para investir. Quem pode hoje fazer isso são as economias do Norte Global, que são também as que mais contribuem para o aumento das emissões.

[A]s soluções que de fato economizam dinheiro (tal como um melhor isolamento térmico das residências) tendem a ficar restritas aos países ricos, ao passo que soluções que custam dinheiro (tal como a captura de carbono pelas usinas de energia indianas ou a prevenção contra o desmatamento no Brasil) recaem sobre as nações mais pobres, que são as que menos contribuíram para o surgimento do problema. (WALKER; KING, 2008, p. 161-162).

A adaptação climática requer, na maioria das vezes, aportes financeiros significativos, como é o caso dos muros de contenção e barragens para proteger comunidades de inundações, enchentes e ressacas mais fortes, por exemplo. E tais obras, ainda que orientadas para minimização de danos, alimentam o *business as usual* ou o esverdeamento da economia tradicional (sustentada pela exploração do ambiente).

Ainda dentro desse viés ideológico, o peso da ação individual também é marcante – ou até o mais conclamado. Quem deve pressionar governos e indústrias somos nós, eleitores e consumidores.

Por meio das escolhas que fazemos sobre quase todos os aspectos das nossas vidas, precisamos orientar produtores e fabricantes ao longo de caminhos sustentáveis. Por meio das escolhas que fazemos na urna eleitoral e das pressões que exercemos sobre os nossos representantes locais e nas nossas

comunidades, precisamos levar os políticos a colocar nosso país no caminho certo. Somos nós que temos a força para provocar mudanças. (WALKER; KING, 2008, p. 219-220).

De acordo com essa visão, são os cidadãos que darão início ao processo de transformação da sociedade, buscando formas de compensar as emissões de carbono emitidas, trocando lâmpadas, comprando eletrônicos mais eficientes, economizando energia, reciclando e reutilizando, reduzindo os voos de avião, buscando opções ecológicas e, é claro, atuando como propagadores de que é possível mudar. Novamente evocamos o exemplo das sacolas plásticas, trazido por Federovisky (2018), no qual o que importa é uma conduta mais adequada do cidadão, a respeito de apenas um fator – isso traz a sensação de contribuir com o cuidado do planeta e retira o foco das verdadeiras causas da deterioração ambiental.

El sujeto neoliberal es emprendedor, competitivo, entregado al máximo de su rendimiento, una suerte de empresario de sí mismo. Debe ser adecuado a los tiempos, básicamente en su discurso de modernidad. Tiene que ser, por lo tanto, “verde”. Pero debe ser, como en todas las demás facetas, un eslabón más de la cadena de consolidación de un tipo de sociedad determinada por los valores más intrínsecos del neoliberalismo: la opción de un medio ambiente entendido como bien común no es parte de su dispositivo.⁸⁹ (FEDEROVISKY, 2018, p. 46).

Configura-se, assim, a ideologia antropocêntrica, associada ao capitalismo, à colonialidade e ao neoliberalismo, que conforma as questões ambientais dentro de um sistema no qual a natureza é apenas recurso e as soluções estão nas mãos das pessoas (o que, evidentemente, não está à altura de uma ação política).

O relatório do IPCC (2018) chamado “Global Warming of 1,5 °C” (Aquecimento Global de 1,5°C) destaca respostas associadas aos ODS, equilibrando o bem-estar social, a prosperidade econômica e a proteção ambiental com as soluções fabricadas dentro da perspectiva da economia verde. Segundo o documento, para limitar o aquecimento global a 1,5°C, as transições orientadas para a descarbonização devem ser rápidas e de grande alcance em diferentes setores. Também aponta como solução para a crise energética vinculada ao clima o aumento da geração de energia nuclear.

⁸⁹ Em tradução livre: “O sujeito neoliberal é empreendedor, competitivo, orientado para seu máximo rendimento, uma espécie de empresário de si mesmo. Deve ser adaptado à época, basicamente em seu discurso de modernidade. Tem que ser, portanto, “verde”. Mas deve ser, como em todas as outras facetas, mais um elo na cadeia de consolidação de um tipo de sociedade determinada pelos valores mais intrínsecos do neoliberalismo: a opção por um meio ambiente entendido como bem comum não faz parte de seu dispositivo”.

La propuesta del IPCC, siguiendo el pensamiento reduccionista de Lovelock, propone cubrir la demanda de energía en el futuro, sea cual sea el incremento de esa demanda, sin considerar la necesidad de revertir la tendencia. Esta propuesta elimina alternativas que buscan limitar el incremento de esa demanda, asegurar un acceso justo a la energía y producir un modelo equitativo del uso de la energía en la sociedad.⁹⁰ (TORNEL, 2019, p. 39-40).

Lembramos que a energia nuclear não é renovável e emite GEE ao longo de sua cadeia de produção, além de exigir alto consumo de água para fins de resfriamento. Contudo, chama a atenção o fato de não existirem propostas capazes de levar à queda drástica de consumo de energia, mas apenas alternativas que mantêm o padrão já estabelecido, além da menção a uma série de tecnologias associadas à captura ou sequestro do carbono (relacionadas à geoengenharia⁹¹). Logo, o viés tecnocrático mescla-se ao pensamento do capitalismo climático, silenciando a possibilidade de mudanças mais radicais, que colapsem o modelo econômico vigente.

Taibo (2019), ao apresentar as soluções ligadas à geoengenharia, sublinha que as consequências de tais artificios tecnológicos ainda são desconhecidas e que o endosso dessas práticas pode permitir o avanço das emissões de GEE – já que há tecnologia para sanar os riscos climáticos, pode-se continuar a vida da forma como se conhece. Segundo Unmüßig e Schneider (2018), a geoengenharia é a desculpa perfeita para seguirmos nossas vidas como se nada estivesse acontecendo.

Dentre os defensores das estratégias relacionadas a métodos tecnológicos e à engenharia genética (nesse caso busca-se produzir plantas que possam capturar em maior quantidade o gás carbônico), Taibo (2019) cita os setores da direita conservadora, que geralmente assumem posições negacionistas sobre a questão climática. Isso pode parecer contraditório (afinal, por que pensar em uma resposta para um problema compreendido como inexistente?), mas, na verdade, toma espaço do debate e cria bloqueios para alternativas que demandem alterações na lógica do sistema econômico hegemônico, como a substituição da energia fóssil.

A tentativa de negar a dicotomia entre crescimento econômico e preservação ambiental (por meio da denominação de desenvolvimento sustentável, economia verde, capitalismo climático, dentre outras), e a crença de que os interesses privados possam

⁹⁰ Tradução nossa: “A proposta do IPCC, seguindo o pensamento reducionista de Lovelock, propõe cobrir a demanda de energia no futuro, seja qual for o aumento dessa demanda, sem considerar a necessidade de reverter a tendência. Essa proposta elimina alternativas que buscam limitar o aumento dessa demanda, garantir o acesso justo à energia e produzir um modelo equitativo de uso da energia na sociedade”.

⁹¹ Para saber mais sobre o tema, consulte o documento “Geopiracy: The Case Against Geoengineering”, disponível em: <http://www.etcgroup.org/content/geopiracy-case-against-geoengineering>.

mesmo ser conciliados com o cuidado dos bens públicos estão no âmago dessa argumentação hegemônica. Espinoza (2016), ao estudar a produção discursiva do Conselho Mundial da Água, evidencia que a questão tem sido tratada a partir da lógica de colonialidade do ser, do saber e do poder, sendo seu debate orientado a partir do pensamento hegemônico do Norte. Segundo o autor, os documentos internacionais expõem que a:

[...] gramática econômica e a conduta eficiente e racional do setor privado apresentam-se como elementos técnicos, neutros e agentes da superação da má gestão dos recursos hídricos. Os sujeitos contrários a essa perspectiva são descritos, como pudemos perceber no relatório trienal 2000-2003, como grupos com natureza ideológica, muito sensíveis à globalização e à liberação do comércio, ou seja, são sujeitos descritos como obstáculos a um projeto emancipatório em curso [...]. (ESPINOZA, 2016, p. 205).

Tal observação pode ser ampliada para outras situações, que sustentam soluções gerenciais e técnicas como fruto da ciência, apresentadas por atores especialistas supostamente isentos de ideologias, enquanto os questionamentos a tais respostas seriam reduzidos ou ignorados por partirem de grupos, desqualificados por demonstrarem ideologia – como se houvesse possibilidade de qualquer ator que seja escolher ou não se tem ideologia.

Da mesma forma que não exaurimos todas as possibilidades dentro da ideologia antropocêntrica, na qual encontramos as vertentes da economia verde, do desenvolvimento sustentável e da modernização ecológica, que buscam reformar ou atualizar o sistema capitalista e colonialista dominantes, as alternativas expostas a seguir, mais amplas por mirarem nas raízes do sistema, não esgotam a discussão. Atentamos ainda para a necessidade de combinação de soluções, já que a crise atual exige uma ação conjunta e “a diversidade de realidades que interagem em nosso planeta requer alternativas sistêmicas diversas” (SOLÓN, 2019, p. 16).

Considerada uma abordagem crítica àquilo que é propagado majoritariamente como caminhos a serem seguidos, a ideologia biocêntrica não entende as MCs como uma questão tecnocrática, dependente apenas da participação de *experts* e de soluções alinhadas à economia verde, separando a questão climática do modelo de desenvolvimento atrelado ao capitalismo, à globalização e à expansão da economia neoliberal (TORNEL, 2019). Ao contrário, essa ideologia – que entende que todas as formas de vida têm importância e valem por si sós, independentemente da escassez ou da

abundância e da oferta ou da demanda – coloca em xeque a racionalidade econômica que guia a forma da humanidade se relacionar com a natureza.

Como contraponto a tais soluções voltadas para o antropocentrismo, sinalizamos para alternativas participativas, de baixo para cima, que consideram o valor intrínseco de todos os seres – Solón (2019) as denomina de “alternativas sistêmicas”. A intenção, como já dito, não é realizar um vasto inventário sobre o assunto, mas listar algumas possibilidades alinhadas com a visão biocêntrica.

Em termos de energia, podemos pensar no avanço de uma democracia energética, buscando não apenas soberania, mas também voltada para uma ação climática – o que obviamente demandaria uma reestruturação do setor energético como conhecemos hoje. A ampliação de “prosumidores”, aqueles que produzem e consomem energia por meio de placas solares, por exemplo, geraria um maior controle sobre suas demandas e possibilitaria trocas com a rede local de distribuição. Há também a possibilidade de formação de cooperativas ou empresas locais baseadas em energias renováveis, que, ao mesmo tempo que se preocupem com a eficiência, contribuam contra a pobreza energética (SWEENEY, 2018). Tais experiências já existem em muitos lugares, porém precisam ganhar escala por meio de incentivos econômicos e políticas públicas.

Vilella (2018) trata da implementação de uma economia circular⁹² que gere lixo zero. Embora a questão dos resíduos não seja apresentada pela autora como um dos fatores mais significativos para o aumento das emissões de GEE, por considerar apenas o que é gerado em aterros e incineradores, tal quadro pode ser bastante alterado se o ciclo de vida de bens e serviços (que inclui extração das matérias-primas, fabricação, distribuição, venda e descarte) for levado em conta. A melhor forma de mitigação climática é evitar a produção de resíduo, mas há outras possibilidades para tornar o ciclo de vida dos produtos menos impactantes, como a compostagem, a reutilização de embalagens, a reciclagem, a atribuição de responsabilidade ao produtor e a mudança de hábitos por parte do consumidor.

O redesenho da gestão de resíduos deve ser pensado de forma justa e integrar as comunidades. A proposta da economia circular está centrada em outra relação com os produtos, sendo que o reuso (o maior tempo possível) pode contribuir com a redução de

⁹² Para saber mais, sugere-se a leitura do documento “La economía circular: Una opción inteligente” (2020), produzido pela organização Economistas sin Fronteras (EsF). Disponível em: <https://ecosfron.org/la-economia-circular-una-opcion-inteligente-nuevo-monografico-de-dossieres-esf/>. Acesso em: 4 nov. 2020.

emissões. É uma forma de pensar e agir diferente do processo atual, baseado na economia linear (que extrai, produz e descarta), insustentável em todos os aspectos. Vilella (2018, p. 18) lembra que no sistema linear as etapas são globalizadas e agravam as assimetrias entre o Norte e o Sul:

En los países del Sur Global, el reciclaje proporciona un medio de vida a aproximadamente 15 millones de personas en todo el mundo: el 1% de la población urbana. Estos son trabajadores por cuenta propia, principalmente en la economía informal, que recuperan artículos reutilizables y reciclables del ciclo de residuos. Recolectan, clasifican, limpian y, en algunos casos, procesan los materiales reciclables, devolviéndolos a la industria como una materia prima económica y baja en carbono.⁹³

Por mais que possam ser vistos como agentes ambientais, esses trabalhadores geralmente vivem em condições precárias dentro da economia linear, que não valoriza o processo de recuperação, por arcar com custos muito baixos com a extração de novas matérias-primas (apesar de toda degradação ambiental resultante). Enquanto o consumismo é incentivado para fazer tal economia girar, as populações mais pobres e vulneráveis são impactadas e, ao mesmo tempo, exploradas para sustentar as compras dos mais ricos. Além do problema social, essas desigualdades fazem com que o bônus do processo fique no Norte e os resíduos sejam levados para o Sul, com o discurso de que estariam gerando empregos e lucros para os países de destino (sem mencionar os riscos à saúde e ao meio ambiente). Recentemente, em 2017, a China, que importava mais da metade do lixo plástico do mundo para reciclá-lo, decidiu limitar o processo, alegando preocupações com a população⁹⁴. Os resíduos tiveram que encontrar outros destinos, como Malásia, Tailândia, Vietnã, Indonésia e Índia, países com menos regulamentações e controles⁹⁵ – até porque há muitas denúncias de que os resíduos enviados ao Sul continham muitos produtos que não poderiam ser reciclados e até teriam componentes tóxicos.

A economia circular de lixo zero dá espaço para produtos mais duradouros e reutilizáveis, com perspectiva social e de base local. Entretanto, para que essa nova lógica

⁹³ Tradução nossa: “Nos países do Sul Global, a reciclagem fornece um meio de vida para aproximadamente 15 milhões de pessoas em todo o mundo: 1% da população urbana. São trabalhadores autônomos, principalmente da economia informal, que recuperam itens reutilizáveis e recicláveis do ciclo de resíduos. Eles coletam, classificam, limpam e, em alguns casos, processam materiais recicláveis, devolvendo-os à indústria como uma matéria-prima barata e de baixo carbono”.

⁹⁴ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/05/internacional/1515145196_165569.html. Acesso em: 29 maio 2020.

⁹⁵ Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2019/07/paises-asiaticos-impoem-restricoes-sobre-importacao-de-lixo.html>. Acesso em: 29 maio 2020.

se dissemine é preciso que haja percepção dos efeitos do ciclo de vida das mercadorias e, é claro, políticas que obriguem um novo formato de produção e consumo.

Outra alternativa é o decrescimento⁹⁶, redutor de emissões em diferentes etapas do processo. Enquanto a perseguição constante do crescimento aprofunda a crise climática – e, em consequência, as desigualdades sociais –, o decrescimento parte da compreensão de que os recursos são limitados. Azam (2019) lembra que o termo “decrescimento” é controverso, pois pode remeter a uma perda de ganhos, quando, na verdade, busca questionar o lucro pelo lucro. Logo, os conceitos “pós-crescimento”, “a-crescimento” ou a expressão de Illich “desacostumar-se ao crescimento” são adotadas por alguns críticos que condenam o crescimento ilimitado.

Entender que o crescimento infinito é um mito exige uma transformação no pensamento, mas é relevante notar que são os países mais pobres os que colocaram em prática medidas concordantes com a exploração limitada, como restauração climática, agroecologia e sistema agroflorestral, que contribuem para a mitigação climática (DOMAZET, 2018). Aliás, muitas práticas agrícolas que possuem sintonia com a natureza são formas de mitigação e resiliência climática – em geral, é o agronegócio, fundamentado no monocultivo e associado, no Brasil, ao desmatamento da Amazônia, que amplifica o problema do clima. Para Azam (2019), o Sul Global pode até colocar em discussão essa proposta – afinal, os países da região possuem pegada ecológica baixa e as necessidades básicas não foram alcançadas por toda população –, mas, ao mesmo tempo, ao assumir a possibilidade de um consumo consciente e moderado, pode desencadear um movimento de romper com as dominações econômica e cultural do Norte.

Assim, o decrescimento é uma crítica ao economicismo e a todas as suas formas de querer compatibilizar a racionalidade capitalista com o equilíbrio do planeta.

É por isso que o crescimento “verde” não é uma solução, mas um caminho para perpetuar o crescimento e a acumulação do capital. É a mesma ilusão que alimentou a esperança de um descolamento entre o crescimento e as emissões de gases de efeito estufa. Esses modelos econômicos acreditam que os progressos na eficiência energética, possíveis graças ao crescimento, levariam a uma redução nas emissões. Os organismos internacionais dizem que o crescimento é a solução, sem levar em conta que é, na verdade, o problema. (AZAM, 2019, p. 74).

⁹⁶ Para avançar nessa discussão, sugere-se a obra *Decrescimento: vocabulário para um novo mundo* (2016), organizada por Giacomo D’Alisa, Federico Demaria e Giorgos Kallis.

Nessa mesma direção está o desenvolvimento à escala humana (MAX-NEEF, 2012), preocupado com as necessidades humanas fundamentais também das gerações futuras, alinhando-se ao pensamento ecológico. Não se baseia na perspectiva do crescimento econômico, como o desenvolvimentismo, mas incentiva a descentralização política e econômica, a fim de fomentar as ações de instituições democráticas e a autonomia de movimentos sociais emergentes. Há várias concepções de uma *outra economia* (LEFF, 2010, p. 29), que vá além da conciliação entre as racionalidades econômica e ambiental, porém sem subverter o núcleo da primeira; mas elas operam ainda em pequena escala. Tais abordagens entendem os limites do crescimento e as consequências das externalidades negativas, partindo de princípios oriundos da ética ambiental, como respeito à diversidade, aos ciclos e processos naturais e à sustentabilidade em seu sentido pleno.

O bem viver, *buen vivir* ou *vivir bien* é, nas palavras de Pablo Solón (2019), um conceito ainda em construção, baseado no aprender e reaprender em comunidade, no respeito aos ciclos, na busca de um equilíbrio ativo, que não é livre de contradições, conflitos e falhas. É uma filosofia plural, baseada na harmonia com a Natureza, uma proposta calcada em solidariedade, complementaridade e relacionalidade, que vai na contramão da ideia de crescimento e acúmulo contínuos ou do discurso do desenvolvimento, com raízes coloniais. Para Acosta (2016a, p. 41), “o bem viver, sem esquecer e menos ainda manipular suas origens ancestrais, pode servir de plataforma para discutir, consensualizar e aplicar respostas aos devastadores efeitos das mudanças climáticas e às crescentes marginalizações e violências sociais”. Ou seja, é uma proposta de alternativa ao desenvolvimento, que busca superar o capitalismo, recolhendo o melhor de práticas, sabedorias, conhecimentos e experiências dos indígenas e povos tradicionais, sem excluir possíveis contribuições de vida comunitária dentro do sistema dominante.

O foco do bem viver é a construção de uma vida harmônica em comunidade, que inclui a relação de cada um consigo mesmo, com os outros seres e com a Natureza. Essa abordagem sinaliza uma “[...] ética da suficiência para toda a comunidade, e não somente para o indivíduo” (ACOSTA, 2016a, p. 91-92), mirando o abandono de visões antropocêntricas. Solón (2019, p. 31) afirma que dentro dessa perspectiva “[...] há uma luta contínua por descolonização” dos territórios e do pensamento, já que há muitas crenças e valores que dificultam nosso envolvimento com a Pacha.

Peredo Beltrán (2019) traz como alternativa ao sistema dominante a teoria ou filosofia – e também movimento social – do ecofeminismo, que compreende a

interdependência dos seres e ciclos naturais, a ética do cuidado e a denúncia do pensamento dicotômico que estrutura o mundo em lados hierárquicos opostos: o homem e a mulher; a sociedade e a natureza; o civilizado e o selvagem. Esse reducionismo transversaliza nossa forma de pensar e agir no mundo, permitindo a manutenção da opressão em diferentes níveis. Apesar de existirem várias vertentes sob esse guarda-chuva, o ecofeminismo consegue perceber que a exploração da natureza e a opressão das mulheres são parte de um mesmo fenômeno. As bandeiras levantadas pelo movimento tentam desconstruir os discursos e ideologias dominantes que nutrem o patriarcado, o colonialismo e o capitalismo.

A reivindicação dos direitos da Mãe Terra⁹⁷, mais do que uma solução essencialmente jurídica ou normativa, objetiva fomentar o reconhecimento de direitos para todos, superando a separação sociedade-natureza. É muito mais do que garantir a preservação de bens comuns pensando na sobrevivência e bem-estar do homem; é estabelecer direitos porque fazem parte do planeta, porque existem. O entendimento começou a ter respaldo legal no século XXI e ganhou maior visibilidade com as experiências do Equador e da Bolívia, que desenvolvem e incluem os direitos da Natureza nas suas respectivas Constituições. Todavia, as falhas de implementação das leis, até por parte dos governos desses países, resultaram em uma série de contestações, incluindo a aversão aos mecanismos da economia verde, como pagamentos por serviços ambientais, que seguem a ótica capitalista.

Solón (2019) exemplifica como a financeirização da natureza desrespeita os direitos da Mãe Terra. O autor cita como exemplo a iniciativa REDD – Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal –, que permite que empresas aéreas comprem créditos de carbono no lugar de reduzir suas emissões de GEE; ou seja, compra-se uma permissão para continuar poluindo e prejudicando o equilíbrio planetário. “Em nível de biodiversidade, a preservação de uma espécie não pode jamais compensar a destruição de outra.” (SOLÓN, 2019, p. 169).

Entre as propostas de enfrentamento climático fortemente associadas a uma economia construída a partir de uma racionalidade ambiental está o combate efetivo contra queimadas e desmatamento e, ao mesmo tempo, o reflorestamento – afinal, as florestas são sumidouros naturais de carbono. Tais medidas são associadas às chamadas “soluções climáticas naturais” (NCS – *natural clima solutions*, sigla em inglês) ou

⁹⁷ Para aprofundar este debate, sugere-se a leitura do livro *Direitos da Natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais* (2019), do pesquisador uruguaio Eduardo Gudynas.

“soluções baseadas na natureza⁹⁸” (SbN), já que as árvores são consideradas a tecnologia mais barata capaz de absorver gás carbônico do ar e recompor-se por si mesma, sendo sua disseminação possível em escala massiva (GRAIN; GRUPO CARTA DE BELÉM, 2019). A escalabilidade viável de tais ações é um aspecto que gera esperança no enfrentamento da crise climática.

Embora muitas dessas soluções já sejam praticadas, com o avanço da agenda climática e das políticas públicas visando à mitigação e à adaptação, elas foram reenquadradas ou observadas a partir das lentes das mudanças climáticas. Até mesmo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) tem mobilizado a assimilação das SbN como caminho para alcançar ou ampliar a ambição da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês):

Incorporar ações baseadas na natureza pode contribuir para melhorar os meios de vida e reduzir a desigualdade, assegurar alimentos e água, melhorar resiliência e redução de riscos de catástrofes (e, portanto, diretamente relevante para a adaptação climática), e conservação da biodiversidade, além dos benefícios estabelecidos para mitigação climática. (PNUD, 2019, p. 1).

Thies (2018, p. 21) afirma que as soluções climáticas naturais “pueden ofrecer una solución no solo para el cambio climático, sino también para las amenazas a la biodiversidad, al suelo y al agua, y ayudan a que podamos seguir teniendo un espacio operativo seguro dentro de nuestros límites planetarios”. A Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE) pode ser vista como parte desse conceito mais amplo (ou de “solução baseada na natureza”), contemplando abordagens para a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas com desenvolvimento socioeconômico sustentável, sendo direcionada para a adaptação das pessoas frente aos efeitos negativos das MCs (FEBA, 2019). Também orientada para o combate às MCs, a Adaptação baseada na Comunidade (AbC) envolve as populações para fortalecer suas capacidades adaptativas, de construção de resiliência e gestão de redução de riscos, a partir de suas realidades, “[...] trazendo decisões sob o controle de pessoas afetadas [...] e evitando soluções predeterminadas” (CARE, 2015). Todas essas perspectivas (que não se encerram aqui) focam na resiliência

⁹⁸ A expressão foi cunhada pela União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), sustentada por sete princípios: 1) entregar uma solução efetiva para um desafio global utilizando a natureza; 2) fornecer benefícios da biodiversidade em termos de diversidade e ecossistemas bem manejados; 3) apresentar a melhor relação custo-efetividade quando comparada com outras soluções; 4) ser comunicada de maneira simples e convincente; 5) poder ser medida, verificada e replicada; 6) respeitar e reforçar os direitos das comunidades sobre os recursos naturais; e 7) atrelar fontes de financiamento públicas e privadas. (PÁGINA22, 14 dez. 2017. Disponível em: <http://www.p22on.com.br/sbn/>. Acesso em: 15 nov. 2020).

humana e ambiental, diferenciando-se pelas ênfases (na natureza, no clima, nos ecossistemas ou nas comunidades).

Sublinhamos, contudo, que tais soluções orientadas para proteção, restauração e manejo sustentável dos ecossistemas encontram diversas barreiras de implementação, como a falta de financiamento suficiente. De acordo com Bárcena *et al.* (2020, p. 190), menos de 1% de todo o financiamento global destinado ao enfrentamento das MCs é direcionado para a proteção costeira, infraestrutura e administração de riscos, nas quais estão incluídas as SbN. Como os benefícios – por exemplo, a preservação da biodiversidade e a manutenção da saúde – não podem ser diretamente monetizados, projetos mais tradicionais e enquadrados na lógica mercadológica, como pagamento por serviços ecossistêmicos, tendem a ser preferidos.

A questão do financiamento para custear gastos com adaptação e mitigação precisa ser revista. Dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a FAO (2011), indicam que a maioria das subvenções agrícolas se destina às atividades de monocultivo, que contribuem para a degradação da natureza e emissões de GEE. Benefícios econômicos deveriam ser oferecidos para iniciativas que sejam menos impactantes, e não o contrário.

Ademais, o dinheiro internacional direcionado aos países em desenvolvimento ainda está aquém do acordado. O *Informe paralelo de 2020 sobre financiación climática* (CARTY; KOWALZIG; ZAGEMA, 2020) mostra que a destinação dos recursos é majoritariamente empregada em formas de mitigação, ainda que a efetivação de estratégias de adaptação nos países mais pobres seja fundamental, e que 80% do financiamento público seja decorrente de empréstimos e outros instrumentos baseados em subsídios – e não em doações.

Destacamos ainda que as SbN ou NCS podem ser cooptadas pelo discurso do capitalismo climático, ao identificar tais oportunidades como formas de fazer o sistema capitalista rodar, financeirizando alternativas que poderiam ser implementadas em prol do bem comum – do planeta e da humanidade. O Acordo de Paris fomenta mecanismos de mercado nessa direção e já há instituições, como o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)⁹⁹, que as apontam como um caminho atrativo para se alinhar ao combate da crise climática, reiterando a manobra de compatibilizar interesses que se revelam, no seu cerne, incompatíveis. Assim, a solução,

⁹⁹ Para saber mais: <https://cebds.org/publicacoes/oportunidades-e-barreiras-no-financiamento-de-solucoes-baseadas-na-natureza/#.X6QY82hKgkk>. Acesso em: 5 nov. 2020.

por si só, pode ser mobilizada por ideologias diferentes, sendo necessário observar os objetivos e interesses genuínos que permeiam cada discurso.

Este breve panorama de algumas alternativas possíveis, calcadas nos conhecimentos locais, nas práticas exitosas das relações da humanidade com a natureza, nos saberes dos povos indígenas e tradicionais, na ética do cuidado e no respeito aos ciclos naturais, aponta para um caminho de revisão de valores, comportamentos e atitudes, de maneira a pensar mais no envolvimento das pessoas com o planeta do que na crença de que o crescimento econômico é inevitável e que a ciência tudo resolverá. Solón (2019) destaca que não há uma única saída ou solução, mas as alternativas precisam dialogar e interagir com o outro, com aquilo que é diverso e plural.

Diferentemente das soluções neoliberais, as alternativas associadas à racionalidade ambiental sublinham o papel do coletivo, das ações conjuntas, dos movimentos sociais e das estratégias geridas por meio de ampla participação e mobilização democrática. O sujeito é visto como cidadão, imbuído de direitos e deveres, e não somente como consumidor, alvo dos produtores. Assim, faz parte da solução, mas não é o único responsável por fomentar mudanças na cadeia produtiva.

É por esse viés que Safran Foer (2020) defende a ação individual, não como se fosse a única saída para o enfrentamento climático, mas como propulsora de um movimento coletivo, que precisa ganhar escala. “Embora possa ser um mito neoliberal dizer que decisões individuais têm o verdadeiro poder, é um mito derrotista dizer que as decisões individuais não têm poder algum” (SAFRAN FOER, 2020, p. 216). Para o autor, defensor de uma dieta à base de plantas como forma de reduzir a pegada de carbono¹⁰⁰, seria antiético proclamar que não se deve tentar fazer algo porque mudanças grandes não estão em curso.

Cabe ressaltar que esse enfrentamento requer ações de curto, médio e longo prazos, em todas as escalas e setores, e que medidas reformistas e ditas radicais podem (e devem!) ser tomadas de forma simultânea. Ações individuais não devem ser supervalorizadas, mas também não podem ser ignoradas. A separação de soluções por ideologias (biocêntrica e antropocêntrica) tem o intuito de evidenciar que há várias possibilidades em aberto, algumas mais facilmente associadas ao pensamento

¹⁰⁰ O autor traz em seu livro quatro ações, consideradas de grande impacto, que uma pessoa pode fazer para auxiliar no combate às MCs: ter uma alimentação vegetariana, evitar viajar de avião, abrir mão do carro e ter menos filhos. Dessas, somente a primeira tem efeito imediato na redução de metano e óxido nitroso, os GEE com maior potencial de aquecimento.

hegemônico e possíveis de serem implementadas dentro dele. Acreditamos que o colapso climático em curso exige rupturas urgentes com o modelo atual, baseado na exploração ilimitada da natureza, mas ponderamos que soluções mitigadoras dentro do sistema capitalista-colonialista podem desempenhar um papel reflexivo, já que questionam práticas e comportamentos associados ao capitalismo fóssil.

6 CAMINHO METODOLÓGICO

*A linguagem não é apenas a expressão de uma cultura,
mas também gera cultura.*

Max-Neef (2012, p. 101)

De modo a compatibilizar as questões e os objetivos desta pesquisa com sua vertente ativista/engajada/posicionada (revelada tanto pela discussão da confrontação da perspectiva colonial quanto pelos propósitos dos jornalismo não hegemônico e ambiental) e de natureza interdisciplinar (assim como a própria emergência climática), elegemos a Análise Crítica do Discurso (ACD) como referencial teórico-metodológico para desvelar os discursos jornalísticos sobre mudanças do clima em veículos não hegemônicos. Pontuamos que há alinhamento, sobretudo, com os analistas críticos do discurso latino-americanos, com o intuito de fortalecer as pesquisas do Sul Global e ser coerente com toda a proposta epistemológica dos estudos decoloniais.

6.1 A Análise Crítica do Discurso

A ACD é uma vertente dos estudos do discurso que se inicia com o lançamento, em 1979, da obra de Fowler, Hodge, Kress e Trew chamada *Language and Control*, que entende o trabalho do discurso como prática social capaz de transformar a sociedade e que enxerga os analistas como interventores sociais – uma reação aos paradigmas dominantes nos anos 1960 e 1970, considerados “associais” (VAN DIJK, 2005). Tais pesquisas ganham mais espaço a partir dos anos 1990, quando a ACD se consolida como disciplina. O marco, conforme Ferreira de Melo (2012), seria 1991, quando os precursores de diferentes tipos de análises críticas do discurso – Teun van Dijk, Gunther Kress, Theo van Leeuwen, Ruth Wodak e Norman Fairclough – se reuniram em um simpósio em Amsterdã. Van Dijk foi responsável pela difusão dos estudos críticos do discurso por toda a América Latina e contribuiu para a criação da Associação Latino-Americana dos Estudos do Discurso (ALED), em 1995 (VIEIRA; MACEDO, 2018); dez anos depois, em 2005, foi criada a Rede Latino-Americana de Análise de Discurso Crítica sobre a Pobreza (REDLAD), formada por um grupo multidisciplinar de pesquisadores, com ênfase no binômio discurso-pobreza.

Antes da ALED, estudiosos brasileiros mantinham relações acadêmicas com pesquisadores europeus e norte-americanos. Hoje, grande parte dessa

cooperação dá-se entre os próprios pesquisadores latino-americanos, que empregam línguas próximas – espanhol e português. [...] Esses investigadores criam modelos e teorias próprios com foco nos problemas dessa parte do mundo: discurso político – processos ditatoriais, desaparecimento de pessoas, etapas da democratização; discurso sobre pobreza e conflitos armados – como a Guerra das Malvinas; discurso da comunicação de massa; discurso sobre educação – ensino de língua materna e estrangeira; discurso de professores e de alunos; discurso sobre violência em sala de aula; discurso sobre gênero. (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 52-23).

O corpo teórico ao qual nos filiamos possui múltiplos aspectos, mas é caracterizado por um posicionamento. Mesmo não existindo uma homogeneidade em torno dos autores que mobilizam a ACD, especialmente pelo seu caráter interdisciplinar, em todas as suas correntes ela “[...] propõe abordagens críticas para as análises dos textos, assumindo posicionamento explícito em relação aos problemas sociais de cunho discursivo e negando o mito da ‘imparcialidade científica’.” (RESENDE, 2012, p. 101). Desse modo, o papel dos analistas nesta perspectiva ganha outra dimensão: Van Dijk (2005, p. 20) atesta que eles “[...] conduzem a investigação em solidariedade e cooperação com os grupos dominados”, sublinhando o caráter político que é intrínseco à ACD.

Resende (2012) pontua que, a despeito de existirem várias possibilidades para a aplicação das ACD, três características comuns garantem sua coerência: a interdisciplinaridade (há um reconhecimento de que a análise de problemas sociais exige a transgressão das barreiras disciplinares), o posicionamento (que busca resistir às formas de dominação e exploração) e a utilização de categorias linguísticas como ferramentas para a crítica social (assim, elas não são pressupostas, mas emergem dos dados e das finalidades das análises). Ferreira de Melo (2009, p. 9) afirma que nessa abordagem:

[...] o discurso constitui e é constituído por práticas sociais, sobre as quais se podem revelar processos de manutenção e abuso de poder, por isso é função do analista crítico do discurso difundir a importância da linguagem na produção, na manutenção e na mudança das relações sociais de poder e aumentar a consciência de que a linguagem contribui para a dominação de uma pessoa sobre a outra, tendo em vista tal consciência como o primeiro passo para a emancipação.

Os estudos de ACD são sustentados epistemologicamente em três eixos: 1) os estudos anglo-saxões sobre discurso da década de 1970, da área de Linguística Crítica, que já partiam do pressuposto de que teorizar a linguagem é uma forma de intervenção na estrutura social na qual está inserida; 2) as teorias neomarxistas, especialmente as de Gramsci; e 3) os postulados da Escola de Frankfurt. Os dois últimos articulam as Ciências Sociais aos estudos linguísticos e permitem a sustentação da proposta de mudança social (FERREIRA DE MELO, 2009). Além disso, eles se caracterizam por focar em problemas

sociais, entender as relações de poder como discursivas e o discurso como constituidor da sociedade, assumir que o discurso tem um funcionamento ideológico e é uma forma de ação social, perceber que o elo entre texto e sociedade é mediado e notar que a análise do discurso é interpretativa e explicativa (FAIRCLOUGH; WODAK, 1997).

A crítica que atravessa essa proposta de investigação também se reflete na colonialidade presente no campo científico, que tende a aplicar um saber criado no Norte na realidade do Sul. Resende (2019) recorda que, no Brasil, os estudos do discurso são divididos entre as vertentes francesa e inglesa, demonstrando a subalternidade dos analistas brasileiros em relação aos pares do Norte, decorrente do legado epistemológico eurocêntrico. Desde a língua dominante no campo científico (o inglês) e o uso de referências internacionais para legitimação das pesquisas, até as imposições colocadas pelos espaços de reconhecimento e prestígio acadêmico, é preciso estar atento para a não existência de um ponto de partida que é neutro ou absoluto. Não se trata de rejeitar os conhecimentos do Norte, mas de valorizar aqueles que tendem a ser invisibilizados ou menosprezados em prol de um pensamento único.

É importante, para tanto, identificar os pontos que caracterizam os estudos de discurso oriundos da Europa. Diferentemente da Análise do Discurso (AD) de vertente francesa, da qual Michel Pêcheux é um dos principais expoentes, a ACD dá peso ao indivíduo (chamado por muitos autores de ator social). Enquanto na AD francesa o sujeito é interpelado ideologicamente no discurso, fazendo com que ele desapareça, na ACD ele se situa entre a determinação estrutural e a agência consciente, ora conformado pelas formações discursivas/sociais que o compõem, ora contestando a dominação por meio de prática discursiva. Ferreira de Melo (2012, p. 62) pontua que a ACD:

[...] dialoga com o poder de interdição dos atores sociais por meio da força de persuasão, da dominação, hegemonia e da ideologia, discutida nos empreendimentos de Gramsci (1971), para o qual existem possibilidades de liberdade de ações disponíveis aos falantes.

Outra diferença está no foco de cada análise: enquanto a AD preocupa-se com a forma como os sujeitos são posicionados dentro das formações discursivas e como a dominação ideológica ocorre através da linguagem, a ACD está interessada em como os atores sociais podem contestar e reestruturar a dominação, enfatizando a transformação social a partir do discurso (FERREIRA DE MELO, 2009). Van Dijk (2005, p. 58) destaca ainda o esforço da ACD em conectar o nível micro do discurso com o nível macro da ordem social, sendo assim, de forma simultânea “[...] uma análise cognitiva, social e

política, mas incide sobre o papel do discurso na sociedade e nas estruturas, tanto local quanto globalmente”.

Por outro lado, AD e ACD possuem traços comuns, como a tradição de afirmarem-se como vertentes teóricas abertamente políticas e um certo consenso sobre a primazia no conceito de interdiscursividade, em seu papel constituidor de discursividade (FERREIRA DE MELO, 2009). Apesar das semelhanças e diferenças, pontuamos que as escolhas teóricas e metodológicas de cada investigação devem estar alinhadas com seus objetivos e objetos, o que se entende já estar esclarecido neste relato.

No que tange aos estudos latino-americanos na área de ACD, questiona-se a mera reprodução das práticas pensadas a partir do Norte no contexto brasileiro. Reiteramos a afirmação de Resende (2019, p. 35) de que “[...] decolonizar os estudos críticos do discurso por perspectivas latino-americanas implica reconhecer que nossa história colonial e a violência que nos constituiu não podem ser ignoradas”. Acrescentamos, no âmbito desta proposta, que precisamos perceber e compreender o papel que a separação entre a humanidade e o meio ambiente, assim como a concepção da natureza como algo a ser explorado, fundamentou uma série de modos de ser, existir e viver que perpassam a colonialidade. Refletir sobre como se deu a apropriação da natureza e entender esse processo como um domínio da matriz colonial (MIGNOLO, 2017) mostra-se fundamental para observar as ideologias que permanecem presentes nos discursos jornalísticos.

Diante desse breve panorama da ACD, apresentamos alguns apontamentos mais específicos sobre sua presença em estudos de jornalismo. Identificamos que tal referencial ainda é pouco articulado no campo jornalístico brasileiro e, especialmente, nos estudos com interface ambiental. Conforme Carvalho (2017a), os discursos da mídia são decisivos para amplificação e legitimação de algumas visões e marginalização ou ocultamento de outras. Para a autora, analisar os discursos sobre a crise climática e seus silêncios é muito importante para entendermos as disputas que envolvem nosso futuro; afinal, há diversos tensionamentos econômicos, políticos e culturais que envolvem as escolhas e não escolhas dos agendamentos da imprensa. Diante disso, Carvalho destaca a necessidade de se avançar sobre os estudos críticos do discurso das mudanças climáticas:

Valores, visões de mundo e ideologias, bem como múltiplas formas de poder, estão profundamente interconectados com práticas de criação de significado sobre as mudanças climáticas. Assim, os acadêmicos com visão de discurso têm a responsabilidade de contribuir para identificar, analisar e expor as maneiras pelas quais os debates são frequentemente gerenciados e distorcidos,

e como isso se conecta a questões de poder e justiça. (CARVALHO, 2017, p. 487, tradução nossa)¹⁰¹.

Em estudos discursivos voltados para as MCs pode-se notar que a imprensa reproduz e amplifica as vozes dos governos, visibilizando um discurso tecnocrático (MORAES, 2015), que tende a privilegiar perspectivas gerenciais ao invés de apresentar discursos mais radicais, capazes de transformar o sistema que produz a emergência climática (CARVALHO, 2017), não discutindo o neoliberalismo e o capitalismo de livre mercado. Aliás, Max-Neef (2012), ao tratar da coerção da linguagem, assevera que a humanidade está em uma armadilha provocada pelo domínio da linguagem econômica em todas as esferas, influenciando completamente as percepções e comportamentos.

O propósito desta pesquisa é identificar como veículos não hegemônicos digitais abordam o tema (pressupondo-se que haverá mais espaço para as vozes e ações do Sul em detrimento das posições articuladas e referendadas pelos atores do Norte Global). Van Dijk (2005, p. 38) destaca que a ACD não é um método pronto, mas que precisa ser construído a partir de cada pesquisa e de “[...] análise exaustiva de um assunto social, de forma a possibilitar a seleção das estruturas discursivas e sociais que serão analisadas e relacionadas”. Como a ACD é guiada pelo estudo crítico da reprodução discursiva da dominação da sociedade, cabe a cada investigador, após conhecer as questões que envolvem seu objeto, determinar quais elementos irá estudar. No nosso caso, o eixo central são as disputas ideológicas entre Sul e Norte, que permeiam o debate das mudanças climáticas, um assunto global com implicações locais, que serão percebidas por meio das vozes acionadas, das ações de enfrentamento que se apresentam, dos silenciamentos e do tipo de linguagem empregada.

Van Dijk (2005) afirma que um dos padrões de dominância que podem ser observados por meio da ACD nos discursos midiáticos são justamente as relações entre Norte e Sul. O pesquisador sublinha a hegemonia do modo de pensar do Norte nos meios de comunicação do Sul, por conta da escassez de recursos para produção de discursos em larga escala de outros enquadramentos:

Dada a ausência de agências de notícias e a falta de correspondentes para os jornais no Terceiro Mundo, a maioria das notícias sobre estes países, mesmo as que saem em jornais nacionais, é canalizada através das agências do Primeiro Mundo e apresenta inevitavelmente uma perspectiva ocidental. [...]

¹⁰¹ No original: “Values, world-views and ideologies, as well as multiple forms of power, are deeply interconnected with meaning-making practices on climate change. Discourse-minded academics thus have a responsibility to contribute to identifying, analysing and exposing the ways in which debates are often managed and distorted, and how that connects to issues of power and justice.”

Se os acontecimentos [como as catástrofes climáticas] são colocados no seu contexto e se são dadas explicações, tendem a atribuir a culpa em primeiro lugar às políticas “retrógradas” e ao comportamento das nações, das organizações e dos políticos do Terceiro Mundo. Ao mesmo tempo, estas explicações põem em segundo plano os efeitos directos e indirectos ou os legados do colonialismo ocidental, as práticas corporativas, a intervenção militar, o comércio internacional e a política. Por outro lado, a ajuda ocidental e outras contribuições são enfatizadas e apresentadas como benéficas e raramente como problemáticas. Como no caso dos assuntos étnicos, o retrato global do Terceiro Mundo é organizado através de estratégias combinadas de auto-representação positiva e de apresentação negativa do outro. (VAN DIJK, 2005, p. 92-93).

Aspectos do discurso da imprensa hegemônica foram investigados em pesquisa anterior (LOOSE, 2016), em um jornal de Curitiba, no qual foi constatado o predomínio de conteúdos oriundos de agências de notícias, com enfoque em discussões internacionais, distanciando o tema do dia a dia dos leitores. Destacamos que o enfoque global, bastante acionado pelos veículos tradicionais, não é um problema em si, pois reflete uma das facetas da emergência climática. O problema é repercutir apenas um enquadramento e desconsiderar outras escalas, atores e representações. Mas, se os *media mainstream* reproduzem a dominância do Norte, os veículos não hegemônicos digitais podem refletir os interesses do Sul? A conferir.

6.2 Definições e justificativas sobre o *corpora*

De modo a observar como diferentes veículos não hegemônicos digitais constroem seus discursos sobre as MCs e as estratégias de enfrentamento desse fenômeno, fizemos um estudo exploratório sobre os veículos jornalísticos alternativos digitais no Brasil que cobriam a temática climática. Levando-se em conta que a internet apresenta um mar de possibilidades e que as definições de jornalismo não hegemônico/alternativo/independente também expressam uma pluralidade de entendimentos, a escolha do *corpora* partiu de uma iniciativa da *Agência Pública*¹⁰²: o “Mapa do jornalismo independente”, que está em constante atualização e tem acesso público. A proposta reuniu uma grande quantidade de meios que 1) produzem primordialmente conteúdo jornalístico; 2) nasceram na rede; 3) são caracterizados como projetos coletivos (são mais que blogs, geralmente mantidos de forma individual); e 4) não possuem ligação com grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas. Na descrição da metodologia que resultou no citado mapa interativo informa-se:

¹⁰² Disponível aqui: <https://apublica.org/quem-somos/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

Após um levantamento inicial, chegamos a pouco mais de 100 nomes. A partir daí, enviamos um questionário com o intuito de confirmar o alinhamento a esses critérios. O questionário continha as seguintes perguntas: A sua organização, entidade ou coletivo produz primordialmente conteúdo jornalístico? Possui caráter comercial? Qual é a missão da sua organização? Há quanto tempo a organização existe? Como a sua organização se mantém? Qual é a figura jurídica? Qual(is) a(s) cidade(s) de nascimento da iniciativa e de cobertura atual? Qual é a principal plataforma? Foram alguns meses de conversas, procura incansável e pedidos de informações. Algumas iniciativas foram retiradas por não se encaixarem nos critérios definidos pela pesquisa¹⁰³.

Por não existir outro mapeamento semelhante nem dados públicos sobre os acessos a esses veículos – como ocorre com os principais meios jornalísticos hegemônicos, sobre os quais existem dados de circulação e acesso, por exemplo –, partimos desse universo para descobrir quais seriam os meios de comunicação que estavam atentos à pauta ambiental. A triagem foi baseada nos meios jornalísticos que mais cobriam o tema das MCs, sejam eles especializados ou não, e que permitiam acesso aberto às notícias. O resultado, a partir da seleção da *Agência Pública* feita entre os dias 22 e 28 de abril de 2020, enfatizou três veículos dedicados ao meio ambiente com quantidade expressiva de notícias ligadas ao tema, dois deles (*Colabora* e *Conexão Planeta*) com editorias específicas na área de clima e dois com categorias associadas ao ODS 13, referente à ação climática (*Colabora*¹⁰⁴ e *Envolverde*).

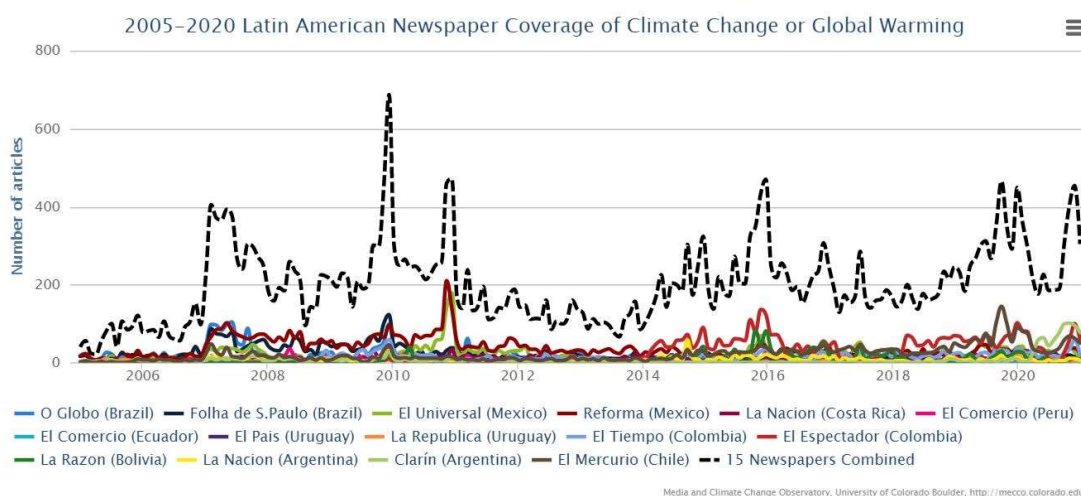
Em razão da alteração ocorrida na agenda pública global decorrente da pandemia da covid-19, optamos por um período temporal de coleta mais alongado, iniciado em janeiro de 2019 e finalizado em dezembro de 2020. Análises que observam as mudanças discursivas no decorrer de prazos ampliados também são menos frequentes e podem revelar um diagnóstico mais preciso das abordagens e estratégias mais acionadas pelos veículos estudados.

Os dados do *Media and Climate Change Observatory Data Sets* (2020) confirmam que houve queda na cobertura das mudanças climáticas nos principais jornais impressos desde o início da disseminação da pandemia da covid-19, provocada pelo coronavírus, na América Latina e em todo o mundo:

¹⁰³ Disponível aqui: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/metodologia/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

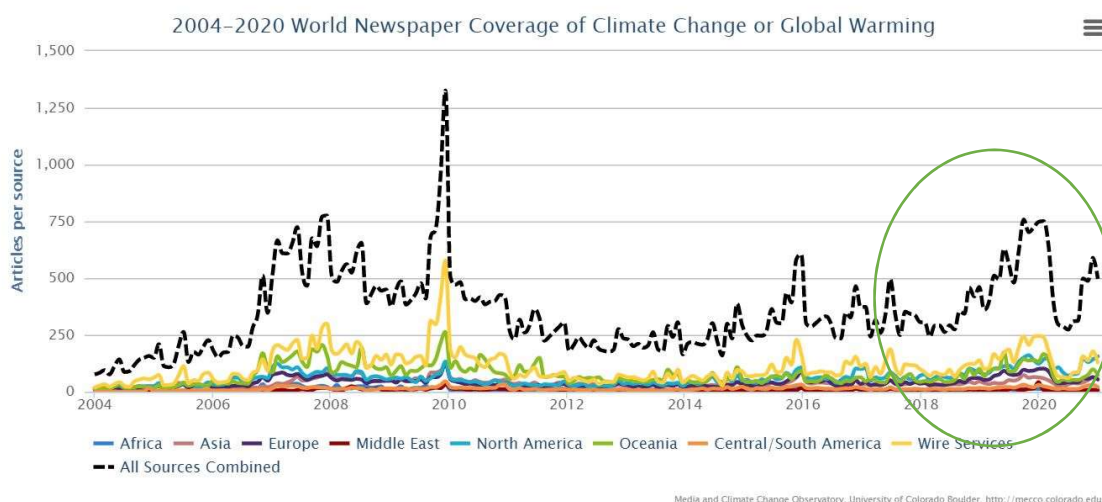
¹⁰⁴ No caso do veículo *Colabora*, que permitia dois espaços de busca, optou-se por aquele que dava acesso retroativo a todo o período da pesquisa, no caso o ODS 13.

GRÁFICO 1 – COBERTURA SOBRE CLIMA DE JANEIRO DE 2006 ATÉ MARÇO DE 2020 EM JORNAIS LATINO-AMERICANOS



FONTE: Boykoff; Fernández-Reyes; Jiménez Gómez, Nacu-Schmidt; Pearman (2020).

GRÁFICO 2 – COBERTURA SOBRE CLIMA DE JANEIRO DE 2004 ATÉ MARÇO DE 2020 EM JORNAIS DE TODO O MUNDO



FONTE: Boykoff; Aoyagi; Ballantyne; Benham; Chandler; Daly; Doi.; Fernández-Reyes; Hawley; Mcallister; Mcnatt; Mocatta; Nacu-Schmidt; Oonk; Osborne-Gowey; Pearman; Simonsen; Ytterstad (2020).

Outro observatório que acompanha a cobertura climática de jornais hegemônicos com foco apenas na América Latina, chamado Radar Climático¹⁰⁵, informou que em 2020 menos de 2% de todas as informações geradas pelos 50 veículos que analisam trataram das MCs. O projeto aponta que a pandemia de covid-19 e seus efeitos se tornaram os temas de maior cobertura na imprensa regional e global em 2020, ainda que “[...] el nexo

¹⁰⁵ Informações sobre a metodologia e os resultados desse projeto podem ser encontrados aqui: <https://conexioncop.com/>. Acesso em 14 jan. 2021.

entre la pérdida de la biodiversidad, el cambio climático y el nuevo coronavirus estuvo presente en la agenda periodística desde marzo hasta diciembre”.

Logo, elegemos para compor o *corpora* desta pesquisa os três veículos apresentados no “Mapa do jornalismo independente” que possuíam mais de 20 conteúdos sobre mudanças climáticas na triagem inicial (de modo a conseguir obter quantidade mínima para estabelecer uma linha temporal), disponibilização de publicações desde janeiro de 2019 e acesso gratuito. O período temporal de análise engloba os anos de 2019 e 2020 (a fim de se ter uma ideia de como seria a cobertura em um período sem pandemia), e as notícias foram elencadas a partir das tags e marcações associadas às MCs em cada veículo.

A fim de situar os veículos analisados, elencamos as autodescrições encontradas nas suas páginas¹⁰⁶; os grifos são nossos:

1) **Colabora**¹⁰⁷ (informações retiradas do site):

O #Colabora é um projeto jornalístico que aposta numa **visão de sustentabilidade que vai muito além do meio ambiente**. Educação, saúde, desigualdade, saneamento, diversidade e consumo também são alguns dos nossos temas. Desde 2019, nossas **editorias passaram a ser guiadas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, estabelecidos pela ONU. Acreditamos que o planeta só será sustentável se conseguir resolver, além dos problemas ambientais, suas mazelas sociais. Você também pode acompanhar o #Colabora pela nossa newsletter, pelo YouTube, pelo Twitter, pelo Facebook, pelo Instagram e pelo LinkedIn.

Nossas reportagens são produzidas por um time de quase 300 jornalistas, fotógrafos, designers, videomakers e especialistas nas nossas áreas de cobertura espalhados por todo o Brasil e até em outros países. Qualquer um pode colaborar com a gente, seja enviando sua sugestão de pauta pelo e-mail – contato@projetocolabora.com.br – seja com críticas e comentários que possam nos ajudar a permanecer no rumo que traçamos e que aqui compartilhamos com vocês. Nossa rede de colaboradores é remunerada e, por isso, doações também são bem-vindas. Não é barato produzir **um jornalismo que se propõe a cobrir boas histórias, independentemente do lugar onde elas aconteçam**. Para ajudar a espalhar os valores que defendemos e a sustentar o jornalismo em que acreditamos, criamos também o #Colabora Marcas. A proposta é produzir conteúdo multimídia para empresas que queiram contar suas histórias e se relacionar com seu público, seja em suas revistas, seus sites, redes sociais ou outras plataformas digitais.

Não temos qualquer vinculação partidária e somos uma iniciativa sem fins lucrativos. Prestamos contas mensalmente sobre nossa audiência, nossos investimentos, receitas, contribuições e gastos.

Desde seu lançamento, em novembro de 2015, o #Colabora recebeu mais de 10 premiações. Vencemos o 41ª Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, na categoria Produção Jornalística em Multimídia, com a série de reportagens “Sem Direitos – O Rosto da Exclusão Social no Brasil”, que também conquistou Menção Honrosa no Prêmio Patrícia Acioly de Direitos Humanos. Ganhamos o Prêmio Petrobras 2017, na categoria

¹⁰⁶ A partir dos sites não conseguimos reter mais informações sobre o contexto de produção dos veículos.

¹⁰⁷ Embora o site jornalístico contenha “projeto” no link de acesso (<https://projetocolabora.com.br/>), adotamos apenas *Colabora*, sem *hashtag*, em razão da maneira como o veículo se apresenta aos leitores.

Sustentabilidade, com uma série de reportagens sobre a Usina de Belo Monte. Fomos agraciados, em 2019, com o Prêmio Longevidade Bradesco, com a série “LGBT+60: Corpos que resistem”. Também recebemos prêmios da WAN-IFRA (Associação Mundial de Jornais), do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e da Aberje (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial).

Mas, para além dos prêmios, **nossa razão de existir continua sendo o legado, o propósito, a capacidade que temos de contribuir para a transformação do mundo em que vivemos. E a certeza de que ele pode ser cada vez mais economicamente viável, ambientalmente sustentável e socialmente justo. Como diz nosso slogan: “Juntos, por um mundo + mais criativo, tolerante e generoso”.** (grifos nossos).

FIGURA 1 – REPRODUÇÃO DA PÁGINA PRINCIPAL DA EDITORIA “ODS 13” DO SITE COLABORA



FONTE: Colabora, 1 fev. 2021

2) *Conexão Planeta* (reprodução do texto da aba “Sobre”):

Conexão Planeta **nasceu do idealismo de jornalistas**, com larga experiência em sustentabilidade, adquirida ao longo de oito anos no Planeta Sustentável, o maior site sobre o tema em Língua Portuguesa (assim declarou a Fundação das Nações Unidas).

Além da paixão por escrever, **o que nos move é o ativismo, a certeza de que é espalhando e disseminando histórias e notícias relevantes, trilhamos o caminho certo.** Nada nos deixa mais inspiradas do que poder relatar a ação de pessoas, comprometidas e visionárias, que provam que sim, temos ferramentas, tecnologia e conhecimento necessários para seguir na direção de um futuro mais feliz.

Como acreditamos que sustentabilidade é um assunto amplo e relevante demais para ser deixado de lado, decidimos assumir **o desafio de reunir, neste novo site, notícias e informações pertinentes, boas histórias, entrevistas e o olhar apurado de outros colegas, profissionais especializados, que também mostrarão iniciativas de pessoas – como nós – que apostam na mudança rumo a um mundo melhor.**

Não vamos deixar de noticiar, entretanto, o que nos desagrada. Desmatamento, violência, poluição, desigualdade, **aquecimento global**. Somos jornalistas. Faz parte de nosso DNA levar ao leitor o fato – preciso, apurado e verdadeiro. Não há como tapar o sol com a peneira.

Mas queremos, sobretudo, **compartilhar ideias e soluções**. Mostrar que é possível fazer melhor. E que isso já é real. Está acontecendo agora, neste momento, seja numa pequena cidade do interior de Santa Catarina ou numa grande capital europeia. Desejamos espalhar por aqui e pelas redes sociais, histórias de empreendedores sociais, ONGs, empresas e indivíduos que, sozinhos ou coletivamente, realizam trabalhos de impacto social, cultural, econômico e ambiental.

Assim, farão parte da pauta do Conexão Planeta, temas como preservação da natureza, proteção aos animais e ecossistemas, **mudanças climáticas**, redução da desigualdade, inclusão social e econômica, consumo consciente. No nosso radar, estarão constantemente em foco pautas a respeito de inovação, mobilidade urbana, cidades mais humanas, estilo de vida, casa sustentável, simplicidade voluntária, biodiversidade e alimentação saudável.

Nossa missão é Inspirar para a Ação. Queremos que a cada texto lido, mais e mais brasileiros sejam estimulados a tomar parte deste grande movimento. Não estamos sozinhas! Milhões de pessoas no mundo todo têm ido às ruas para mostrar que desejam uma sociedade mais justa e igualitária. E há também aquelas que transformam o lugar onde vivem com pequenas ações, que se multiplicam. Estamos nos juntando a elas. Porque estamos todos conectados. (grifos nossos).

FIGURA 2 – REPRODUÇÃO DA PÁGINA PRINCIPAL DA EDITORIA “MUDANÇAS CLIMÁTICAS” DO SITE *CONEXÃO PLANETA*

conexão planeta
inspiração para a ação

SOBRE QUEM SOMOS NOSSO LOGO EDITORIAS BLOGS PARCEIROS CONTATO

Mudanças Climáticas

Reportagens recentes

Maior montadora de carros dos Estados Unidos, General Motors só terá modelos elétricos a partir de 2035

"Temos que fazer e iremos fazer", diz Biden sobre seu ambicioso plano para combater a crise climática

60% dos brasileiros defendem a preservação das florestas como principal arma para combater crise climática, aponta novo estudo global

Biden coloca EUA de volta no Acordo do Clima e na Organização Mundial de Saúde e revoga permissão para polêmico oleoduto

Além da pandemia, 2020 também entra pra história pelas temperaturas recordes

Alemanha começa 2021 com novo imposto de emissão de carbono sobre produtos e serviços

"Não há tempo a perder. Estamos no meio de uma crise", diz Joe Biden, sobre mudanças climáticas

Sonia Guajajara usa máscara criada pela artista Nêle Azevedo para a campanha de 5 anos do 'Acordo de Paris'

Estados Unidos sediará evento global pelo clima no início de 2021, anuncia presidente eleito, Joe Biden

Maior montadora de carros dos Estados Unidos, General Motors só terá modelos elétricos a partir de 2035

29 de janeiro de 2021 | Suzana Camargo | 0 comentários | carros, descarbonização, economia verde, elétricos, Estados Unidos, fabricação, General Motors, Joe Biden, veículos

FONTE: *Conexão Planeta*, 1 fev. 2021.

3) **Envolverde** (informações retiradas do site e editadas pela autora):

Fundada em 8 de janeiro de 1998, a Envolverde tem como missão “**ampliar o conhecimento social da sustentabilidade através do jornalismo e da comunicação**”. Além do site, o Instituto Envolverde possui outras atividades, como cobertura jornalística para eventos, criação de conteúdos para empresas e produção de relatórios de sustentabilidade. Possuem mais de 30 mil posts, 320 mil fãs no face e 5 mil assinantes; já receberam vários prêmios: Prêmio Ethos de Jornalismo 2006, Prêmio Ethos de Jornalismo 2009, Prêmio Ponto de Mídia Livre do Ministério da Cultura 2009, Menção honrosa Prêmio Von Martius da Câmara alemã 2011, Jornalista amigo da Infância da Agência Nacional dos Direitos da Infância (Andi) 2010 e Prêmio de Jornalismo Socioambiental Chico Mendes 2014. (grifos nossos).

FIGURA 3 – REPRODUÇÃO DA IMAGEM PRINCIPAL DA EDITORIA “ODS 13” DO SITE ENVOLVERDE

The image shows a screenshot of the Envolverde website's editoria for ODS 13. At the top, there is a blue banner with the text "BRASKEM. UM FUTURO MAIS SUSTENTÁVEL, HOJE." and a "SAIBA MAIS" button. Below this is a green navigation bar with categories: Capa, Bem Estar, Ambiente, Economia, Sociedade, Educação, Cidades, Empresas, Colunistas, and Institucional. A date "Jan 26, 2021" is shown on the right. Underneath is a row of 17 ODS icons. The main content area features a large image of a face carved into a tree trunk, with the headline "Orçamento do Meio Ambiente é o menor em 21 anos". Below the headline, it says "© 22/01/2021" and "Comentários". A short paragraph follows: "por Observatório do Clima – Análise do Observatório do Clima mostra que proposta orçamentária para 2021, a mais baixa do século para a pasta, coroa estratégia de desmonte ambiental do governo Bolsonaro. O orçamento proposto pelo governo para o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e órgãos vinculados para 2021 é o mais baixo desde, pelo menos, o fim do...". To the right, there are promotional banners for "APOIE A ENVOLVERDE" and "SIGA A ENVOLVERDE" with social media icons (Facebook, Instagram, LinkedIn, YouTube). At the bottom right, there is a search bar with the text "PESQUISE EM NOSSA BASE DE DADOS" and a "Buscar" button.

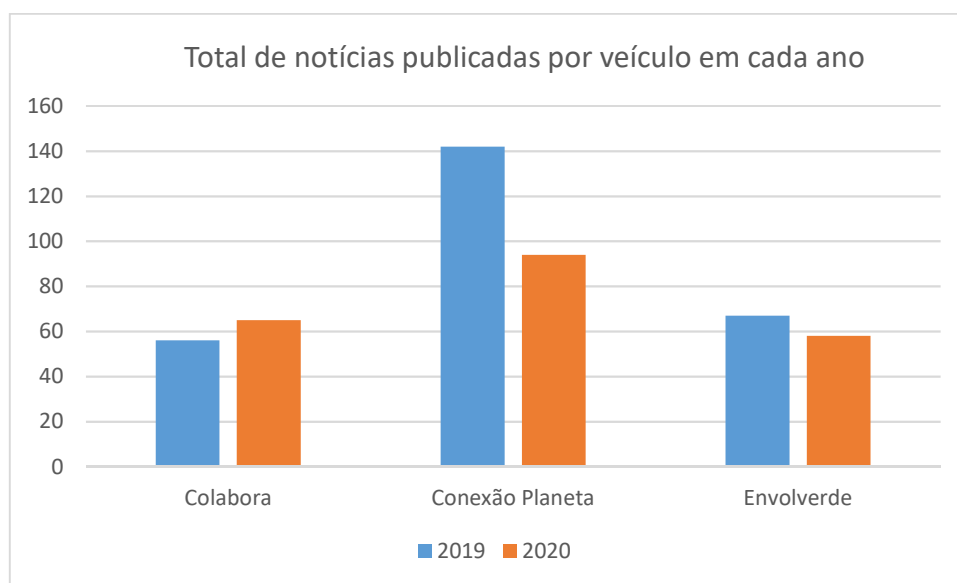
FONTE: *Envolverde*, 1 fev. 2021.

As autoapresentações revelam a postura de um jornalismo comprometido com a expansão da consciência ambiental por meio de informações qualificadas, condizentes com os princípios e pressupostos do Jornalismo Ambiental (GIRARDI; LOOSE; ALMEIDA DA SILVA, 2018; LOOSE; GIRARDI, 2017; GIRARDI *et al.*, 2012). Os citados veículos apresentam uma concepção ambiental ampliada, que conectam aspectos sociais, políticos, culturais, econômicos, etc., mostrando-se, à primeira vista, alinhados com a racionalidade ambiental (LEFF, 2009, 2001). Entretanto, suas posições em relação à cobertura jornalística de meio ambiente possuem gradações diferentes em relação ao engajamento e à contestação do sistema. Por esses breves textos, identificamos que *Colabora* e *Conexão Planeta* assumem um ativismo abertamente, enquanto *Envolverde*

se mostra mais próximo do discurso supostamente neutro ou reformista, inclusive ofertando conteúdos e serviços para empresas, o que supõe um entendimento conciliatório entre os interesses do mercado e aqueles atrelados ao cuidado ambiental.

O gráfico abaixo apresenta quantitativamente a produção de notícias¹⁰⁸ sobre clima em cada um dos anos estudados:

GRÁFICO 3 – COMPARATIVO DO NÚMERO DE NOTÍCIAS SOBRE CLIMA PUBLICADAS NOS VEÍCULOS ESTUDADOS EM 2019 E 2020



FONTE: Elaboração própria (2021).

Essa informação já revela que, apesar da pandemia de covid-19, *Colabora* teve um movimento diferente dos demais veículos, publicando mais notícias sobre clima em 2020 do que em 2019. Também evidencia que *Conexão Planeta* possui uma produção superior à dos demais: somando os dois anos, publicou 236 notícias, quase o dobro dos demais (125 notícias no caso de *Envolverde* e 121 em *Colabora*).

6.3 Ferramentas para desvelar os discursos sobre clima

Há várias formas de mobilizar o referencial teórico-metodológico da ACD, seja por sua natureza interdisciplinar, seja pelas próprias questões de pesquisa e do *corpus* atreladas a ela. Independentemente das ferramentas ou aspectos mobilizados por cada

¹⁰⁸ Não nos ocupamos nesta pesquisa em distinguir gêneros e formatos do texto jornalístico, utilizando de forma genérica os termos “notícia” ou “matéria” em razão das características preponderantes ligadas à factualidade e brevidade.

analista, é importante lembrar dos conceitos-chave que perpassam essa análise, de modo que sua operacionalização seja adequada. Vieira e Macedo (2018) destacam discurso (que corresponde à prática social), ideologia (aquilo que estabelece e mantém as relações de dominação) e poder (intrinsecamente relacionado às concepções de hegemonia e de dominação).

Também salientamos a perspectiva latino-americana da ADC, ao eleger para esta análise discursos não hegemônicos e que tratam de um tema profundamente conectado com a desigualdade social e a exploração ambiental: a emergência climática. Alinhamo-nos com a visão de Resende e Marchese (2011, p. 157) de que a ADC deve observar também os discursos que revelam:

[...] relações sociais ‘de baixo para cima’. Com isso, o que queremos destacar é que as investigações não se voltam unicamente para discursos associados a grupos dominantes; focalizam também vozes de grupos em posição de desvantagem nas estruturas de dominação.

Considerando que a ACD abarca vários níveis de análises que buscam conectar o nível micro do discurso com o macro da ordem social, a escolha do *corpora* desta pesquisa envolve um período temporal alongado (dois anos) em três meios de comunicação digitais não hegemônicos (o que acarretou um *corpora* de 482 textos). Considerando que há um período restrito para finalização da tese, adotamos a solução sugerida por Carvalho (2015): analisar a evolução da construção discursiva no período já citado e, em seguida, concentrar-se em “momentos críticos do discurso”, que podem nos ajudar a responder com mais detalhamento às questões centrais da pesquisa sobre as relações Norte x Sul. A autora lembra que há uma lacuna de estudos que apliquem a ACD aos discursos midiáticos de forma estendida, sendo as pesquisas voltadas para registros de momentos isolados/instantâneos mais comuns – ainda que ressalte o fôlego e o tempo necessários para dar conta de uma grande quantidade de discursos em análises que exigem e integram múltiplas camadas e conexões.

Dessa forma, orientamo-nos pelas diretrizes propostas por Carvalho (2015), Martins (2018) e Resende e Ramalho (2019) com o intuito de expor os procedimentos adotados para nossa ACD centrada em discursos jornalísticos. Sublinhamos que não há uma “fórmula pronta”. Em primeiro lugar, realizamos uma leitura ampla do *corpora*, a fim de detectar “[...] os mais significativos debates, controvérsias e silêncios” (CARVALHO, 2015, p. 184), o que, segundo a autora, eventualmente pode sugerir

“especificações e alterações dos objetivos e perguntas iniciais de pesquisa” (CARVALHO, 2015, p. 184). Nessa etapa, é importante prestar atenção aos títulos e *leads* (como são chamados os primeiros parágrafos dos textos jornalísticos), assim como aos picos da cobertura de cada veículo. No caso de análise comparativa de diferentes meios, é interessante observar os ditos e não ditos, assim como as fontes acionadas.

Após essa visão panorâmica do *corpora* a ser estudado, Carvalho (2015) sugere que o pesquisador se detenha nos “momentos críticos do discurso”, ou seja, naqueles períodos que envolvem acontecimentos desafiadores das posições discursivas estabelecidas – no caso da pauta climática, o surgimento do movimento liderado por Greta Thunberg ou a posição do governo brasileiro na COP de 2019, que promove uma quebra em relação ao histórico das negociações, derivada da política antiambiental do governo Bolsonaro.

Fairclough (2001, p. 281) identifica um “ponto crítico” ou “momento de crise” quando há “mudanças súbitas de estilo” ou detecção de alteração no processo discursivo. E aqui é pertinente lembrar a relação simbiótica entre discurso e prática social. De modo a identificar tais momentos, a construção de uma linha cronológica pode ser útil, assim como o questionamento das mudanças a respeito das posições ideológicas. Somente depois é possível seguir para a materialidade do discurso, os textos.

Adequamos o quadro abaixo, originalmente apresentado por Carvalho (2015), de acordo com nossos objetivos e com as práticas apresentadas por Martins (2018), Resende e Ramalho (2019), Fairclough (2001) e Van Dijk (1999):

QUADRO 2 – ORGANIZAÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

I Análise contextual
1. Análise comparativa-sincrônica
2. Análise histórica-diacrônica
II Análise do discurso jornalístico
1. Tópicos (temas relevantes)
2. Atores
3. Linguagem, gramática e retórica
4. Silenciamentos
5. Posições ideológicas

FONTE: Adaptado de Carvalho (2015).

A seguir, detalhamos o que cada categoria de análise significa.

I Análise contextual – análise ampla, associada à frequência dos textos e ao conjunto do *corpora*.

1. Análise comparativa-sincrônica

Carvalho (2015) coloca que a comparação de um texto com outras representações da mesma questão pode ser útil para tentar reconstituir eventos originais. Isso permite observar características específicas de cada veículo.

2. Análise histórica-diacrônica

Nessa fase podemos distinguir dois níveis: um mais vasto, articulado com o contexto do debate político, econômico, social, ambiental e cultural do tema (os aspectos conjunturais), e outro mais pontual, relacionado com o desenvolvimento do discurso analisado em termos temporais. No primeiro nível, é considerada a situação histórica (afinal, não se irá extrapolar a análise dos conteúdos), identificada aqui como a contextualização dos principais momentos críticos investigados. No segundo, construímos uma linha temporal apontando as mudanças identificadas na construção discursiva de cada meio em relação ao clima.

II Análise do discurso jornalístico – voltada de forma mais específica para aquilo que é destrinchado dos textos, as marcas linguísticas e discursivas ou a materialidade da pesquisa (MARTINS, 2018).

1. *Tópicos (temas relevantes)*

Van Dijk (1999, p. 28) afirma que “Vital para todo discurso y comunicación es quién controla los temas (las macroestructuras semánticas) y los cambios de tema, como cuando los editores deciden qué asuntos noticiables serán cubiertos [...]”¹⁰⁹. Logo, mapear os enquadramentos mais recorrentes na cobertura das MCs nos fornece uma visão geral de qual abordagem é dominante em cada um dos meios analisados. Segundo o pesquisador, é por meio dos temas (macroestruturas semânticas) que o discurso global toma forma, sendo aquilo que é apresentado primeiro considerado como de maior importância em relação ao que está no fim do texto.

2. *Atores*

¹⁰⁹ Tradução nossa: “Vital para todo discurso e comunicação é quem controla os temas (as macroestruturas semânticas) e as mudanças de temas, como quando os editores decidem quais assuntos noticiáveis serão cobertos [...]”.

Carvalho (2015) destaca que a identificação das instituições e pessoas que aparecem nas notícias (e como se dá essa apresentação) são importantes para a construção das imagens dos agentes sociais. É necessário notar, por meio do espaço e da maneira como os atores são articulados no texto (em citações diretas ou indiretas, com menção no título e *lead*, etc.), como o discurso de cada ator influencia na abordagem geral do texto. Resende e Ramalho (2019) salientam que a forma como os atores sociais são representados nos textos indica posicionamentos ideológicos, e que isso pode ser feito tanto em termos de inclusão ou exclusão de atores no discurso, quanto na análise sobre quem está recebendo proeminência.

3. *Linguagem, gramática e retórica*

Aqui nos debruçamos sobre a maneira como dizemos as coisas. Não há intenção de realizar uma análise linguística exaustiva ou pormenorizada neste tópico, mas de observar como os atores são descritos ou representados (de forma mais positiva ou negativa), assim como identificar figuras de linguagem, como metáforas, comparações e ironias, e perguntas retóricas. “Los recursos retóricos como los símiles, las metáforas, los eufemismos, etc., al igual que los esquemas globales, no influncian directamente el significado. Más bien lo hacen resaltar o lo difuminan, y con ello también la importancia de los acontecimientos en un modelo de acontecimientos¹¹⁰” (VAN DIJK, 1999, p. 32). Neste ponto analisamos ainda como o receptor da notícia é interpelado por cada veículo e quais são as estratégias argumentativas mais reiteradas, assim como quais são os verbos mais recorrentemente associados a cada tipo de ator.

4. *Silenciamentos*

Tão importante quanto observar aquilo que é dito e de que forma é dito é perceber as ausências presentes nos discursos (CARVALHO, 2015). Refletir sobre os silêncios do discurso é uma etapa relevante na ACD e, de acordo com Rivera Cusicanqui (2010, p. 13), “[...] en una situación colonial, lo ‘no dicho’ es lo que más significa; las palabras encubren más que revelan, y el lenguaje simbólico toma la escena”.¹¹¹

¹¹⁰ Tradução nossa: “Os recursos retóricos como símiles, metáforas, eufemismos, etc., assim como os esquemas globais, não influenciam diretamente o significado. Mas eles fazem destacar ou embaçar/apagar e, portanto, interferem no grau de importância dada ao acontecimento.

¹¹¹ Tradução nossa: “[...] em uma situação colonial, o 'não dito' é o que mais significa; as palavras ocultam mais do que revelam, e a linguagem simbólica toma a cena”.

5. *Posições ideológicas*

A ideologia é transversal ao discurso, ou seja, não há discurso apartado de posicionamento ideológico. Assim, todo processo de construção discursiva – desde a escolha do tópico, a descrição dos atores e a seleção de suas falas, até a conformação do texto, por meio de linguagem e da articulação de estratégias argumentativas – é transpassado pela ideologia, sendo preciso inferi-la a partir do conjunto das marcas e elementos discursivos. Para Carvalho (2015, p. 191), “é importante tornar as ideologias manifestas porque estas envolvem motivações e justificações fundamentais para manter ou alterar um determinado *status quo*.”

Tais análises e categorias buscam mostrar criticamente o funcionamento dos discursos sobre MCs, observando quais formas de enfrentamento são visibilizadas, quem são os atores e as disputas ideológicas presentes e ausentes nos meios digitais não hegemônicos e outros aspectos que permitem a construção de uma representação sobre a emergência climática. A análise temporal busca identificar possíveis alterações nos discursos de cada veículo ao longo dos últimos dois anos, e a comparação objetiva detectar diferenças entre veículos com valores e características comuns no campo jornalístico.

Assinalamos que, como em qualquer pesquisa científica, os procedimentos metodológicos e o próprio prazo de execução implicam limitações. Aqui o trabalho é baseado unicamente nos textos publicados pelos três veículos já mencionados, sendo a articulação com o contexto macro possível apenas com a revisão bibliográfica e documental previamente apresentadas.

Também limitamos as possibilidades de análise aos chamados “momentos críticos” e selecionamos apenas alguns aspectos para analisar a linguagem, gramática e retórica, assim como silenciamentos e marcas argumentativas, considerando, sobretudo, o que já foi exaustivamente apontado nos estudos sobre comunicação/jornalismo e MCs nos meios hegemônicos (para tentar construir paralelos a partir das diferenças e das semelhanças) e na pesquisa bibliográfica realizada sobre a questão da colonialidade e as confrontações discursivas que perpassam a temática climática.

7 DESVENDANDO OS DISCURSOS CLIMÁTICOS DOS MEIOS NÃO HEGEMÔNICOS EM MOMENTOS CRÍTICOS

O discurso jornalístico é moldado e marcado por decisões de inclusão, exclusão e hierarquização de informações. Há acontecimentos que nunca chegam a ser notícias, problemáticas que nunca surgem nas páginas dos jornais.

Sousa (2004, p. 106)

Neste capítulo compilamos, a partir da compreensão alargada de três momentos críticos do discurso, os resultados da análise empreendida ao longo de dois anos (2019 e 2020) sobre os discursos jornalísticos das MCs nos veículos considerados não hegemônicos denominados *Conexão Planeta*, *Envolverde* e *Colabora*. Apropriamo-nos do ferramental teórico-analítico articulado à ACD para verificar o funcionamento desses discursos jornalísticos.

Em termos contextuais (o nível macro), lembramos que esse período corresponde aos dois primeiros anos do governo Jair Bolsonaro, que, sistematicamente, vem permitindo a flexibilização da legislação ambiental, além de nomear negacionistas climáticos para cargos relevantes, como o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo. O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, atua na contramão da preservação ambiental, sendo visto por muitos como um antiministro. A COP-25, conferência anual do clima que reúne chefes de Estado para debater soluções, e que teria o Brasil como sede em 2019, foi cancelada pelo governo. A inação governamental enfraqueceu as instituições e planos de enfrentamento climático, que deixaram de ter relevância no âmbito federal.

Em 2019, muitas tragédias ligadas ao meio ambiente assolaram o país, como o rompimento da barragem de rejeitos da mineração de Brumadinho, em Minas Gerais, e o vazamento de óleo que atingiu a costa brasileira, somadas a antigos problemas, como impactos de chuvas fortes e queimadas florestais. A cobertura ambiental passou a ser uma constante, sendo mais transversal do que em anos anteriores (GIRARDI; LOOSE; STEIGLEDER, 2020).

Com a chegada da pandemia em 2020, houve uma aceleração do desmonte de políticas públicas, que inclusive se tornou pública com a divulgação de um vídeo de uma reunião ministerial em que Salles defendeu aproveitar o desvio de atenção da imprensa (por conta da covid-19) para “passar a boiada”, ou seja, alterar a regulamentação ambiental. O *Climate Action Tracker*, consórcio composto por cientistas e ONGs de

pesquisa para monitorar as ações globais, informa que essa reversão das políticas de proteção florestal permite que as taxas de desmatamento aumentem:

O mês de julho de 2020 já testemunhou mais incêndios florestais do que julho de 2019, um sinal preocupante do que pode estar por vir. Essa tendência leva o Brasil na direção oposta aos compromissos do Acordo de Paris, que incluem uma meta de desmatamento ilegal zero na Amazônia brasileira até 2030. (CLIMATE ACTION TRACKER, 2020)¹¹².

Uma nota técnica do SEEG¹¹³ sobre o impacto da pandemia nas emissões brasileiras mostra que haverá incremento nas emissões de 10% a 20% em relação ao que foi em 2018, a depender da situação de desmate da Amazônia até o final do ano. “O Brasil terá em 2020 uma trajetória crescente de emissões de GEE, que segue no sentido oposto da forte retração prevista para economia brasileira e global, e também na contramão das metas da Política Nacional sobre Mudança do Clima”, constata o documento.

Voltando-nos para a cobertura midiática, chamam a atenção as queimadas, sobretudo na Amazônia e no Pantanal, e suas conexões com as mudanças do clima. Estiagens e chuvas intensas estão presentes, mas nem sempre articuladas a uma problemática mais ampla. Como se observará adiante, o fato de as matérias analisadas não contextualizarem o aumento das queimadas no Pantanal e na Amazônia com os efeitos já sentidos das MCs (como períodos de seca mais prolongados) e nem com o agravamento do problema por conta da maior emissão de GEE gerou um primeiro silenciamento dos meios analisados em relação a um acontecimento que teve ampla cobertura no Brasil, mas que foi apresentado desconectado, apartado de uma perspectiva ampla de modelo de desenvolvimento e de seus impactos para além do local tomado por chamas. Da mesma forma, podemos dizer que os desastres climáticos mais frequentes no País, que ganham força e volume por conta das MCs, como tempestades e alagamentos, são acontecimentos praticamente ausentes nos veículos estudados.

A fim de verificar, ao longo do tempo, como os meios selecionados cobriram a emergência climática, coletamos todas as notícias publicadas na editoria “Mudanças Climáticas” do *Conexão Planeta* e aquelas relacionadas ao ODS13 – Ação contra a mudança global do clima, no caso dos sites *Envolverde* e *Colabora*, que fazem uso dos ODS para organização do conteúdo publicado. Notícias que estavam listadas mas que não

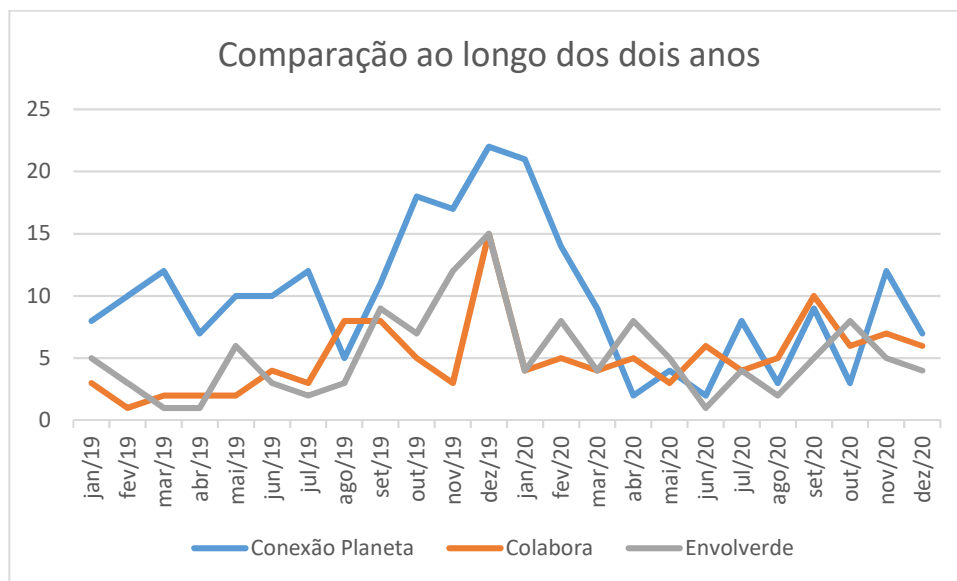
¹¹² Disponível em: <https://climateactiontracker.org/countries/brazil/>. Acesso em: 27 out. 2020.

¹¹³ Disponível em: https://seeg-br.s3.amazonaws.com/OC_nota_tecnica_FINAL.pdf. Acesso em: 27 out. 2020.

faziam referência explícita à questão do clima foram excluídas. Isso ocorreu em algumas situações de matérias que tratavam das queimadas no Pantanal, por exemplo, mas não citavam a questão climática.

O gráfico abaixo apresenta os picos de atenção sobre a questão climática nos três veículos analisados, no período da análise:

GRÁFICO 4 – VOLUME DE COBERTURA MÊS A MÊS NOS TRÊS VEÍCULOS ANALISADOS



FONTE: Elaboração própria (2021).

Esta análise panorâmica nos indica que nesse período há um grande pico de atenção, coincidente com a realização da COP-25, no começo de dezembro de 2019. Antes disso, já é possível observar um crescimento na cobertura em razão da Semana do Clima, que ocorreu em agosto, e da Greve Global pelo Clima, em setembro (MC2). Após a COP-25, inicia-se um período de declínio na cobertura nos três veículos, que mantêm uma média baixa ao longo de 2020 – o que é mais explícito no caso de *Conexão Planeta*, que reduz significativamente sua quantidade de publicações de 2020 para 2019.

Em razão da pandemia de covid-19, a COP-26 foi adiada para 2021, o que explica a ausência de um novo pico no fim de 2020. O aumento na cobertura por parte de todos os veículos nesse evento já foi extensamente documentado em outras pesquisas sobre clima a partir de veículos hegemônicos. O ápice da cobertura climática no período pesquisado, a COP-25, representa o primeiro momento crítico estudado, com o objetivo de rastrear os discursos dos meios sobre um evento no qual há muitos estudos que partem da imprensa hegemônica. Há alguma diferença na maneira de apresentar esse evento?

Quais atores e enquadramentos ganham destaque? Podemos verificar uma cobertura desde a perspectiva do Sul?

O gráfico 4 também mostra que o *Conexão Planeta* apresenta maior volume de notícias em relação aos demais veículos, sobretudo em 2019, com 142 publicações, enquanto o *Envolverde* teve 67 e o *Colabora*, 56. Nesse ano há uma grande quantidade de publicações em outubro e novembro, desencadeadas por ações relacionadas com a jovem ativista Greta Thunberg e com a atriz americana Jane Fonda, que está à frente do movimento *Fire Drill Fridays*. Aqui é possível observar que há uma ampla cobertura por parte dos meios não hegemônicos em protestos, mobilizações e repercussões de declarações em prol da urgência de contermos a crise climática. O início da cobertura das greves pelo clima até essa curva ascendente de 2019 é posto como um segundo momento crítico. O discurso baseado em uma retórica da inspiração quebra o enquadramento dominante sobre os efeitos climáticos, no qual riscos e impactos negativos são apresentados, de forma similar ao constatado nas pesquisas de veículos hegemônicos. Em razão da pandemia de covid-19, os protestos de rua foram arrefecidos, mesmo que nas redes sociais as mobilizações tentassem seguir como antes, e esse movimento perdeu um pouco da visibilidade conquistada.

Em 2020 há uma diminuição geral no volume de cobertura climática, explicada em parte pelo deslocamento de profissionais para cobertura da crise sanitária e de seus reflexos imediatos em termos sociais, políticos e econômicos, mas também pelos impactos na manutenção financeira sentidos pelos próprios veículos. Um estudo voltado para a cobertura ambiental desde o começo da pandemia até metade do ano revelou que em sites de notícias hegemônicos do Brasil e de Portugal houve pouca articulação entre a crise climática e a crise sanitária (LOOSE; BALBÉ, 2020). Nos meios não hegemônicos observados nesta pesquisa, a relação entre clima e pandemia apareceu mais vezes. A cobertura voltada para a relação dessas duas crises constitui o terceiro momento crítico, a pandemia, motivado sobretudo pela constatação da ausência de aprofundamento de suas conexões pela imprensa hegemônica e do aparecimento de notícias associadas à pandemia no *corpora* climático.

Os resultados das análises discursivas a partir dos momentos críticos são apresentados a seguir. No próximo capítulo apresentamos uma análise complementar a partir de outro recorte, baseado nos principais tópicos ou temas abordados durante o período, e no seguinte avançamos na discussão, retomando os resultados mais

significativos e ampliando o debate proposto sobre a perspectiva do Sul Global e o alinhamento com os pressupostos teóricos do Jornalismo Ambiental.

Constatamos que há três momentos em que o discurso climático muda de enfoque, muito por conta dos acontecimentos factuais, que geram um gancho para avançar na cobertura. A seguir apresentamos as análises, a partir de algumas perspectivas da ACD (tópicos, atores, linguagem, gramática e retórica, silenciamentos e posicionamentos ideológicos do discurso). Como estamos falando da cobertura jornalística sobre determinado acontecimento, optamos por apresentar em cada momento crítico (subitens 7.1, 7.2 e 7.3) a sequência de discursos produzida por cada veículo, na seguinte ordem: *Colabora*, *Conexão Planeta* e *Envolverde*.

7.1 Momento crítico 1: COP-25

As Conferências ou Cúpulas do Clima, as COPs, ocorrem anualmente e já são conhecidas como eventos que mobilizam o debate climático, mesmo que as ações concretas demorem a sair e que os discursos políticos e econômicos dominem as manchetes jornalísticas (é o que demonstram os estudos feitos a partir de veículos hegemônicos, conforme revisão bibliográfica). A COP-25, por uma série de razões, tornou-se manchete muito antes de dezembro, o tradicional mês de realização do evento. Em novembro de 2018, antes mesmo de tomar posse, o novo governo já havia anunciado que o Brasil iria declinar de sua oferta para sediar a COP, alegando restrições fiscais e orçamentárias. Contudo, como se confirmou depois, aspectos ideológicos pesaram na decisão. Em notícia do *Conexão Planeta*, de 23/01/2019, já há críticas sobre a posição do governo em relação à pauta ambiental e ao descompasso existente entre seus discursos e práticas. O texto começa com uma menção irônica “O presidente Jair Bolsonaro merece cumprimentos por ter destacado, em seu discurso no Fórum Econômico Mundial nesta terça-feira, 22/1, a necessidade de harmonia entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental”. Para aqueles que não acompanham a agenda climática, a menção é seguida de uma explicação: “Bolsonaro também se comprometeu a trabalhar juntamente com o resto do mundo para diminuir as emissões de CO₂ – é a primeira vez que o presidente menciona luta contra a mudança climática de forma positiva, sem senões ou condicionantes. Mas, *infelizmente*, o discurso não combina com a realidade dos primeiros

21 dias de administração Bolsonaro¹¹⁴”. Veja que o veículo lastima que o que foi apresentado não condiz com os atos executados nos primeiros dias de governo. Ainda que reproduza na íntegra a fala do presidente no Fórum Econômico Mundial, o começo do texto e o título esclarecem os leitores que se trata de uma falácia: “*o governo federal tem agido de forma concreta para subjugar a agenda ambiental ao agronegócio e dismantelar a governança climática*. Os resultados podem ser vistos no chão: o desmatamento na Amazônia está em alta e uma onda de invasões de terras indígenas está em curso”.

Em 29/03/2019, outra notícia do *Conexão Planeta* critica a postura do governo em relação ao Acordo de Paris, que nessa COP tinha a expectativa de regulamentar alguns artigos. “Ministro do Meio Ambiente diz que Brasil não investirá em reduzir emissões, *caso não receba dinheiro por isso*” condiciona a ação do governo sobre a gravidade e urgência da mudança climática ao recebimento de recursos. O texto sinaliza para um posicionamento ideológico inclusivo, lembrando que “*o Brasil não está sozinho no planeta e conclama que TODOS devem enfrentar a crise climática*”. Observe que tal discurso é transpassado também por uma argumentação reformista, quando afirma que a Amazônia é um “*importantíssimo* ativo econômico” (não basta adjetivar, é preciso intensificar – ou dramatizar – essa característica por meio do uso do superlativo):

Não é tão difícil assim de entender. A humanidade enfrenta um dos maiores desafios da história. Seu modo de vida está influenciando diretamente o clima do planeta. Há evidências científicas que provam isso. A queima de combustíveis fósseis, como gasolina, diesel e carvão, libera gases de efeito estufa na atmosfera, que aumentam a temperatura da superfície terrestre, provocando o aquecimento global. E mesmo *se parássemos* de emitir esses gases agora, o calor ficaria estocado na atmosfera por centenas de anos. Todo esse calor afeta o clima. O aumento da temperatura da água do oceano torna ainda mais severos desastres naturais, como furacões, ciclones e tufões. E isso é só um exemplo. Cientistas afirmam que os extremos climáticos ficarão cada vez mais frequentes e fortes nos anos por vir, caso o ritmo atual das emissões não seja freado.

Onde o Brasil entra nessa história? Para começar, temos a maior floresta tropical do planeta: a Amazônia. Com suas árvores de pé, conseguimos garantir a segurança hídrica de nosso país e um clima mais ameno. Vale explicar: *árvores têm o poder de absorver da atmosfera o dióxido de carbono (CO2), um dos gases apontados como sendo o principal responsável pelo aquecimento global*.

¹¹⁴ Os grifos em itálico, realizados durante a análise, buscam evidenciar as marcas discursivas encontradas nos textos analisados. Ressalta-se que os textos transcritos dos veículos pesquisados foram mantidos como no original – conservando, portanto, eventuais erros de pontuação, acentuação e concordância, entre outros.

[...] *Uma das maiores riquezas do Brasil é, sem dúvida nenhuma, a Floresta Amazônica. Ela é a guardiã de nossos recursos naturais e da biodiversidade brasileira. Ou seja, sua preservação é um importantíssimo ativo econômico para o país.*

Mas, não bastasse isso, há outro ponto essencial a ser lembrado. *O Brasil não existe sozinho na Terra. Somos parte do planeta. E TODOS, juntos, precisamos enfrentar as mudanças climáticas.* Elas irão impactar todos os países, sem exceção (o uso da caixa alta foi reproduzido da notícia).

O texto apresenta uma pergunta retórica e utiliza a primeira pessoa do plural para incluir o receptor na construção de sua mensagem. Nessa mesma notícia, informa-se novamente que o governo repete inverdades – “O ministro Ricardo Salles continua a propagar o discurso do atual governo de que o Brasil é o país que mais preserva. *Não é bem isso o que acontece na realidade*” – e citam-se os dados científicos para comprovação. O texto usa de tom coloquial ao desaprovar ações e promessas do governo no que tange a tirar o País do Acordo de Paris e evitar o combate efetivo ao desmatamento, e defende assertivamente a necessidade de redução de emissões de GEE:

A declaração do ministro do Meio Ambiente é um tiro no pé. O Brasil só vai ganhar ao investir em ações para combater as mudanças climáticas e reduzir as emissões de carbono. O único caminho a seguir é este. É um investimento no futuro e no bem-estar da população. Caso contrário, salve-se quem puder.

O trecho acima se contrapõe de forma direta ao discurso de Salles e torna-se prescritivo ao colocar que só há um caminho e que ele necessariamente passa pela redução das emissões de GEE. Essa alternativa (reformista porque pressupõe que a diminuição das emissões resolve o problema) reveste-se ainda de um sentido econômico positivo – afinal, é comparada a um investimento. Colocações como essa se repetem ao longo do *corpora* desta pesquisa, sinalizando para um discurso de soluções de matriz capitalista, sustentada pela colonialidade, e antropocêntrica.

Essas declarações e atitudes anticlima chegaram a ameaçar a realização de outro evento, um preparatório para a COP-25 que busca fomentar trocas de experiências entre prefeituras e governos estaduais de diferentes países – a chamada Semana do Clima, prevista para ocorrer de 19 a 23 de agosto de 2019, em Salvador. No dia 14 de maio, a notícia “ONU anuncia que Brasil cancelou reunião do clima que seria realizada em Salvador, em agosto” trazia a informação de que “[...] Salles não estava confortável com a realização do evento no Brasil. *Alegou o que todos desse governo alegam: que o evento só serve de plataforma para ONGs, que é inútil* e que o foco do ministério é a agenda urbana, que não tem nada a ver com mudanças climáticas”, reproduzida de reportagem

d’*O Globo* (observe que o veículo hegemônico tornou-se fonte). As críticas são o tópico principal da notícia. *Envolverde* (“Semana do Clima em Salvador é palco de protestos e discussões importantes”) e *Colabora* (“Vaias e protestos a favor do meio ambiente e contra o governo” e “Brasil vira o vilão mundial do clima”) apresentam notícias desse evento, nos dias 22 e 23 de agosto, todas com evidente posicionamento a favor do tema e do evento e contra as decisões e declarações do governo contra ambientalistas e a própria agenda ambiental, que são expressas como já notadamente conhecidas.

Mas, seguindo o ano de 2019, após a desistência brasileira, o Chile manifestou disposição para sediar a cúpula e manter o evento na América Latina, o que foi considerado bom pelos ativistas do Sul, por permitir maior acesso e participação da sociedade civil (afinal, é caro viajar para a Europa, onde as moedas da nossa região costumam ter pouco valor frente às do Norte). Entretanto, no dia 30 de outubro, em razão dos constantes protestos por melhores condições de vida que estavam ocorrendo no Chile há quase duas semanas, o presidente Sebastián Piñera anunciou que não sediará mais a COP-25. Pela segunda vez, o evento estava sem sede. Duas notícias foram encontradas no *corpora* sobre esse momento: “Presidente do Chile cancela conferência climática da ONU, que seria realizada em dezembro, em Santiago”, em *Conexão Planeta*, e “Não vai ter COP no Chile”, em *Colabora*.

Apesar de tudo isso, a COP-25 ainda ocorreu em 2019. No dia 1º de novembro, a secretária-executiva da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), Patricia Espinosa, anunciou que o evento seria realizado de 2 e 13 de dezembro em Madri, na Espanha. Com a repentina mudança de endereço, muitos ativistas do Sul Global deixaram de participar, mas o encontro com diplomatas e representantes do governo aconteceu. O pico de cobertura sobre clima se deu nesse mês. Abaixo apontamos a relação de notícias publicadas sobre a COP-25 em cada um dos veículos analisados:

QUADRO 3 – CORPUS DO COLABORA NO MC1

Data	Título da publicação
13/12/2019	COP25: fracasso, frustração e falta de vontade política
12/12/2019	Brasil quer dinheiro, não metas
11/12/2019	Meta climática vai custar US\$ 5 tri
09/12/2019	Cobranças e protesto contra o governo Bolsonaro na COP25
09/12/2019	O que esperar da COP25?
08/12/2019	Trincheira na COP25 contra Bolsonaro

07/12/2019	Negociadores surdos ao apelo das ruas
07/12/2019	Crescimento demoeconômico e emergência climática
06/12/2019	Polarização chegou nas aldeias
05/12/2019	Crise climática e injustiça ambiental
04/12/2019	COP 25: Novos atores entram em cena
03/12/2019	A emergência climática em oito alertas
03/12/2019	Ex-ministra com credencial da Espanha
02/12/2019	Negacionismo do clima em baixa
01/12/2019	Brasil: sem liderança e nem protagonismo na COP25

FONTE: Elaboração própria (2021).

QUADRO 4 – *CORPUS DO CONEXÃO PLANETA NO MC1*

Data	Título da publicação
31/12/2019	“Ela conseguiu fazer o que muitos de nós tentamos e não conseguimos nos últimos 20 anos”, diz naturalista britânico sobre Greta Thunberg
29/12/2019	19 fatos que marcaram o clima em 2019
27/12/2019	Rainha da Inglaterra elogia atuação de jovens ativistas em mensagem de Natal
20/12/2019	Artistas, indígenas e jovens do Projeto Guri gravam videoclipe de alerta sobre o clima e o futuro do planeta: “Para onde vamos?”
19/12/2019	Vídeo impressionante mostra dimensão do impacto dos incêndios no planeta em 2019
18/12/2019	Além do brasileiro Ricardo Galvão, Greta está na lista da Nature daqueles que fizeram a diferença na ciência em 2019
16/12/2019	Ministro do Meio Ambiente debocha de fracasso da COP25 com foto de churrasco nas redes sociais
16/12/2019	Conturbada até o fim, COP25 falha em aumentar ambição
13/12/2019	Mães e pais do mundo inteiro clamam por ação climática urgente
12/12/2019	“Há esperança. Mas ela não vem dos governos. Vem das pessoas”, diz Greta Thunberg, na COP25, em Madrid
10/12/2019	Mudança climática é o principal desafio da humanidade, afirmam 10 mil jovens de mais de 20 países
10/12/2019	Diretora do Ministério da Agricultura questiona existência da crise climática
10/12/2019	Ricardo Salles mente e revela falta de compaixão e de diálogo na conferência do clima da ONU, em Madri
09/12/2019	Oceanos estão perdendo oxigênio como nunca antes na história
09/12/2019	“Nossos líderes precisam assumir a responsabilidade perante a crise climática”, diz Greta, diante de 500 mil pessoas em Madrid
09/12/2019	Aves estão ficando menores e com asas mais longas para se adaptar à mudança climática
06/12/2019	Greta Thunberg chega a Madri para participar de Greve pelo Clima e da conferência da ONU
04/12/2019	Novo personagem Pokémon é um coral morto, extinto pela mudança climática
04/12/2019	“Nós queimamos, vocês pagam”: organização climática repudia propostas do Brasil na conferência da ONU
04/12/2019	‘Fóssil do Dia’: Brasil ganha prêmio por culpar as organizações da sociedade civil pelos incêndios na Amazônia

FONTE: Elaboração própria (2021).

QUADRO 5 – CORPUS DO ENVOLVERDE NO MCI

Data	Título da publicação
17/12/2019	COP25 – Negociações precisam envolver a sociedade
16/12/2019	Empresas incorporam mudanças climáticas em estratégias de negócios
13/12/2019	Carta climática de povos indígenas das Américas, Caribe e Antilhas é entregue a autoridades da COP-25
11/12/2019	COP 25: entenda como o aquecimento global impacta o futuro da humanidade
10/12/2019	COP-25: Documento denuncia ameaças do governo Bolsonaro à democracia brasileira
10/12/2019	Os desafios da comunicação climática
10/12/2019	Indígenas protestam na COP25 em Madri contra petróleo no mar brasileiro
09/12/2019	Na COP 25, Salles pede dinheiro a países ricos e recusa homenagem a indígenas mortos
09/12/2019	COP25 – Mais de 630 grandes investidores se unem para pedir mais empenho contra a crise climática
04/12/2019	Série Defensores Climáticos rumo à COP-25: Rosane de Souza
04/12/2019	Série Defensores Climáticos rumo à COP-25: Nicole Figueiredo de Oliveira
04/12/2019	Entrevista: As mudanças climáticas no centro da pauta
02/12/2019	Série Defensores Climáticos rumo à COP-25: Andreia Takua Fernandes
02/12/2019	Série Defensores Climáticos rumo à COP-25: Luiz Afonso Rosário
01/12/2019	Série Defensores Climáticos rumo à COP-25: Luana Kaingang

FONTE: Elaboração própria (2021).

A análise discursiva desse primeiro momento crítico, que abarca os preparativos, o evento e os desdobramentos da COP-25 no mês de dezembro, revelou forte crítica ao governo federal sobre as questões associadas ao meio ambiente, especialmente no que diz respeito ao clima. O mês de dezembro de 2019 foi majoritariamente dedicado à cobertura da conferência, com uma retórica bastante contundente sobre os impasses das negociações, ressaltando o papel negativo desempenhado pelo Brasil nesse contexto.

Em todos os veículos foi possível notar na cobertura da COP-25 – que, de maneira geral, se enquadra nesta pesquisa no tópico de ações pró-clima (embora possa apresentar também, de forma secundária, soluções concretas e críticas à inação) – uma grande quantidade de atores da sociedade civil. Essa é uma característica importante dos meios não hegemônicos, que costumam privilegiar as vozes não oficiais, mas que precisa ser vista com cuidado; afinal essa foi a primeira COP na qual o Brasil assumiu um papel de coadjuvante nas negociações climáticas, por conta de uma política antiambiental, e na qual representantes do governo tiveram pouca abertura para responder aos jornalistas (registramos que quando o ministro de Meio Ambiente, Ricardo Salles, ou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, por exemplo, se manifestam nos textos, tais citações são

retiradas de pronunciamentos públicos e não de entrevistas específicas, como foram realizadas com outros atores). Todos os meios trataram do evento internacional e realizaram a ligação com o contexto brasileiro, seja avaliando seu desempenho em COPs anteriores, nas quais exercia um protagonismo, seja conectando a postura de Salles com suas ações, especialmente frente ao aumento do desmatamento, expondo aí contradições do atual Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O discurso jornalístico do *Colabora* já apresentava antes do evento uma baixa expectativa em relação aos avanços do Acordo de Paris (“Brasil: sem liderança e nem protagonismo na COP-25”). Tal manchete sintetiza o discurso predominante, no qual há uma retórica negativa, baseada na ideia de que o Brasil estaria inviabilizando ou criando obstáculos para avançar nas negociações. Esse discurso perpassa toda a cobertura e finaliza com a constatação de que não há real interesse das autoridades políticas em frear as emissões de GEE (“COP-25: fracasso, frustração e falta de vontade política”). O tom de crítica ao governo Bolsonaro é constante, sendo dominante nesse momento o tópico principal associado à inação (ou promoção de aspectos não convergentes com a agenda climática), que se faz presente, com menos ênfase, também nas demais matérias que mencionam as políticas brasileiras:

Onze meses foram suficientes para o Brasil perder seu protagonismo nas discussões climáticas. [...] Não será novidade para as delegações do mundo inteiro [...] o desprezo do presidente pela agenda ambiental – ele anunciou que não tinha interesse em ser anfitrião do encontro, antes mesmo de tomar posse. Em menos de um ano, o governo jogou no lixo um trabalho de décadas, que transformou o meio ambiente na melhor tradução do estilo soft power da diplomacia brasileira. [...] Desde que assumiu, o governo Bolsonaro vem tripudiando sobre o meio ambiente. [...] Mesmo que venha a usar de frases de efeito e tente apagar as críticas à política ambiental do governo Bolsonaro, a expectativa é de que Salles exponha o Brasil a constrangimentos na COP-25. (1º/12/2019).

[...] A tese do negacionismo climático, do qual o governo Bolsonaro é um dos seus representantes, enfrentará resistência pesada, inclusive da presidente do Congresso dos Estados Unidos, Nancy Pelosi. [...] A boca pequena, nos corredores do centro de convenção Feria de Madrid, havia uma curiosidade para tentar entender o que está ocorrendo no Brasil na esfera ambiental sob o governo Bolsonaro — uma preocupação recente e que não costumava ocorrer nas conferências anteriores, o que coloca o país numa posição ruim entre muitos negociadores e observadores da COP-25. (02/12/2019).

[...] Bolsonaro está enganando os indígenas com essa história de agronegócio, de mineração... como se isso fosse aumentar a renda dos indígenas. Quando ele diz que a gente é pobre, está olhando somente pelo lado dos bens materiais e das formas de consumo. Ele não olha nossa forma de viver. O que ele precisa fazer é respeitar os modos de vida e dar condições para que nossas iniciativas possam crescer e possam gerar rendas para as comunidades. Sempre pensando no uso sustentável dos territórios e dos recursos naturais. (06/12/2019)

[...] Ao lado da China, Índia e Arábia Saudita, o Brasil continua inviabilizando o processo negociador no que diz respeito ao aproveitamento eventual de créditos da era de Quioto no novo modelo de mercado de Paris. [...] A liderança indígena Sônia Guajajara subiu ao palco para denunciar o que vem ocorrendo no Brasil: “Estamos pedindo socorro, porque Bolsonaro não é um problema apenas do Brasil, mas sim uma ameaça para o mundo inteiro”. (07/12/2019).

[...] Frente à postura de perseguição do governo às ONGs, e também à imprensa, Rittl ressaltou que o governo vem perdendo credibilidade e reputação. “O presidente Bolsonaro parece não entender que a agenda do clima não é do governo, mas sim do país”. (08/12/2019)

Se, para alguns, foi um sinal de abertura de diálogo; para outros, a participação relâmpago do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, num encontro com ambientalistas, parlamentares, representantes do setor privado e indígenas na Conferência do Clima, a COP-25, foi mais do mesmo. Ele ficou menos de 15 minutos, falou pouco e, praticamente, não ouviu ninguém. Alegando compromissos de agenda, retirou-se antes de ouvir as críticas das ex-ministras da pasta Marina Silva e Izabella Teixeira, e não ficou para levar o puxão de orelhas do presidente do Congresso, Davi Alcolumbre, que mandou recado, lembrando ao governo o compromisso do país com o Acordo de Paris. E o pior, Salles se recusou a dar as mãos quando o coordenador da ONG Saúde e Alegria, Caetano Scannavino, pediu um minuto de silêncio em homenagem aos indígenas cruelmente assassinados da etnia guajajara. [...] (08/12/2019).

Se o Brasil quiser mesmo cumprir a meta climática do Acordo de Paris terá que investir US\$ 5 trilhões até 2050. E ainda comprar crédito de carbono de outros países. Esse é o preço a pagar pelo aumento do desmatamento e a total ausência de políticas públicas para manter a floresta em pé. [...] Se, no ano passado, o Brasil vivia um período de governança intermediária, quando o desmatamento era contido com fiscalização e multas; menos de um ano depois, o quadro degradingolou. A governança atingiu seu pior índice. (11/12/2019).

Tais fragmentos mostram que há uma repetição do discurso que declara existir um retrocesso na atuação da diplomacia brasileira em relação ao enfrentamento climático desde que o governo Bolsonaro assumiu e uma forte crítica por parte de cientistas, ativistas, indígenas e até mesmo autoridades políticas. A forma como o País se coloca no debate climático impacta diretamente nas suas relações internacionais, já que os discursos economicista e do negacionismo ganham força e sufocam medidas outras, condizentes com a real sustentabilidade. Também gera tensão com os povos indígenas, que questionam a forma como o presidente os enxerga, que é correspondente à visão hegemônica sustentada pela racionalidade econômica.

Quanto aos atores, como esperado, há uma quantidade representativa de participantes da sociedade civil que se colocam lado a lado com os discursos oficiais da ONU, por meio das intervenções de António Guterres e dos representantes políticos brasileiros, sobretudo a partir da participação do ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles. O *Colabora* teve uma jornalista (Liana Melo) que, com financiamento do Instituto Clima e Sociedade (ICS), esteve em Madri, o que permitiu uma cobertura diferenciada da

conferência, com bastante destaque para os eventos paralelos da sociedade civil, incluindo marchas e manifestações.

As falas oficiais dos atores políticos que dominam a agenda da COP-25 aparecem nas matérias, com descrições reveladoras das diferenças entre o discurso oficial e aquilo que a sociedade civil organizada brasileira queria pontuar para os demais países: a insatisfação com as políticas ambientais do atual governo. Esse discurso de protesto e repúdio de ativistas (mas também de cientistas e autoridades pró-ambiente) é avaliado pelos três veículos analisados.

Há bastante espaço para o posicionamento de cientistas, como na notícia de 11/12/2019, que trouxe a estimativa do custo financeiro gerado pela derrocada ambiental brasileira, realizada pelo pesquisador Raoni Rajão, da Universidade Federal de Minas Gerais, e na análise apresentada pelo pesquisador José Eustáquio Diniz Alves a respeito das causas da questão climática, em 07/12/2019. Outros pesquisadores também são citados, inclusive o PBMC, assim como estudos lançados durante a COP-25. As evidências científicas, expostas por meio de dados ou de falas de cientistas/pesquisadores/especialistas, são usadas de forma repetida para transmitir credibilidade, confiança e até objetividade ao discurso jornalístico (VAN DIJK, 2012), característica comum às duas modalidades de jornalismo aqui citadas.

Reforçamos que o discurso direto, marcado com aspas, é habitual nos textos jornalísticos por gerar um efeito de objetividade e distanciamento do jornalista em relação ao texto; ele demarca que as coisas foram ditas exatamente daquela maneira e, portanto, não seria uma interpretação dos fatos, como se pode depreender dos discursos indiretos. Isso, no entanto, não passa de uma estratégia discursiva, porque as escolhas das citações e as formas como elas são introduzidas e hierarquizadas em relação às demais informações também produzem sentidos diferentes. De toda maneira, esse recurso está introjetado no campo jornalístico, afetando as duas modalidades, ainda que nos veículos não hegemônicos as aspas das fontes sejam seguidas de adjetivos, advérbios de intensidade e outras formas gramaticais que exprimem sentido oposto àqueles procedimentos que almejam a objetividade. O equilíbrio informativo, que supostamente representa uma neutralidade por parte dos jornalistas – afinal, ele expõe dois lados (ou mais) antagônicos de uma questão, buscando dar o mesmo peso ou espaço para todos – não faz parte das estratégias identificadas nos veículos aqui analisados.

Representantes de ONGs, como *Greenpeace*, *ClimaInfo*, *Ecologistas em Ação*, assim como falas de ativistas climáticos, a exemplo de Greta Thunberg, ganham espaço,

junto à voz da líder indígena Sônia Guajajara, que inclusive é a personagem principal de uma entrevista sobre a polarização política nas aldeias (06/12/2019). As ex-ministras do Meio Ambiente Marina Silva e Izabella Teixeira, que com outros seis ex-ministros da pasta assinaram uma carta criticando o desmonte da área ambiental sob Bolsonaro, compareceram ao evento e apontaram problemas na postura atual do governo frente ao Acordo de Paris. Em entrevista publicada no dia 03/12/2019, Teixeira demonstra evidente insatisfação ao afirmar: “*O governo tomou decisões que vão desde o negacionismo climático até dizer que, efetivamente, o país já fez o dever de casa. Isso sem que o Brasil tenha sequer implementado sua INDC*”.

Há um silenciamento a respeito de como os outros países (sem generalizações) observam a situação de conflito existente entre os representantes oficiais do governo, que dizem já estar fazendo sua parte, e a sociedade civil, que denuncia uma série de ações situadas na contramão da discussão climática. O discurso jornalístico apresentado está mais focado nas disputas internas (nacionais) do que no cenário amplo da COP, geralmente retratado por meio das agências de notícias internacionais e reproduzido pelos meios hegemônicos – o que não ocorreu com o *corpora* analisado. Contudo, isso não pode ser avaliado como um deslocamento para as discussões do Sul, já que a colonialidade interna também se reproduz, mesmo em arenas globais. Van Dijk (2005), ao falar como o Sul é retratado pelo Norte, inclusive quando há catástrofes ecológicas, pontua que a culpa costuma ser atribuída às políticas, postas como retrógradas, e ao comportamento dos tomadores de decisão. Esse artifício foi incorporado pelas elites do Sul, pois, em alguma medida, coloca em segundo plano a real causa do problema (legado direto ou indireto da colonialidade persistente) e seus verdadeiros responsáveis.

O posicionamento ideológico predominante é o antropocêntrico, com matérias orientadas para soluções reformistas, como pagamento de serviços ecossistêmicos e mercado de carbono, como costumam ser as respostas debatidas nas COPs, orientadas pelo IPCC e por outras agendas da ONU, formuladas a partir do Norte Global, que tendem a não ter suas contribuições questionadas. Porém, quando os indígenas recebem atenção midiática, há espaço para o biocentrismo, refletindo o cuidado com os modos de vida. Uma análise a respeito das causas do problema também frisa que “A vida humana e não humana está em perigo” (07/12/2019), o que mostra uma extrapolação do sentido dominante trazido nos veículos hegemônicos. A crítica ao neoliberalismo aparece nesse contexto, juntamente com a abordagem da justiça social:

Os movimentos sociais querem aproveitar o levante chileno, o maior desde a queda do ditador Pinochet, para mostrar ao mundo *que o dogma do neoliberalismo é um dos pilares da crise climática e ambiental*. Ou seja, *a crise seria um dos sintomas de uma doença chamada capitalismo*: “Vivemos tempos difíceis de verdadeira emergência ecológica, climática e social. O diagnóstico científico é claro quanto a gravidade e urgência do momento. *O crescimento econômico ocorre às custas das pessoas mais vulneráveis: pessoas racializadas, indígenas, camponeses, pobres, migrantes, LGBTs e queer...*”, comenta Samuel Marti-Sosa, um dos organizadores da Cumbre Social e membro da ONG Ecologistas em Ação. (05/12/2019).

Verificamos que os discursos dos veículos não hegemônicos são ora transpassados por uma crítica contundente em relação ao *status quo*, ora como ecos daquilo que também é defendido pela modalidade hegemônica, seja pela exposição de alternativas reformistas, que permitem que o capitalismo ganhe espaço a partir da questão climática, seja pelo silenciamento das reais causas dessa crise global. O período da COP-25 mostrou-se especialmente importante para *Colabora e Envolverde*, porque a cobertura do evento junto à sociedade civil enfatizou as oposições e insatisfações em relação às respostas que estão sendo tecidas ao longo de décadas nessas cúpulas, consideradas lentas e insuficientes.

A retórica do impasse é constante quando o foco é o desenrolar da COP-25: “*não há tempo hábil e nem vontade política*”, “*os sucessivos apelos feitos pelo secretário-geral da ONU, António Guterres, por mais ambição, e os alertas da comunidade científica internacional, não surtiram efeito*”, “*o governo brasileiro parece não estar sensível ao apelo por mais ambição*”, “*os principais entraves da negociação ainda não foram resolvidos*”, “*O barulho das ruas contrastava com a pasmaceira das conversas oficiais nas salas de negociação da Conferência do Clima. Parece que os apelos por compromissos efetivos e mais ação climática não estão sensibilizando os negociadores* – ao final da primeira semana do encontro, o texto da COP-25 *segue em banho-maria*”, “*as conversas não avançam em torno de uma resolução clara*”, “*as vozes das ruas não andam sensibilizando chefes de Estado*”, “*na contramão da pressão internacional, ainda não há planos no país para abandonar as termelétricas a carvão*”. Aqui há indícios de que os veículos assumem uma oposição entre nós (os ativistas, inclusive os veículos que assumem a causa climática) e eles (as autoridades que não agem com a ambição necessária).

Em termos linguísticos, atentamos para vocábulos e formas de dizer que discursivizam a questão climática atrelada à guerra e ao conflito, como, por exemplo: “O Brasil já virou *alvo* de constrangimento no primeiro dia da conferência”, “*O Brasil*

chegou a ameaçar sair do Acordo de Paris, mas não cumpriu a promessa”, “presidente do Senado toma partido e *entra na trincheira contra o governo na área ambiental*”, “boa parte das expectativas brasileiras de redução de emissões de carbono, a partir de *um combate* ao desmatamento ilegal e redução gradual do desmatamento legal”, “frente à postura de *perseguição do governo às ONGs, e também à imprensa*”, “como se diz na gíria, *o pau está comendo na Terra Indígena Arariboia, no Maranhão*”, “Bolsonaro está apostando na *estratégia do divisionismo*, ou seja, de *provocar o confronto entre nós mesmos*”, “*Bolsonaro está estimulando o conflito entre os indígenas*”, “os delegados que conseguirem chegar em tempo no FIEMA FERIA de Madrid serão *confrontados com dados preocupantes*”, “a *estratégia de esvaziar o tema* chegou, inclusive, à distribuição de credenciais”. Esse acionamento do campo bélico é retomado no capítulo 9, ao tratarmos da representação das MCs, mas é preciso notar que nos diferentes tópicos e atores essa retórica se faz presente. Nesse momento crítico, é explícito que nós (defensores do meio ambiente em diferentes graus) estamos em confronto direto com as atitudes e a conduta do governo federal em relação às políticas públicas e às negociações internacionais sobre o clima.

Diferentemente do *Colabora*, o *Conexão Planeta* teve uma cobertura climática em dezembro de 2019 para além dos acontecimentos políticos que normalmente ocorrem no período em razão da COPs. Foram 22 notícias, mas muitas centradas em acontecimentos internacionais, como os incêndios na Austrália, por exemplo (que receberam mais atenção do que os incêndios ocorridos em solo brasileiro). Embora muitas das matérias apresentem críticas, o foco predominante nesse período foi nas ações em prol do clima, sendo que o nome Greta Thunberg foi mobilizado em cinco títulos nesse mês. A ativista sueca participou do evento na Espanha, mas só recebeu atenção jornalística na cobertura do *Conexão Planeta* durante o MC1.

As matérias associadas ao ativismo, que foram ressaltadas a partir da representatividade alcançada por Thunberg, são perpassadas por uma retórica carregada de inspiração e esperança:

Em seguida, a jornalista que mediu a conversa perguntou a Attenborough o que ele acreditava que a ativista tinha conquistado. “*Ela conseguiu fazer o que muitos de nós tentamos e não conseguimos nos últimos 20 anos*”, afirmou. “*Ela despertou o mundo e eu sou muito grato a ela por isso. Todos nós somos*”. A adolescente ressaltou que ela faz parte de um grupo muito grande de pessoas que trouxeram o assunto à tona. “*E você definitivamente também faz parte desse grupo*”, disse ela à Attenborough. (31/12/2019).

Inspirou milhões de jovens a participarem da maior marcha pelo clima da história, em 20 de setembro. Atraiu a ira de néscios, sobretudo da extrema-direita. E tornou-se a pessoa do ano da revista Time por ter capturado como nenhum ativista antes dela a hipocrisia do discurso da esperança e o abismo entre as boas intenções declaradas dos governos e seus atos reais contra os gases de efeito estufa – um dia depois de ser chamada de “pirralha” por Jair Bolsonaro. (29/12/2019).

[...] a rainha ressaltou que os tempos mudaram e nesse momento, mencionou o ativismo dos jovens. “Os desafios que muitas pessoas enfrentam podem ser diferentes daqueles enfrentados pela minha geração, *mas fiquei impressionada com o modo como as novas gerações trouxeram um senso de propósito semelhante a questões como a proteção do meio ambiente e do clima*”, afirmou. Elisabeth ressaltou ainda *como pequenas ações são importantes quando se busca grandes mudanças. (27/12/2019).*

A inspiração do movimento Famílias pelo Clima (versão brasileira do movimento Parents for Future Global), vem de Greta Thunberg, claro. O Parents for Future também nasceu do movimento provocado pela ativista sueca de 16 anos, o Fridays for Future, criado a partir de suas manifestações solitárias, todas as sextas, em frente ao parlamento sueco. Mas, aqui no Brasil, os protestos ainda não ganharam a dimensão alcançada em diversos países. Parece difícil para os brasileiros entenderem que têm força suficiente – e o suporte de organizações da sociedade civil – para fazer pressão sobre governos e grandes empresas, que podem mudar esta grave situação. (20/12/2019).

De alienados, eles não têm nada! E mostraram isso, de uma maneira linda, ao longo de 2019, quando foram às ruas protestar, nas principais cidades do mundo, contra a inação de seus governos para combater a mudança climática e reduzir as emissões de gases de efeito estufa, inspirados pelo movimento #FridaysForFuture, criado pela ativista sueca Greta Thunberg. Como há muito tempo não era visto na história, multidões de jovens se manifestaram publicamente para mostrar que é hora de dar um basta na crise climática. (10/12/2019).

A jovem destacou que, apesar de governos estarem reunidos, na COP-25, para debater soluções para enfrentar a crise climática e reduzir as emissões de carbono, *a esperança para que algo seja feito está nas ruas, no poder da sociedade e das pessoas, que precisam deixar claro que exigem mudanças. (09/12/2019).*

Em meio aos relatos das ações também cabe a crítica, bastante taxativa. Na notícia do dia 20/12/2019 a única fonte, identificada como ativista climática do Movimento Famílias pelo Clima, afirma: “‘Não é um problema que tem que ser solucionado só por nós. *O maior problema está na mão das grandes corporações*’, disse Isabella à *Folha de São Paulo*. ‘*Se fazemos só nossa parte, tiramos a atenção da cobrança das grandes empresas. Nós precisamos agir em relação a questões políticas, governos e grandes corporações, que fazem com que acreditemos que nós temos que resolver o problema, reciclando o lixo, comendo orgânico e andando de bicicleta. E não é*’”. A passagem é relevante porque assinala que as macroestruturas da sociedade precisam ser cobradas, algo que nem sempre é exposto – sendo mais recorrente a perspectiva neoliberal na qual

o todo poderia mudar a partir dos hábitos de consumo e comportamentos dos consumidores. Essa dualidade entre as ações de enfrentamento de nível macro, envolvendo políticas, e de nível micro voltam a aparecer no *corpora*, contudo marginalmente; afinal, é difícil responsabilizar algo ou alguém quando as causas do problema são invisibilizadas e a maioria das notícias enfatiza efeitos ou ações pró-clima a partir de algo que já está aí (não interessa muito como ou por qual razão).

É interessante observar também que a entrevista foi concedida a um jornal hegemônico, *Folha de S. Paulo*, sendo as aspas reproduzidas pelo *Conexão Planeta*. Tal prática não é recomendada no campo jornalístico, mas torna-se uma realidade no âmbito da produção de conteúdo, por ser um processo rápido e barato, já que constrói um discurso a partir de algo já checado e organizado por um sistema jornalístico que goza de respeitabilidade. O procedimento não é comum a partir de veículos brasileiros, mas serve para amplificar críticas a partir de notícias publicadas em jornais hegemônicos. No caso de “Diretora do Ministério da Agricultura questiona existência da crise climática” (10/12/2019), a notícia amplia o debate sobre o negacionismo climático, citando inclusive uma postagem de Twitter de um jornalista do Grupo Globo, que está em matéria d’*O Globo*, outra referência do jornalismo tradicional: “*É realmente lamentável que uma representante do governo brasileiro faça uma afirmação como essa em público. Como comentou o jornalista Guga Chacra, em sua conta no Twitter, “A diretora do Ministério da Agricultura coloca em dúvida existência da mudança climática. Mais uma voz anti-ciência. Uma pena este retrocesso”*. No fim da matéria, cheio de sarcasmo, o texto resume sua posição frente ao questionamento de um setor comprometido com os negócios:

Talvez a diretora do Ministério da Agricultura acredite naquilo que seja mais interessante para atender aos interesses daqueles que buscam lucros na agropecuária, mesmo ignorando evidências científicas claras. Todavia, um enorme tiro no pé. Já se sabe que a crise climática afetará, e muito, a produção agrícola global.

O Conexão Planeta enviou um e-mail à assessoria de imprensa do Ministério da Agricultura solicitando uma nova declaração de Mariana Crespolini para que ela cite quem são os “pesquisadores de credibilidade” e os estudos que demonstram que as mudanças climáticas não existem. Quando, e se, recebermos uma resposta, vamos publicar aqui.

Nesse ponto o veículo faz direta associação entre o negacionismo e os lucros possíveis na manutenção do setor que mais contribui com as emissões de GEE no Brasil. Também expõe ao leitor a vontade de dar espaço para esclarecimentos da referida diretora; porém, considerando que o governo repetidamente não responde à imprensa que o questiona (especialmente se a pauta for ambiental e o veículo for considerado pró-

ambiente ou militante), isso acaba sendo um recurso para mostrar aos leitores que *Colabora* cumpre seu papel de perguntar, mas que nem sempre o outro lado cumpre com o dever de responder.

A crítica ao modelo de desenvolvimento aparece, mas em casos pontuais, como no caso da matéria de 10/12/2019, quando um dos diretores do Projeto Saúde e Alegria, Caetano Scannavino, fala: “*Não temos que discutir desenvolvimento, mas o modelo. Se é para frente ou para trás, se é para poucos ou para muitos.*” É preciso notar que muitas das críticas são expostas por meio de citação literal das fontes, com uso de aspas, repetindo uma estratégia discursiva usual na mídia hegemônica, que assim o faz para se eximir de opiniões e julgamentos; afinal, quem diz, nesses casos, é a fonte e não o jornalista. No caso dos meios não hegemônicos, produtores de discursos menos preocupados com a objetividade, essa estratégia serve mais de realce e reforço às perspectivas inseridas no formato de discurso indireto. A citada crítica não avança, porque a proposta dessa notícia é expor um panorama do que aconteceu na COP-25 e da atuação de Salles. Entre as fontes estão vários veículos de comunicação, com perspectivas divergentes de jornalismo: *Mídia Ninja*, *Revista Fórum*, *Estadão* e *O Globo*. Isso explica um pouco da lógica circular do campo jornalístico (BOURDIEU, 1997), já que os jornalistas, independentemente do veículo para o qual trabalham, leem seus concorrentes e sugerem pautas a partir disso também.

É importante ressaltar a proximidade que é imposta aos leitores do veículo por meio de estratégias discursivas de interpelação, incluindo o público na narrativa e fazendo uso do imperativo e de expressões de ordem, de modo a encorajá-los a mudanças efetivas. Essa é uma característica que já foi estudada em discursos de revistas especializadas em meio ambiente (LOOSE, 2010), mas que não é comum na produção jornalística diária, sendo evidente, com maior recorrência, no site *Conexão Planeta*:

Muito frequentemente, *quando escrevemos reportagens* sobre a jovem ativista sueca, Greta Thunberg, *alguns de nossos leitores nas redes sociais perguntam* “O que ela faz, na prática?” (31/12/2019).

Como já havíamos antecipado em outro post, o ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o físico Ricardo Galvão, exonerado do cargo pelo presidente Jair Bolsonaro, está na ‘Nature’s 10’, lista da publicação que escolhe anualmente dez pessoas que marcaram a ciência nos últimos doze meses. (18/12/2019).

Não deveríamos, mas ainda nos indignamos com as atitudes vexaminosas e de pouca humanidade do ministro do meio ambiente. Afinal, apesar de tudo que temos vivido com este governo, ainda está muito vivo, dentro de nós, o conceito de democracia. Além disso, para manter uma relação amigável com outros países, *é preciso manter certos princípios. Mas sabemos que o governo*

Bolsonaro não se importa com isso, a começar por ele. E o mundo está compreendendo isso, agora. (10/12/2019).

Além de dialogar com o leitor, o meio em questão apresenta o texto em primeira pessoa, exprimindo sua opinião a respeito da questão climática (nitidamente em prol do clima), e até usa caixa alta para sublinhar a forma mais apropriada de dizer:

Sim, a situação é grave e é realmente inacreditável que boa parte do mundo ainda fecha os olhos e segue sem se envolver. E, pra terminar, quero apenas ressaltar que nossa EMERGÊNCIA CLIMÁTICA foi compreendida, também, pelos organizadores do Dicionário de Oxford, que anualmente escolhem uma palavra do ano, mas este ano optaram por esta expressão. (20/12/2019).

Esse posicionamento explícito é evidenciado em outras notícias, inclusive com uso de imperativo, o que denota um conselho ou mesmo uma ordem: “*Lamentável que Salles faça esse tipo de piada. O Brasil precisa de pessoas sérias, que façam seu trabalho sem colocar em dúvida aquilo que a ciência já provou: é urgente que se reduza o consumo de carne no planeta*” (16/12/2019). Na notícia de 10/12/2019 o veículo afirma sem eufemismo: “*Ricardo Salles mente e revela falta de compaixão e de diálogo na conferência do clima da ONU, em Madri*”. Essa manchete demarca um lado que busca ser minimizado pelo jornalismo dito tradicional, alinhado com a objetividade. Nessa matéria, assim como já foi feito em notícia do *Colabora*, o fato de Salles participar de um encontro, mas só falar e não querer ouvir as possíveis críticas, assim como evitar dar as mãos em uma homenagem realizada pela morte dos indígenas Guajajara assassinados, repercutiu negativamente, sinalizando o desdém do ministro pelas pessoas que pensam diferente dele. Os meios analisados não pouparam críticas enfáticas – até porque tal momento não foi um fato isolado, mas apenas mais uma reação condenável de um representante político que deveria defender os interesses da pasta da qual é ministro.

A respeito das negociações da COP-25 há apenas cinco notícias, todas críticas à inação, sobretudo a posição do governo brasileiro, como a manchete de 16/12/2019: “*Ministro do Meio Ambiente debocha de fracasso da COP-25 com foto de churrasco nas redes sociais*”, referindo-se a um *post* polêmico de Salles. O veículo faz uso frequente de ironias e metáforas. Também há uso de muitas interrogações ou perguntas retóricas, que buscam instigar o leitor a respeito do que está sendo dito, além de muitas qualificações negativas atribuídas às ações antiambientais do atual ministro:

Nem bem começou a Conferência Internacional sobre Mudanças Climáticas da ONU (COP25), em Madri (2 a 9 de dezembro), e o Brasil já ganhou destaque no noticiário e um prêmio. Não foi, obviamente, por sua boa atuação na luta mundial pelo clima, mas pela desfaçatez e cara de pau do ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, que, em coletiva de imprensa em novembro,

apresentou *propostas indecentes*: um plano que chamou de “ambientalismo baseado em resultados” e outro para cobrar os países ricos pela proteção ambiental da Amazônia.

Claro que ele não usou a palavra chantagem, mas é assim que a gente pode entender a proposta. Foi assim que a imprensa, ONGs e os especialistas receberam suas declarações, aqui e no exterior. *Parece piada. De que resultados ele fala? Do desmatamento crescente e recorde? E pelo que ele quer cobrar? Pelos incêndios ignorados (e incentivados) pelo governo?* (04/12/2019).

Ontem, 3/12, na Conferência Internacional sobre Mudanças Climáticas (COP-25), da ONU, em Madri, o Brasil foi um dos vencedores [do Fóssil do Dia], ao lado do Japão e da Austrália. *Ah, merecido, não? Ele foi escolhido porque o governo colocou “a culpa pelos incêndios na Amazônia na sociedade civil”.* (04/12/2019).

A retórica do impasse também se faz presente, mas com menos intensidade, já que o conjunto das matérias desse veículo é mais diversificado, tratando de estudos científicos, das consequências climáticas e de ações pró-clima que não necessariamente estão conectadas à COP. Mesmo assim, associados ao parecer negativo sobre o posicionamento brasileiro, há trechos que corroboram uma dificuldade de avanço em ações efetivas:

Dentro das salas de reunião na Feira de Madrid, local que abrigou a COP, *a desconexão entre a negociação, o clamor das ruas e as evidências científicas era imensa.* Uma *condução fraca* do processo pela presidência chilena produziu um conjunto de documentos, o Chile Madrid Time for Action, que *faz um apelo vago aos países para “refletir” em 2020 sobre como aumentar a ambição ‘o máximo que puderem’ em suas NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas) e em financiamento climático,* o que é fundamental para países em desenvolvimento, em especial, os mais pobres e mais vulneráveis. (16/12/2019).

“Estamos em greve há mais de um ano e basicamente nada aconteceu”, afirmou [Greta Thunberg]. *“A crise climática ainda está sendo ignorada por quem está no poder e não podemos continuar assim.* (09/12/2019).

A ideia de que há vilões nas negociações climáticas aparece aqui, trazendo à tona o fato de que sempre há países que colocam seus interesses em primeiro plano e emperram um acordo comum, que precisa ser estabelecido por consenso. Essa associação revela novamente a oposição entre nós (preocupados com o enfrentamento do clima) e eles (os vilões que negam a crise climática):

Antigos vilões climáticos, como Estados Unidos e Austrália, voltaram a atrapalhar as negociações. Os EUA entregando a carta de saída de Paris e a Austrália, com um *governo que nega as mudanças do clima enquanto o país literalmente pega fogo,* bloqueando decisões importantes. *Juntou-se a eles um novo vilão: o Brasil de Jair Bolsonaro, chefiado por um ministro do Meio Ambiente que constrangeu a diplomacia brasileira na Espanha, dizendo que cobraria recursos pelo desempenho ambiental do Brasil, apesar da explosão do desmatamento e da violência contra povos indígenas.*

Esse contraste entre “vilões” e “heróis” provém do campo do ativismo e é amplificado por meio das notícias. A identificação de quem são os heróis que lutam contra os vilões climáticos fica explícita em matéria de 04/04/2019, quando Greta Thunberg nomeia outros ativistas de heróis: “Sou muito grata por esta imensa honra. Os outros finalistas também são *ardentes defensores dos direitos humanos*. Precisamos nos lembrar constantemente dos sacrifícios que eles fizeram. *Lu Guang e Raif Badawi são heróis do nosso tempo.*”

O discurso jornalístico analisado é evidentemente questionador do *status quo*. A maioria das fontes de informação são ativistas e não há muita preocupação em se isentar ou equilibrar o debate. Adjetivos e outras formas de inserção de juízo de valor são constantes. O veículo defende uma proteção maior do meio ambiente e não minimiza a manifestação de reprovação àqueles que criam obstáculos para isso.

Sua maneira de dizer torna o discurso coloquial, ácido e próximo ao leitor. Redator e leitor partilham de um mesmo entendimento, sendo para isso acionadas muitas estratégias de interlocução. Destacamos o uso de recursos estilísticos, tais como a ironia e o sarcasmo, para sublinhar dramaticidade e gerar maior atratividade. A conotação é frequentemente mobilizada, diferentemente do que é apresentado nos demais jornais em análise ou nos veículos hegemônicos, que preferem ser diretos, objetivos e apostar na denotação, com expressões que busquem gerar um efeito de imparcialidade.

Em termos de contexto de produção noticiosa, identificamos que a cobertura da COP-25 pelo *Conexão Planeta* se deu à distância, por meio do que outros veículos e ONGs publicavam sobre esse assunto, com espaço para as perspectivas da sociedade civil e mais próxima de uma ideologia biocêntrica e crítica à colonialidade. Na matéria de 09/12/2019, provocada pelos discursos de Thunberg, o veículo destaca as aspas da ativista em prol das vozes que geralmente são silenciadas: “Precisamos *emprestar nossas vozes às populações do Sul (Hemisfério) e aos povos indígenas, que são os que mais estão sofrendo com a crise climática*. A mudança que precisamos não virá daqueles no poder, mas daqueles que exigem. Nós queremos mudanças”. A afirmação confirma o pressuposto geral deste trabalho, de que os veículos não hegemônicos estariam mais alinhados com a perspectiva decolonial e as epistemologias do Sul.

O *Envolverde* contou, durante a COP-25, com a colaboração de uma jornalista que estava *in loco* na conferência (Sucena Shkrada Resk), trabalhando também para a ONG *350.org*, que levou representantes dos povos indígenas para Madri. Nesse período

publicou matérias totalmente posicionadas a favor da proteção da natureza, alinhadas com as vozes indígenas, mas também assumiu a retórica das alternativas reformistas, condizentes com os interesses de mercado, revelando uma maior flexibilidade discursiva ou um espaço mais amplo de acolhimento de perspectivas ideológicas diferentes.

Durante o mês da COP-25, reproduziu o material da *350.org* no Brasil e América Latina, o que fez elevar o número de matérias com fontes ativistas, sobretudo indígenas, mas também restringiu a diversidade de vozes, pois as fontes se repetiam e eram quase sempre integrantes da referida ONG (das 15 matérias publicadas em dezembro, dez são assinadas pela jornalista da ONG e cinco tratam de uma série chamada “Defensores Climáticos rumo à COP-25”, na qual são apresentados, brevemente, ativistas que participariam do evento (cada matéria representa um pequeno perfil em formato de entrevista). Como muitos lutavam pelos direitos dos povos indígenas, tais conteúdos estão associados à ideologia biocêntrica e ao reconhecimento do cuidado com a vida:

Quais são as causas que mobilizam Andreia Takua Fernandes?

“O que me mobiliza é saber que as nossas terras indígenas estão cada vez mais desprotegidas e sendo mais atacadas. Estes territórios estão sendo destruídos e *as pessoas não dão conta que continuamos resistindo por nós e pelos não-indígenas e para eles, defendendo a natureza e contribuindo para a preservação. Buscamos soluções para que também os não-indígenas possam viver em um planeta mais saudável. Nós, indígenas, desenvolvemos um papel de defensores da natureza. A gente se mobiliza e quer mostrar isso no mundo. Fazer o mundo sentir, ver como a gente vê a nossa natureza, espiritualidade e território*”. (02/12/2019).

Qual é a mensagem de Nicole Figueiredo de Oliveira rumo à COP 25?

“A principal demanda da *350.org*, no Brasil e América Latina, na Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP-25), é *que as vozes dos mais impactados pelas mudanças climáticas estejam no centro da tomada de decisão para conter o Aquecimento Global em 1,5 graus. Neste grupo, estão principalmente povos indígenas, ribeirinhos e pescadores artesanais. Todas estas pessoas têm uma relação de defensores climáticos e ao mesmo tempo dependem mais diretamente do meio ambiente para sua sobrevivência.* Por isso, estamos levando como convidados algumas vozes indígenas da região para serem ouvidas. Esta é a nossa prioridade”. (04/12/2019).

Quais são as principais causas que mobilizam Rosane de Souza?

“Acredito que podemos construir um mundo melhor para todos, e trabalho em especial *na defesa do meio ambiente sadio para todos e pelo direito de minorias e comunidades vulneráveis, tanto pessoas como animais.* Estamos em uma situação de emergência climática e temos que escolher o caminho a seguir: *a rendição ou a mudança. Precisamos de uma rápida e profunda mudança no modo de fazer negócios, de como usar o poder, construímos nossas cidades, nos movemos e nos alimentamos. Acredito que temos o dever de apoiar essa transição para garantir vida para os que virão*”. (04/12/2019).

Na notícia de 10/12/2019, “Indígenas protestam na COP-25 em Madri contra petróleo no mar brasileiro”, lembrando o derramamento de óleo no litoral brasileiro, a

ideologia biocêntrica ganha espaço e há debate sobre o processo de colonialidade que se perpetua no Sul Global.

“Não culpamos a Repsol pelo vazamento de petróleo”, disse a ativista, que justificou a escolha da sede da petrolífera espanhola *por ser uma das empresas que explora no Brasil*. Entretanto, a Repsol é mais uma das empresas de óleo que estão re-colonizando a América Latina, a África e o Sudeste Asiático.

“Nós estamos enfrentando uma re-colonização na América Latina pelas companhias de óleo. Companhias de Portugal estão investindo em Moçambique, Angola e Brasil. A Repsol está investindo no pré-sal perfurando o nosso oceano. E esse é o motivo de grandes desastres que estão impactando comunidades que dependem do mar. E é por isso que estamos aqui em frente. Para lembrá-los que são muitas vidas que estão sofrendo com as ações deles.”, completou Nicole.

Essa mesma mirada está presente em “Carta climática de povos indígenas das Américas, Caribe e Antilhas é entregue a autoridades da COP-25” (13/12/2019), matéria na qual se critica a mercantilização da natureza, além de ampliar o espaço proporcionado para visão biocêntrica. A jornalista cita Pachamama e finaliza com ponto de exclamação, gerando um efeito de entusiasmo:

“Este ponto quanto ao combate à *financeirização e mercantilização da natureza foi um dos mais importantes* na minha avaliação, porque as empresas continuam a causar grandes impactos por causa da *produção de petróleo, de minérios, das madeiras, do agronegócio, e não se responsabilizam pelos danos que causaram anteriormente*”, analisa Ninawa Inu Huni Kuĩ, presidente da Federação do Povo Huni Kui, do Acre – FEPHAC, delegado no MINGA Indígena e um dos convidados na delegação do Programa Indígena da 350.org América Latina. Mais um aspecto importante da carta, segundo o líder indígena, é que *‘a Mãe Terra seja reconhecida e declarada como um sujeito de direitos, porque para nós, os efeitos da crise climática nada mais são do que o grito de socorro da Terra’*.

“*Rejeite a mercantilização da natureza, uma vez que terras e territórios não têm preço*. Baseado na natureza (NBS [ou SbN]), Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD +) e outros *programas de compensação não são soluções reais para crises climáticas*. São apenas *soluções neocolonialistas que trazer conflitos dentro de nossos povos...*” (trecho da carta climática indígena climática, na COP-25, que reflete o artigo 6 do Acordo de Paris, sobre mercado de carbono).

“...Se petróleo, gás, minerais e carvão estão nas profundezas da terra, é porque a Mãe Natureza os deixou enterrados lá, trazê-los para o nosso meio ambiente é contradizer sua sabedoria...”

Estes homens e mulheres indígenas refletiram a riqueza da diversidade e formaram um mosaico colorido e rico culturalmente, nestes últimos dias. Também foram às ruas se manifestar. *Expressaram seus modos de vida tradicionais, em que se relacionam com a “Mãe Terra” ou “Pachamama” por meio de uma ligação espiritual que transcende. Deram seus recados!*

Como nos demais veículos, a cobertura da COP-25 no *Envolverde* foi repleta de críticas à postura do governo brasileiro. O sistema estabelecido foi duramente

questionado pela sociedade civil na COP-25. No dia 09/12/2019, em “Na COP 25, Salles pede dinheiro a países ricos e recusa homenagem a indígenas mortos”, a atuação do ministro é colocada em xeque, assim como a inação do governo federal, e há inclusão de uma abordagem de justiça social por meio de uma carta assinada por sete ex-ministros das gestões de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, além de instituições de defesa do meio ambiente e da educação, representantes das igrejas cristãs no Brasil e membros do Ministério Público. A carta aborda o papel da democracia e denuncia “[...] *ataques aos direitos humanos, como o genocídio contra a população negra e periférica, a criminalização de movimentos sociais*, o desmonte da pesquisa e de espaços cívicos e a censura à produção cultural.” Uma nova notícia repercute a carta no dia seguinte, “COP-25: Documento denuncia ameaças do governo Bolsonaro à democracia brasileira”, articulando a questão ambiental com a defesa dos direitos humanos, e reforçando o viés da justiça ambiental para lidar com a crise climática. Essa associação entre desigualdade e clima permeia o *corpora* de maneira sutil e fragmentada, sendo silenciada até mesmo pelos veículos não hegemônicos enquanto enquadramento principal para o debate climático.

A matéria final, com o balanço do evento, também foi entrelaçada pela retórica do impasse, mas destacou a participação da sociedade civil e o protagonismo indígena. Aqui também há uma explicitação de estratégias que buscam aproximar o leitor, como o tom coloquial, e direcioná-lo para uma ação – tanto que o título faz uso de uma expressão com sentido de necessidade e de convocação: “COP25 – Negociações *precisam envolver a sociedade*” (17/12/2019). O texto começa de maneira informal, com expressão usada de forma mais frequente na linguagem falada:

Sabe aquela sensação de que discursos são mais fortes do que as ações na prática?

Bem, foi esta atmosfera que tomou praticamente conta do final das negociações oficiais da Conferência sobre Mudanças do Clima da Organização das Nações Unidas (COP-25/ONU), que começou no dia 2 e terminou neste domingo (15), com uma prorrogação de dois dias, e resultou no Acordo “Chile-Madri, Hora de Agir”. A impressão passada é de que muitos líderes, entre as 200 nações participantes, ainda precisam tomar consciência de que existe uma crise climática atestada pela Ciência e fatos do cotidiano no planeta. Por outro lado, o que foi um alento aconteceu no lado de fora, com o protagonismo da sociedade nesta agenda!

Mas não há como negar, que os países mais poluidores ainda são resistentes em se repaginar para uma economia de baixo carbono. Neste ano, China, EUA, Índia, Rússia, Brasil e Austrália foram as principais nações que fizeram literalmente um papelão, neste contexto! Como tem se repetido historicamente, os países mais vulneráveis tiveram um desempenho mais proativo na agenda. Quanto a maiores ambições dos planos climáticos das nações, só saberemos na

COP-26, que ocorrerá no final de 2020, em Glasgow, na Escócia. Mais postergações. *Será que há tempo?*

Esse tipo de discurso é mais próximo daquele percebido nas notícias veiculadas no *Conexão Planeta*, mas aqui não é regular ou frequente. Percebemos que há mais matizes ideológicos frequentes nesse meio, o que também contribui para atores diferentes aparecerem, ainda que eles não dialoguem ou se confrontem em uma mesma matéria.

Mais do que nos outros, *Envolverde* abre espaço para uma retórica econômica, com alternativas reformistas e atores ligados ao universo do dinheiro. Em 09/12/2019 publica “COP25 – Mais de 630 grandes investidores se unem para pedir mais empenho contra a crise climática”, na qual sinaliza que o setor financeiro também quer mudanças a partir de algumas demandas: “[...] *eliminar gradualmente a energia térmica do carvão, precificar as emissões de carbono, acabar com os subsídios aos combustíveis fósseis e atualizar e fortalecer as contribuições nacionalmente determinadas (NDC) para cumprir as metas do Acordo de Paris*”. Observe que a ideia de uma mudança progressiva não corresponde à urgência explicitada pelos alertas em relação às MCs – afinal temos pouco tempo. Soma-se ainda a ideia de solução por meio da mercantilização do carbono, algo que reforça o discurso da economia verde, revestido pela linguagem econômica neoclássica supostamente imune a qualquer ideologia (MORENO, 2016).

Tais ações surgem da compreensão de que as MCs são também um *risco financeiro*, ressaltado a partir de uma visão economicista: “*os investidores precisam tomar medidas adicionais por conta própria, mas também precisam de incentivos mais fortes dos governos*”, “*como os investidores na Ásia e em todas as regiões estão cada vez mais buscando alocar seu capital em investimentos de baixo carbono, eles estão pedindo aos governos e formuladores de políticas que desbloqueiem as barreiras para permitir a transição necessária para economias de carbono líquido zero*”, “*“A mudança global para a energia limpa já está em andamento, mas muito precisa ser feito pelos governos para acelerar a transição para o baixo carbono e melhorar a resiliência de nossa economia, sociedade e sistema financeiro aos riscos climáticos*”, diz a declaração”. Essas afirmações compõem um sentido forte de preocupação com o capital em relação aos governos, pois

Para atingir o “crescimento verde”, os Estados nacionais têm um papel central como criadores e indutores da demanda, como consumidores em escala (determinando o rumo de muitos mercados e produtos), por meio de seus autoimpostos critérios “verdes” para licitações públicas, alavancando investimentos (*leveraging*) e promovendo as parcerias público-privadas para garantir os investimentos no que “não é imediatamente rentável para os investidores privados”. De fato, a instauração da economia “verde” é um

processo que só é possível com a participação ativa dos Estados e governos [...]. (MORENO, 2016, p. 259, grifo da autora).

Dessa maneira, para que haja o esverdeamento da economia, os governos também precisam adotar o mesmo discurso, gerando impactos práticos em diferentes setores das nossas vidas por meio de políticas públicas, seja através de financiamento ou da regulação. Mais do que reciclar a ideia de desenvolvimento e crescimento, a economia verde substituiu a ideia de transição para uma economia de baixo carbono, que tinha sentido de uma mudança mais profunda do modelo que se conhece, mas que perdeu força em 2009, com os resultados da COP-15, as crises financeiras do Norte e as oportunidades extrativistas que se multiplicaram no Sul. Com o uso de “economia verde”, continua-se partindo do mesmo sistema capitalista e explorador da natureza, porém gera-se um falso sentido de conciliação com a natureza. Moreno (2016) diz que essa mudança discursiva foi determinante para consolidar a hegemonia das opções ofertadas hoje, já que é mais fácil convocar pessoas para um crescimento verde do que a favor de um processo que busca diminuir, reduzir ou evitar uma economia de carbono.

No dia 16/12/2019 outra publicação enquadra a preocupação climática no mundo dos negócios: “Empresas incorporam mudanças climáticas em estratégias de negócios”, retomando a retórica dos riscos e das oportunidades atreladas à crise climática: “companhias com operações no Brasil *reportaram oportunidades que representam impactos financeiros positivos de US\$ 123,7 bilhões*”, “há uma *justificativa empresarial clara para investimento em soluções que contribuam para a descarbonização da economia*”, “O estudo mostra também um entendimento crescente das empresas de que a crise climática ameaça a estabilidade financeira dos negócios”, “Em resumo, é *financeiramente mais vantajoso fazer investimentos para materializar essas oportunidades do que gerir os impactos negativos das mudanças clima*”, “A *integração das questões climáticas na construção dessas políticas, inclusive, pode apresentar soluções para endereçar o atual déficit orçamentário por meio de instrumentos financeiros inovadores como títulos verdes e debêntures incentivadas*. O estudo destaca que *há um apetite crescente de investidores por esses produtos financeiros*”.

Essa linguagem, ao mesmo tempo que assinala perigos para a situação de não mudança, enaltece vantagens da adoção de estratégias de negócio condizentes com o enfrentamento climático. Se por um lado o discurso econômico incentiva alterações a partir do cenário climático, por outro, tais medidas são tomadas sob a ótica economicista, desconsiderando, como sempre, as externalidades do processo que provocaram o atual

colapso climático. Aliás, como assevera Chomsky, em interlocução com Robert Pollin, (2020, p. 80), falar “[...] da sobrevivência da humanidade seria uma violação ao cânone da ‘objetividade’ e implicaria um ‘viés ideológico’ [...]”, porque gerar uma preocupação com as dimensões reais dessa crise poderia minar não apenas um setor da economia, mas implodir um sistema que até hoje se mostrou altamente rentável para aqueles que o defendem.

Diante dos textos analisados no MC1, averiguamos que, ao priorizarem os atores da sociedade civil, sobretudo indígenas, a perspectiva do Sul Global ganha relevo e abre espaço para reivindicar outra relação com o poder estabelecido, diferentemente daquela encontrada nos discursos dos veículos hegemônicos. Há contestação de diferentes ordens, desde aquela orientada diretamente para as ações de Salles, passando pelas políticas do governo, até aquelas que remetem ao sistema neoliberal e às estratégias de recolonização. As citações desses atores costumam ocorrer de forma direta, com uso de aspas, dando força às mensagens. *Conexão Planeta* usa citações de suas fontes inclusive nos títulos e nesse período usou o recurso quatro vezes para destacar as mensagens de duas fontes já nas manchetes.

Os três veículos partilham a retórica do impasse, calcada no tópico das críticas à inação, e dão mais atenção às vozes da sociedade civil do que àquelas ligadas às estruturas de poder na cobertura da COP-25, mas demonstram pequenas diferenças associadas às formas de dizer e ressaltar seus discursos: enquanto *Envolverde* apresenta uma série de discursos, que até conflitam entre si (quando, por exemplo, defende a precificação do carbono em uma matéria e depois faz a crítica da mercantilização da natureza em outra), *Colabora* apresenta um discurso mais coeso; é comprometido, mas traz também atores do campo científico para dialogar com os ativistas, diversificando mais o rol de atores do que *Conexão Planeta*, que demonstra ser o veículo mais distante das conformações do jornalismo hegemônico por emitir sistematicamente juízos de valor sobre os fatos narrados, ainda que nesse momento não tenha dado espaço às vozes indígenas, provavelmente por não ter jornalista para cobrir a COP-25 no local do evento.

7.2 Momento crítico 2: Greves pelo clima

A ativista sueca Greta Thunberg desencadeou um movimento global: as greves pelo clima. Sua greve escolar, que começou em agosto de 2018, diante do Parlamento da Suécia, ganhou força e a tornou uma personalidade no âmbito da luta climática. Além de

mobilizar jovens para a ação em prol do clima, foi inspiração para que adultos também protestassem, criando o movimento *Fridays for Future*. Os discursos e as manifestações, repletos de indignação, foram se alastrando mundo afora e hoje é difícil imaginar que alguém não saiba quem é Greta, indicada ao prêmio Nobel da Paz e detentora do título “Pessoa do Ano” de 2019 da revista *Time*.

Personagem muito aguardada em eventos políticos internacionais, Greta fez suas palavras incisivas ecoarem para além das esferas decisórias, tornando-se um símbolo de engajamento político e esperança. Entretanto, “[...] junto com o lado positivo de sua fama, muitas críticas e desinformação também circularam sobre a adolescente (a respeito de sua pouca idade e falta de maturidade, por ser portadora de Asperger ou mesmo por ser facilmente manipulável em razão de sua juventude)” (LOOSE; MORAES, 2020). Apesar das adjetivações maldosas, que buscavam gerar demérito sobre a luta abraçada por Greta, as polêmicas ao seu redor também geraram uma série de notícias, já que o campo jornalístico é regido também por aquilo que desperta interesse por ser controverso.

O ano de 2019 foi de muita evidência midiática para a ativista, que precisou lidar com mensagens de descrédito, inclusive de chefes de Estado, como Donald Trump e Jair Bolsonaro. Para além da propagação das greves pelo clima e de discursos taxativos¹¹⁵, Greta foi homenageada de diferentes formas, com indicações¹¹⁶, prêmios¹¹⁷, gravação de música¹¹⁸, associação com personagem de quadrinhos¹¹⁹, motivo de mural¹²⁰, chegando a ter seu nome usado por um cientista para batizar uma nova espécie de besouro¹²¹. Como já identificado em trabalho anterior, a mobilização liderada pela estudante Greta Thunberg tornou-se um dos gatilhos da cobertura climática no ano de 2019, sendo setembro um mês considerado de alta atenção por conta da Greve Global pelo Clima, realizada no dia 20 daquele mês, e da participação de Greta na Cúpula do Clima da ONU, de 21 a 23 de setembro (LOOSE; MORAES, 2020).

¹¹⁵ Por exemplo: “‘Nossos líderes precisam assumir a responsabilidade perante a crise climática’, diz Greta, diante de 500 mil pessoas em Madrid” (09/12/2019).

¹¹⁶ “Jovem ativista pelo clima, Greta Thunberg, é indicada ao Nobel da Paz” (14/03/2019).

¹¹⁷ “Ativista sueca Greta Thunberg e movimento de milhões de jovens pelo clima ganham prêmio da Anistia Internacional” (07/06/2019); “Greta Thunberg é nomeada ‘Game Changer of The Year’ pela revista britânica GQ” (14/08/2019).

¹¹⁸ “Fatboy Slim usa discurso de Greta Thunberg na ONU em nova versão do hit Right here, right now” (16/10/2019).

¹¹⁹ “A nova e corajosa guerreira dos quadrinhos de Astérix é a cara de... Greta Thunberg!” (17/10/2019).

¹²⁰ “Mural gigante em homenagem à Greta Thunberg é inaugurado em São Francisco” (13/11/2019).

¹²¹ “Cientista britânico batiza besouro com nome de Greta Thunberg, em homenagem à jovem ativista” (28/10/2019).

Esse pico de atenção teve uma visibilidade muito maior no *Conexão Planeta*. No geral, o veículo cobriu os protestos climáticos de forma mais frequente, publicando, apenas em 2019, 43 notícias com foco na ativista e nos movimentos derivados de sua atuação (protestos de mães, pais e avós, por exemplo), sendo que Greta foi mencionada nos títulos 28 vezes nesse período. No mesmo ano, *Colabora* publicou seis notícias com foco nas greves, com citação do nome de Greta no título em duas delas, enquanto *Envolverde* publicou somente três matérias, mencionando Greta no título em uma delas.

A fim de conseguir fazer alguma comparação entre os três veículos escolhidos, optamos pela análise do mês de setembro, que concentra o maior número de notícias naqueles veículos que publicaram menos sobre as greves. Seguem os quadros com os textos analisados:

QUADRO 6 – *CORPUS DO COLABORA NO MC2*

Data	Título da publicação
18/09/2019	Onda global pelo clima chega ao Brasil
24/09/2019	Crise climática: crianças denunciam Brasil, França e Alemanha

FONTE: Elaboração própria (2021).

QUADRO 7 – *CORPUS DO CONEXÃO PLANETA NO MC2*

Data	Título da publicação
13/09/2019	Greta Thunberg leva centenas de jovens para protestar pelo clima em frente à Casa Branca
18/09/2019	“Vocês não estão tentando o suficiente”, diz Greta Thunberg a senadores do Congresso dos Estados Unidos
20/09/2019	“Vocês precisam fazer o impossível. Porque desistir não pode ser nunca uma opção”, diz Greta Thunberg ao Congresso dos EUA
23/09/2019	“Vocês roubaram nossa infância e sonhos com suas palavras vazias”, diz Greta Thunberg, na ONU, em discurso emocionado
24/09/2019	Grupo de jovens, entre eles, Greta Thunberg e ativista brasileira, denunciam Brasil e outros países na ONU
27/09/2019	Por que Greta Thunberg incomoda tanta gente?
30/09/2019	Greta Thunberg está na lista da Time das 15 mulheres que lideram a luta contra as mudanças climáticas

FONTE: Elaboração própria (2021).

QUADRO 8 – *CORPUS DO ENVOLVERDE NO MC2*

Data	Título da publicação
25/09/2019	O cerco ambiental das crianças
25/09/2019	Mobilização Global pelo Clima fortalece que não existe “Plano B” para o planeta

FONTE: Elaboração própria (2021).

O *Colabora* publicou uma matéria no dia 19/09/2019 para divulgar a Greve Global pelo Clima do dia 20 de setembro, explicando como se dá a organização do movimento, a programação prevista no Rio de Janeiro (local onde estavam os entrevistados) e a ressalva das dificuldades de mobilização no Brasil. O texto dá espaço para jovens que estão à frente do *Fridays for Future* e ao diretor-substituto da *350.org* na América Latina, instituição apoiadora da manifestação, dando destaque para a situação brasileira dentro desse movimento global:

No Brasil, essa onda jovem demorou um pouco mas chegou: há manifestações pelo clima, quase sempre organizadas por jovens em mais de 40 cidades brasileiras de pelo menos 20 estados. “A gente ainda tem pouca visibilidade, mas o movimento está crescendo”, comenta o ativista Henrique Kovaliauskas, 24 anos, estudante do mestrado de Física e professor.

O movimento ainda enfrenta muitos problemas: “As pessoas, mesmo as mais jovens, não têm a dimensão da ameaça climática. Não conseguem perceber ainda como isso afeta o seu dia a dia”, conta a caracterizadora Ana Gil, 25 anos, outra organizadora das manifestações da Greve Global pelo Clima, no Rio.

Apesar das diferenças de organização, a mensagem dos atos Fridays For Future por toda a parte é a mesma: exigir das autoridades – políticos, empresários, tomadores de decisões – que tratem emergência climática pela crise que ela é; que garantam o cumprimento do Acordo de Paris; que interrompam investimentos e subsídios a combustíveis fósseis; que implementem medidas para a adaptação das mudanças climáticas já em curso; e que assumam um compromisso de longo prazo com educação e justiça ambientais. Talvez seja mais difícil para os jovens ativistas serem ouvidos pelo governo brasileiro, mas, com a Amazônia em chamas, e o mundo preocupado com o Brasil, eles talvez consigam chamar mais atenção para seu movimento.

O texto é perpassado por marcadores que evidenciam que aqui no Brasil até mesmo a mobilização da sociedade civil está sendo mais lenta e faz uma crítica ao governo, que não reage ao tema ambiental, mesmo com as evidências científicas de que as queimadas na Amazônia aumentaram. O tom da notícia é bastante informativo, com uma demonstração sutil de descontentamento com a postura do governo apenas no final, já que a questão central é anunciar que as greves pelo clima chegaram por aqui.

A outra notícia, publicada dia no 24/09/2019, segue na mesma linha, informando sobre o envio de uma carta-denúncia contra Brasil, Argentina, França, Alemanha e Turquia ao Comitê sobre os Direitos das Crianças da ONU e explicando o protocolo que permite essa ação. O nome de Greta é mencionado – afinal ela é uma das crianças que assina o documento –, mas as fontes são a estudante baiana Catarina Lorenzo, 12 anos, integrante das Crianças contra a Crise Climática, e o advogado Caio Borges, do ICS. Por meio da justificativa apresentada na carta fica o registro da crítica à inação:

Sobre o Brasil especificamente, a petição alega que o atual governo está “ativamente desmantelando a regulamentação e fiscalização ambiental”. Os jovens ativistas citam os cortes drásticos no orçamento do MMA, as tentativas

de mudanças do Código Florestal, as mudanças na composição dos colegiados. Afirmam que o país dobrou os subsídios a combustíveis fósseis desde 2007 e que 66% dos investimentos em energia são para não renováveis, sendo apenas 21% para renováveis. *Frisam que o aumento das queimadas da Amazônia tem efeito planetário.*

Já o *Conexão Planeta* investe na popularidade de Greta e na força de seus discursos para convocar mais leitores à ação. No dia 13/09/2019, motivada por um *tweet* da sueca, a matéria busca apresentá-la ao público, com recursos coloquiais e em tom provocativo: “Se você ainda é uma das pouquíssimas pessoas do planeta que não sabe quem ela é, vamos lá.” Depois disso, a jornalista demonstra ser fã da jovem sueca e confia: “[...] *apesar do chamado discreto pelo Twitter*, centenas de jovens se juntaram a ela próximo à Casa Branca, na capital americana. *E como eu poderia perder esta chance? Já escrevi diversas matérias sobre Greta e queria ver de perto o poder inspirador dessa jovem*”. Mais adiante, declara-se comprometida com o jornalismo ambiental: “Aqui preciso fazer uma pausa. Tenho dois filhos – um de 12 e outro de 15 anos –, e já escrevo há anos sobre sustentabilidade, meio ambiente e aquecimento global. *Para mim, o jornalismo ambiental é mais do que uma profissão, é uma causa que também defendo*”. A asserção confirma um discurso ativista e alinhado com a pauta ambiental, sobretudo porque, como veremos adiante, essa jornalista é responsável pela maioria dos textos analisados nesse *corpus*.

A narrativa intimista que utiliza para informar sobre a manifestação e manifestar suas impressões pessoais sobre Greta é transpassada por uma retórica de que uma transformação é possível:

É impressionante parar para pensar que *uma menina de apenas 16 anos conseguiu engajar – e conquistar a admiração –, de tantos jovens ao redor do mundo, com um discurso muito direto*: “Se os políticos tivessem feito sua lição de casa, saberiam que não temos outra escolha. *Precisamos focar nas mudanças climáticas* [...]”.

A ativista *mostrou ao mundo que os jovens não vão ficar parados diante do que está acontecendo*. “As pessoas não têm que ouvir o que estamos dizendo, mas *precisam ouvir a Ciência*”, alerta.

Greta estará em Nova York, junto aos estudantes, e depois discursará no Encontro sobre o Clima das Nações Unidas. *Não há dúvida nenhuma que a adolescente também arrebatará uma onda de jovens para as ruas daquela cidade, pois por onde passa, conquista mais e mais seguidores*.

Nos dias 18 e 20/09/2019 foram publicadas notícias com as mensagens repetidas pela ativista: “‘Vocês não estão tentando o suficiente’, diz Greta Thunberg a senadores do Congresso dos Estados Unidos” e “‘Vocês precisam fazer o impossível. Porque

desistir não pode ser nunca uma opção’, diz Greta Thunberg ao Congresso dos EUA”. Tais matérias são baseadas nas falas públicas da ativista e apresentadas como corajosas e encorajadoras: “Definitivamente *Greta Thunberg não tem medo de falar a verdade. Nem se intimidada diante dos “poderosos”*. Enquanto a primeira contextualiza e recorta alguns trechos do discurso da sueca, a segunda apresenta uma introdução repleta de elogios¹²² e disponibiliza a fala de Greta na íntegra.

No dia 23/09/2019, os apelos de Greta ganham novo destaque: “‘Vocês roubaram nossa infância e sonhos com suas palavras vazias’, diz Greta Thunberg, na’ ONU, *em discurso emocionado*”. A notícia inclui uma breve introdução, na qual se engrandece o fato de a garota expor as verdades desagradáveis aos tomadores de decisão, e segue com trechos do seu discurso para a Cúpula do Clima das Nações Unidas. A repórter não está lá, mas faz uso de informações da *CNN* e do *The Guardian*.

Já no dia 24/09/2019, o *Conexão Planeta* também noticia a carta-denúncia das crianças contra a inação no enfrentamento às mudanças climáticas de Brasil, França, Argentina, Turquia e Alemanha. A brasileira Catarina Lorenzo é citada, mas a matéria é construída a partir do texto da petição e daquilo que explica o advogado Caio Borges:

A denúncia pede que o Comitê da ONU declare que as mudanças climáticas constituem uma crise para os direitos das crianças, que os cinco países são responsáveis pela crise climática *porque ignoram as evidências científicas sobre prevenção e mitigação e estão violando os direitos da criança (vida, saúde, cultura), além de recomendar aos países que revejam e alterem suas políticas e leis e tenham uma maior cooperação internacional*. Por último, a *denúncia pede que as crianças e jovens sejam ouvidos*”, explica Caio Borges, advogado brasileiro que trabalha no Institute for Climate and Society (ICS).

Nesse texto há mais impessoalidade, sem inserções explícitas da jornalista. A medida chama atenção para os impactos climáticos na vida das crianças e mostra como elas também podem agir. Lembramos que Bossato Fernandes (2019) identificou jornalistas como fontes nos discursos dos meios alternativos analisados, sendo eles também portadores das causas e defensores dos mais vulneráveis ou oprimidos. Dentre os veículos analisados, são as jornalistas de *Conexão Planeta* aquelas que mais participam ativamente como atores explícitos nos discursos analisados.

¹²² “Novamente, a jovem ativista sueca, do alto de seus 16 anos, *fez um discurso impressionante, que ficará para a história. Greta lembrou Martin Luther King e os sacrifícios de outros tantos ativistas para inspirar os políticos a agirem, de maneira urgente, para combater as mudanças climáticas.*

“Eu sonho com o dia em que os poderosos vão levar a sério a crise climática. O tempo de conto de fadas deles já acabou”, afirmou.

Impossível separar uma ou mais frases do que a adolescente falou. *Todas são impactantes*. E é por isso, que resolvemos reproduzir, aqui no *Conexão Planeta*, seu discurso na íntegra.

É simplesmente lindo, inspirador e necessário.” (20/09/2019).

Depois, no dia 27/09/2019, um longo texto se dedica a esclarecer algumas polêmicas envolvendo Greta. O título já transmite uma provocação: “Por que Greta Thunberg incomoda tanta gente?” e o *lead* resume uma série de discussões que envolvem seu nome, sempre com o intuito de desacreditá-la e enfraquecer seu movimento:

Mimada. Manipulada. Riquinha. Marionete da esquerda. Financiada pela Open Society de George Soros. Essas são algumas das acusações feitas contra Greta Thunberg nas mídias sociais. A última delas – vergonhosa e mentirosa –, foi postada no Twitter, ontem (26/09), por Eduardo Bolsonaro, com uma montagem de imagens muito mal feita e grotesca.

A verdade é que a jovem ativista sueca, de apenas 16 anos, anda incomodando muito gente, gerando a reação e comentários maldosos de haters nas redes e a elaboração das mais diversas teorias conspiratórias para explicar porque ela se tornou um mito.

Após sinalizar para os rótulos criados nas redes sociais, a repórter sai em defesa da ativista, afirmando que a acusação do filho do presidente brasileiro é “vergonhosa” e “mentirosa”. E mais: declara que Greta se tornou um mito. Ao tratar da síndrome de Asperger, colocada como algo depreciativo, a matéria ressalta: “[...] os psicólogos são categóricos em afirmar que o Asperger não possui nenhum problema cognitivo. Pelo contrário”. O texto avança para a propagação de informações falsas e faz remissão a pessoas importantes que já tentaram ofuscar o brilho de Greta. Mais uma vez, o discurso é favorável a ativista:

E cada vez que Greta ganha maior evidência, sua presença causa mais desconforto entre algumas pessoas. De Eduardo Bolsonaro, com seus comentários desprezíveis e debochados no Twitter, passando por Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, que nega o aquecimento global e o que diz a ciência, até gente comum, que fica espalhando notícias inverídicas sobre a jovem ativista.

Será que as pessoas não se dão conta que se houvesse algum “financiador secreto” por trás da ativista, a mídia internacional já não teria descoberto? Sério mesmo?! Será que os jornais mais respeitados do mundo, como The Guardian, The New York Times e Washington Post colocariam sua reputação em cheque ao respaldar o movimento iniciado pela jovem?

Para aqueles que alegam que a adolescente tem um “problema”, Greta já afirmou diversas vezes, que considera a síndrome como um “super poder”.

[...] Seu discurso é direto. Franco. Honesto. Ela quer o comprometimento de governos em reduzir suas emissões de gases de efeito estufa. Não no futuro, mas agora. Porque se esperarmos mais tempo, será tarde demais.

A pouca idade é justificativa para que haja pessoa que compreendam que ela possa ser manipulada ou não tenha maturidade o suficiente para compreender que há outras questões em jogo quando se fala de crise climática. Entretanto, *Conexão Planeta* pondera:

Greta também incomoda muita gente porque tem a ‘audácia’ de ser uma jovem dizendo verdades para adultos. “Quem ela pensa que é”, dizem seus detratores.

Na nossa sociedade, devemos respeito aos mais velhos e a seu conhecimento. Muito justo e verdadeiro. Todavia, isso *não significa que os mais jovens, em alguns momentos, possam ter uma visão mais clara da realidade. E nem que são obrigados a se manter calados.*

Há dois dias, a ativista usou novamente suas redes sociais para comentar a nova onda de difamação contra ela.

“Aqui vamos nós de novo ... Como vocês devem ter notado, os haters estão mais ativos do que nunca – indo atrás de mim, minha aparência, minhas roupas, meu comportamento e minhas diferenças.

Eles apresentam todas as mentiras imagináveis e teorias da conspiração. Parece que cruzarão todas as linhas possíveis para desviar o foco, pois estão desesperados para não falar sobre o clima e a crise ecológica. [...] Sinceramente, não entendo por que os adultos escolhem passar o tempo zombando e ameaçando adolescentes e crianças por promoverem a ciência, quando poderiam fazer algo de bom. Eu acho que eles devem simplesmente se sentir ameaçados por nós.

Mas o mundo está acordando. Vejo você nas ruas nesta sexta-feira!”.

As notícias vinculadas a Greta são baseadas em seus textos e falas, não existindo preocupação com o equilíbrio informativo quando mencionam aqueles que criticam a ativista ou sua maneira de expor a causa climática. O veículo assume o lado da ativista, sempre evidenciando os méritos já alcançados por ela. Além disso, não economiza elogios e recorrentemente interpela, com gradações de entusiasmo, seus leitores para a ação.

A última matéria desse momento, publicada em 30/09/2019, é sobre uma lista da Revista *Time* com 15 mulheres que lideram a luta climática. Greta é uma delas – e provavelmente a mais conhecida –, por isso aparece já no título da notícia, dedicada a trazer breves biografias de cada uma das indicadas. Destacamos aqui o enfoque de gênero atrelado à lista da *Time*, mas valorizado também pelo veículo na abertura do texto:

O aquecimento global está afetando a todos, mas *são certamente os mais pobres e vulneráveis que sofrerão mais, especialmente mulheres e meninas, que aguentam o impacto de choques ambientais, econômicos e sociais. “Frequentemente, elas são as últimas a comer ou ser resgatadas; enfrentam maiores riscos de saúde e segurança à medida que os sistemas de água e saneamento ficam comprometidos e assumem um aumento no trabalho doméstico e de assistência à medida que os recursos diminuem”*, alertam os especialistas das Nações Unidas.

Talvez por entender melhor o sofrimento do mesmo sexo, no mundo todo, muitas mulheres estão levantando suas vozes e trabalhando arduamente para combater as mudanças climáticas.

Tal recorte nos faz refletir sobre a justiça social e as desigualdades que permeiam a emergência climática. Nas notícias construídas a partir das manifestações de Greta (seus discursos públicos, entrevistas ou postagens em redes sociais), a retórica da desigualdade existente entre povos do Norte e Sul está presente, ainda que não seja o tópico principal.

Como pontua Peredo Beltrán (2019), a perspectiva do ecofeminismo alia-se à ética do cuidado e contesta o pensamento dicotômico reducionista que separa a humanidade da natureza. A questão de gênero é foco de poucas matérias no *corpora*, mas ressaltamos a quantidade de mulheres que são fontes nas notícias sobre ações pró-clima.

Envolverde traz suas duas publicações no dia 25/09/2019. A primeira é um texto assinado por Tasso Azevedo para uma coluna do jornal *O Globo*, que foi reproduzido na íntegra (inclusive por *Conexão Planeta* em outubro). O autor evoca sua condição de pai para fazer um apelo e reconstitui as perspectivas ambientais desde 2009, quando sua filha nasceu, até os dias atuais. Finaliza citando a filha e Greta, ampliando seu desejo para todas as crianças: “*Para as empresas de hoje, não basta ser do bem. É preciso serem ativistas dos negócios. É o que minha filha diria. É isso que a Greta Thunberg e as crianças do mundo estão gritando conosco. Esse é o legado para o qual vale a pena existir*”.

A segunda notícia apresenta um panorama das greves pelo clima que aconteceram no dia 20 de setembro, mostrando a participação de mais de 4 milhões de pessoas em 185 países, inclusive em cidades brasileiras. O texto aciona estratégias de interpelação para buscar aproximar o leitor, imprime o olhar da jornalista sobre a expansão do engajamento e ressalta as vozes de outros ativistas:

O que é possível identificar é que cada vez mais pessoas ingressam na mobilização pela causa climática, querendo obter informações qualificadas com quem já milita há anos na causa, unidas pelo sentido de urgência e emergência, que observam diante de fatos concretos que ocorrem com a intensificação dos eventos extremos e as análises e construções de cenários apresentados por cientistas.

A conscientização de que é preciso atuar chegou ao nível global. O que acontece ainda hoje é que há uma forte pressão do interesse privado sobre as decisões governamentais, em especial da indústria fóssil. As empresas mais poderosas influenciam o processo da negociação nas conferências do clima [...] A tentativa é mudar a balança para pender ao interesse público. Esta é a complexidade em jogo.

A sociedade precisa se dar conta das escolhas erradas feitas pelos líderes de governos quanto ao clima. As agendas já estão colocadas. Muito dessa mobilização hoje se deve à iniciativa da jovem Greta Thunberg. Uma oportunidade para que estes jovens saibam o papel que têm de encostar quem tem poder de decisão na parede, por meio das cobranças e atitudes proativas.

A reportagem traz depoimentos de diferentes ativistas que participaram da mobilização em São Paulo e outros dados gerais e nacionais. A tônica é apontar o envolvimento e a mobilização que já acontecem por aqui, no Brasil, a partir da onda

iniciada por Thunberg. Não há divergências em relação à urgência do problema e à necessidade de seguir com as ações pró-clima.

Neste momento crítico é possível observar que *Conexão Planeta* se mantém no espectro mais próximo às características de um jornalismo não hegemônico, em razão de um posicionamento mais explícito e recorrente, mas *Envolverde* e *Colabora* trocam de posição em relação ao MC1, sendo aqui o primeiro mais posicionado que o segundo, ainda que todos os meios se coloquem (com força diferentes) a favor do movimento e de sua idealizadora, Greta Thunberg. Os ativistas predominam enquanto atores dos discursos jornalísticos, com forte ênfase para aquilo que é dito por Greta. Há uma retórica calcada na inspiração e na mudança, ainda que os discursos da protagonista desse período mobilizem pela dramaticidade e indignação, com muitas perguntas de retórica.

7.3 Momento crítico 3: Conexões com a pandemia

O último momento crítico analisado diz respeito aos significados apresentados nos discursos que conectam a questão climática e a pandemia de covid-19. Esse movimento começa a surtir efeito na imprensa a partir de março de 2020, com queda de atenção para a pauta climática em prol da cobertura da doença, que surge como um acontecimento inesperado, fortemente carregado de critérios de noticiabilidade (novidade, amplo alcance, controvérsias, letalidade, interesse público, etc.). Em outro trabalho sobre a articulação desses temas, apontou-se que os jornalistas que costumam cobrir assuntos científicos, como as MCs, tendem a ser realocados para responder às questões que eclodiram com o novo coronavírus, além de as redações também serem impactadas com a paralisa da atividade econômica e reduzirem seus quadros profissionais (LOOSE; BALBÉ, 2020). Com a crise sanitária, a rotina profissional e as preocupações se alteraram. Conforme informações do Radar Climático¹²³, as relações entre as MCs com a pandemia ocorreram ao longo do ano nos jornais latino-americanos.

No caso desse momento crítico, as notícias são mais escassas; por isso, selecionamos todas as notícias que traziam o recorte no título, independentemente do mês de publicação. Estas merecem observação porque, de forma geral, a relação não teve ampla repercussão nos meios hegemônicos, que se detiveram em aspectos estritamente científicos e econômicos. Também é importante para avaliar como o período atípico

¹²³ Informação recebida via newsletter do Radar Climático em 08/01/2021, com o título “La cobertura del cambio climático en el 2020”. Para mais informações, acessar: <https://conexioncop.com/>.

vivenciado globalmente interferiu (ou não) na comunicação climática dos meios não hegemônicos (essa análise será apresentada no capítulo 9).

QUADRO 9 – *CORPUS DO COLABORA NO MC3*

Data	Título da publicação
14/04/2020	Ar mais limpo nas cidades europeias: ‘mas o estrago já está feito’, diz ONG
11/04/2020	O que a pandemia tem a ver com a mudança do clima?
21/05/2020	Brasil contraria tendência global e deve ter alta em emissões na pandemia
14/06/2020	A ruptura e o novo ‘anormal’
22/06/2020	Quem falhou em prevenir pandemia vai evitar a catástrofe climática?
26/06/2020	Seis caminhos para um mundo melhor, pós-pandemia
18/09/2020	Emissões de carbono retornam aos níveis pré-pandemia
24/11/2020	Pandemia teve impacto mínimo nas emissões de carbono

FONTE: Elaboração própria (2021).

QUADRO 10 – *CORPUS DO CONEXÃO PLANETA NO MC3*

Data	Título da publicação
13/03/2020	Greta pede que jovens não vão para as ruas por causa do coronavírus, mas mantenham protestos pela internet
15/03/2020	“Faça-nos um favor, presidente. Comece a tratar a ciência com respeito”, diz cientista a Trump, sobre ações contra coronavírus e crise climática
20/03/2020	Sérgio Trindade, especialista brasileiro em mudanças climáticas e ganhador do Nobel da Paz com o IPCC, morre em decorrência do coronavírus (obituário)
23/04/2020	Coronavírus e crise climática: e se você soubesse antes?
06/05/2020	Alemanha dará prioridade a investimentos em negócios ‘verdes’ na economia pós-coronavírus
22/05/2020	Apesar da pandemia, desmatamento desenfreado pode provocar alta nas emissões de carbono de 10% a 20% no Brasil em 2020
28/05/2020	Veículos elétricos estão no centro do plano de recuperação da indústria automotiva da França pós-pandemia
25/06/2020	“A pandemia mostrou ao mundo como se deve agir diante de uma crise”, diz Greta, falando sobre a mudança climática
24/11/2020	A pandemia não ajudou a reduzir gases de efeito estufa da atmosfera, diz relatório

FONTE: Elaboração própria (2021).

QUADRO 11 – *CORPUS DO ENVOLVERDE*¹²⁴ NO MC3

Data	Título da publicação
10/03/2020	O que aconteceria se o mundo reagisse às mudanças climáticas como reage ao coronavírus?
14/04/2020	Hora de elevar a ambição pela ação climática
14/04/2020	Mente sã, corpo são e o meio ambiente, não?
16/04/2020	Mudanças climáticas podem fazer confinamento virar regra, diz cientista

¹²⁴ Uma nota de divulgação de um evento promovido pelo próprio veículo, que tratava das relações de crises, foi publicada no dia 17/07/2020, mas não foi incluída no *corpus* por não desenvolver a temática.

23/04/2020	Parte 4 – Em tempos de #Covid19 e #mudançasclimáticas
12/05/2020	A recuperação tem que ser verde
13/05/2020	Lições da pandemia para a crise climática
24/11/2020	Nem pandemia diminuiu concentração de CO2 na atmosfera

FONTE: Elaboração própria (2021).

Chama a atenção que sobre esse assunto prevalecem textos que podem ser caracterizados como opinativos, produzidos a partir de uma fonte única ou assinados como se fossem colunas e que, ao fazerem o paralelo com as MCs, retratam a possibilidade de a pandemia nos ensinar a lidar com a crise climática (quando há otimismo) ou ressaltam a complexidade envolta na questão climática (mostrando que o desafio pode ser ainda maior que o enfrentamento do coronavírus). Em seguida, enquadradas no tópico ‘solução’, medidas orientadas para uma recuperação verde, sobretudo a partir de países europeus e Estados Unidos, sublinhando o viés da economia verde. Por fim, aquelas que tratam das emissões de GEE, causa da intensificação das MCs e fator atrelado ao aumento da vulnerabilidade daqueles que são contagiados pelo coronavírus (em razão das doenças do trato respiratório). Importante dizer que o fato de a matéria trazer a discussão sobre as emissões não significa que questione a razão pela qual nossa sociedade é fossilista.

Um texto do *Observatório do Clima*, reproduzido pelo *Colabora* e pelo *Conexão Planeta* em maio, dá ênfase para o desmatamento ocorrido no Brasil em plena pandemia. Esse é um dos poucos textos que contrasta a movimentação internacional diante da pandemia com o cenário nacional. Enquanto há estimativa de redução de emissões de GEE por conta das medidas de controle da pandemia, no Brasil há expansão desse número – afinal, por aqui os desmatadores parecem não ter sido impactados com a doença. O texto faz um balanço dos setores que tiveram aumento e diminuição de emissões, a partir dos dados do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG), e termina com críticas à inação do governo, demonstrando que há retrocessos:

“Um dos efeitos da pandemia é a redução das emissões no mundo inteiro. Mas, no Brasil, temos a maior parte das emissões vinculadas a mudanças do uso da terra, que estão descoladas da Covid-19”, disse Tasso Azevedo, coordenador do Seeg.

“A aceleração do desmatamento e das emissões decorre diretamente das ações do governo Bolsonaro de desmontar os planos de controle, por um lado, e estimular o crime ambiental, por outro. O Brasil se tornou uma ameaça ao Acordo de Paris, num momento em que precisamos mais do que nunca avançar na estabilização do clima, para evitar uma outra grave crise de proporções mundiais”, afirmou Marcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima.

Os atores presentes nesse discurso partem de dados científicos e representam a sociedade civil, algo comum nos veículos analisados, assim como o argumento de defesa da ciência frente ao negacionismo de autoridades públicas. Aliás, a crítica às autoridades que desacreditam a ciência ocorre tanto em relação às MCs, quanto em relação à dimensão da pandemia e aos benefícios da vacina. Essa é uma posição discursiva que ganha musculatura com o advento da doença e com os discursos de autoridades políticas que tendem a menosprezar a covid-19 a partir somente da racionalidade econômica e dos interesses de mercado, considerando os prejuízos financeiros como mais relevantes que a perda de vidas – afinal, todos morrem um dia, mas podemos blindar os negócios.

Conexão Planeta, a partir de Greta Thunberg (25/06/2020), mostra-se esperançoso: “[...] nesse momento de crise global de saúde, sociedades e políticos colocaram de lado suas diferentes visões, se uniram e cooperaram para o bem maior de todos. ‘Todos fizeram o que foi preciso porque não se pode ‘dar um preço à vida humana’”. A partir de uma percepção de que o mundo se unia contra o coronavírus, a ativista questiona o porquê de isso não ocorrer também quando se fala de clima: “[...] aparentemente, aqueles que morrem por causa da crise climática são pessoas cujas vidas podemos pagar, já que morreram pelas causas erradas e nas partes erradas do mundo”.

O sentido é mostrar que as MCs exigem o mesmo comprometimento manifestado para o controle da pandemia. O discurso reforça o papel de Greta, mesmo com as medidas de distanciamento: “Apesar da necessidade de manter o isolamento social, Greta continua engajada nessa luta. E sonha que, após o fim da pandemia, o mundo comece a tratar a crise climática como ela realmente é: uma crise.” O tópico segue marcado pelas ações em prol do clima, com uma retórica de inspiração, mesmo em um cenário de muitas perdas.

De outro modo, em reflexão do *Fervura.Net*, republicada no dia 23/04/2020, a comparação com a pandemia se dá por meio das previsões científicas: já sabemos quais são os efeitos das mudanças climáticas há décadas; por que não agimos? A retórica busca defender a ciência, sinalizando para seus acertos e esforços em direção à mitigação e adaptação:

[Cientistas] Sabem disso há décadas, embora não tenham certeza de quando, não exatamente. Mas já viram os *primeiros sintomas*. Disseram que o tempo iria esquentar, *dizem isto há muito tempo*, e não é que os últimos cinco anos, de 2015 a 2019, foram os mais quentes da história? *Isto é perigoso? Sim, é muito perigoso porque é cumulativo. Só piora.* Os estudiosos do clima já chegaram à conclusão de que *não dá mais para evitar uma crise de impacto forte em todo o mundo. Esta é a má notícia.*

A boa notícia é que os cientistas, engenheiros e ativistas têm já muitas soluções e ideias claras para ajudar a humanidade a se esquivar do pior. Muitos daqueles que souberam antes dessa catástrofe iminente se dedicaram ao longo das últimas décadas a montar planos para enfrentá-la.

Tal como acontece com a COVID-19, não dá mais para evitar uma crise – neste caso, a do clima. Mas como os cientistas já sabem faz tempo que ela irá acontecer, mapearam as melhores maneiras de enfrentar a tempestade.

[...] Tal como acontece com a pandemia do coronavírus, não dá mais para esperar. Não se mexe com o clima terrestre impunemente. Os cientistas sabem disso. Chegou a hora, já passou a hora, aliás, de ouvi-los.

A urgência para combater as MCs é ressaltada a partir do campo científico. Foram os cientistas que alertaram para os problemas, mas eles também fazem parte do grupo que já apresenta soluções para mitigar os danos e se adaptar a essa realidade. Nesse sentido, o texto busca valorizá-los, principalmente como contraponto da conjuntura atual, que desacredita a ciência.

Outro destaque é dado quando há esclarecimento sobre os interesses que perpassam o discurso da emergência climática: *“Muitos políticos, como os presidentes Donald Trump e Jair Bolsonaro, tentam ainda hoje negar a existência da crise climática, igualzinho fizeram quando a COVID-19 se manifestou. Eles e outros negacionistas são financiados pelas indústrias de carvão, petróleo e gás. Estas, as principais responsáveis pelo aquecimento global, gastaram bilhões de dólares na produção de desinformação, de notícias falsas, campanhas políticas e pesquisas duvidosas”*. Aqui não apenas os envolvidos são nomeados e articulados ao enfraquecimento da ação climática, como são explicitadas as estratégias usadas para minar a credibilidade dos cientistas. Ao final, dirigindo-se ao leitor, o texto explica: *“Todo este dinheiro foi investido para fazer com que você e seus pais e seus tios e seus amigos duvidassem da gravidade da crise do clima”*. Essa estratégia discursiva, direcionada claramente ao leitor, é um recurso de persuasão comum em textos opinativos, que têm a intenção clara de promover um ponto de vista, mas que eventualmente aparece nas notícias analisadas.

No dia 15/03/2020, na mesma linha do texto anterior, uma matéria defende a ciência a partir da carta publicada por Holden Thorp, editor chefe da revista *Science*. Nela há críticas ao presidente americano Donald Trump, que se mostrou cético em relação ao vírus e nunca deu muito crédito à ciência até realmente notar que precisa dela (mais precisamente do desenvolvimento de uma vacina). *“Há três anos, o presidente declarou seu ceticismo em relação às vacinas e tentou lançar uma força-tarefa antivacina. Agora ele de repente adora vacinas. Mas faça-nos um favor, Sr. Presidente. Se você quer algo,*

comece a tratar a ciência e seus princípios com respeito”. Com tom de indignação, a carta foi comentada e recontextualizada por Paulo Artaxo, cientista brasileiro, que criticou o governo atual e sua política de desmonte científico: “*Destrói-se uma infraestrutura de pesquisa conscientemente, até descobrir que é essencial em qualquer sociedade moderna*”.

Greta Thunberg, personagem principal da matéria de 13/03/2020, por meio de suas redes sociais e discursos, reitera que é preciso ouvir a ciência. Seguindo nessa linha, ela mostra coerência: “*Agora, os especialistas pedem que evitemos grandes reuniões públicas para ter uma chance melhor de reduzir a disseminação do coronavírus. Então, eu pessoalmente recomendo que façamos o que os especialistas dizem. Especialmente em áreas de alto risco*”. Ao mesmo tempo, reforça que a crise climática não pode ser esquecida: “*A crise climática e ecológica é a maior crise que a humanidade já enfrentou, mas por enquanto (é claro, dependendo de onde você mora), teremos que encontrar novas maneiras de criar conscientização pública e advogar por mudanças que não envolvam multidões muito grandes – ouvir as autoridades locais*”.

Ao tratar da recuperação econômica pós-covid-19, os veículos assumem a retórica econômica a partir de um crescimento verde, com medidas reformistas, como ampliação das energias renováveis e fabricação de veículos elétricos, por exemplo. Como Moreno (2016) afirma, a economia verde forjou-se no contexto pós-crise de 2008, unificando setores e governos a partir do *Global Green New Deal*, feito pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), mas que abarcou outras agências da ONU. Na Rio+20, em 2012, a ideia ganhou alcance e legitimidade, sendo posta como um “[...] ‘novo’ paradigma para a cooperação internacional” (MORENO, 2016, p. 263). Todavia, essas propostas são resultados de esforços que se sucedem desde o fim dos anos 1970, sendo usadas como narrativa unificadora do capital financeiro a fim de manter a roda do capitalismo girando. Com uma recessão global forçada pela paralisação de atividades em razão da pandemia, o discurso do crescimento verde é impulsionado mais uma vez e tem seu efeito de inevitabilidade e inquestionabilidade aumentado. Quem se coloca contra o crescimento que beneficia o enfrentamento das MCs? Nenhum outro pensamento reúne tantos atores e instituições, pois há um mescla de interesses que se vendem como compatíveis e são endossados em diferentes escalas por diversos segmentos.

Logo, a pandemia é articulada a uma grande recessão e, ao mesmo tempo, a uma oportunidade para que governos e empresas revejam os rumos do sistema econômico, sendo a economia verde a única alternativa (outras possibilidades são silenciadas). Aqui

o foco é “garantir a sobrevivência dessas empresas” e os governos podem (e devem) auxiliar nesse caminho com subsídios:

O governo espanhol quer uma *economia com 100% de energia renovável e o fim a novos projetos com combustíveis fósseis*.

“No momento em que temos que enfrentar o processo de recuperação contra a COVID-19, a *transição energética se tornará uma força motriz determinante para gerar atividade econômica e emprego a curto prazo*”, garantiu Teresa Ribera, ministra da Transição Ecológica.

Outro país europeu *que deu passo similar rumo a uma transição energética mais limpa e sustentável foi a Alemanha*, que no começo de maio, anunciou que *dará prioridade a investimentos em negócios ‘verdes’ na economia pós-coronavírus*. (28/05/2020).

Merkel destacou que *os programas de estímulo econômico deverão priorizar novas tecnologias e energias renováveis*. Ela *defende que os governos atraiam dinheiro do setor privado através dos mercados financeiros internacionais para financiar “a mudança onerosa em direção a uma economia mais favorável ao clima”*. (06/05/2020).

Conexão Planeta dá ênfase para o olhar dos ativistas, mas respaldados pela ciência. Inclusive na notícia de 20/03/2020, quando comunica o falecimento em razão da covid-19 do engenheiro químico brasileiro Sérgio Campos Trindade, o veículo o nomeia como “*especialista e defensor das energias renováveis* como forma para reduzir a emissão de gases de efeito estufa”, evidenciando que não há ator neutro na nossa sociedade, nem mesmo os cientistas. As respostas econômicas voltaram-se para os países do Norte e houve um apagamento em relação a como enfrentar a recessão no Sul, principalmente o debate a respeito das desigualdades sociais vivenciadas durante a pandemia e que tendem a ser avultadas com o aprofundamento da emergência climática.

Colabora, por sua vez, trouxe à tona, com certa recorrência, a retórica da justiça social e o questionamento a respeito do nosso modelo de desenvolvimento. Amelia Gonzalez, no dia 26/06/2020, apresenta uma lista de iniciativas que buscam pensar nosso sistema social com mais inclusão social e respeito ao meio ambiente, calcada na justificativa de que “[...] *um mundo que conseguiu construir um cenário em que 2.153 bilionários têm mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas – ou cerca de 60% da população mundial (conforme último relatório da Oxfam) precisa de mudanças profundas. Em todos os setores*”.

A autora afirma que: “Estamos em tempo de ordenar iniciativas atuais que carregam em si o desejo de pensar sobre *um novo desenvolvimento na era pós-covid-19, a doença que forçou o mundo a pisar no freio desde o início do ano*”. E segue lembrando

que é nesses períodos de turbulência que temos chance de avançar em termos de equidade ou ampliar as diferenças, remetendo inclusive ao período pós-colonial:

[...] o discurso do desenvolvimento, sobretudo depois de um tempo conturbado, atrai interesses distintos. Entram em cena, então, tanto aqueles que encontram a chave do sucesso da nova era no setor econômico quanto os que priorizam questões socioculturais ou ambientais. E o desenvolvimento, mais do que qualquer outro tema, torna-se uma “vaca tão sagrada que parece totalmente irresponsável questionar sua relevância”, segundo o autor.

O perigo é que as políticas formatadas pelos donos do poder acabam por beneficiar apenas os que já estão bem localizados na pirâmide social. Foi o que aconteceu no período pós-colonial, segundo a maioria dos autores que escreveram para o livro organizado por Rahnama. É o que organizações da sociedade civil estão tentando evitar agora, quando se pensa num mundo pós-pandemia.

Aqui há um discurso questionador do desenvolvimento hegemônico, associado a quem se beneficia com as novas regras impostas. O texto apresenta uma série de alternativas, com matizes ideológicos mais ou menos alinhados ao *establishment*. Nessa lista aparecem propostas como o *New Green Deal*, programa de recuperação verde americano; o projeto *The Leap*, no qual Naomi Klein é um dos nomes de destaque; a chamada global encabeçada pelo papa Francisco em prol de um ambiente mais cuidado e inclusivo; a plataforma *Progressive International*; a iniciativa *The New Economic Foundation*; e a Economia Donutt, criada pela economista britânica Kate Raworth. Cada uma delas é explicada brevemente, mas o sentido de que saídas estão sendo pensadas e articuladas escancara que não é preciso atualizar o discurso dominante: é preciso avançar em outros caminhos.

No dia 22/06/2020, outro texto que busca problematizar a crise sanitária com interfaces climáticas é titulado com uma interrogação – “Quem falhou em prevenir pandemia vai evitar a catástrofe climática?” – e apresenta a comparação com a crise climática, assinalando que uma crise pode ofuscar a outra. A retórica é da defesa da ciência, mas o texto lembra que nem todos são afetados da mesma maneira, resgatando a ideia de justiça social:

As transições sociais abruptas e desordenadas são mais devastadoras para populações vulneráveis, amplificando desigualdades e injustiças existentes em todo o mundo. Nos Estados Unidos, está provado que os impactos da pandemia afetam mais mulheres, negros e latinos. Estes sofrem de desemprego relacionado à covid-19 e as empresas dirigidas por estes grupos não têm acesso à ajuda federal. E o mesmo acontece no Brasil, onde um píffio programa de ajuda não chega a milhões de pessoas, ou empresas familiares quebram aos milhares porque o crédito acaba sendo dirigido para os grandes negócios.

Cientistas alertam que o impacto do coronavírus será igual para as comunidades mais pobres, como acontece com a mudança do clima. Isto

reduziria a redução de iniciativas ambientais, com governos e corporações tentando preencher os buracos causados em seus orçamentos e a queda nas receitas familiares. [...]

De forma explícita, em 11/04/2020, *Colabora* busca esclarecer aos seus leitores as ligações entre as duas crises com mais uma pergunta: “O que a pandemia tem a ver com a mudança do clima?”. O *lead* é revestido de um sentido otimista, de que podemos tirar lições da pandemia para lidar com a crise climática e não ser subservientes aos interesses do mercado, além de fazer uma crítica ao apelo simplista de que a humanidade é o grande problema de tudo (tal argumento não nos ajuda a pensar em soluções). Na verdade, o sistema econômico é colocado como promotor dessa circunstância:

O coronavirus está deixando uma lição importante. Com mudanças profundas, como a ameaça ao clima, precisamos para sobrevivermos, e mesmo prosperar em um planeta interconectado, aprender como subordinar as necessidades do mercado às nossas necessidades.

É tentador dizer que humanos são uma peste no mundo. E que, de onde eles se afastam, a natureza floresce. É fácil dizer que, quando as pessoas são obrigadas e ficar em casa, a natureza se recupera com nossa ausência. Esta é a lição errada que a pandemia pode nos ensinar sobre o clima.

Humanos são parte da natureza – não separados dela – e a atividade humana que fere o ambiente também nos atinge. Na China, apenas a redução da poluição atmosférica em uma economia enfraquecida provavelmente salvará a vida de 4 mil crianças de menos de cinco anos e de 73 mil adultos de mais de 70 anos. Talvez a grande questão não seja se o vírus é bom ou ruim para o clima; ou se as pessoas ricas viajarão menos de avião; mas, sim, se podemos criar uma economia funcional que apoie as pessoas sem ameaçar a vida na Terra, inclusive a nossa.

[...] Tudo isso está questionando nosso modelo econômico de crises que lentamente desequilibram a balança, nos fazendo repensar o modelo econômico de décadas passada, e requerendo também que repensemos nossos próximos passos.

Percebemos que esse último apontamento busca desmitificar a separação entre homem e natureza, demonstrando para o leitor como a humanidade faz parte do planeta Terra, de forma ampla. Esse texto é perpassado pela ideologia biocêntrica e enfatiza que há injustiças envolvidas:

E a agressividade da pandemia, como também a da crise climática, vai se fazer sentir de forma mais intensa em nossas populações mais vulneráveis – os pobres, sem-teto, os mais velhos, os encarcerados e aqueles com empregos precários – enquanto as corporações internacionais dirigidas pela lógica dos lucros e crescimento interminável procuram novos mercados e mão-de-obra barata.

Ao final, mais do que conectar as crises pelas causas, gravidade ou urgência, detém-se no enfrentamento: “*Todas exigem uma resposta local e global e pensamento de*

longo prazo; e todas precisam ser guiadas pela ciência e proteger os mais vulneráveis dentre nós. Ainda, todas demandam vontade política para fazermos mudanças fundamentais quando nos depararmos com riscos existenciais”. A defesa da ciência e o olhar sobre aqueles que vivem em situação fragilizada são reforçados.

Tal enfoque é percebido também na notícia de 05/04/2020, que diz que a poluição anterior à pandemia gerou problemas de saúde que tornam mais difícil para muitas pessoas o enfrentamento da covid-19. A apresentação do estudo da Aliança Europeia de Saúde Pública sobre a redução de GEE por conta da redução da atividade econômica oriunda da pandemia não minimiza o problema: a poluição atmosférica causa cerca de 400 mil mortes prematuras a cada ano na Europa. A poluição gerada pela queima de combustíveis fósseis é apontada e há um parecer negativo sobre os governos, com clara associação à questão climática:

O comunicado da Aliança Europeia de Saúde Pública lembra ainda que desde o início do século que *houve um aumento acentuado de veículos a diesel em circulação na Europa – muitos sem cumprir os padrões europeus de controle da poluição do ar*, acrescentando que há 71 processos de infração contra países da União Europeia por *falhas na qualidade do ar*. “Mesmo depois do escândalo Dieselgate (envolvendo técnicas fraudulentas na contagem das emissões poluentes da Volkswagen) *milhões de veículos fora dos padrões ainda estão escurecendo o ar da Europa*. Cidades e veículos precisam se limpar”, afirma o secretário-geral da EPHA, uma associação europeia sem fins lucrativos sediada na Bélgica e com representações em 21 países, reunindo organizações não governamentais europeias de saúde pública.

Sascha Marschang destaca ainda, no comunicado, *que a pandemia do coronavírus exige mudanças nas políticas públicas*. “O ar pode estar limpando na Itália, *mas o dano já foi causado à saúde humana e à capacidade das pessoas de combater infecções*. Os governos *deveriam ter enfrentado a poluição crônica do ar há muito tempo, mas priorizaram a economia em vez da saúde, enfraquecendo o controle à indústria automotiva*. Uma vez terminada a crise, *os formuladores de políticas devem acelerar as medidas para retirar veículos sujos de nossas estradas*. A ciência nos diz que epidemias como a covid-19 ocorrerão com frequência crescente. Portanto, *limpar as ruas é um investimento básico para um futuro mais saudável*”, afirma o dirigente da Aliança Europeia de Saúde Pública.

Esse mesmo julgamento negativo em relação à inação dos governos (porque valorizam mais a economia do que outros setores) aparece na matéria sobre relatório da OMM que prevê a retomada dos índices de emissões de GEE pré-pandemia ainda no segundo semestre de 2020. Aqui o grande tópico está focado nas causas e é discursivizado com recursos que nos remetem à desesperança: “*O frescor para o planeta nas emissões de carbono, consequência da quarentena causada pela pandemia, não durou muito*”, “*O relatório de 28 páginas aponta que as emissões vão cair em 2020, devido ao confinamento imposto na maioria dos países para enfrentar a pandemia, mas a queda*

anual – calculada entre 4% e 7% – não vai desacelerar a mudança climática”, “[...] embora muitos aspectos de nossas vidas tenham sido perturbados em 2020, as mudanças climáticas continuaram inabaláveis”, “As emissões de gás metano, que tem potencial muito maior de aquecimento, também aumentaram na última década”, “As emissões totais de CO2 fóssil são agora 62% maiores do que as emissões na época em que as negociações internacionais sobre o clima começaram em 1990”, “Como o gás de carbono pode durar séculos na atmosfera, adicionar até mesmo uma quantidade reduzida ao ar aumenta o potencial de aquecimento de todo o gás acumulado ao longo de décadas”.

Apesar da sequência de fatos desanimadores que cercam a crise climática e do entendimento de que as respostas a ela sejam muito mais difíceis e complexas do que as da crise sanitária que está instalada – pois mais cedo ou mais tarde é possível ter uma vacina –, notícias com caráter tão pessimista são mais encontradas sob o tópico dos efeitos, e não das causas (ainda que seja bastante fácil articular os assuntos nesse último caso).

Envolverde, pela sua natureza mais múltipla, associada a uma prática de curadoria de conteúdos, revela um olhar mais amplo, com diferentes perspectivas ideológicas e recortes, sobre a conexão em análise. O primeiro texto, uma reprodução da coluna de Ricardo Abramovay para o jornal *Valor Econômico* publicada em 13/05/2020, explora a percepção de riscos e o fato de a crise climática depender muito mais de ações planetárias, porque nenhuma medida em escala nacional dará conta sozinha (no caso do coronavírus, para evitar sua proliferação, o fechamento de fronteiras foi uma medida adotada, com relativo êxito). O sociólogo discorre sobre como é complexo avaliar riscos de longo prazo e de difícil mensuração:

Sabemos lidar com eventos relativamente habituais como os acidentes de trânsito ou diferentes tipos de doenças. Mas faz parte dos mecanismos cognitivos básicos com base nos quais organizamos nosso dia a dia guiarmos-nos pelo que já sabemos e a partir de referenciais que nos são fornecidos pelos grupos a que pertencemos.

Tendemos a focar nossas decisões no curto prazo, a ignorar lições de desastres passados, a imaginar que nunca seremos atingidos por males que afetam os outros, a aderir a explicações simples diante de fenômenos complexos e a fazer escolhas apoiados na conduta e no universo cultural dos que nos são próximos. Estas características cognitivas, resultantes de nossa própria evolução, constituem obstáculos à percepção de fenômenos que têm trajetória contrária ao que nos ensina nossa experiência cotidiana [...].

Abramovay trata das dificuldades que envolvem a percepção e a análise de risco, que se mostraram complicadoras no caso da pandemia, mas que também interferem

sobremaneira na crise do clima, apesar de suas especificidades: “Há outro fenômeno que traz a *marca do crescimento exponencial e diante do qual, igualmente, se espalha a ilusão perceptiva de que seu poder destrutivo é menor e muito mais distante do que o anunciado pelos que o estudam: as mudanças climáticas*”; “Não poderia ser maior o contraste entre a *mobilização massiva* (ainda que, em tantos casos, tardia e hesitante) *contra o coronavírus e a complacência diante da emissão de gases de efeito estufa*, venha ela dos combustíveis fósseis, dos fertilizantes nitrogenados, do rebanho bovino ou da destruição florestal”; e “*Só que nada disso é visível a olho nu, contrariamente ao que ocorre com as tristes imagens dos efeitos da pandemia no sistema hospitalar e até no sistema funerário*”. Aqui o cotejo entre as crises passa pela compreensão das pessoas a respeito do perigo que representa cada uma delas, e como o enfrentamento da questão climática pode ser ainda mais difícil, considerando a invisibilidade de suas causas (as emissões de GEE) e a lentidão gradual da manifestação de seus efeitos (que tendem a não gerar imagens chocantes como ocorre com os acometidos pela covid-19).

A mensagem de que a necessidade de combater a pandemia não pode apagar o problema climático é novamente trazida para o leitor: “*A urgência da pandemia é imediata, mas não é razoável que ela ofusque a urgência de se enfrentar a crise climática*”. Essa é uma preocupação transversal aos três veículos estudados, que reconhecem que as urgências concorrem em termos de atenção midiática e necessidade de ações conjuntas.

Marina Grossi, presidente do CEBDS, tem texto publicado no site *Envolverde* no dia 12/05/2020, no qual, a partir da retórica econômica, sustentada pela ideia de uma possível recuperação verde, discute clima e pandemia. A partir da analogia de que “*há o risco de saltar ‘da frigideira Covid para o fogo climático’*”, o texto inicia com um dilema, como se tivéssemos chegado a uma encruzilhada: “*Ou usamos a oportunidade de retomada dos negócios*, colocando a economia global em um caminho em direção a um mundo “net zero”, ou seja, zerando as emissões líquidas, *ou nos prenderemos a um sistema fóssil do qual será impossível escapar.*” Esta declaração é sustentada por trabalho de pesquisa, “[...] que contou com a colaboração *de mais de 200 representantes de bancos centrais em todo o mundo, ministros de Finanças do G-20 e acadêmicos de 53 países*”, e não por “[...] um *ideário provido pelos especialistas do mundo da sustentabilidade*”. Com isso, a autora ressalta seu posicionamento frente aos atores do mundo dos negócios e, mais que isso, associa os especialistas de sustentabilidade a uma reputação de menos crédito, por terem uma visão de mundo na qual a economia não é soberana. Ou seja, há

um registro de gradação de confiabilidade, mesmo entre os acadêmicos, a partir de seus campos de atuação, sendo uns mais credíveis que outros.

A autora defende que é preciso considerar os riscos climáticos e as emissões de GEE, pois “[...] há um *consenso global na comunidade científica* de que a superação do limite de mais 2°C na temperatura provocaria mudanças ambientais irreversíveis, que poderiam levar a desastres em massa, milhões de mortes e um mundo mais pobre para todos”, e que a pandemia permitiu que a sociedade percebesse que outro modo de vida é viável, apesar de perder visibilidade por conta do impacto do vírus. A ideia de que se deve aprender/tirar lições desse momento para fortalecer as ações em prol do clima também está presente:

Tivemos uma interrupção no despertar da percepção da população sobre as mudanças climáticas, que vinha começando a ocorrer, e perderam destaque para a priorização necessária da Covid-19. Por outro lado, a pandemia trouxe para as pessoas uma amostra do que seria um novo normal em um mundo mais desacelerado, limpo e com um consumo consciente.

[...] Temos plena consciência de que quando as restrições de mobilidade forem suspensas e as fábricas retomarem sua produção no mesmo ritmo de antes, corremos o risco de voltar ao mesmo ritmo que estávamos. Mas a crise gerada pela Covid-19 pode marcar uma virada no progresso das mudanças climáticas, se houver bom senso das lideranças políticas, empresariais e das instituições financeiras. Afinal, a crise traz imenso aprendizado, com sofrimento, para que a gente saiba descartar o que é nocivo e o que é preciso para alavancar um novo normal.

A expressão “novo normal”, que foi amplificada recentemente em razão da necessidade de novos hábitos e comportamentos para evitar a circulação do coronavírus, é também situada aqui no plano futuro, prevendo que algumas mudanças, como o trabalho remoto, poderiam ser adotadas de forma permanente. Notamos que, dentre todas as publicações do MC3, esse foi o único texto que fez referência à expressão, que é questionada pela ideologia biocêntrica por revestir de “novo” um discurso capitalista já conhecido, que tende a manter seu *modus operandi* a partir de incorporações paliativas, sem mexer de maneira radical no cerne da questão. Destacamos, entretanto, que essa retórica da anomalia é anterior ao período pandêmico, repetindo-se de forma exaustiva nos textos, principalmente quando informam sobre as consequências extremas (um exemplo disso é apresentado na seção sobre efeitos, no capítulo seguinte).

O papel do Estado foi reconhecido, porém em parceria com os demais setores e com o apoio público. A ação conjunta é reforçada, assim, como a alternativa para o mundo se recompor da crise, que passaria pelo esverdeamento da economia por meio de medidas gerenciais, como o aumento da eficiência, o aporte financeiro em atividades ditas

“limpas” (que não excluem necessariamente aquelas rotuladas como “sujas”) e a mercantilização da natureza, apresentada como “capital natural”.

A crise demonstrou que os governos podem intervir decisivamente quando a escala de uma emergência é clara e o apoio público está presente. A intervenção de Estados foi decisiva tanto para deter o aumento da taxa de infecção, no efetivo combate ao vírus, quanto na manutenção e na recuperação dos mais vulneráveis. Da mesma forma, a união entre empresas e instituições financeiras promoveu suporte ao Estado, seja para a construção de hospitais de campanha, seja na doação de equipamentos, que contribuíram para evitar que os sistemas de saúde fossem ainda mais sobrecarregados.

Os grandes colaboradores que pensaram a correlação entre o mundo pós-pandemia e as mudanças climáticas sugeriram cinco itens que devem ser bem posicionados para contribuir no alcance conjunto de metas climáticas:

1. *investimento em infraestruturas físicas limpas;*
2. *melhora da eficiência da construção civil;*
3. *investimentos em educação e treinamento para enfrentar o desemprego imediato e desemprego estrutural da descarbonização;*
4. *investimento em capital natural para a resiliência e regeneração dos ecossistemas;*
5. *investimento limpo em pesquisa e desenvolvimento.*

[...] Mais do mesmo não é possível. Saímos com a certeza de que temos que ser mais resilientes, e o novo normal exige um esforço conjunto para direcionar os recursos escassos para efetivas mudanças em nossos patamares sociais, ambientais e econômicos. Pensando neste aspecto, nas tarefas que temos pela frente, e dadas as incertezas nas futuras ondas das pandemias, nunca foi tão emblemático dizer que a saída da crise é verde. Tem que ser.

O tópico do discurso está centrado nas possíveis soluções forjadas no campo econômico, a partir da ideologia antropocêntrica. Silencia-se sobre a contribuição real dos setores que seguem se movendo e lucrando a partir unicamente dos interesses de mercado, como se não houvesse a possibilidade de algum dia ele deixar de ser extrativista e dominador. O modelo neoliberal, colonialista e capitalista não aparece como fonte dos problemas, apenas como parte das soluções. Essa é uma constatação obtida a partir dos estudos do jornalismo hegemônico, mas que parece dominar também os meios não hegemônicos, que dão pouca prioridade às causas do problema, como identifica a análise por tópicos apresentada na sequência. Além disso, boa parte das alternativas de enfrentamento apresentadas não são radicais e nem problematizam o que está no cerne do agravamento climático.

A reflexão sobre o que seriam novos paradigmas de desenvolvimento aparece na publicação de 23/04/2020, que teve como gancho o Dia da Terra (22/04), efeméride habitualmente coberta pela imprensa. O texto mobiliza estratégias de aproximação do leitor a fim de mostrar que “[...] nós temos a oportunidade de refletir e dialogar especialmente por meio digital, dentro de nossos ‘aquários existenciais’” a respeito do desequilíbrio gerado no planeta. A questão do consumo é levantada:

Este cenário ao vivo e em cores impõe a reflexão sobre a alteração possível de comportamento e prioridade na relação de consumo e bem-estar. O que as mesas de negociações entre as nações nas Conferências do Clima mundiais ainda pelem para conseguir.

[...] Os efeitos da lei de ação e reação revelam o quanto temos a dependência de nossas mudanças dos padrões de desenvolvimento na contemporaneidade.

Esta mudança nos obriga a decidir como pretendemos contribuir voluntariamente para um planeta saudável, e quem sabe, tornar o 22 de abril de 2021, uma data com uma nova leitura.

O texto é escrito na primeira pessoa do plural, incluindo o leitor no discurso e partilhando com ele as agruras desse momento atípico provocado pelo coronavírus, assim como as possibilidades de resposta, já que nossas vidas são totalmente interdependentes de outros fatores naturais que estão sendo desequilibrados – e isso tende a piorar com a emergência climática.

Sob o mesmo enfoque, no dia 16/04/2020, uma matéria que tem como fonte o cientista Carlos Nobre relaciona o isolamento social, adotado para evitar disseminação da doença, com a possibilidade futura de ser medida usada para adaptação às temperaturas extremas: “[...] uma vez que o corpo humano não consegue suportar determinadas condições de temperatura e umidade, *ondas de calor levariam as pessoas a evitar ambientes externos, o que tornaria o confinamento uma regra se não conseguirmos deter as mudanças do clima*”.

O texto traz outras informações que conectam as duas crises, como a desmistificação da ideia de que as medidas de distanciamento social estariam sendo benéficas para o meio ambiente. Em coro com outras vozes identificadas nesse *corpus*, Nobre realça que “[...] a *pandemia deixa como aprendizado o alerta com relação aos riscos das mudanças climáticas e a expectativa de uma economia mais verde*. ‘Nós temos que aproveitar a saída da crise pandêmica para colocar o Brasil cada vez mais em trajetórias de sustentabilidade’, afirma.” Assim, junto com o alerta sobre a crise, o discurso já entrega a “única solução possível”, a economia verde, amparada pela legitimidade e credibilidade que carregam os cientistas, fontes reconhecidas por serem objetivas e desinteressadas – aliás, há parte do setor empresarial que quer lograr esse mesmo *status*, colocando-se no centro de disputas discursivas como agentes promotores e divulgadores de estudos – portanto, afinados com a ciência.

Ao lado da crítica ao governo federal, a postura proativa de governadores é enaltecida no dia 14/04/2020, a partir de uma carta do Movimento Mais Florestas PRA

São Paulo. Como a conexão natureza e coronavírus nem sempre é evidente, o discurso faz a introdução com questionamentos e uso de linguagem informal:

E o meio ambiente? O que tem a ver com isso?

Bom, primeiro está claro que a concentração das pessoas num determinado espaço, como são as cidades mais populosas, aumenta as chances de contato e com isso a transmissão. As concentrações humanas podem gerar com facilidade insalubridade em especial podem potencializar a transmissão de doenças. Então, se as pessoas estiverem distantes umas das outras, isso não acontece na mesma velocidade e intensidade, e por isso, a grande estratégia adotada pelos países do mundo todo tem sido o isolamento social.

No Brasil, como não poderia deixar de ser, nada é simples. Nosso governo federal arrumou “de ser contra o mundo todo”, com argumentos pra lá de discutíveis. Mas, eis que surgem os governadores, com uma postura ativa, segura e a favor da ciência médica. E baseados nela, na ciência, os governadores trazem um pouco de razão ao ambiente político poluído de barbaridades que é o do Brasil atual.

Por acreditar nas evidências científicas no enfrentamento da pandemia, João Doria, governador de São Paulo, recebe os parabéns. Contudo, essa perspectiva não é adotada em todos os assuntos. Percebemos que o discurso prioritário problematiza as ações ambientais do governador, que seguem rumos semelhantes àquelas tomadas pelo presidente da República na condução da crise sanitária, quando prioriza a economia:

Mas, a postura do governador, olhada mais de perto está manca! A ciência que o governador está usando para governar é a médica, apenas. Ele não usa outros dados da ciência quando tem que tomar as decisões de governo, como é o caso da recuperação dos ambientes degradados no território do estado de SP.

[...] É que neste decreto [64.842], o governador parece pensar como o presidente da república. Só vale a atividade econômica. As vidas que serão prejudicadas, de todos nós, e inclusive as das gerações futuras que verão o meio ambiente cada vez mais degradado, sem capacidade de prestar os serviços ambientais dos quais todos dependemos, parecem não contar.

Se o decreto 64.842/20 ficar como está, o estado de SP contribuirá para exacerbar a criação e manutenção de um ambiente propício para o aparecimento de novas doenças zoonóticas e não colaborará para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, por meio da recuperação da vegetação nativa e dos serviços que ela presta, como a manutenção do clima, o abastecimento hídrico e outros tão essenciais à vida.

É de se perguntar por que o Programa de Regularização Ambiental de São Paulo saiu da área ambiental do governo e foi para a Secretaria da Agricultura?

O Decreto afasta equipes da área ambiental que foram treinadas e que têm atribuição legal para o encaminhamento deste tema e ainda sobrecarrega os extensionistas da antiga CATI (atual CDRS), que terão que assumir novas demandas sem condições para tanto.

O discurso faz uso da atualidade das respostas à pandemia como oportunidade para comparar rivais políticos (Doria e Bolsonaro) também na seara ambiental, revelando que a aparente diferença nas posições em relação à pandemia não se mantém quando o

assunto é preservação ambiental: ambos os governos atuam no desmonte de políticas públicas e enfraquecimento da agenda. Esse é o único texto desse momento que, de alguma maneira, expõe a realidade regional/local, sendo os enquadramentos internacionais e nacionais predominantes no *corpora*.

Nesse mesmo dia, reproduz-se um texto da agência de notícias IPS, assinado por representante da Global Reporting Initiative (GRI), relacionando o adiamento para 2021 da COP-26 com a covid-19 e salientando que essa atitude não deve diminuir a ambição climática, em face da seriedade e urgência que envolvem as mudanças climáticas. O realce na retórica econômica é verificado na continuidade do texto, que inclusive menciona que a iniciativa pode auxiliar o setor privado a se encaixar nesse novo padrão, sendo forma de divulgação:

Os esforços dos governos para combater as mudanças climáticas precisam incluir um maior envolvimento do setor privado. As empresas têm um grande papel ajudando a reduzir as emissões de carbono e contribuindo para soluções. É por isso que as práticas de negócios sustentáveis precisam estar na frente e no centro dos esforços corporativos para realinhar a maneira como operam, agora e depois da pandemia.

De fato, contribuir para a mitigação das mudanças climáticas faz sentido para as empresas, tanto do ponto de vista ambiental quanto econômico. O chamado investimento sustentável está em ascensão há algum tempo – e a atual crise está demonstrando por que os fatores ESG (ambientais, sociais e de governança) são cada vez mais importantes para os principais investidores.

Resiliência comercial, planejamento de continuidade, envolvimento da comunidade e direitos dos funcionários – todos esses riscos a serem gerenciados por ESG. Empresas responsáveis, que são transparentes em relação a suas práticas e levam a sério as obrigações para com as pessoas e o planeta, se beneficiam.

A GRI é a organização independente e com várias partes interessadas que fornece a estrutura de relatório de sustentabilidade mais usada, os Padrões da GRI. E durante esse período de testes, continuamos ajudando as empresas a divulgar seus impactos e apoiando os governos a colaborar com o setor privado no cumprimento dos compromissos nacionais de mudança climática.

A penúltima notícia desse recorte é assinada por Adele Peters, “escritora da Fast Company que se concentra em soluções para alguns dos maiores problemas do mundo, das *mudanças* climáticas aos desabrigados. Anteriormente, ela trabalhou com o GOOD, BioLite e o programa Produtos e Soluções”, que compara as respostas dos governos frente às duas crises observadas e pontua que falta vontade política no caso da questão climática:

Mas em países de todo o mundo, governos e cidadãos foram rápidos em mudar hábitos diários. O mesmo não aconteceu no clima da crise climática.

“Vimos que os governos podem agir e as pessoas podem mudar seu comportamento, em um período muito curto”, diz May Boeve, diretor executivo do grupo de defesa do clima 350.org. “E é exatamente isso que o

movimento climático pede aos governos e às pessoas que façam há anos diante de um tipo diferente de ameaça – a crise climática – e não vemos uma ação proporcional. Por um lado, mostra que é possível fazer isso, e é possível que esse tipo de mobilização de recursos ocorra em um curto espaço de tempo. Nesse sentido, isso é encorajador. Mas nunca duvidamos desse aspecto.” Em vez disso, ela diz, *era uma questão de saber se havia vontade política para mudanças rápidas.*

Apesar das similitudes existentes entre as crises em termos de causas, alcance, gravidade, prejuízos e respostas, a emergência climática pressupõe rever estruturas poderosas dentro do nosso sistema atual, ao passo que é possível combater a pandemia dentro do sistema estabelecido. Tal questão aparece no fim da matéria de forma positiva, sinalizando para mudanças, como o distanciamento de empresas de combustíveis fósseis. Entretanto, cabe dizer novamente, o quadro exige alterações ainda mais abruptas:

Mas a mobilização geral não se parece em nada com a resposta ao coronavírus. Em parte, isso ocorre porque a mudança climática ainda parece um problema um tanto distante, apesar do número crescente de desastres relacionados ao clima que acontecem todos os anos. Outro desafio óbvio: na crise climática, empresas poderosas têm muito a perder se o mundo agir de maneira decisiva e, com o vírus, embora muitas pessoas estejam perdendo dinheiro, não há oposição igualmente maciça para tentar resolver o problema.

“O poder entrincheirado e a permanência no status quo é o que diferencia a mudança climática dessa crise em particular”, diz Boeve. “Isso é algo no qual muitas pessoas estão trabalhando e isso está mudando. Está se tornando cada vez mais difícil politicamente justificar receber doações de empresas de combustíveis fósseis, por exemplo. Isso está começando a mudar.

Finalmente, uma notícia publicada no dia 24/11/2020 em todos os veículos em análise parte do boletim da OMM sobre a emissão de GEE, ratificando que as medidas restritivas para conter o contágio da covid-19 não foram suficientes para reduzir a tendência de aumento, iniciada em 2019. Nesse sentido, sublinhamos que uma crise não é resposta para outra:

“A pandemia de covid-19 não é uma solução para as mudanças climáticas. No entanto, ele nos fornece uma plataforma para uma ação climática mais sustentada e ambiciosa para reduzir as emissões a zero por meio de uma transformação completa de nossos sistemas industriais, de energia e de transporte. As mudanças necessárias são economicamente acessíveis e tecnicamente possíveis. E afetariam nossa vida cotidiana apenas marginalmente. É para comemorarmos que um número crescente de países e empresas estejam se comprometendo com a neutralidade de carbono”, disse o presidente da OMM. “Não há tempo a perder”, acrescentou.

O sentido de que não há mais o que esperar para mudar se faz presente no fechamento de vários textos, sendo uma característica transversal aos discursos dos veículos analisados, que se diferenciam pela maneira como se reportam aos leitores (mais ou menos engajadores), pelo grau de radicalidade e questionamento que articulam seus

discursos (atrelados diretamente aos atores consultados e suas ideologias) e pelas saliências dadas em termos de abrangência (foco internacional, nacional ou regional/local) e enquadramento (causas, efeitos ou respostas).

Verificamos que em todos os veículos analisados as conexões entre as crises sanitária e climática foram pontuadas, contemplando diferentes aspectos, como causas, consequências, respostas, percepções de risco e desigualdades quando se trata de quem são os afetados. A retórica econômica ficou evidente nos textos que tratavam da recuperação da economia, dando nova oportunidade para o discurso neoliberal ocupar o debate sobre as soluções climáticas e, com isso, atualizando o capitalismo mantido ainda pelas estruturas de dominação colonial. Há alguns questionamentos sobre o *status quo* e as relações de consumo naqueles textos com enquadramento para ações pró-clima, de cunho reflexivo, mas que são minoritários no MC3.

7.4 Síntese dos resultados por momento crítico

Há diferenças importantes que ajudam a compreender os realces nas coberturas dos três veículos. No primeiro momento crítico, referente à COP-25, o fato de existir uma jornalista em Madri, para acompanhar as movimentações do evento de perto, mostrou-se fundamental para apresentar conteúdos mais próximos à realidade brasileira e alinhados com a perspectiva do Sul Global. Diante disso, *Colabora* e *Envolverde* conseguiram esmiuçar mais o evento e trazer enfoques cruzados pela ideologia biocêntrica, porque entrevistaram ativistas brasileiros defensores da natureza, muitos deles indígenas. Nesse sentido, as vozes do Sul Global tiveram muito mais espaço nesses meios do que no *Conexão Planeta*, que ficou dependente da circulação dos conteúdos construídos por outras entidades e jornalistas.

A própria crítica ao governo federal, devido à sua inação, foi muito mais contundente nos veículos que acompanharam *in loco* a COP-25, provavelmente porque a jornalista que mais cobre o clima para o *Conexão Planeta* mora em Washington, nos Estados Unidos, e tende a se pautar pela discussão internacional. Essa condição referente às possibilidades de produção gera maior homogeneidade nos discursos do veículo, algo muito diferente do que ocorre nos outros dois meios analisados. Além disso, é preciso realçar, *Colabora* publica conteúdos, em sua maioria, com formato de notícia e reportagem, nos quais se entende que diferentes vozes serão repercutidas, enquanto o formato de texto de opinião, presente em todos os veículos (baseado no desenvolvimento

de ideias de um articulista ou de apenas um ponto de vista, como materiais divulgados por assessorias de imprensa) está, proporcionalmente, mais presente no site *Envolverde*, que parece não ter jornalistas dedicados à produção de conteúdo próprio, a não ser em casos específicos, como foi identificado nesse período na cobertura da COP-25.

A retórica do impasse e a reiterada manifestação de críticas ao governo brasileiro permeou os discursos de todos os veículos, revelando como o Brasil obstaculizou as negociações em Madri. Isso ocorreu antes mesmo da realização do evento, como recuperado no começo deste capítulo. Ativistas são atores que recebem ampla visibilidade, assim como cientistas – e todos são apresentados de forma positiva.

Há um silenciamento a respeito de como outros países observam o Brasil na COP e de alternativas associadas à ideologia biocêntrica – as respostas de mitigação e adaptação são predominantemente orientadas para o Norte Global. De acordo com Porto-Gonçalves (2005), a melhor forma de dominação e/ou colonialidade se dá pela naturalização, quando não é vista como tal. Logo, apontamos que as alternativas de enfrentamento do Sul Global estão sendo invisibilizadas justamente para gerar um efeito de que só podemos minimizar e evitar os piores impactos climáticos se adotarmos as soluções técnico-científicas pensadas e financiadas a partir do Norte.

No MC2, relativo às greves pelo clima, *Conexão Planeta* se destaca pelo volume de notícias, mas, no período em análise, fixou-se na repercussão internacional de Greta Thunberg, enquanto *Colabora* e *Envolverde* apresentaram poucas matérias, mas lincadas com o contexto nacional. Dessa forma, a realidade do Sul Global foi pouco explorada nesse recorte, existindo uma retórica da inspiração, com abrangência global, mas tímida em termos de Brasil – tanto que uma das notícias revela que as greves pelo clima demoraram para chegar aqui e crescem de forma lenta. Nesse momento chama atenção a promoção positiva dos ativistas e de suas ações, assim como as tentativas discursivas de fazer ressoar esse bom exemplo.

No MC3 identificamos maior variedade de visões de mundo: desde aquelas que suscitam reflexões por conta das injustiças sociais até as que apostam em uma recuperação verde para solucionar a crise climática e sair da recessão gerada pela crise sanitária. Como a pandemia é um acontecimento de longa duração (que recebeu visibilidade no Brasil em março de 2020 e segue até hoje), muitos recortes e abordagens foram utilizadas, revelando uma gama de atores e ações atreladas sobretudo ao campo das respostas e dos efeitos.

Nesse momento, ressaltamos o ensejo de avançar sobre a agenda da economia verde como saída para a recuperação econômica, reforçando o sentido de que o problema das externalidades ambientais pode ser resolvido com uma gestão eficiente e a precificação do capital natural, que é contraposto, com menor realce, com discursos questionadores do nosso modelo de desenvolvimento. Essa aparente dualidade perde ênfase para discursos que sinalizam que não devemos esquecer que a crise climática existe, mesmo com a crise sanitária, e que é preciso agir já para evitar o pior. O reforço discursivo atribuído à crise e à urgência com a qual temos de enfrentá-la suscita a ideia de que é imprescindível implementar as soluções disponíveis – e apenas as do Norte se colocam como viáveis pelos governantes, economistas e demais *experts*, atores sociais geralmente alinhados ao pensamento eurocêntrico e que costumam obter legitimidade (até mesmo por meio da imprensa), exercendo um poder de cima para baixo, que tende a favorecer grupos/setores que já são historicamente beneficiados.

8 REGULARIDADES DOS DISCURSOS JORNALÍSTICOS SOBRE A CRISE CLIMÁTICA

O jornalista não é um simples “transmissor de informações” [...]. Não somente é ele – e mais geralmente a redação – que seleciona o que será digno de ser nomeado “informação”, como também é ele que coloca em palavras, em frases, em discurso e, assim fazendo, dá sentido ao acontecimento.

Guilbert (2020, p. 15)

Este capítulo se dedica às recorrências discursivas encontradas nos três veículos ao longo de 2019 e 2020. Além da análise a partir de acontecimentos considerados relevantes para uma outra abordagem sobre as MCs, nos quais houve uma ruptura do discurso habitual estabelecido (retratada no capítulo anterior), optamos por fazer um segundo tipo de recorte, centrado nas especificidades discursivas mais recorrentes em cada tópico principal e construído em razão das lacunas reportadas pelos estudos que se debruçam nos veículos hegemônicos e na revisão de literatura dos meios não hegemônicos. Nesse sentido, a partir do exame dos tópicos predominantes em cada um dos veículos não hegemônicos analisados, considerando o título e o *lead*, categorizamos as notícias assim:

- a) *Causas*: focado no modelo de desenvolvimento orientado para o crescimento econômico (capitalista, colonialista, neoliberal) e em atividades emissoras de GEE;
- b) *Efeitos*: centrado nas consequências negativas (e eventualmente positivas) das mudanças do clima, como riscos e desastres (por exemplo: extinções de espécies, aumento do nível do mar, degelo, inundações, estiagens, etc.);
- c) *Soluções*: contém iniciativas dos setores privado e público orientadas para formas de mitigar ou adaptar; diz respeito a medidas concretas e não a planos ou recomendações;
- d) *Ações pró-clima*: engloba manifestações nas ruas, declarações de celebridades e promessas de políticos, exposições, criação de fundos e campanhas, além de outros eventos que buscam debater, sensibilizar e promover a ação climática, como as COPs;
- e) *Críticas à inação*: reúne notícias que tratam de atitudes incompatíveis com o enfrentamento do clima e sobre o posicionamento de negacionistas, sobretudo de autoridades públicas.

O gráfico abaixo apresenta os tópicos mais acionados durante esses dois últimos anos, sinalizando um direcionamento maior para ações pró-clima, que conformam também a categoria mais ampla da pesquisa, do que para os efeitos (riscos e consequências), o contrário do registrado pelas pesquisas calcadas em meios hegemônicos. O foco nas causas, entretanto, continua sendo minoritário.

GRÁFICO 5 – TÓPICOS MAIS ACIONADOS NOS TRÊS VEÍCULOS EM 2019 E 2020



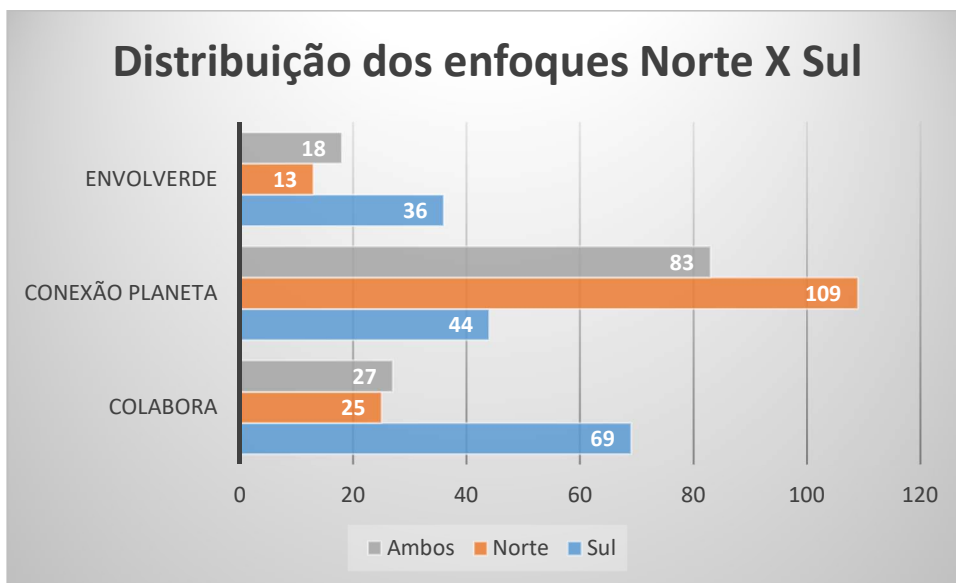
FONTE: Elaboração própria (2021).

A partir desse segundo recorte, centrado nos tópicos principais do *corpora*, apresentamos exemplos de análise por veículo, buscando identificar as semelhanças e diferenças dos discursos associados ao Norte Global, assim como tensionar os achados com a discussão de literatura apresentada. As análises realizadas nessa etapa se debruçaram sobre notícias diferentes daquelas apresentadas no primeiro recorte e foram interrompidas por critério de exaustividade, ou seja, à medida que novas notícias apenas corroboravam os achados já esmiuçados.

A fim de complementar o embate Norte x Sul, realizamos um mapeamento a respeito da localização e perspectiva das notícias, buscando entender se o foco se referia aos países desenvolvidos do Norte Global ou aos países considerados periféricos, que conformam o que é chamado aqui de Sul Global. Muitas delas tinham um enfoque predominantemente global, a partir de vozes internacionais, mas traziam uma breve contextualização a respeito do Brasil, o que originou a categoria “ambos”. Tal classificação busca mostrar o quanto os textos analisados são oriundos de uma abordagem internacional, mas, mais do que isso, revelar o quanto as pautas e as vozes do Sul são

minoritárias mesmo em um país do Sul, em veículos que não podem ser considerados hegemônicos. O gráfico 6 indica a tentativa dessa distribuição, que não é óbvia porque há olhares do Norte sobre regiões do Sul, vozes do Sul que reproduzem os discursos do Norte, dentre outras variações que confirmam o quão complexos são esses atravessamentos:

GRÁFICO 6 – CLASSIFICAÇÃO DAS NOTÍCIAS POR ENFOQUE NORTE X SUL



FONTE: Elaboração própria (2021).

O que esses dados explicitam é que *Colabora* e *Envolverde* tendem a apresentar uma cobertura com enfoque mais nacional e que, conseqüentemente, tendem a privilegiar aspectos da realidade do Sul (ainda que isso não signifique de forma automática ser um jornalismo alinhado com as epistemologias do Sul), enquanto *Conexão Planeta* possui uma predominância de notícias internacionais, trazendo muitas notícias situadas em países do Norte Global. Mesmo assim, é preciso considerar o maior volume de notícias desse último e a grande quantidade de notícias que buscam, em diferentes medidas, apresentar ambos os enfoques. Importante mencionar que a mera classificação entre Norte e Sul não pode ser considerada por si só um aspecto negativo ou positivo; afinal, tudo depende da maneira como se constrói os discursos. Nessa pesquisa constatamos que o discurso do Norte está presente em atores do Sul, assim como o contrário também ocorre, revelando que esse tipo de classificação (proposta no gráfico acima) é insuficiente para analisar criticamente as mensagens propagadas pelos meios de comunicação. Ainda se sublinha que a crítica fundamental deste trabalho é voltada para a hegemonia do

pensamento único e o apagamento das diversidades, sendo defendida, a partir dos estudos críticos da colonialidade, uma coexistência plural de formas de ser, existir e compreender.

8.1 As causas da crise climática

Esta é uma crítica bastante conhecida a respeito das lacunas existentes na cobertura climática, mapeadas inclusive no Brasil, que tende a se deter muito mais sobre os efeitos ou consequências (LOOSE; MORAES, 2020; LOOSE, 2016). As causas da crise climática geralmente são apresentadas de forma genérica, simplesmente como emissão de GEE, partindo-se do pressuposto de que os públicos já sabem quais são os gases aí incluídos e quais são as atividades humanas que os liberam. Mesmo quando há uma explicação sobre o tipo de gás emitido ou a causa, parece algo distante do leitor, porque associado aos setores produtivos e não às suas atividades enquanto consumidor.

Entre as notícias analisadas nesse período, as causas foram as que tiveram menos espaço no conjunto dos temas principais, em todos os veículos, representando apenas 4% do *corpora*, sendo que *Colabora* publicou oito notícias, *Envolverde* publicou sete e *Conexão Planeta* apenas quatro.

Os exemplos abaixo¹²⁵ mostram como *Colabora* trata desse tópico:

O problema está no dióxido de carbono (CO2) e no metano (CH4), cujas concentrações são primariamente determinadas por atividades humanas. É bem documentado, por exemplo, que o CO2 cresceu mais de 50% de seu valor nos anos 1700, devido à queima de combustíveis fósseis, coincidente com o início da revolução industrial. (16/01/2019).

Os ruminantes, animais que regurgitam seu alimento e os remastigam, produzindo flatulências de metano, são responsáveis globalmente pela emissão de dois bilhões de toneladas cúbicas de CO2 equivalente. Além disso, a derrubada de florestas para o pasto é responsável por outras 2,8 bilhões de toneladas métricas por ano. Quase 70% das florestas da Amazônia já foram derrubadas para este fim – e isto inclui o uso de terra agricultável para o plantio de alimento para o gado, como a soja. Isto, claro, significa grande impacto no clima e no aquecimento global. (11/02/2019).

[...] a agricultura não só é afetada diretamente pelas mudanças climáticas, mas ao mesmo tempo é grande responsável pelo aquecimento global, na medida que representa boa parte das emissões de gases do efeito estufa. (03/08/2019).

¹²⁵ Como neste capítulo e no próximo analisamos aspectos discursivos desvinculados dos momentos críticos, identificamos os veículos atrelados aos trechos mais representativos no corpo do texto ou junto à data de publicação.

Os GEE – causadores da intensificação das alterações climáticas, que são derivados, sobretudo, de atividades humanas como queima de combustíveis fósseis e desmatamento – estão presentes, inclusive em títulos, mas nem sempre a conexão entre causa e consequência acontece. Fala-se muito em aumento e redução de emissões, na necessidade de mitigar as emissões, porém uma explicação mais fácil sobre quais são as atividades que mais geram GEE é pouco frequente e sempre bastante breve, partindo-se do pressuposto de que é algo já sabido pelos públicos. Apresentamos a seguir exemplos retirados do *corpus* do *Envolverde*:

O dever de casa é o seguinte: sair da matriz energética com combustíveis fósseis para limpas e renováveis e combater desmatamentos, *entre outras causas do aumento de emissões de Gases de Efeito Estufa* (GEEs). (17/12/2019).

Um dos principais motivos para esta análise, se pauta *na diminuição dos poluentes e gases de efeito estufa (GEEs), por meio da redução significativa das frotas veiculares nas ruas e da poluição industrial, consequentemente, diminuindo a utilização de combustíveis fósseis*. (23/04/2020).

A notícia “Brasil tem emissões estáveis em 2018” (06/11/2019), por exemplo, apresenta os balanços das emissões por setor, afirma ser importante o País reduzir esse número, mesmo que o resultado anual seja de estabilidade, mas não faz uma associação direta com os efeitos da crise climática. Na matéria “Navios podem ganhar passe livre para emissões até 2030” (21/10/2020) até se diz que os GEE são as causas, mas é preciso atentar para a possibilidade de que nem todos entendam o que provoca tais gases: “A Organização Marítima Internacional (IMO), regulador de navegação no âmbito da ONU, realiza esta semana uma rodada de negociações online com representantes dos 174 estados membros para estabelecer um plano de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa”. Mais adiante há uma explicação que ainda parece incompleta, por não dizer que o óleo diesel marítimo usado como combustível por esses navios possui alto teor de enxofre; porém, por outro lado, busca revelar como o Brasil está envolvido:

A economia brasileira é uma grande exportadora de *commodities* – produtos que pesam muito, ocupam espaço considerável nas embarcações e não têm valor agregado elevado. A situação é oposta à dos exportadores de produtos industrializados, sobretudo os de tecnologia, que pesam pouco, valem muito e podem ser transportados em aeronaves. O país também está distante dos maiores mercados globais, e as pesadas embarcações carregadas, por exemplo, com minério de ferro, percorrem longas distâncias até chegar à China ou à Europa, *emitindo quantidades exorbitantes de gases causadores do efeito estufa no trajeto*.

Há momentos em que se nota o esforço de atrelar a emissão de GEE ao dia a dia das pessoas, quando se fala em estilos de vida e desperdício de alimentos:

O desperdício de alimentos no mundo vem contribuindo para o aumento das mudanças climáticas. [...] Um terço da alimentação ou se perdeu ou foi desperdiçada. *A comida que foi parar no lixo impactou entre 8% a 10% as emissões de gases de efeito estufa.* (Colabora, 09/08/2019).

O estilo de vida adotado nas cidades e grandes centros urbanos são os grandes responsáveis pelo aumento na temperatura do planeta. (Colabora, 23/10/2019).

Mesmo no caso dos veículos não hegemônicos alinhados com o meio ambiente, a contextualização mais ampla do que nos trouxe até esse contexto de emergência climática ocorre de forma esporádica. É muito mais comum as MCs serem causa dos problemas (a perspectiva englobada na categoria “efeitos”) do que suas causas serem discutidas. A crítica ao modelo de desenvolvimento dominante e às suas contribuições para termos chegado até aqui são mencionados, mas não figuram como tópicos preferenciais.

Se o jornalismo hegemônico não discute o sistema porque dele faz parte, o não hegemônico encontra dificuldades de lidar com os processos em andamento. Os critérios de noticiabilidade, voltados principalmente para aquilo que é novidade ou rompe com a dita normalidade, tornam a escolha dos acontecimentos climáticos bastante semelhante, levando à produção de notícias focadas em divulgação de estudos ou relatórios, protestos, ações e soluções que possam ser fotografadas, tornadas visíveis. Como as causas da crise climática, ligadas ao nosso modo de viver, tendem a ser silenciadas ou postas como inevitáveis pelo discurso global dominante, a construção dos discursos jornalísticos sobre isso requer outra lógica, independente do que costumamos entender como gatilho. Verificamos que é bastante incomum, mesmo para os veículos não hegemônicos, trazer à tona os processos que geraram e alimentam a crise climática, porque eles foram naturalizados pela sociedade e não apresentam nenhuma novidade: é o modo como nos relacionamos com a natureza que precisa ser revisto. E isso inclui a forma como nos vestimos, nos alimentamos, nos deslocamos e aqueles valores que determinam como e onde investiremos nosso tempo e dinheiro.

De todo modo, é possível encontrar críticas ao modelo baseado apenas em crescimento, como nos trechos abaixo:

[...] um relatório produzido por 145 cientistas de 50 países, divulgado em maio, mostrou que *a busca incansável por crescimento econômico, somada ao impacto da crise climática, já colocou um número recorde de um milhão de espécies em risco de extinção.* Os pesquisadores alertam que *o mundo precisa adotar um novo modelo econômico “pós-crescimento” se quiser evitar os*

riscos existenciais resultantes da poluição, da destruição de habitats e das emissões de carbono. (Colabora, 17/06/2019).

Fato é que como disse a diretora-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, em mensagem enviada aos principais profissionais do vinho, *continuar com o “business as usual” será uma catástrofe. (Colabora, 25/09/2019).*

Ao se manter este modelo de desenvolvimento que privilegia os combustíveis fósseis e o mau uso da terra, com atividades extensivas e desmatamentos, a emissão dos GEEs só tende a extrapolar e causar este desequilíbrio já perceptível no planeta. (Envolverde, 25/09/2019).

As causas da questão climática poderiam estar mais presentes na cobertura dos meios não hegemônicos justamente por sua postura mais questionadora; contudo, os achados revelam que ainda há silenciamentos sobre quem são os responsáveis que nos trouxeram até aqui. Aponta-se para o modelo vigente, mas não se fala continuamente sobre quem são os atores beneficiados e, conseqüentemente, interessados em assegurar o funcionamento das coisas assim como elas estão. O quadro abaixo agrupa as matérias com esse enquadramento e mostra que em apenas uma delas, a última da lista, levanta-se com prioridade a questão da desigualdade. Historicamente, os países do Norte, ou chamados ricos, contribuíram de forma muito mais expressiva que os do Sul. E, independentemente da localização geográfica, as pegadas de carbono das pessoas com maior poder aquisitivo são sempre maiores que as daquelas que detêm recursos limitados.

QUADRO 12 – TOTAL DE NOTÍCIAS CATEGORIZADAS COMO “CAUSAS”

Manchete	Veículo e data da publicação
Subsídios a combustíveis fósseis somam três anos de Bolsa Família	<i>Colabora, 17/06/2019</i>
Desmatamento, o vilão do efeito estufa	<i>Colabora, 06/11/2019</i>
Microrganismos são os maiores emissores de carbono em águas da Amazônia	<i>Colabora, 09/07/2019</i>
Desperdício e sua contribuição oculta às mudanças climáticas	<i>Colabora, 09/08/2019</i>
Crescimento demoeconômico e emergência climática	<i>Colabora, 07/12/2019</i>
Brasil contraria tendência global e deve ter alta em emissões na pandemia	<i>Colabora, 21/05/2020</i>
Emissões de carbono retornam aos níveis pré-pandemia	<i>Colabora, 18/09/2020</i>
Pandemia teve impacto mínimo nas emissões de carbono	<i>Colabora, 24/11/2020</i>
Demanda por energia dispara em 2018 e emissões batem recorde	<i>Conexão Planeta, 02/04/2019</i>
1/3 das emissões de combustíveis fósseis do planeta foram feitas por 20 empresas. Uma delas é a Petrobras	<i>Conexão Planeta, 11/10/2019</i>
Apesar da pandemia, desmatamento desenfreado pode provocar alta de até 20% nas emissões do Brasil em 2020	<i>Conexão Planeta, 22/05/2020</i>

Em série de vídeos, a atriz e produtora Alice Braga conta como o agronegócio está destruindo o planeta... e o que podemos fazer para impedir que isso aconteça	<i>Conexão Planeta</i> , 23/07/2019
Brasil tem emissões estáveis em 2018	<i>Envolverde</i> , 06/11/2019
ONU alerta: descontrole na produção de combustíveis fósseis pode ultrapassar em 120% os limites de segurança	<i>Envolverde</i> , 25/11/2019
Mesmo sem conseguir conter efeitos do vazamento na costa e com alerta de emergência climática, governo avança com leilões fósseis em 2020	<i>Envolverde</i> , 26/11/2019
Quatro bilhões de anos em sintropia	<i>Envolverde</i> , 16/09/2019
Nem pandemia diminuiu concentração de CO2 na atmosfera	<i>Envolverde</i> , 24/11/2020
Emissões do setor de alimentos podem inviabilizar meta do Acordo de Paris	<i>Envolverde</i> , 12/11/2020
Ricos emitem o dobro de CO2 que a metade mais pobre da população, aponta estudo	<i>Envolverde</i> , 21/09/2020

FONTE: Elaboração própria (2021).

No caso brasileiro, há algumas notícias que mencionam a agropecuária, principal fonte de emissão por conta do desmatamento e da criação de gado, mas não há a repetibilidade necessária, apontada por Resende e Ramalho (2019), para que haja êxito nessa representação. A matéria de 23/07/2019 de *Conexão Planeta* visibiliza uma campanha longa, composta por quatro vídeos, que busca desvelar o que está por trás do agronegócio e como isso influencia o problema climático. Essa matéria é chave também em termos de respostas à crise climática, informando e incentivando a redução do consumo de carne:

[...] o agronegócio é responsável por emissões de gases de efeito estufa (GEEs) em quantidade equivalente a emitida por todos os carros, trens, navios, ônibus e aviões juntos! Ou seja, por causa desse setor as alterações do clima só aceleram.

E o cenário é ainda mais tenebroso no Brasil: o atual sistema de produção de alimentos está amparado por leis governamentais e não só avança sobre os ecossistemas como também impacta os pequenos produtores rurais. A agricultura industrial utiliza agrotóxicos, muitas vezes em áreas invadidas (terras públicas griladas) e, assim, pode oferecer “comida mais barata” do que a cultivada pelos pequenos.

Nesse cenário, sem subsídios e produzindo alimento no tempo da natureza – sem acelerar nem alterar processos – os produtores familiares ainda levam a fama de produzir comida cara: por isso que ainda se ouve muito, por aí: “a comida orgânica é cara”.

Depois de apresentar o panorama no qual vivemos e nos deixar atônitos, no segundo vídeo, Alice conta sobre como funcionam as grandes empresas do agronegócio. “Agora, a gente já sabe que o mundo não pode sustentar a forma como a nossa comida está sendo produzida. Afinal, ela está literalmente incendiando o planeta”, salienta.

Se beneficiando deste sistema criminoso estão megaempresas como Unilever, Bunge, Cargil e JBS. A maioria com histórico de impactos sociais e ambientais. Apesar de não encontrar evidências de envolvimento em violações dos direitos humanos, na semana passada, a *Anistia Internacional denunciou*

a JBS, maior produtora de carne bovina do mundo, por incluir, em sua cadeia de fornecimento, gado criado ilegalmente em áreas protegidas na Amazônia. Há dez anos, algumas das maiores empresas do mundo prometeram parar de contribuir com o desmatamento até 2020. Foi no Fórum de Bens de Consumo (The Consumer Goods Forum – CGF), durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em Cancún. Isso aconteceu sob forte pressão da sociedade civil e da comunidade científica, que já alertava para a acelerada crise do clima e a necessidade de preservar as florestas.

“As companhias prometeram redobrar cuidados com fornecedores das commodities mais ligadas à destruição florestal: soja, gado, óleo de palma e papel e celulose”, conta o Greenpeace em seu site. Mas o prazo acabou e as florestas continuam sendo destruídas a um ritmo alarmante.

Sob a perspectiva do Jornalismo Ambiental, expor as causas dos problemas é fundamental para conseguir tratar de alternativas. Se as causas são ocultadas ou internalizadas como inevitáveis, como levantar o debate sobre outros caminhos possíveis? Como questionar algo que nos é apresentado como inescapável e não como resultado de um sistema escolhido e mantido para parecer o único? O trecho acima mistura textos da campanha e da jornalista, ambos permeados por um posicionamento crítico e ativista, de que, ao contrário do que é difundido por alguns meios de comunicação hegemônicos, o agronegócio não é “tech, pop, tudo”¹²⁶. O discurso cita megaempresas da indústria da agricultura animal que fazem *lobby* para receber vantagens governamentais e ampliar suas fatias de lucro em detrimento da conservação ambiental. O agronegócio não apenas é um grande “vilão” em termos de emissões brasileiras, mas também colabora para contaminação da água, do solo e envenenamento dos seres vivos ao longo da cadeia alimentar, reduzindo a diversidade de espécies e gerando uma série de desequilíbrios. Além disso, há um discurso dominante, presente na campanha do *Grupo Globo*, segundo o qual o agro das *commodities* é o mesmo que nos alimenta. Esse discurso é escrutinado no texto, valorizando os pequenos produtores rurais e a produção orgânica. Robert Pollin, em diálogo com Noam Chomsky (2020), ressalta o cultivo de orgânicos como alternativa ao sistema industrial e forma de redução e controle das MCs. Mesmo não tendo a mesma produtividade do sistema industrial, deve-se pensar em alternativas a um modelo de agricultura que deteriora as condições naturais das quais é dependente.

Vale lembrar que em 2020, o País sofreu um incremento de incêndios florestais, com inúmeros prejuízos em diferentes biomas, e mesmo assim esse nexos entre perda de florestas e crise climática não foi alvo de atenção desses meios. O desmatamento é citado

¹²⁶ Referência à campanha do *Grupo Globo* sobre os benefícios do agronegócio. Disponível aqui: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml>. Acesso em: 2 jan. 2021.

em duas das manchetes listadas; porém, considerando o volume total de textos publicados, essa é uma questão que praticamente está ausente na cobertura climática.

8.2 Os efeitos climáticos

Nos estudos sobre a cobertura climática, feitos majoritariamente a partir de impressos da dita imprensa tradicional, percebemos que há uma predominância de enfoques e/ou enquadramentos sobre riscos e catástrofes associados às MCs. As consequências, quase todas negativas, são as manchetes de grande parte do *corpora*. A tabela abaixo traz uma amostra exemplificativa do que ainda não apareceu nas análises dos momentos críticos:

QUADRO 13 – AMOSTRA DE MANCHETES CATEGORIZADAS COMO “EFEITOS”

Manchete	Veículo e data da publicação
Seca e fome ameaçam a América Central	<i>Colabora</i> , 17/05/2019
Calor recorde na Europa	<i>Colabora</i> , 25/07/2019
Risco de escassez hídrica ameaça 74 milhões de brasileiros	<i>Colabora</i> , 08/08/2019
Ameaça de seca e tempestades na Europa e na América do Norte	<i>Colabora</i> , 20/09/2019
Os refugiados ambientais de Atafona	<i>Colabora</i> , 02/01/2020
Menos chuva leva Amazônia a registrar mais doenças respiratórias	<i>Colabora</i> , 06/03/2020
Aquecimento do Atlântico provoca queimadas no Brasil e furacões nos EUA	<i>Colabora</i> , 28/08/2020
Desastres naturais no mundo quase dobram em 20 anos	<i>Colabora</i> , 13/09/2020
Degelo da Antártica atinge nível alarmante: uma aceleração de 280% nas últimas quatro décadas	<i>Conexão Planeta</i> , 17/01/2019
Pequeno roedor nativo da Grande Barreira de Corais, na Austrália, entra em extinção por causa das mudanças climáticas	<i>Conexão Planeta</i> , 01/03/2019
Julho é o mês mais quente da história e coloca 2019 entre os cinco anos mais tórridos	<i>Conexão Planeta</i> , 06/08/2019
Incêndios florestais na Califórnia deixam quase 200 mil pessoas sem casa e mais de 2 milhões sem eletricidade	<i>Conexão Planeta</i> , 29/10/2019
Número de pinguins na Antártica cai quase 60%	<i>Conexão Planeta</i> , 18/02/2020
Elevação do nível do mar pode provocar ‘desaparecimento’ de quase 50% das praias do planeta	<i>Conexão Planeta</i> , 04/03/2020
Degelo crescente do Ártico pode fazer com que urso polar seja extinto até 2100	<i>Conexão Planeta</i> , 21/07/2020
Potencial devastador dos furacões está cada vez maior com o aquecimento global	<i>Conexão Planeta</i> , 13/11/2020
Quatro agências confirmam: 2018 foi o 4º ano mais quente da história	<i>Envolverde</i> , 06/02/2019
Primeira geleira a desaparecer na Islândia ganha funeral e lápide	<i>Envolverde</i> , 20/08/2019

Um bilhão de pessoas ameaçadas pelos riscos das mudanças climáticas	<i>Envolverde</i> , 25/09/2019
Emergência climática. 11 mil cientistas alertam para “sofrimento incalculável”	<i>Envolverde</i> , 06/11/2019
Gafanhotos-do-deserto expõem os extremos da crise climática na África	<i>Envolverde</i> , 28/08/2020
Eventos climáticos aumentam mortalidade em florestas tropicais	<i>Envolverde</i> , 09/04/2020
Tsunamis no Ártico: a mais nova e perigosa ameaça das mudanças climáticas	<i>Envolverde</i> , 29/10/2020
Aquecimento global deixa furacões sem “freio”	<i>Envolverde</i> , 16/11/2020

FONTE: Elaboração própria (2021).

Podemos notar que uma série de problemas estão associados à crise climática, como secas, tempestades mais severas, extinção de espécies, migrações e doenças. Fenômenos já conhecidos tornam-se mais graves em razão das MCs e outros novos surgem a partir do desequilíbrio do ecossistema global da Terra. A pesquisa mostra que este é um dos tópicos preferenciais dos veículos não hegemônicos analisados, totalizando 30% dos temas mais abordados nos três veículos, o que possui bastante semelhança com a perspectiva usualmente adotada nos veículos hegemônicos, sendo os atores do campo científico os mais acionados. Esse é o segundo tema mais selecionado quando tratamos da cobertura climática nos meios estudados.

Colabora (34%) mobilizou com maior frequência essa perspectiva em relação aos demais, reforçando os resultados obtidos por Kenix (2011) de que não há tanta diferença nas notícias sobre clima nas duas modalidades de jornalismo em foco. Em *Conexão Planeta* (31%) e *Envolverde* (26%), esse tópico foi o segundo mais usado, sendo o das ações pró-clima o principal. Discutimos essas diferenças ao final do capítulo.

As fontes mais acionadas aqui são os cientistas/pesquisadores/especialistas, e as notícias são construídas a partir de estudos, relatórios, pesquisas ou informes. A retórica da anomalia se faz bastante presente, destacando recordes, acontecimentos que são registrados pela primeira vez ou colocados como marcos:

“Vivemos em um mundo que não apenas é mais quente do que costumava ser. Ainda não chegamos a um novo normal”, afirma Daniel Swain, cientista do clima da Universidade da Califórnia. (*Colabora*, 16/01/2019).

Depois do junho mais quente da história, uma nova onda de calor fez a temperatura bater recordes por toda a Europa. Na Holanda, a máxima alcançou 41,7 graus, a temperatura mais quente já registrada no país, onde os termômetros nunca haviam atingido os 40 graus antes. A marca também é inédita na vizinha Bélgica, onde também foi registrado um recorde absoluto de calor com 40,2 graus, em Liège, no leste do país. (*Colabora*, 25/07/2019).

“Estamos numa onda de calor inédita. Nós não temos nenhum registro disso desde que se começou a medir temperaturas na Antártida, na primeira metade

do século 20”, afirmou ao OC o glaciologista Jefferson Simões, também da UFRGS, que coordena o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia da Criosfera. (*Colabora*, 14/02/2020).

A OMM lembra que 2020 começou com chuvas mortíferas em Belo Horizonte, que viu em 24 de janeiro (alguém se lembra?) a maior chuva de sua história: 172 milímetros. Também destacou a onda de calor em setembro e outubro, que provocou o recorde de temperatura em Nova Maringá (MT) de 44,6°C e recordes históricos de temperatura em Cuiabá, Curitiba e Belo Horizonte. (*Conexão Planeta*, 03/12/2020).

O problema é que, *nunca antes na história da humanidade*, emitimos tanto gás carbônico na atmosfera. Não de maneira natural, mas através das atividades do homem, sobretudo, a queima de combustíveis fósseis, como o petróleo e o diesel. (*Conexão Planeta*, 14/02/2020).

A chegada do verão traz problemas conhecidos por grande parte dos brasileiros: muita chuva, tempestades fortes e o risco de alagamentos, inundações e deslizamentos de terra. Todavia, nas últimas semanas, *os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo têm sido castigados por um volume de água acima do normal*. (*Conexão Planeta*, 27/01/2020).

“*Isto é uma anomalia entre anomalias. É completamente fora de qualquer registro histórico. É alarmante!* É uma indicação de que haverá muitas outras surpresas se continuarmos cutucando a “besta” que é o nosso clima”, disse Michael Mann, diretor do Earth System Science Center, da Pennsylvania State University, em entrevista ao jornal *The Guardian* no ano passado. (*Conexão Planeta*, 31/07/2019).

De acordo com um estudo — realizado por dois físicos especializados em sistemas complexos — *em poucas décadas haverá um “colapso irreversível” da civilização humana*, caso a humanidade permaneça no trajeto atual. (*Envolverde*, 03/08/2020).

A primeira metade deste ano foi excepcionalmente quente, com temperaturas em julho quase 10 graus acima da média. Neste mês, o mercúrio na cidade de Verkhoyansk, ao norte do Círculo Polar Ártico, atingiu 38°C — *um recorde*. Pior ainda: os invernos também estão ficando mais quentes. De acordo com o Centro de Pesquisa Hidrometeorológico da Rússia, *este ano foi o mais quente em 130 anos de observações*. (*Envolverde*, 14/07/2020).

As temperaturas no Círculo Polar Ártico provavelmente atingiram no sábado a maior temperatura já registrada na história, com escaldantes 38 graus na cidade siberiana de Verkhoyansk, na Rússia.

O recorde ainda precisa ser confirmado, mas *ele parece ser 18 graus maior do que a média de máximas para o mês de junho*.

Verões quentes não são incomuns no Círculo Polar Ártico, mas *os últimos meses têm tido temperaturas altas fora do normal*. (*Envolverde*, 24/06/2020).

Neste tópico, expressões e vocábulos que remetem a uma ruptura com a normalidade ou com aquilo que se conhece são evidenciados, em tom de alerta, por atores que gozam de respeitabilidade e autoridade científica, conferindo efeito de veracidade e preocupação.

Tratar das MCs por meio de enquadramentos relacionados aos seus riscos ou efeitos negativos é bastante comum na imprensa hegemônica, já que esses discursos se

encaixam perfeitamente nos critérios dominantes do campo jornalístico e são respaldados por fontes socialmente reconhecidas na sociedade. O que talvez pudesse ser uma distinção dos meios não hegemônicos, considerando a possibilidade de maior participação e distanciamento da lógica tradicional, é a expansão de tais recortes, relacionando efeitos com causas e respostas. Essa leitura alargada, com maior contextualização e pluralidade de vozes, associada aos preceitos do JA, ainda se mostra um desafio para ambas as modalidades. Como ratifica Bossato Fernandes (2019), a ausência de uma problematização maior dos assuntos limita o papel potencialmente transformador dos meios alternativos.

8.3 As soluções para reagir às MCs

Já mostramos aqui que os textos que apresentam soluções são minoritários nos veículos não hegemônicos, equivalendo a 12% do *corpora*. Além disso, grande parte deles parte da perspectiva dominante, sendo alinhados com o sistema capitalista-colonialista vigente. *Colabora* e *Envolverde* deram visibilidade a soluções divulgadas por empresas sem nenhum contraponto, apenas sinalizando, em alguns casos, que se tratava de “conteúdo de marca” ou que a jornalista tinha viajado a convite da instituição. Assim, algumas soluções apresentadas tornaram-se conteúdos promocionais, como aconteceu com o *Colabora* no caso da empresa holandesa Fairphone (“Em busca do smartphone sustentável”, publicada em 02/10/2019), de Itaipu (“Itaipu: energia limpa e floresta em pé”, publicada em 25/01/2020) e da Coca-Cola (“CEO da Coca-Cola Company assina pacto pela economia circular e reforça compromisso da companhia com a sustentabilidade”, publicada em 02/07/2020).

No caso de *Envolverde* isso é mais comum: as matérias sobre soluções estão quase todas atreladas à economia verde. As próprias manchetes sinalizam para os bons feitos das empresas: “Projeto de Energia Renovável do grupo Telefónica conquista prêmio GLOMO no MWC” (07/03/2019); “Leão Alimentos e Bebidas reduz emissão de CO2” (16/05/2019); “Santander será 100% abastecido por energia renovável até 2025” (07/06/2019); “Fecomercio-SP adere a Acordo de São Paulo para incentivar a redução de gases do efeito estufa (29/11/2019); “Air France convida clientes a votarem em projetos de compensação de carbono, um é no Brasil” (17/02/2020); “Delta investe US\$ 1 bilhão para ser a primeira companhia aérea neutra em carbono” (17/02/2020); “Vivo adota modelo de geração distribuída e passa a produzir a própria energia em todas as regiões do

Brasil” (21/07/2020); “CDP reconhece a Vivo com a classificação ‘A’ por sua gestão climática global” (10/12/2020); “Aliança ZEBRA anuncia a expansão de ônibus elétricos na América Latina” (11/12/2020); e “GPA condiciona bônus de executivos a metas de redução de carbono” (16/12/2020). Focando na iluminação inteligente, há uma matéria no dia 23/11/2020 que promove os produtos da Signify: “Iluminação inteligente é o primeiro passo para ser uma Smart Citie”;

Envolverde, em comparação aos demais veículos, possui um discurso mais alinhado à sustentabilidade empresarial, com retórica econômica corrente. As alternativas ligadas à eficiência energética, energias renováveis e precificação de carbono aparecem ao longo do período:

Com mais de 50 empresas inscritas, o Pré-COP25 incentiva a *implantação de novas tecnologias* nas empresas e a *adoção de soluções sustentáveis inovadoras*, tornando as participantes *mais eficientes* na questão das mudanças climáticas”. (29/11/2019).

Alinhada com os interesses do mercado, a notícia “Empresas incorporam mudanças climáticas em estratégias de negócios” transforma o problema gerado pelo extrativismo no qual se sustenta o capitalismo em nova oportunidade; o papel das empresas sempre é ressaltado no cenário das soluções:

A integração das questões climáticas na construção dessas políticas, inclusive, *pode apresentar soluções para endereçar o atual déficit orçamentário por meio de instrumentos financeiros inovadores como títulos verdes e debentures incentivadas*. O estudo destaca que há um apetite crescente de investidores por esses produtos financeiros. O mercado global de investimento de impacto, que considera critérios Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), já movimentou US\$ 502 bilhões, considerando os ativos de 1.300 investidores de impacto de todo o mundo. Somente na América Latina, foram captados US\$ 521 bilhões via títulos verdes no mundo e US\$ 7 bilhões.” (16/12/2019).

“As empresas têm um grande papel ajudando a reduzir as emissões de carbono e contribuindo para soluções. É por isso que as práticas de negócios sustentáveis precisam estar na frente e no centro dos esforços corporativos para realinhar a maneira como operam, agora e depois da pandemia.” (14/04/2020).

No contexto da pandemia e da recessão econômica por ela gerada, o discurso da economia verde foi catapultado, especialmente pelos países do Norte: “[...] temos *que gerar recursos e impulsionar a retomada pós-pandemia reduzindo as emissões de carbono*”. (12/05/2020). Tal discurso é coerente com aquele adotado pela ONU, seja pelo viés dos ODS, seja nos relatórios do IPCC. A matéria publicada no dia 14/09/2020 resume bem a perspectiva reformista:

O secretário-geral [da ONU] delineou seis ações relacionadas ao clima para moldar a recuperação da COVID-19, a fim de garantir um futuro sustentável para as próximas gerações.

As seis ações incluem: gerar novos empregos e negócios por meio de uma *transição limpa e verde*; tornar os resgates públicos condicionantes de *empregos verdes e crescimento sustentável*; *migrar da economia cinza para a economia verde*, tornando as sociedades e as pessoas mais resilientes; canalizar investimentos de fundos públicos para setores e projetos sustentáveis que ajudem o meio ambiente e o clima; levar em consideração os riscos e oportunidades do clima no sistema financeiro, bem como na formulação de políticas públicas e infraestrutura; e trabalharmos juntos como uma comunidade internacional.

A recuperação econômica baseada, por exemplo, em infraestrutura resiliente ao clima, energia renovável, veículos com mais emissões zero e energia a hidrogênio pode permitir que os países apresentem NDCs mais ambiciosos do que de outra forma. Para as negociações, o atraso traz desafios específicos, inclusive como reorganizar um processo multilateral e manter o ímpeto em um momento de tantas incertezas. Mas temos sido realmente encorajados pelo compromisso das partes e da UNFCCC – a convenção-quadro das Nações Unidas sobre mudança climática – de maximizar o progresso e minimizar a interrupção. Podemos ter mais tempo, mas precisamos usar esse tempo da forma mais eficaz possível para que possamos resolver os elementos pendentes do livro de regras do Acordo de Paris. (13/11/2020).

De forma ampla e de aplicação global, no dia 08/07/2019, *Envolverde* apresenta estudo que promove a plantação de árvores: “Além de preservar as florestas que já existem, a melhor solução para reduzir drasticamente o excesso de dióxido de carbono na atmosfera e conter o aquecimento global é plantar árvores. Em todos os espaços possíveis do planeta que não são ocupados nem por zonas urbanas, nem destinados a agropecuária”. Essa alternativa é destacada novamente em matéria de 03/08/2020: “O plantio de árvores e a redução de emissões de carbono andam juntos, e são necessárias ações em todos os setores para tornar as cidades mais verdes e reduzir as temperaturas”. Uma das matérias do *corpus* desse tópico foca em opções que atravessam o setor agroalimentar:

[...] cinco estratégias que podem ajudar a *redução da emissão de gases* no setor de produção e consumo alimentar. A primeira seria a adoção global de uma *dieta rica em vegetais, já que dietas baseadas em carne e derivados de animais estimulam a pecuária, que emite gases-estufa com mais intensidade para cada caloria de alimento que entrega ao mercado*. Ainda relacionado diretamente aos hábitos alimentares, o segundo ponto destaca a necessidade de *ajustar o consumo calórico per capita global para níveis saudáveis*. Em terceiro e quarto lugares, os pesquisadores apontam a necessidade de *aumentar o rendimento das safras e diminuir o desperdício de comida em 50%*. A quinta e última estratégia diz respeito à *redução da intensidade de gases-estufa dos alimentos, que pode ser atingida aumentando a eficiência da produção*.” (12/11/2020).

Salientamos que somente em *Envolverde* há publicações a respeito de soluções revestidas de incertezas e controvérsias. Em uma delas, o veículo apresenta a questão da geoengenharia solar, a partir de um artigo de um defensor das pesquisas na área. Utilizando de generalizações, o texto coloca o princípio da precaução como um entrave ao desenvolvimento:

[...] Por que a controvérsia? Muitos temem, com razão, que *o lobby da indústria de combustíveis fósseis explore a geoengenharia solar para se opor aos cortes de emissões*. Mas a maioria dos pesquisadores não é movida por tais interesses. *A grande maioria dos que pesquisam a geoengenharia solar – ou defendem a sua inclusão nos debates sobre políticas climáticas – também apoia uma ação muito mais forte de redução de emissões*. Ainda assim, é muito provável que o *Big Fossil – que vai das empresas multinacionais de energia às regiões dependentes do carvão e petróleo – venha a usar a discussão da geoengenharia para combater as restrições de emissão*.

[...] Ao abandonar agora o debate e a pesquisa sobre geoengenharia, os líderes políticos podem estar esperando eliminar os riscos de seu uso indevido no futuro. Mas sua postura pode, na verdade, aumentar esse perigo.

Os humanos raramente tomam boas decisões quando escolhem a ignorância ao invés do conhecimento, ou preferem a política à portas fechadas ao debate aberto. *Ao invés de manter as futuras gerações no escuro em relação à geoengenharia solar, devemos lançar tanta luz quanto pudermos sobre ela*. (14/05/2019).

Da mesma forma que a geoengenharia revela controvérsias no âmbito das respostas, a expansão dos biocombustíveis também não é consensual. Todavia, a matéria “Estudo aponta estratégia para mitigar a mudança no clima por meio da adoção de biocombustíveis” (14/09/2020), embora apresente argumentos contrários no começo do texto, segue afirmando que o estudo divulgado (pró-biocombustível) ajudaria a resolver esse impasse:

[...] *os benefícios líquidos da bioenergia na mitigação de gases de efeito estufa (GEE) ainda são um tema controverso*. Contra a sustentabilidade dos biocombustíveis, argumenta-se, por exemplo, que *a conversão de terras não agrícolas em lavouras de culturas energéticas pode resultar em grande redução inicial de armazenamento do carbono estocado – conhecida como “dívida de carbono”*.

Um estudo realizado por um grupo internacional de pesquisadores, publicado na revista *Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS)*, *contribui para resolver essa discórdia*.

Aqui observamos que se constrói um sentido de que a ciência está apenas do lado daqueles favoráveis à mitigação por meio da adoção de biocombustíveis, enquanto aqueles que enxergam o aspecto não sustentável teriam apenas argumentos não apoiados na ciência. Essa polarização, que usa a legitimação da ciência apenas para um dos lados, é reforçada aqui: “*Para refutar os argumentos dos críticos da sustentabilidade dos biocombustíveis, os pesquisadores usaram modelagem para estimar o potencial de cultivo de switchgrass e a produção de biocombustível a partir da gramínea para substituir fontes de energia fóssil e sequestrar carbono diretamente em comparação com outros esquemas de mitigação baseados no uso da terra, como reflorestamento e pastagens*”.

Nos dois casos de controvérsias, *Envolverde* endossa a posição a favor da tecnologia, reduzindo o papel da precaução. De forma mais residual, o veículo abre espaço para outras alternativas, como é o caso da notícia “Economia circular pode ajudar países a combater mudanças climáticas, diz relatório” (01/02/2019), na qual há destaque para uma possibilidade que percebe o processo de produção de forma completa: “Eles deveriam reprojeter as cadeias de suprimentos lá atrás, nos poços, campos, minas e pedreiras, onde está a origem dos nossos recursos, de modo que nós consumamos menos matérias-primas. Isso não apenas reduzirá emissões, como também impulsionará o crescimento, tornando as economias mais eficientes”; e, no dia do Meio Ambiente (05/06/2019), o veículo reproduziu conteúdo do *Observatório do Clima*, no qual aponta que o capitalismo não precisaria acabar, mas “reorientar” seu funcionamento:

A produção e o consumo precisam incorporar variáveis que até agora não entraram na conta do capitalismo, como os custos externos da poluição, que são pagos por toda a sociedade. Uma maneira imediata de fazer isso, que já está em curso em vários países, é botar um preço nas emissões de carbono. Assim, atividades emissoras (por exemplo, a geração de energia por termelétricas a carvão, altamente poluentes) passam a pagar pela poluição e a competir em condições menos desleais com atividades menos poluentes (como a geração de energia solar). O capitalismo não precisa acabar para enfrentar a mudança do clima, mas precisa se reorientar, e muito rápido.

Esses exemplos revelam soluções orientadas, majoritariamente, para o capitalismo verde ou climático, que incorporam variáveis pró-clima, mas não propõem uma mudança de modelo econômico. As soluções apresentadas pelos demais veículos não fogem à regra.

Conexão Planeta tem maior enfoque nas soluções atreladas ao transporte, mostrando o que cidades e países, sobretudo da Europa, já estão fazendo para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Seguem alguns exemplos: “Trens mais baratos e incentivos para carros elétricos estão entre medidas de novo plano do clima na Alemanha” (23/09/2019); “Holanda diminui velocidade máxima nas estradas para reduzir poluição e emissões de carbono” (15/11/2019); “Pelo clima, prefeita de Barcelona quer eliminar voos curtos – como a ponte-aérea para Madri – e convida moradores a viajarem de trem” (20/01/2020); “Veículos elétricos estão no centro do plano de recuperação da indústria automotiva da França pós-pandemia” (28/05/2020); e “Reino Unido antecipa para 2035 proibição da venda de veículos a gasolina e a diesel” (05/02/2020). A abrangência das notícias, oriundas no Norte Global, se repete, principalmente quando a pauta é recuperação econômica pós-pandemia.

Como nos demais veículos, o discurso reformista da economia verde está presente, como nos trechos: “A expectativa é que o setor privado também *aposte na economia verde* e faça um aporte três vezes maior do que esse valor” (19/11/2020); “Vários governos internacionais já anunciaram que irão *investir em uma economia verde pós-pandemia*. A chanceler da Alemanha, Angela Merkel, por exemplo, afirmou que os programas de estímulo econômico deverão focar *em novas tecnologias e energias renováveis*.” (20/07/2020), e “*A maioria das ações para mitigar as mudanças climáticas tem se concentrado na descarbonização de energia e transporte*, mas agora é amplamente reconhecido que será impossível manter as temperaturas globais em níveis seguros, a menos que haja uma transformação na forma como o mundo produz e consome alimentos, o que representa um quarto (26%) do total das emissões globais de gases de efeito estufa”, afirmam os especialistas.” (11/12/2020).

Para além de uma notícia que enaltece a tecnologia como solução (“Robert Downey Jr. cria organização de inteligência artificial para limpar nossa ‘pegada de carbono’ em dez anos”, publicada em 10/06/2019), *Conexão Planeta* propõe soluções baseadas na natureza e nas mudanças culturais: “Segurança alimentar do planeta depende da redução do consumo de carne e melhor uso da terra, alerta novo relatório do IPCC” (08/08/2019); “Restaurar florestas e ecossistemas pode ser a solução natural para combater as mudanças climáticas” (10/04/2019); “Um trilhão de árvores: a iniciativa global pela preservação da biodiversidade e combate às mudanças climáticas” (22/01/2020); e “Em 2020, mudança climática será assunto obrigatório em todas as séries das escolas italianas” (12/11/2019).

Já *Colabora* possui uma diversidade maior de respostas, nem tão focadas nas empresas, como *Envolverde*, nem tão centradas em ações governamentais, como *Conexão Planeta* apresenta, especialmente no setor de transportes. Além das matérias orientadas para ações do setor privado, já mencionadas no começo desta seção, há discussões mais amplas, como as expostas em: “Avião, trem ou carro? Eis a questão climática” (31/03/2020) e “Seis caminhos para um mundo melhor, pós-pandemia” (26/06/2020). Seguem alguns exemplos de alternativas mais associadas à ideologia biocêntrica:

[...] uma das sugestões apresentadas no relatório, *foi a troca do uso intensivo de agrotóxicos por uma produção agroecológica*. “Alguns agrotóxicos e pesticidas provocam um impacto no meio ambiente 298 vezes maior que o dióxido de carbono”. E complementou: “*A adoção de práticas de manejo sustentáveis é uma solução essencial para proteção de ecossistemas e redução de emissões de gases de efeito estufa*”. (09/08/2019).

“Nosso trabalho mostra que as *florestas sob a administração de povos indígenas e comunidades locais continuam a ter melhores resultados de carbono do que as terras sem proteção*, o que significa que seu papel deve ser fortalecido para que os países da Bacia Amazônica consigam manter esse recurso globalmente importante, ao mesmo tempo em que cumprem seus compromissos sob o Acordo Climático de Paris”. (07/02/2020).

Raworth sugere um *sistema no qual as necessidades de todos serão atendidas sem esgotar os recursos naturais, contraponto possível ao crescimento ilimitado a qualquer custo*. (26/06/2020).

É preciso registrar que apesar de existirem vestígios de alternativas ligadas à ideologia biocêntrica, no geral, ela aparece em volume bastante inferior às alternativas antropocêntricas, prevalecendo as soluções defendidas pelo Norte Global. Como já afirmado na análise do MC3, a recuperação econômica pós-covid-19 deu nova urgência à implementação de soluções gerenciais e tecnológicas oriundas da economia verde. Moreno (2016, p. 292) ratifica a prevalência desse discurso, mesmo antes de 2020:

Sob a nova hegemonia “verde”, retornam as premissas do discurso de que somente através dos mecanismos econômicos e da generalização da racionalidade instrumental sobre decisões vitais (em relação ao clima, ao sistema alimentar, à água, etc.) será possível fazermos a transição necessária que garantirá a continuidade da vida no planeta.

As soluções na área de mitigação prevalecem, ou seja, há uma exposição maior das mudanças orientadas para a redução das emissões de GEE. Em termos de adaptação, *Colabora* discute o plano para fabricação de ilhas artificiais que possam abrigar populações de refugiados ambientais. Em “Ilhas flutuantes contra o aquecimento global” (23/04/2019), trata de um plano para substituir cidades costeiras que desaparecerão em razão do aumento do nível do mar, o que podemos entender como uma forma de se reacomodar a nova realidade anunciada. Porém, a notícia deixa dúvidas em relação a sua concretização: “Difícil dizer se a Oceanix será capaz de realizar um projeto desta magnitude. Há muitos problemas a serem resolvidos, e grande parte da tecnologia necessária terá de ser criada do zero ou totalmente adaptada. E embora existam fundos verdes de capital, a empresa não informou como irá financiá-lo”. Esse veículo também chama atenção por trazer três vezes respostas às MCs associadas à agricultura, aproximando o tópico da realidade brasileira: “Agro no clima” (03/08/2019); “Inteligência Agroclimática para reduzir as emissões de gases de efeito estufa” (27/06/2019); e “Oásis verde no sertão” (22/06/2019).

8.4 As ações pró-clima

Esse foi o tópico mais utilizado por *Conexão Planeta* (48%) e *Envolverde* (43%), e o segundo mais mobilizado por *Colabora* (27%), sendo, assim, o mais recorrente ao longo do período nos três veículos analisados. No total, esse tema principal foi encontrado em 201 notícias, o que equivale a 42% do *corpora*. Por ser abrangente e reunir aspectos que se enquadram nos critérios de noticiabilidade do campo jornalístico, como manifestações de celebridades, greves pelo clima e eventos para debate do assunto, esse tema é facilmente associado aos gatilhos de cobertura jornalística.

Seguem alguns exemplos de ações retratadas pelos três veículos:

QUADRO 14 – AMOSTRA DE MANCHETES CATEGORIZADAS COMO “AÇÕES”

Manchete	Veículo	Data de publicação
O empoderamento feminino e o clima	<i>Colabora</i>	08/03/2019
Crise climática: crianças denunciam Brasil, França e Alemanha	<i>Colabora</i>	24/09/2019
Empresas, governos e ONGs se comprometem com descarbonização	<i>Colabora</i>	06/11/2019
Agronegócio e ambientalistas propõem seis ações para queda rápida do desmatamento	<i>Colabora</i>	16/09/2020
Manifesto de 70 cientistas pede anulação de decisão do Conama	<i>Colabora</i>	06/10/2020
Sem a COP, jovens organizam conferência alternativa pelo clima	<i>Colabora</i>	16/11/2020
Retomada da agenda climática será desafio para governo Biden	<i>Colabora</i>	30/11/2020
Ministra belga renuncia após protesto de estudantes pelo clima, um movimento global que só cresce	<i>Conexão Planeta</i>	12/02/2019
<i>Friday for Future</i> : jovens se unem para protestar contra falta de ação dos adultos. No Brasil, também	<i>Conexão Planeta</i>	12/03/2019
Em novo mural, Kobra faz releitura de obra de Salvador Dalí como alerta ao aquecimento global	<i>Conexão Planeta</i>	01/05/2019
Jovem faz protesto gigante contra mudanças climáticas perto do aeroporto em que Trump chegou ao Reino Unido	<i>Conexão Planeta</i>	04/06/2019
‘Interdependence’: filme reúne 11 curtas-metragens e alerta para as mudanças climáticas e a destruição do meio ambiente	<i>Conexão Planeta</i>	15/02/2020
Jeff Bezos, CEO do Amazon, anuncia fundo de US\$ 10 bilhões para financiar cientistas, ativistas e ONGs no combate à crise climática	<i>Conexão Planeta</i>	19/02/2020
Em carta, ex-ministros da Fazenda e presidentes do Banco Central defendem o fim do desmatamento, o combate à crise climática e a economia de baixo carbono	<i>Conexão Planeta</i>	14/07/2020
Universidade Harvard promove conferência para debater mudanças climáticas e o futuro da Amazônia	<i>Envolverde</i>	02/05/2019
Instituto Ethos prepara para novembro Conferência Brasileira de Mudança do Clima	<i>Envolverde</i>	25/09/2019

Iniciativa jornalística global prioriza as mudanças climáticas na pauta”	<i>Envolverde</i>	29/10/2019
Indígenas protestam na COP25 em Madri contra petróleo no mar brasileiro	<i>Envolverde</i>	10/12/2019
O fim de uma era? Família Rockefeller retira seus ativos das companhias de petróleo e carvão	<i>Envolverde</i>	27/04/2020
<i>National Geographic</i> comemora o Dia Internacional contra Mudanças Climáticas com a estreia de documentários	<i>Envolverde</i>	16/10/2020
Vozes dos Biomas: a relação das mudanças climáticas com os biomas no Antropoceno, por Paulo Artaxo	<i>Envolverde</i>	27/10/2020

FONTE: Elaboração própria (2021).

Embora tenha os elementos necessários para que as ações pró-clima sejam cobertas também pela mídia hegemônica, aqui esse tópico ganha mais atenção porque se valorizam as vozes de ativistas – o que não é típico na modalidade tradicional de jornalismo. Essa abertura para movimentos sociais, ONGs e outras expressões de ativismo já havia sido identificada como um diferencial da imprensa não hegemônica em análise realizada na Turquia (GÜNAY; ISERI; ERSOY, 2019); entretanto, não significa que haja de fato notícias mais plurais, como apontado por Bossato Fernandes (2019).

No caso em estudo, as fontes oficiais são substituídas por atores da sociedade civil, muitos deles considerados famosos. *Conexão Planeta* faz uso recorrente dessa estratégia de visibilidade para a pauta climática: “Leonardo DiCaprio denuncia desmatamento na Amazônia em seu #desafio10anos” (11/02/2019); “Papa Francisco ‘puxa a orelha’ de ministros das finanças de diversos países em encontro sobre mudanças climáticas no Vaticano” (31/05/2019); “Guitarrista do Pink Floyd arrecada US\$ 21 milhões em leilão e doa todo dinheiro para ONG ambiental” (21/06/2019); “Aos 82 anos, Jane Fonda é presa ao protestar pelo clima, em frente ao congresso dos Estados Unidos” (14/10/2019); “Rainha da Inglaterra elogia atuação de jovens ativistas em mensagem de Natal” (27/12/2019); e “‘Nossa maior ameaça não é a crise climática. Mas as pessoas que estão no poder e não acreditam na ciência’, diz Harrison Ford” (02/06/2020).

Também as ações de Greta Thunberg se tornam gatilhos da cobertura para esse veículo, que na publicação do dia 20/10/2019 declara: “*É impossível não falar da ativista sueca Greta Thunberg pelo menos uma vez por semana*”. Podemos notar que a jornalista do referido veículo é fã da jovem ativista e é bastante comum verificar trechos elogiosos à criadora do *Fridays for Future*. Aliás, a adjetivação positiva dos ativistas é uma marca discursiva desses meios, que buscam por meio da promoção de tais pessoas e ações também inspirar para a ação:

Capa da revista Time, indicada ao Prêmio Nobel da Paz, “Mulher do Ano” pelo jornal sueco Expressen e Embaixadora da Consciência da Anistia Internacional, esta não é a primeira vez que Greta inspira um artista. Em julho, ela gravou uma música com a banda britânica The 1975. (16/10/2019).

A adolescente de 16 anos que se tornou ativista feroz contra a inação dos adultos no combate às mudanças climáticas e inspirou cerca de 1,6 milhões de jovens (e adultos) pelo mundo, já está a caminho de Nova York para participar da Cúpula Climática da ONU, em 23 de setembro.” (14.08.2019).

“Do alto de seus 16 anos, Greta Thunberg já conseguiu mais do que muitos adultos e líderes mundiais. (22/02/2019).

A adolescente sueca que, em 2018, inspirou jovens de todo o mundo contra as mudanças climáticas e a inação dos adultos, é super firme em seu propósito. Assim que se tornou ativista pelo clima, parou de comer carne e alimentos de origem animal e virou vegana. A família a acompanhou nas transformações que fez em seu cotidiano e até trocou o carro por um modelo elétrico, que só sai da garagem em último caso.

Greta Thunberg não viaja de avião: quando necessário e possível, vai de trem, como aconteceu quando foi à Davos, na Suíça, para participar do Fórum Econômico Mundial: a viagem durou 32 horas!” (05/08/2019).

Há matérias que trazem vozes de ativistas não famosos (no caso da cobertura das greves pelo clima), mas em número reduzido. Pessoas sem fama ou notoriedade (ou cidadãos comuns) quase nunca recebem espaço e, quando aparecem, são introduzidas como recursos de ilustrações, assim como já acontece nos meios tradicionais. Também as vozes indígenas estão marginalmente presentes, concentradas principalmente nas coberturas da COP-25 realizadas por *Envolverde* e *Colabora*. Dessa maneira, percebemos que há um espaço para vozes que geralmente estão ausentes nos discursos dominantes, mas ganham destaque aquelas que já possuem alguma visibilidade (seja ela institucional ou midiática). Diferentemente do que se supunha, a diversidade de atores ouvidos por esses veículos é bastante restrita, apesar de substituírem as fontes oficiais por ativistas.

8.5 As críticas à inação e ao negacionismo

Com a mesma porcentagem que “soluções” está o enfoque crítico (12% do total). *Colabora* é aquele, dentre os meios analisados, que mais expressa seu posicionamento questionador, com 20%. Seguem alguns exemplos: “Vaias e protestos a favor do meio ambiente e contra o governo” (22/08/2019); “Brasil: sem liderança e nem protagonismo na COP25” (01/12/2019); “Ação militar fracassa e Amazônia tem segundo pior agosto em 10 anos” (02/09/2020); “Ministério do Meio Ambiente caminha para extinção por inanição de recursos” (15/09/2020); “Grupo vai à ONU contra espionagem da Abin na

COP-25: ‘antiético e inaceitável’” (30/10/2019); e “Emissões sobem 9,6% no primeiro ano do governo Bolsonaro” (06/11/2020).

Em segundo lugar, vem *Conexão Planeta*, com 11%, chamando a atenção inclusive para o negacionismo e o desmonte das políticas públicas americanas. Como houve uma grande quantidade de notícias sobre os incêndios na Califórnia, a inação do presidente Donald Trump foi bastante citada:

Todavia, o presidente americano não acredita no aquecimento global e durante seu mandato nos últimos quatro anos derrubou políticas públicas aprovadas por seu antecessor, Barack Obama, para tentar conter o aumento da temperatura global. Além disso, Donald Trump tirou os Estados do Acordo de Paris, compromisso assinado por quase 200 nações, em 2015, para redução das emissões de carbono na atmosfera. (13/09/2020).

Donald Trump nega a existência do aquecimento global e invalidou várias medidas para diminuir a emissão de gases de efeito estufa implementadas por seu antecessor, Barack Obama. Também retirou o país do Acordo de Paris, compromisso firmado por mais de 190 nações para reduzir as emissões de carbono, e assim, evitar o aumento da temperatura da superfície da Terra. (21/10/2020).

Desde que foi eleito, Trump não esconde seu desprezo pela ciência e pelas mudanças climáticas e tem feito de tudo para desvalorizar os esforços dos países signatários do Acordo de Paris, assinado em 2015 na Conferência Internacional da ONU, na capital francesa. Em 2017, ele anunciou a retirada dos EUA do acordo, transformando-o na única nação do mundo a não ratificá-lo. (04/06/2019).

Essa ênfase no contexto americano é explicada em parte porque uma das principais autoras dos textos analisados reside em Washington e também porque o meio dedicou grande parte de sua cobertura climática a acontecimentos internacionais. De todo modo, *Conexão Planeta* também faz críticas ao governo Bolsonaro, com uso de adjetivações, ironias e perguntas retóricas:

A imagem do Brasil no mundo só tem piorado, desde que Bolsonaro assumiu o governo. Basta citar algumas de suas ações, coerentes com seu plano desenvolvimentista: as ameaças constantes às reservas e aos povos indígenas, o incentivo à exploração econômica por mineradoras e pelo agronegócio, o desmantelamento dos órgãos de fiscalização e controle do desmatamento, a inação diante dos incêndios na Amazônia e outros biomas e do vazamento de óleo no litoral nordestino (que desceu até o Rio de Janeiro), a destruição do Fundo Amazônia, além de seu comportamento em encontros internacionais como a conferência das Nações Unidas sobre o clima: na última edição, em Madri, o governo fez de tudo para atrapalhar iniciativas conservacionistas. (24/01/2020).

Bolsonaro não vai à Davos. O que diria lá, não é mesmo? E ainda correndo o risco de encontrar a “pirralha”? O presidente deve ter desistido pra evitar as perguntas da imprensa – ou mesmo de líderes globais ou empresários mais conscientes – a respeito dos incêndios na Amazônia, do vazamento de óleo em quase todo o litoral do país, as ameaças constantes aos indígenas (que se

reuniram esta semana com Raoni, com grande repercussão mundial) ou ainda sobre seu ex-secretário de cultura nazista. (21/01/2020).

Lamentável que Salles faça esse tipo de piada. O Brasil precisa de pessoas sérias, que façam seu trabalho sem colocar em dúvida aquilo que a ciência já provou: é urgente que se reduza o consumo de carne no planeta. (16/12/2019).

Como sabemos, sempre que tem oportunidade, o *ministro das relações exteriores, Ernesto Araújo, nega e faz chacota das mudanças climáticas sem se importar em apresentar evidências científicas. Tai uma coisa que ele ignora, mesmo. Na verdade, ele já passava vergonha antes mesmo de assumir esse cargo no governo: dizia que as mudanças climáticas são uma “conspiração marxista” e que o combate a elas era ‘perversão da esquerda’.* Já chanceler, em maio, em reunião com ruralistas, chegou a afirmar que “não há um termostato para medir a temperatura global” [...] “Não acredito em aquecimento global. Vejam que fui a Roma em maio e estava tendo uma onda de frio enorme. Isso mostra como as teorias do aquecimento global estão erradas”. E completou: “Isso a mídia não noticia”. Sim, *a ignorância é uma praga. E Araújo um de seus maiores expoentes neste governo. Na verdade, o páreo é bem duro ali.* (06/08/2019).

Agora, mais uma vez, *o Brasil deixa pra trás seu então protagonismo internacional nas questões climáticas e cancela mais um encontro que seria realizado no país, a Semana do Clima, entre 19 e 23 de agosto, em Salvador.* (14/05/2019).

A crítica ao governo ocorre em 9% dos textos analisados em *Envolverde*, sendo um pouco menor em comparação aos outros veículos, e aparecendo, especialmente quando há republicação dos textos do *Observatório do Clima*, como ocorre com a publicação de 09/04/2019 – “No governo federal, *luminares como os ministros do Meio Ambiente, Ricardo Salles (Novo-SP) e das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, insistem em que a mudança climática é uma mera discussão acadêmica ou uma conspiração esquerdista*” – e com a de 16/04/2020:

O presidente e o vice insistem em abrir as terras indígenas a todo tipo de atividade econômica, inclusive garimpo. O presidente, com respaldo amplo da bancada ruralista (que em tese representa o mesmo setor econômico que estaria sofrendo “pressão do mercado” para controlar o desmate), quer aprovar em rito sumário no Congresso uma Medida Provisória legalizando a grilagem feita por seus eleitores e apoiadores. Se a MP 910, pronta para votação, for aprovada, o controle do desmatamento terá de ser feito por orações ou pelo coronavírus; o governo não será mais capaz de fazê-lo, dada a sinalização ao crime organizado de que a invasão de terras públicas sempre poderá ser perdoada.

As críticas permeiam os discursos, mas, nesses casos específicos, elas são a tônica dos textos. Tais matérias são decorrentes de manifestações consideradas negativas pelos meios por prejudicarem o cuidado ambiental e ocorrem, em sua maioria, no período de cobertura da COP-25. Esse tópico é um destaque e um diferencial em relação aos veículos hegemônicos, que, ao desejarem manter distanciamento dos fatos, acabam apresentando críticas por meio de estratégias muito mais sutis. A não existência de amarras em relação

aos detentores de poder dá liberdade à imprensa não hegemônica para que ela se coloque como contraponto aos discursos hegemônicos.

8.6 Síntese dos resultados a partir dos tópicos

A análise dos tópicos prioritários nos discursos dos três veículos evidencia tendências bastante similares: os três concentram seus enquadramentos em abordagens de ações pró-clima e efeitos, sendo que essa ordem só se inverte no caso de *Colabora*. É a partir dos temas menos abordados que as diferenças aparecem: os enfoques questionadores ocupam a terceira posição nos veículos *Conexão Planeta* e *Colabora*, enquanto *Envolverde* destaca soluções (a maioria no âmbito da economia verde). Relembramos que muitas notícias dessa categoria publicadas por esse meio tratam de iniciativas empresariais sem contextualização maior. Isso sugere que entre os veículos em observação, *Envolverde* é aquele que menos problematiza os conteúdos baseados na racionalidade econômica (diretamente associada ao modelo ecodestrutivo) e que, por meio de seus discursos, busca evitar julgamentos – ainda que os faça sob estratégias que gerem o efeito de distanciamento e suposta neutralidade.

Conexão Planeta e *Colabora* se diferenciam, sobretudo, pela abrangência da cobertura climática – enquanto no primeiro predominam os acontecimentos internacionais, com enfoque das discussões oriundas do Norte, o segundo enfatiza o contexto nacional e se aproxima mais da realidade do Sul – e pelo estilo: *Conexão Planeta* adota recursos persuasivos e de aproximação com o público, enquanto *Colabora* tende a ter notícias predominantemente parecidas com o discurso jornalístico hegemônico, buscando passar um sentido de afastamento daquele que escreve. Nenhum dos três veículos destaca-se pela cobertura local/regional, ainda que existam notícias voltadas para o contexto de São Paulo e Rio de Janeiro.

9 ANÁLISE CRÍTICA DESDE O SUL: REPRESENTAÇÕES, VOZES E IDEOLOGIAS

*Hay en el colonialismo una función muy peculiar para las palabras: ellas no designan, sino que encubren. Por eso la descolonización no puede ser sólo un pensamiento o una retórica, porque las palabras suelen desentenderse de las prácticas*¹²⁷.

Rivera Cusicanqui (2010, p. 6).

Neste capítulo apresentamos os achados derivados da forma como são empregadas a linguagem, a gramática e a retórica, assim como da escolha dos atores que ganham espaço nos discursos analisados e como eles são apresentados. Também tecemos considerações a respeito das posições ideológicas dos veículos. Parte desse exercício já foi exibido nos capítulos anteriores, já que as categorias são entretecidas por aspectos do micro e do macro o tempo todo, e que qualquer separação desenhada para a pesquisa serve somente como recurso de explicitação metodológica.

Para avançar nas conexões entre o discurso (micro) e seu contexto social permeado de relações de poder e disputas (macro), identificamos a autoria dos textos publicados, a fim de obter mais informações que pudessem auxiliar na compreensão das escolhas feitas a partir de alguns indicativos das condições produtivas. Nesse sentido, constatamos que *Colabora* possui uma rede mais ampla de repórteres nesse período, além de republicar conteúdos do *Observatório do Clima*, *The Conversation*, de agências de notícias ligadas a universidades públicas (*Agência Fapesp*, *Agência Faperj*, *Agecom UFRN*) e textos opinativos de especialistas na área (que também podem ser chamados de colunas)¹²⁸. Tal diversidade de perfis reflete-se em perspectivas e estilos também variados e pode ser responsável por um equilíbrio maior entre os tópicos pesquisados.

Conexão Planeta, ao contrário, concentra a maioria de seus textos em uma única jornalista, residente no exterior. Do total do *corpus* desse meio (236 textos), 152 notícias são assinadas por essa jornalista (Suzana Camargo), e outras 45 levam a assinatura da editora (Mônica Nunes). Logo, as duas jornalistas são responsáveis por 83% do *corpus*. As demais publicações são reproduções do *Observatório do Clima*, *Greenpeace Brasil* e *Agência Fapesp*, além de seis colunas de diferentes autores. Pontuamos que muitas das

¹²⁷ Em tradução livre: “Há no colonialismo uma função muito peculiar para as palavras: elas não designam, mas encobrem. É por isso que a descolonização não pode ser apenas um pensamento ou uma retórica, porque as palavras tendem a ignorar as práticas”.

¹²⁸ Foram identificados mais de vinte autores diferentes ao longo desses dois anos.

notícias são produzidas a partir de informações de outros veículos, muitos deles reconhecidamente tidos como hegemônicos, tais como *The Guardian*, *New York Times*, *BBC*, *O Globo*, *UOL*, *Terra*, *CNN*, *Deutsch Welle*, *Reuters*, revista *Time*, *GI*, *Estadão*, *Rolling Stone* e *The Washington Post*.

Envolverde é um meio que, majoritariamente, apresenta republicações, podendo ser caracterizado como um veículo que faz curadoria de informações ambientais. O conteúdo produzido pelo *Observatório do Clima* está presente aqui, assim como o da *Agência Fapesp* (em menor frequência quando comparado ao primeiro) – duas fontes utilizadas também pelos demais veículos pesquisados. Esse veículo chegou mesmo a republicar um conteúdo do *Conexão Planeta*, em 14/05/2019. Checamos que *Envolverde* faz uso de agências tradicionais, como *BBC* e *Deutsche Welle*, mas também recorre a fontes de informação mais alternativas e especializadas em meio ambiente, como *ClimaInfo*, *EcoNordeste*, *IPS*, *ONU Notícias*, *Brasil de Fato*, *Mongabay*, *Agência Mural de Jornalismo das Periferias*, dentre outras. Há uma matéria do Programa *Envolverde* de Parcerias Estudantis, iniciativa do veículo, e várias de outra jornalista que tem vínculo com a ONG *350.org*.

O uso costumeiro de conteúdos de outros é uma estratégia comum aos veículos e que se intensifica naqueles com menor estrutura e, conseqüentemente, menos recursos humanos. Na tentativa de manter alguma periodicidade, os meios não hegemônicos recorrem às republicações de textos de veículos mais estruturados que permitem essa prática, ou a formulações baseadas em outras fontes (trabalho de edição a partir de outras publicações, com menção das fontes). É uma maneira de trazer conteúdo para seus públicos de forma mais rápida e com baixos custos, já que se parte de algo já checado por outros jornalistas, e usada principalmente por veículos com redação enxuta e poucos recursos para investimento em pautas próprias.

As republicações ocorrem nos três veículos, mas *Conexão Planeta* investe mais na edição, demonstrando um papel de produção mais ativa e, com isso, trazendo o conteúdo apurado por outros com sua própria linguagem e estilo. Isso fica evidente na análise de como o veículo se coloca em relação aos temas e como interpela o leitor, diferente da linguagem jornalística mais associada à objetividade e isenta de juízos de valor, adotada pelo jornalismo hegemônico para gerar um efeito de isenção. Isso não significa que os demais veículos não tenham posicionamentos bastante explícitos em colunas, no endosso aos textos do *Observatório do Clima* e inclusive em outras notícias, porém *Colabora* e *Envolverde*, no geral, tendem a ter um discurso mais contido, com uso

da terceira pessoa e sem tantas adjetivações e ironias como aquele apresentado por *Conexão Planeta*.

9.1 Como as mudanças climáticas são discursivizadas

Um levantamento quantitativo das expressões mais usadas nos textos analisados mostrou que as três mais habituais para se referir à questão em estudo são “mudanças climáticas”, “aquecimento global” e “crise climática”. Outras expressões são empregadas com menor assiduidade: “emergência climática”, “eventos extremos” ou “eventos climáticos extremos”, “riscos climáticos” e “catástrofe climática”. O uso dos vocábulos crise e emergência está em consonância com as discussões internacionais sobre a necessidade de nomear as coisas como elas são, a fim de garantir um entendimento da urgência e gravidade – não é uma mera mudança, é um fenômeno capaz de alterar o mundo como o conhecemos e até, no longo prazo, extinguir a espécie humana. Essa discussão aparece em um dos textos de *Conexão Planeta* (22/11/2019):

Até bem pouco tempo, o termo mais utilizado era mudança climática, que se referia às alterações no clima do planeta devido ao aquecimento da superfície da Terra, provocado pelas atividades do homem, sobretudo, a queima de combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás), responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa.

Todavia, este ano, cientistas do clima e principalmente, a ativista sueca Greta Thunberg, argumentaram que não devemos mais usar a expressão mudança climática, pois o que vivemos atualmente é uma ‘emergência climática’, já considerada o maior desafio enfrentado na história pela humanidade.

Entretanto, o uso do termo “aquecimento global” como sinônimo de mudanças climáticas pode abrir brecha para negacionistas, que, ao levarem a expressão no sentido literal e vivenciarem o oposto do aquecimento, podem colocar em xeque a seriedade do problema climático, como foi reportado por *Conexão Planeta* em “Trump volta a debochar do aquecimento global diante de onda de frio polar que castiga os Estados Unidos”, em 31/01/2019. Como o aquecimento global é uma das facetas da mudança do clima, expressão mais ampla que engloba diferentes extremos climáticos, é preciso estar atento para substituições indevidas.

Observamos ainda que os dois termos não são usados apenas como sinônimos, mas postos como coisas diferentes, sem explicação, como ocorre nesses trechos de notícias publicadas em *Colabora*: “Cerca de 2.4 bilhões de pessoas – ou 40% da população mundial – vivem em regiões costeiras e provavelmente serão impactadas pela elevação do nível do mar, *uma consequência da mudança do clima e do aquecimento*

global” (23/04/2019) e “Os ambientalistas alertam que se, de um lado, o Paraíba do Sul perde vazão pela ação humana, do outro, o aumento do nível dos oceanos, *provocado pelo aquecimento global e as mudanças climáticas*, faz o mar subir de forma mais intensa e violenta em Atafona” (02/01/2020). Esses exemplos revelam uma falta de entendimento de que o aquecimento global é intrínseco às MCs.

Em termos de representação, de como a crise climática é discursivizada pelos meios, há uma retórica bélica que é partilhada pelos três veículos. Logo, os discursos analisados repetem a ideia de que *a mudança do clima é uma ameaça*, que precisa ser *enfrentada, combatida, atacada* ou, de outro jeito, que *nós precisamos lutar para conter essa ameaça*.

Conexão Planeta formula discursos assertivos: “*A mudança climática é a maior crise que a humanidade enfrenta*” (18/11/2020); “*A mudança climática é a maior ameaça ao nosso planeta.*” (19/02/2020); “*Mudança climática é o principal desafio da humanidade*, afirmam 10 mil jovens de mais de 20 países” (10/12/2019).

Também o discurso de *Envolverde* representa as mudanças climáticas majoritariamente como “a principal ameaça da humanidade” (04/01/2019) ou associadas a “[...] um ‘colapso irreversível’ da civilização humana, caso a humanidade permaneça no trajeto atual” (03/08/2020). De forma mais ou menos explícita, seus discursos direcionam o entendimento de que as MCs são mortíferas: “*A mudança climática já está matando* pessoas em ondas de calor extremas e outros desastres; também está piorando a escassez de comida e água e deslocará centenas de milhões de pessoas” (10/03/2020); “ONU: *Mudança climática provoca aumento de mortes*, doenças e fome no planeta” (11/03/2020); e “*Eventos climáticos aumentam mortalidade* em florestas tropicais” (09/04/2020).

Colabora segue essa mesma linha, mas dá atenção ao tempo presente, reforçando a ideia de que o problema realmente existe e já acontece: “[...] em *um mundo ameaçado pela mudança do clima*, necessitado de iniciativas como esta em nível global, como freio do aquecimento e para evitar *catástrofes trazidas por ela*” (13/08/2019); “*Não é invenção, nem uma ameaça para o futuro. A emergência climática do planeta é uma realidade do presente*” (06/11/2019); “*As mudanças climáticas são um fato*” (11/01/2019); “*Não há dúvida. Para os cientistas, a tendência de elevação do calor desde o início da era industrial é uma mostra clara das mudanças climáticas* causadas pela emissão de gases de efeito estufa” (16/01/2019); e “*É fato que as mudanças climáticas são uma realidade e representam um dos desafios mais complexos deste século*” (25/04/2019).

Metáforas e comparações associadas à guerra são recorrentes. Alguns exemplos: “Quando estamos fazendo essas coisas fatalmente *estamos atuando nessa guerra climática*, que é maior do que nosso município, mas não pode ser vencida sem nós”, ressaltou.” (*Colabora*, 08/11/2019); “‘O *poder entrincheirado* e a permanência no *status quo* é o que diferencia a mudança climática dessa crise em particular’, diz Boeve.” (*Envolverde*, 10/03/2020); “‘O grande desafio de nosso tempo é a mudança climática e *não teremos sucesso em enfrentá-la se não derrotarmos o desmatamento*’, ressaltou.” (*Conexão Planeta*, 22/01/2020); “Ao participar recentemente de um debate, em um programa de televisão da rede ABC, *a ativista atacou a indústria dos combustíveis fósseis*” (*Conexão Planeta*, 06/11/2019); “Greta e DiCaprio: o encontro de *dois guerreiros pelo clima*” (*Conexão Planeta*, 04/11/2019).

Os três veículos não hegemônicos pesquisados fazem ampla mobilização do campo semântico da guerra em diferentes momentos, porém isso fica ainda mais evidente quando os discursos são orientados para a contenção do fenômeno: há necessidade de lutar, de enfrentar, de combater, de se colocar contra as mudanças climáticas:

[...] *a Costa Rica, considerada um dos países mais promissores na luta contra a mudança climática nas Américas*, iniciou gestões para sediar o encontro. Seu papel na proteção da natureza e *seu compromisso com políticas para combater as mudanças climáticas renderam ao país o prêmio de Campeões da Terra de 2019*, o maior reconhecimento ambiental da ONU. (*Colabora*, 30/10/2019).

As discussões envolvendo *a participação das mulheres na luta contra a mudança do clima* tomam corpo [...] (*Colabora*, 08/03/2019).

Infelizmente, *os Estados Unidos, que sob a administração de Obama lideravam a luta contra as mudanças climáticas*, agora rumam em direção contrária. Trump tem feito de tudo para derrubar as medidas que visam combater o aumento das emissões de carbono. (*Conexão Planeta*, 06/11/2019).

Quando a mobilização – da qual Greta participava – passou pelo banco, *os manifestantes mostraram uma faixa pedindo para que Federer se envolva mais na luta contra a crise climática*. (*Conexão Planeta*, 21/01/2020).

“O que espero alcançar com *Ártico Ameaçado* é destacar a resiliência das comunidades inuítes que estão *lutando contra a mudança climática*, já que seus meios de subsistência e cultura estão ameaçados pela dramática transformação do Ártico.” (*Envolverde*, 22/10/2020).

Com o *slogan Time for Action* (Hora da Ação, em português), a Cúpula do Clima reúne representantes de cerca de 200 países para *uma luta mais urgente contra a crise climática*. (*Envolverde*, 11/12/2019).

[...] *uma ação coordenada para enfrentar as mudanças climáticas* pode, simultaneamente, melhorar o solo, a segurança alimentar e a nutrição e ajudar a erradicar a fome.” (*Colabora*, 09/08/2019).

É comprovado que as mulheres, sobretudo as mais pobres, são as maiores prejudicadas pelos efeitos do aquecimento global, segundo a ONU. Mas que

elas também têm um papel estratégico no enfrentamento dos problemas climáticos. (Colabora, 08/11/2019).

O que nenhum governante falou ainda é sobre qual investimento está sendo feito para que isso não ocorra, novamente, nos próximos verões, e mais pessoas percam suas vidas. *Como exatamente as cidades brasileiras estão se preparando para enfrentar as mudanças no clima do planeta. (Conexão Planeta, 27/01/2020).*

Após quatro anos, *bacia do Rio Doce ainda sofre com impacto do desastre e precisa de mais ações para enfrentar efeitos da crise climática. (Conexão Planeta, 27/08/2020).*

Uma declaração de 631 investidores internacionais, que administram mais de US\$ 37 trilhões em ativos, pede aos governos que intensifiquem *os esforços para enfrentar a crise climática global* e alcançar os objetivos do Acordo de Paris. *(Envolverde, 09/12/2019).*

O relatório observa que, embora a lacuna de emissões — a diferença entre o que precisamos fazer e o *que estamos realmente fazendo para enfrentar as mudanças climáticas* — seja ampla, ela ainda pode ser superada com ações urgentes e concertadas de todos os países e setores. *(Envolverde, 16/10/2020).*

[...] *as pessoas estão preocupadas e engajadas no combate às mudanças climáticas*, sem dúvida nenhuma, o maior desafio da humanidade nos dias atuais. *(Colabora, 16/07/2019).*

Como alternativa, estabeleceu *medidas internas pífias de combate ao aquecimento global* e propôs a alguns países responsáveis pelas maiores emissões de gases de efeito estufa que se reunissem para tentar definir metas voluntárias de redução de emissões. *(Colabora, 05/11/2020).*

Quais são os compromissos do recém-eleito presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, para o combate à crise climática. (Conexão Planeta, 07/11/2020).

Em carta, *ex-ministros da Fazenda e presidentes do Banco Central defendem o fim do desmatamento, o combate à crise climática* e a economia de baixo carbono. *(Conexão Planeta, 14/07/2020).*

Somente 84 países se comprometeram efetivamente a apresentar *planos mais eficientes de combate às mudanças climáticas*, no ano que vem, mas isso não quer dizer que implementarão e a tempo. *(Envolverde, 17/12/2019).*

O Parlamento britânico aprovou esta quarta-feira uma moção, sem efeitos vinculativos, que reconhece a necessidade de reforçar *o combate às alterações climáticas e à poluição.*" *(Envolverde, 06/05/2019).*

Essa retórica bélica não é uma estratégia discursiva exclusiva da cobertura climática, mas bastante presente no campo de disputas, sejam elas políticas ou sociais. E, claramente, as MCs estão perpassadas por diferentes interesses que implicam confrontação de relações de poder estabelecidas (é preciso abandonar os combustíveis fósseis ou a economia de carbono, rever nossos hábitos e comportamentos, como o consumo da carne ou as viagens de avião, optar por um sistema que não seja baseado somente no crescimento, como o atual).

Há, por parte dos veículos, um discurso forte que defende o combate ao problema pela sua realidade, urgência e gravidade, e também outro que se contrapõe àqueles que não aceitam a necessidade dessa luta ou que a fragilizam, como se vê em: “Sobre *Bolsonaro, que atacou o ator Leonardo DiCaprio* (que ela conheceu em sua passagem pelos Estados Unidos) *de financiar as queimadas na Amazônia*, e *Trump, que constantemente critica a ativista*, ela escreveu nas redes sociais: ‘*As mentiras, o ódio e o bullying contra crianças e jovens que comunicam e atuam com base na ciência é um reflexo esperado. Tudo porque alguns adultos – com medo da mudança – não querem falar sobre a crise climática*’, respondeu [Greta Thunberg]” (*Conexão Planeta*, 06/12/2019); e “Mas é claro que, da mesma forma que ela [Greta Thunberg] se tornou celebridade entre jovens e ambientalistas, *virou alvo de críticas e xingamentos por parte de políticos de direita, céticos do clima e comunicadores*”. (*Colabora*, 01/10/2019).

Dessa forma, não apenas a crise climática é uma ameaça por si só, mas todos aqueles cientistas, ativistas e demais atores que creem nela e rogam por uma medida drástica acabam assumindo essa representação e se tornando alvos do *establishment*. Essa batalha discursiva é sustentada por visões de mundo ou ideologias opostas: enquanto as elites político-econômicas buscam preservar seus privilégios às custas da exploração da natureza, os demais atores alertam para a finitude dos recursos e a possibilidade de extinção da vida na Terra. Entre esses dois extremos, muitos matizes eclodem – os mais reformistas alinhados à ideologia antropocêntrica, e os chamados de “radicais”, por exigirem outra compreensão da nossa relação com o meio ambiente, de perspectiva biocêntrica.

9.2 Quem são e como são identificados os atores das notícias

Panoramicamente, as notícias nas quais predominam os temas de ações pró-clima e as críticas à inação são protagonizadas por atores-ativistas, sejam eles formalmente vinculados a movimentos da sociedade civil, celebridades ou indivíduos engajados. Os tópicos atrelados a efeitos e causas costumam dar mais espaço para especialistas/experts/cientistas/pesquisadores – representantes da ciência. Já aqueles que tratam das soluções possuem uma variação maior de vozes: desde autoridades políticas, passando por especialistas e chegando a empresários, sendo aquelas soluções de cunho mais reformista trazidas por atores do campo econômico.

Os atores dos campos científico e político já foram mapeados em outros estudos sobre a comunicação climática em veículos hegemônicos, geralmente conectando as pautas voltadas para riscos e consequências aos pesquisadores e aquelas decorrentes das discussões internacionais, como as COPs, aos atores políticos. No contexto desta pesquisa, ressaltamos os atores chamados de ativistas, aqueles que reivindicam ação, especialmente a mais célebre e conhecida no âmbito da luta climática: Greta Thunberg.

Como já mencionado no MC3, mais do que uma das fontes principais do assunto, Greta tornou-se oportunidade de pauta. Além de liderar as greves pelo clima, sua participação em diferentes eventos políticos de grande repercussão, em premiações e outras formas de homenagem oportunizaram que o tema fosse atualizado várias vezes. Essa é uma das estratégias adotadas por *Conexão Planeta*, veículo que mais publicou sobre a atuação da jovem sueca. Entretanto, mais do que a frequência de aparições, chama a atenção a maneira elogiosa com a qual os diferentes veículos a introduzem:

Um rosto infantil entre duas longas tranças e uma capa de chuva amarela em tamanho muito maior que o seu. É com essa imagem, agora já emblemática, que Greta Thunberg, uma jovem sueca de 16 anos, se tornou a grande responsável pela mobilização de milhares de estudantes na Europa, meninas principalmente, contra o descaso de seus governantes em relação às mudanças climáticas. (Colabora, 15/03/2019).

[...] hoje mundialmente conhecida por ter iniciado o movimento das greves estudantis pelo clima” (Colabora, 27/07/2019).

A jovem ativista sueca Greta Thunberg voltou à conferência, desta vez ladeada por cientistas, e pediu para que os governos “escutem a voz da ciência, no lugar das empresas”. Após ser chamada de “pirralha” pelo presidente Bolsonaro, Greta incluiu o termo na descrição do seu perfil no twitter. (Colabora, 11/12/2019).

Do alto de seus 16 anos, Greta Thunberg já conseguiu mais do que muitos adultos e líderes mundiais. (Conexão Planeta, 22/02/2019).

A adolescente sueca que, em 2018, inspirou jovens de todo o mundo contra as mudanças climáticas e a inação dos adultos, é super firme em seu propósito. Assim que se tornou ativista pelo clima, parou de comer carne e alimentos de origem animal e virou vegana. A família a acompanhou nas transformações que fez em seu cotidiano e até trocou o carro por um modelo elétrico, que só sai da garagem em último caso. [...] (Conexão Planeta, 05/08/2019).

O reconhecimento do ativismo climático da estudante sueca, de 16 anos, é por inspirar e amplificar demandas políticas por ação climática urgente que reflita fatos científicos. Sua maneira intransigente de falar a verdade ao poder ressoa com o público, segundo a Fundação Right Livelihood, ao conseguir colocar a crise climática não apenas na capa dos jornais, mas também no topo da mente das pessoas. A notoriedade que ganhou o movimento #FridaysForFuture (#SextasPeloFuturo), do qual é precursora, contagia milhares de pessoas pelo mundo e é um exemplo da inspiração que ela se tornou a diferentes gerações. (Envolverde, 27/09/2019).

[...] e conta a história de vida de Greta Thunberg, a adolescente sueca cujas ações inspiraram um movimento global que promove a verdadeira luta contra

as mudanças climáticas como nunca antes. Indicada este ano e pela segunda vez para o Prêmio Nobel da Paz, Thunberg se tornou um ícone global do ativismo. Em apenas 16 meses, ele se encontrou com chefes de Estado nas Nações Unidas, teve uma audiência com o Papa, confrontou o presidente dos Estados Unidos e liderou uma greve global contra as mudanças climáticas envolvendo 4 milhões de pessoas. (Envolverde, 16/10/2020).

Fonte de inspiração, exemplo contundente, mobilizadora global. Greta Thunberg pode ser considerada a voz principal da ação climática e, conseqüentemente, uma das mais recorrentes deste *corpus*. Muitas vezes suas falas são reproduzidas, assim como suas postagens na internet; porém seu nome também é citado de forma indireta, quando há matérias sobre as greves pelo clima no Brasil, por exemplo, ou referência à mobilização mundial pelo clima. Engrossam esse olhar, também com apresentações entrelaçadas por admiração, os ativistas-celebridades ou personalidades do universo das artes que se manifestam a favor de ações climáticas. Essa é uma outra estratégia bastante usada por *Conexão Planeta* para dar visibilidade à pauta – os demais veículos não apresentaram notícias assim, mas, em razão do volume maior de publicações desse primeiro veículo (quase o dobro dos demais), esse tipo de discurso mostrou-se significativo. Seguem exemplos:

Famoso por seus personagens no cinema, como Hans Solo, em Guerra nas Estrelas, e Indiana Jones, o ator americano Harrison Ford é um engajado ativista ambiental e uma das vozes mais fortes em Hollywood quando o assunto é mudanças climáticas. (02/06/2020).

Os atores americanos Joaquin Phoenix e Martin Sheen são os mais novos nomes a aumentar a lista de celebridades presas pela polícia devido à participação nos protestos em frente ao congresso americano, na capital Washington D.C. Como mostramos aqui, nesta outra reportagem, as manifestações contra as mudanças climáticas começaram em outubro e fazem parte do movimento Fire Drill Fridays. O principal rosto dos protestos é Jane Fonda, de 82 anos, que abraçou a iniciativa e participa toda sexta-feira. Ela já foi presa várias vezes (leia mais aqui), ao lado de outros atores como Lily Tomlin, Sam Waterston, Sally Field e Robert Kennedy Jr. (13/01/2020).

Ele é a voz da natureza. Esta é a sensação que têm milhões de britânicos e apaixonados por programas sobre animais e meio ambiente, de outras partes do mundo, ao ouvir a narração ou reportagens feitas pelo naturalista David Attenborough. Durante as últimas décadas, o senhor, hoje com 92 anos, viajou pelos quatro cantos do planeta – ou aqueles em que as atividades humanas ainda não destruíram – mostrando a biodiversidade da Terra e as belezas e o comportamento de nossa fauna e flora. Por ser uma das pessoas mais influentes da atualidade, o britânico foi convidado a falar durante a abertura do Fórum Econômico Mundial, que acontece esta semana, em Davos, na Suíça. Ele também foi um dos escolhidos para receber o Crystal Award, prêmio que reconhece a contribuição de personalidades que inspiram mudanças sustentáveis e inclusivas no mundo. (22/01/2019).

Mick Jagger, que estava no festival, aplaudiu os protestos de centenas de jovens. “Estou feliz que estejam fazendo isso. Serão eles que herdarão o planeta”, disse o líder do Rolling Stones. (09/09/2019).

Com 44 anos, DiCaprio é uma das mais importantes vozes, em Hollywood, na luta para combater o aquecimento global. (04/11/2019).

Em uma das matérias o veículo explicita que os famosos podem desempenhar um papel de amplificação da causa climática porque recebem alta atenção midiática e são influenciadores de muitos fãs:

Celebridades, como DiCaprio e a modelo Gisele Bündchen, outra ativista pela proteção e conservação da Amazônia, têm um papel sem igual ao fazer alertas como esses. Com milhões de seguidores em suas páginas nas redes sociais (o ator possui 28,9 milhões no Instagram, 18,9 milhões no Twitter e 16 milhões no Facebook), o que eles falam repercute e é reverberado pelo mundo todo, aumentando a pressão sobre líderes globais e levando mais informações para aqueles que não estão conscientes sobre o grave problema ambiental que enfrentamos. (11/02/2019).

Ao final do texto, há um pedido por parte do veículo – “Não se calem, Leonardo e Gisele. Jamais” –, que acredita que a pressão exercida por cada vez mais pessoas pode acelerar ou desencadear uma mudança que ainda não aconteceu.

Sublinhamos que, ao analisar quem são os atores mencionados em termos de Norte e Sul Globais, constatamos que é bastante marginal o espaço dedicado às vozes que já recebem pouca (ou nenhuma) atenção midiática nos veículos hegemônicos. Há uma maior reverberação de ativistas, mas eles são também celebridades ou personalidades de destaque em suas áreas. Mesmo no campo científico, notamos uma prevalência de pesquisadores internacionais e uma repetição dos mesmos especialistas brasileiros.

Os alertas e chamados para a ação de *Envolverde* e *Colabora* acabam sendo realizados pelos cientistas ou por ativistas de forma generalizada, uma abordagem também usada por *Conexão Planeta*: “É por esta razão que esses 23 ativistas assinam a carta pública, clamando por medidas imediatas” (*Colabora*, 10/04/2019); “Mães e pais do mundo inteiro clamam por ação climática urgente” (*Colabora*, 13/12/2019); “Em um documento com 16 páginas, os profissionais apontam as evidências científicas que são a razão pela qual conclamam o governo britânico a implementar impostos sobre certos alimentos até 2025.” (*Colabora*, 11/11/2020); “[...] milhares de jovens foram às ruas em 123 países para pedir medidas urgentes contra as mudanças climáticas” (*Envolverde*, 03/07/2019); “Mobilização Global pelo Clima fortalece que não existe “Plano B” para o planeta” (*Envolverde*, 25/09/2019); “Mudança climática é o principal desafio da humanidade, afirmam 10 mil jovens de mais de 20 países” (*Conexão Planeta*,

10/12/2019); e “*Mil cientistas franceses assinam manifesto contra o governo e convocam cidadãos para uma rebelião pelo clima*” (*Conexão Planeta*, 26/02/2020).

Enquanto os *experts* afirmam, explicam, analisam, advertem e alertam, às fontes ativistas são atribuídos verbos que não produzem esse mesmo efeito de neutralidade. É frequente o uso de verbos associados ao campo semântico da militância, como denunciar, clamar, defender e protestar, como mostra o quadro abaixo:

QUADRO 15 – EXEMPLOS REFERENTES AOS VERBOS USADOS

Verbos usados em referência aos especialistas	Verbos usados em referência aos ativistas
“As mudanças necessárias são economicamente acessíveis e tecnicamente possíveis. E afetariam nossa vida cotidiana apenas marginalmente. É para comemorarmos que um número crescente de países e empresas estejam se comprometendo com a neutralidade de carbono”, <i>disse</i> o presidente da OMM. (<i>Colabora</i> , 24/11/2020).	Ativistas jovens como a sueca Greta Thunberg <i>pregam</i> a diminuição de riscos para a saúde e o meio ambiente e estão ajudando a aumentar a consciência dos danos criados pela indústria de aviação. (<i>Colabora</i> , 05/10/2020).
O pesquisador <i>explica</i> que o principal culpado pela hiperatividade este ano foram as temperaturas oceânicas mais altas que a média. (<i>Colabora</i> , 13/12/2020).	[...] a líder indígena Sônia Guajajara <i>denunciou</i> que “Bolsonaro não é apenas uma ameaça para o Brasil, mas também para o planeta” (<i>Colabora</i> , 09/12/2019).
Os pesquisadores <i>alertam</i> que o mundo precisa adotar um novo modelo econômico “pós-crescimento” se quiser evitar os riscos existenciais resultantes da poluição, da destruição de habitats e das emissões de carbono. (<i>Colabora</i> , 17/06/2019).	“[...] O sistema financeiro precisa motivar a agricultura de baixo carbono”, <i>defendeu</i> o coordenador de projetos especiais da Fundação Amazonas Sustentável. (<i>Colabora</i> , 04/09/2019)
Um estudo publicado esta semana <i>mostra</i> que as ondas nos oceanos do mundo estão mais potentes. Antes que os surfistas comemorem, porém, os pesquisadores <i>advertem</i> : isso é péssima notícia para as cidades costeiras, que já sofrem com o aumento do nível do mar. (<i>Conexão Planeta</i> , 16/01/2019).	Greta fala sobre a crise climática e <i>conclama</i> jovens a participar de uma “desobediência civil”. (<i>Conexão Planeta</i> , 30/07/2019).
Cientistas <i>afirmam</i> que os extremos climáticos ficarão cada vez mais frequentes e fortes nos anos por vir, caso o ritmo atual das emissões não seja freado. (<i>Conexão Planeta</i> , 29/03/2019).	“Exigimos que os governos parem de colocar o lucro de alguns acima da vida de todos nós, e que as empresas forneçam comida saudável, de boa qualidade e acessível. Para todos”, <i>defende</i> o Greenpeace.” (<i>Conexão Planeta</i> , 23/07/2020).
Segurança alimentar do planeta depende da redução do consumo de carne e melhor uso da terra, <i>alerta</i> novo relatório do IPCC (<i>Conexão Planeta</i> , 08/08/2019).	Grupo de jovens, entre eles, Greta Thunberg e ativista brasileira, <i>denunciam</i> Brasil e outros países na ONU (<i>Conexão Planeta</i> , 24/09/2019).
Os especialistas <i>dizem ter</i> a obrigação moral de “avisar a humanidade para a ameaça catastrófica” que as alterações climáticas representam e “dizer as verdades”, afirmando “clara e inequivocamente que o planeta Terra está a enfrentar uma emergência climática”. (<i>Envolverde</i> , 06/11/2019).	[Krenak] <i>critica</i> a ideia de a humanidade ser vista como separada da natureza (<i>Envolverde</i> , 08/10/2019).
O cientista social Pedro Jacobi, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (PROCAM/USP), <i>analisa</i> que o caminho da conscientização só pode acontecer por meio do incentivo ao diálogo. (<i>Envolverde</i> , 25/09/2019).	Indígenas <i>protestam</i> na COP25 em Madri contra petróleo no mar brasileiro (<i>Envolverde</i> , 10/12/2019).

O cientista <i>explica</i> que não se trata apenas de pegar pessoas e deslocar para o interior, mas de oferecer oportunidade e condições de vida digna a elas onde forem morar (<i>Envolverde</i> , 14/06/2019).	Apesar da quase unanimidade do acordo, ambientalistas <i>estão denunciando</i> uma articulação, liderada por Japão e Noruega, para tornar as metas do plano voluntárias até 2030. (<i>Envolverde</i> , 21/10/2020).
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

FONTE: Elaboração própria (2021).

Esses exemplos revelam que os veículos tendem a construir discursos mais neutros (ou com pretensão de) quando as fontes são científicas, em conformidade com a representação desse campo legitimada pela modernidade. Assim como no jornalismo hegemônico, os cientistas são acionados como uma estratégia para prover efeito de autoridade e veracidade aos discursos. Na matéria de 15/08/2019 de *Envolverde*, há inclusive um registro de qualificação do pesquisador, o que reforçaria o valor de sua fala: “[...] a Prefeitura de Salvador anunciou, na segunda-feira, 12 de agosto, que contará com o apoio de *um aliado de peso* para a elaboração do Plano Municipal de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas: *o climatologista Carlos Nobre, um dos cientistas mais renomados do Brasil.*”

Embora o quadro acima mostre diferenças na forma de expor as falas desses diferentes setores, é preciso mencionar que cientistas e até autoridades políticas também se posicionam por meio dos verbos em alguns textos, assim como ativistas são portadores de alertas. Observe alguns exemplos: “Artistas, indígenas e jovens do Projeto Guri *gravam videoclipe de alerta* sobre o clima e o futuro do planeta: ‘Para onde vamos?’” (*Conexão Planeta*, 20/12/2019); “O pesquisador *lamentou* os desastres. ‘Os deslizamentos de terra, por exemplo, só matam pessoas porque elas são forçadas a viver em áreas de risco, onde não deveriam. As ruas só enchem de água porque os rios foram canalizados e as cidades, impermeabilizadas, cobertas de asfalto e concreto’, frisou.” (*Colabora*, 06/03/2020); e “O Brasil vai a essa COP sem condição de pleitear absolutamente nada. Talvez tenha mais sucesso quando tiver resultados específicos e ações críveis para apresentar, como fez em 2009 e resultou na criação do Fundo Amazônia”, *criticou* Thelma Krug, vice-presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)”. (*Colabora*, 02/12/2019).

Desse modo, averiguamos que nos veículos analisados persistem estratégias habitualmente existentes nos discursos jornalísticos dominantes, mas elas se mesclam quando os cientistas também passam a defender o assunto ou quando ambientalistas podem alertar tanto quanto os *experts*.

9.3 As visões de mundo e os silenciamentos presentes nos veículos

Entre todas as notícias analisadas, os discursos originários da ideologia biocêntrica são minoritários, recebendo mais espaço quando as vozes de indígenas são visibilizadas. A citação indireta ocorre, mas há quase nenhuma abertura para discursos diretos. Em *Conexão Planeta*, há apenas duas notícias com citações diretas de indígenas. *Colabora* fez uma entrevista com Sonia Guajajara, coordenadora-executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), que participou da COP-25 e apresentou outras oportunidades para exposição das percepções desses povos. Já *Envolverde* publicou entrevista com Ailton Krenak, liderança indígena dos Krenak, da região da Bacia do Rio Doce, em Minas Gerais; e reproduziu matérias feitas por uma jornalista da ONG *350.org*, que estava promovendo uma campanha em prol dos povos tradicionais, os chamados defensores climáticos, e outra do *Mongabay* chamada “Alerta verde: como os indígenas vêm sentindo as mudanças climáticas na floresta” (14/05/2020).

Em termos de soluções, abundam aquelas reformistas, revestidas pela retórica econômica. O modelo de desenvolvimento econômico é questionado por todos os veículos, mas em poucos momentos, e alternativas a esse modelo, como o decrescimento, por exemplo, não são debatidas. Um retrato disso, como já dito, é a escassez, em todos os três veículos, de notícias relacionadas às causas do problema.

Os acadêmicos não se conformam que *a sociedade ainda continua ignorando o impacto de suas atividades no planeta*, “como muitos estudos mostraram claramente todos os dias, refletindo o consenso científico. Se continuarmos nesse caminho, o futuro de nossa espécie é sombrio”. (*Conexão Planeta*, 26/02/2020).

Só pra ilustrar, essas ilhas estão localizadas nas turbulentas águas do Mar da Noruega, acima do Círculo Ártico, e formam um paraíso natural com montanhas majestosas, fiordes profundos, colônias de pássaros e longas praias, onde se pode apreciar auroras boreais e o sol da meia noite. Essa região paradisíaca permaneceu blindada à exploração durante anos pelo governo de coalizão da Noruega, a partir de vários acordos políticos. Mas voltou a ser explorada. *Interesses econômicos acima de tudo*.” (*Conexão Planeta*, 15/04/2019).

“A lógica seria que o mundo se sentisse forçado a agir rapidamente devido ao consenso do que a Ciência nos diz sobre as ameaças das mudanças climáticas. Mas *para preservar a segurança de seu status quo, diversos líderes – incluindo o do meu país – negam ou denigrem a Ciência*. Eles estão do lado errado da história”, disse [Harrison Ford]. (*Conexão Planeta*, 13/02/2019).

O documento frisa que *embora carvão, petróleo e gás sejam os principais impulsionadores da mudança climática, eles são raramente objeto de políticas e negociações internacionais sobre clima*. (*Envolverde*, 25/11/2019).

No Brasil, a partir de uma política permeada por negacionistas do clima e orientados para o crescimento econômico a qualquer custo, as notícias mostram o descompasso da gestão Jair Bolsonaro com o compromisso global de enfrentar o clima: “Mesmo sem conseguir conter efeitos do vazamento na costa e com alerta de emergência climática, governo avança com leilões fósseis em 2020”. (Envolverde, 26/11/2019).

Primeira deputada federal indígena eleita, Joênia Wapichana trouxe o contexto federal para a discussão. Ela lembrou que, há muito, os povos indígenas têm alertado sobre a emergência climática, mas que a solução dos problemas passa por uma mudança no modelo de desenvolvimento do país. “Isso inclui o conceito de geração de energia, dependente de hidrelétricas, e o uso agrotóxico, com mais de 300 autorizações de novos tipos este ano pelo governo de Jair Bolsonaro”. (Colabora, 08/11/2019).

O fato é que Paulo Guedes e o governo brasileiro representam o passado da época da contraposição entre desenvolvimento e meio ambiente, o Fórum Econômico Mundial representa o presente da “maquiagem verde”, da conciliação e da procrastinação das ações ambientais reais e Greta Thunberg representa o futuro da luta global pela defesa da natureza e da sobrevivência das novas gerações. (Colabora, 03/12/2020).

Considerando o *corpora* em análise, a perspectiva do Sul foi quase invisibilizada. Ainda que os veículos não hegemônicos tendam a se diferenciar dos hegemônicos pela ênfase nas ações pró-clima e permitir que ativistas defendam de forma enfática suas agendas, os veículos analisados silenciaram também as causas e, de forma predominante, expuseram soluções que permitem a continuidade do sistema capitalista-colonialista dominante. Apenas em *Envolverde*, notadamente a partir de reivindicações indígenas, essa disputa pode ser evidenciada em alguns momentos:

“Acho que sejamos todos Josés, Marias, Severinas e Joãos. Porque são essas peculiaridades que vão fazer com que as conversas climáticas percam esse recorte colonizado que ainda tem. Que infelizmente ainda é um recorte de privilégio”, finaliza. (19/11/2019).

“Rejeite a mercantilização da natureza, uma vez que terras e territórios não têm preço. Baseado na natureza (NBS), Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD +) e outros programas de compensação não são soluções reais para crises climáticas. São apenas soluções neocolonialistas que trazer conflitos dentro de nossos povos...” (trecho da carta climática indígena climática, na COP-25, que reflete o artigo 6 do Acordo de Paris, sobre mercado de carbono)”. (13/12/2019).

Em termos de abrangência, abordagens locais/regionais foram menosprezadas em detrimento de enfoques e assuntos internacionais. Chama a atenção que em 2020, quando o Brasil teve um aumento significativo de queimadas no Pantanal e na Amazônia, esses acontecimentos foram pouco reportados dentro das editoriais de clima analisadas. O nexos com o cotidiano dos leitores foi, de modo geral, pouco explorado pelas mídias em análise.

Direcionando o olhar para os estilos empregados nos discursos dos meios, notamos uma maior aproximação e crítica em *Conexão Planeta*, que abusa de perguntas retóricas, ironias e inserções de juízos de valor. Ao empregar a primeira pessoa do singular e do plural, o veículo cria intimidade com o leitor, assim como o inclui em seus discursos. Essas marcas discursivas ocorrem em textos de outros veículos, especialmente naqueles de caráter opinativo, mas não fazem parte do estilo usual de *Colabora* e *Envolverde*, que tendem a fazer escolhas mais alinhadas com a busca de uma suposta objetividade, próxima ao estilo adotado pela mídia *mainstream*.

Em relação aos posicionamentos ideológicos de cada veículo, detectamos que *Conexão Planeta* é aquele mais engajado e disposto a convocar seus interlocutores para se mobilizar frente à causa ambiental e climática. Nesse sentido, atentamos para o chamamento para que cada um faça sua parte:

Ao mesmo tempo em que precisamos pressionar o governo e as empresas a colocarem um freio na destruição ambiental, sabemos que pequenas mudanças no nosso dia a dia também podem fazer uma grande diferença. (17/06/2019).

“Memoriais não são para os mortos, eles são para os vivos. *Queremos ressaltar que cabe a nós, os vivos, responder coletivamente à rápida perda de glaciares e aos impactos contínuos das mudanças climáticas.* Para a geleira Ok já é tarde demais. Ela agora é o que os cientistas chamam de ‘gelo morto’”. (26/07/2019).

“*Cabe, então, a nós, consumidores, pressionar essas empresas e boicotá-las. E pressionar o Governo também.*” (23/07/2020).

Apesar de apontarem também para medidas conjuntas, atreladas a políticas públicas, os veículos utilizam essa estratégia de interpelação para ampliar a sensibilização para a causa. *Colabora* também faz isso:

Comerciantes, empresários, donas-de-casa, estudantes e administradores, todos são vetores que podem nos levar a uma “tempestade perfeita” ou minimizar seus impactos e nos preparar para o novo normal do clima. Essa nova realidade precisa de uma ação conjunta para que não se repita o mesmo cenário todos os anos. (25/04/2020).

Dessa forma, ao responsabilizar todos da mesma maneira, perde-se de vista as assimetrias de poder que persistem em diferentes níveis e escalas, contribuindo para a falsa impressão de que todos contribuem da mesma forma e que serão igualmente afetados. Assim, os efeitos pretendidos podem mobilizar sentidos outros, que nem sempre estão inteiramente acoplados com a perspectiva ideológica dominante.

O que foi possível observar é que nos três meios analisados há uma série de cruzamentos ideológicos nos discursos das notícias que evidenciam – com maior ou menor força – um jornalismo comprometido com a causa ambiental, mas que, a depender dos tópicos principais e dos atores entrevistados, vai delimitar esse engajamento político conforme as regras, os valores e a linguagem de uma visão de mundo mais economicista, científica ou ativista. No *corpora* analisado a ideologia biocêntrica é periférica se comparada à antropocêntrica, explicitando que a radicalidade esperada desses meios é conformada por diferentes mecanismos que ajudam na perpetuação do pensamento dominante, como as condições de produção, os critérios de noticiabilidade e as fontes preferenciais que ainda são ensinadas nos cursos de Jornalismo, dentre outros fatores sociais que sustentam o *status quo* dos campos sociais entre os quais profissionais de imprensa fazem a mediação e (re)interpretação de discursos.

Em relação ao enfrentamento da crise climática, um dos eixos prioritários de interesse nesta investigação, averiguamos que há um discurso recursivo que privilegia e ajuda a manter o sistema econômico vigente por meio de soluções verdes, como ampliação das energias renováveis ou limpas, incentivo a carros elétricos em substituição aos movidos por combustíveis fósseis e compensação de carbono por meio de sua precificação – nada que, de fato, altere o atual modelo econômico. Todas essas medidas parecem muito distantes dos leitores/cidadãos do Sul Global, aqueles que tendem a sofrer mais com os impactos por conta da vulnerabilidade e baixa possibilidade de resposta.

A redução do consumo da carne, uma atitude ao alcance de qualquer um, é apresentada como solução e ação por *Conexão Planeta*: “Segurança alimentar do planeta depende da redução do consumo de carne e melhor uso da terra, alerta novo relatório do IPCC” (08/08/2019) e “Uma semana sem carne: campanha mundial desafia os brasileiros a ficar sete dias sem comer animais. E a compartilhar suas experiências!” (17/06/2019). Em 2020, esse veículo noticia uma campanha do *Greenpeace*, na qual se denunciam os efeitos nocivos da agricultura animal e indicam “ações de impacto” para que os cidadãos possam agir, pressionando as estruturas que comandam essa cadeia. A notícia “Em série de vídeos, a atriz e produtora Alice Braga conta como o agronegócio está destruindo o planeta... e o que podemos fazer para impedir que isso aconteça”, publicada em 23/07/2020, apresenta uma série de problemas ambientais associados à crise climática e incentiva seu leitor a começar a desmontar esse sistema. O texto afirma:

[...] as empresas devem alterar seu modelo de negócio e reduzir a comercialização de produtos que provocam esses impactos, como a carne e os laticínios. Quanto menos espaço a agricultura industrial ocupar, mais espaço

para a natureza e alimentos orgânicos (sem veneno e que respeitam o tempo) e para nós, humanos, não para alimentar animais destinados à comida ou para abastecer tanques de carros, aviões, caminhões...

Colabora publica uma única notícia – “O veganismo e o clima”, em 15/03/2019 –, mais chamando atenção para o tema do que promovendo a causa, como faz *Conexão Planeta*. O *lead* da notícia já inicia com ressalvas: “Cada vez mais gente no mundo está deixando de comer carne e adotando a dieta vegana – que proíbe quaisquer alimentos de origem animal. *Por trás desta atitude residem algumas preocupações, todas pertinentes.*”. De todo modo, encontrar apenas quatro notícias sobre o tema é revelador: o debate continua pouco significativo no Brasil, mesmo em meios sensibilizados com a pauta ambiental e não comprometidos com as elites que lucram com a pecuária.

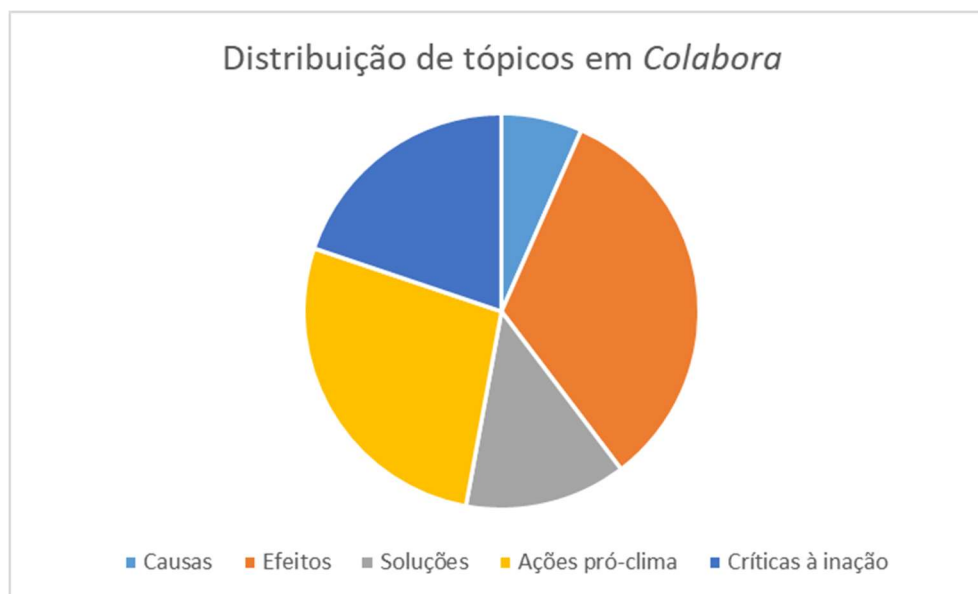
Ainda sobre os discursos de enfrentamento, é preciso dizer que o sentido predominante visa minimizar os efeitos climáticos futuros, centrados na redução de emissões. Logo, a mitigação é a estratégia de combate que recebe visibilidade, sendo a adaptação um caminho invisibilizado também pelos meios não hegemônicos.

9.4 Síntese das análises por veículo estudado

Colabora é o veículo com maior diversidade de autoria e tópicos, ainda que seu modo de dizer e fazer seja bastante semelhante aos discursos jornalísticos hegemônicos, com uso frequente da terceira pessoa para gerar efeito de distanciamento e bastante ancorado nas vozes da ciência para dar o sentido de veracidade e credibilidade. Dentre todos, foi aquele que mais trouxe o contexto nacional no debate climático e que deu mais espaço aos indígenas, publicando matérias de diferentes grupos: em “Os cinco anos mais quentes da história”(23/09/2019), há manifestação a partir de nota da Associação Terra Indígena Xingu; em “Petição em prol do Cerrado” (12/09/2019) há citação do Conselho Indigenista Missionário, de Joênia Wapichana e de Hiparidi Toptiro, coordenador geral da Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado; em “Mulheres no comando para enfrentar crise climática” (08/11/2019) houve espaço para a primeira deputada federal indígena eleita, Joênia Wapichana; em matérias sobre a COP-25, a líder indígena Sônia Guajajara aparece como fonte – “Polarização chegou nas aldeias” (06/12/2019), “Negociadores surdos ao apelo das ruas” (07/12/2019) e “Cobranças e protesto contra o governo Bolsonaro na COP-25” (09/12/2019); em “Amazônia aberta ao garimpo” (06/02/2020) há a manifestação da Apib; e “A seca como testemunha das ameaças contra

os Xakriabá [maior população indígena de Minas Gerais e também uma das dez maiores do país]” (04/05/2020) enfatiza a realidade desse grupo.

GRÁFICO 7 – TÓPICOS ACIONADOS POR *COLABORA* AO LONGO DOS DOIS ANOS



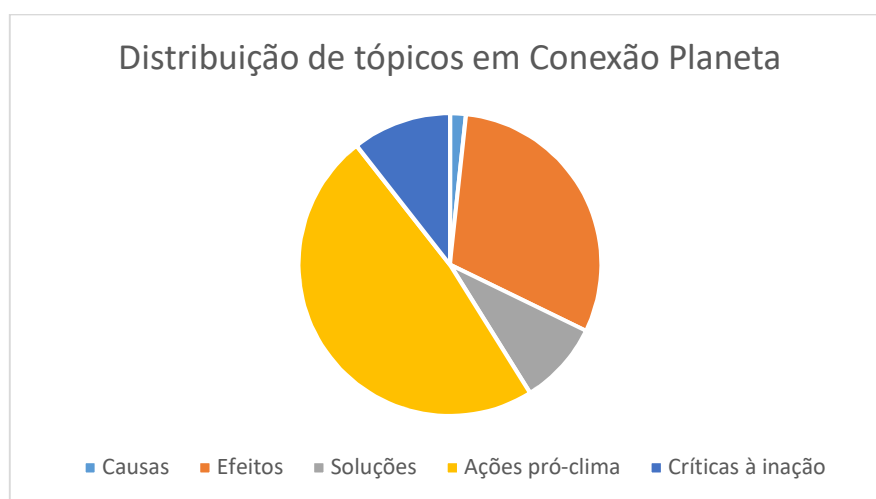
FONTE: Elaboração própria (2021).

Conexão Planeta, por sua vez, aposta no uso da primeira pessoa do plural e do singular, revelando veementemente seu apreço por Greta e seu repúdio por autoridades negacionistas (dedica manchetes ao tema). Mobiliza com frequência a ironia e perguntas de retórica, dando amplo espaço para ativistas. Nesses dois anos de análise foi aquele meio que mais produziu conteúdos, ainda que muitos tenham sido originados de veículos hegemônicos, e o que mais trouxe a perspectiva do Norte Global, não explorando os incêndios no Pantanal e proporcionalmente falando muito pouco do desmatamento e das queimadas na Amazônia (há essas manchetes no *corpus* do veículo: “Leonardo DiCaprio denuncia desmatamento na Amazônia em seu #desafio10anos” (11/02/2019), “Aquecimento e desmate podem cortar a Amazônia pela metade até 2050” (26/06/2019), “230 investidores de fundos no valor de U\$16,2 trilhões cobram ações de empresas contra desmatamento na Amazônia” (19/09/2019), “‘Fóssil do Dia’: Brasil ganha prêmio por culpar as organizações da sociedade civil pelos incêndios na Amazônia” (04/12/2019), e “Emissões sobem 10% no primeiro ano de Bolsonaro devido à alta do desmatamento na Amazônia” (06/11/2020). Notamos que mais da metade delas são derivadas de ações externas ao Brasil e as outras duas são republicações do *Observatório do Clima*). Corroborando esse distanciamento com produções a partir daqui, os indígenas são citados, mas não há espaço para suas falas, como podemos verificar em “Artistas,

indígenas e jovens do Projeto Guri gravam videoclipe de alerta sobre o clima e o futuro do planeta: ‘Para onde vamos?’” (20/12/2019) e “Sonia Guajajara usa máscara criada pela artista Néle Azevedo para a campanha de 5 anos do ‘Acordo de Paris’” (14/12/2020). Em “Greta Thunberg se reúne com indígenas americanos Sioux pelo clima, participa de protestos e recebe nome de origem Lakota” (14/09/2019) e “Sabedoria indígena contra as mudanças climáticas: líderes criam rede de acesso a financiamento”, há citações de falas indígenas, e durante a COP-25, Joênia Wapichana teve espaço na matéria “Ricardo Salles mente e revela falta de compaixão e de diálogo na conferência do clima da ONU, em Madri” (10/12/2019), mas são exceções. Considerando que esse veículo apresenta quase o dobro de matérias que os demais, entendemos que a visibilidade dada para povos indígenas é bastante limitada.

Os ativistas são amplamente citados, especialmente Greta Thunberg e celebridades envolvidas em mobilizações climáticas.

GRÁFICO 8 – TÓPICOS ACIONADOS POR *CONEXÃO PLANETA* AO LONGO DOS DOIS ANOS

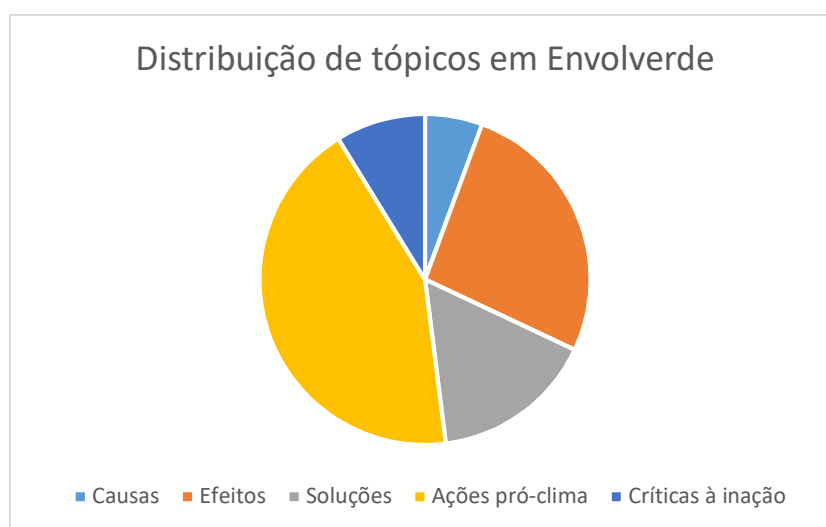


FONTE: Elaboração própria (2021).

Já *Envolverde se* diferencia pela pluralidade de abordagens e visões de mundo, reunindo perspectivas até mesmo antagônicas. É mais semelhante ao *Colabora*, pela forma como se coloca no texto, em terceira pessoa, e por trazer mais aspectos nacionais do que internacionais, mas se diferencia por ser um curador de conteúdo, com poucas produções próprias e inéditas. Não trouxe nenhuma matéria específica sobre as queimadas do Pantanal e sobre aquelas ocorridas na Amazônia, repercutiu crítica do *Observatório do Clima* – “Degola no Ibama atrapalha estratégia de RP de Mourão” (16/04/2020) – e publicou “Amazônia: agricultores causam maioria das queimadas, e não índios e

caboclos, diz cientista Carlos Nobre” (23/09/2020) e “Agrônomo André Guimarães comenta sobre desmatamento e a atuação do Governo Federal” (16/10/2020). A respeito das vozes do Sul, durante a cobertura da COP-25 deu amplo espaço aos indígenas (há oito textos da série “Defensores climáticos” com indígenas ou partidários da causa e mais duas matérias que destacam a mobilização indígena nas manchetes) por conta da campanha da *350.org*¹²⁹ e ainda, em outros períodos do ano, publicou: “Ailton Krenak fala de sua leitura de mundo no contexto das mudanças climáticas” (08/10/2019) e “Alerta verde: como os indígenas vêm sentindo as mudanças climáticas na floresta” (14/05/2020), na qual ouve o líder Antonio Veríssimo Apinajé, a coordenadora da Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia, Maria Leonice Tupari, e a coordenadora do Departamento Ambiental do Conselho Indígena de Roraima, Sineia do Vale. A notícia “Nobel alternativo premia os defensores climáticos Davi Kopenawa e Greta Thunberg” (27/09/2019) apenas cita os homenageados. Ao mesmo tempo que, quantitativamente, é o veículo que mais dá visibilidade às falas indígenas, é também o veículo que menos problematiza as soluções economicistas que vão de encontro à ideologia biocêntrica presente nos discursos desses povos, inclusive colocando-se a favor de soluções tecnológicas controversas.

GRÁFICO 9 – TÓPICOS ACIONADOS POR *ENVOLVERDE* AO LONGO DOS DOIS ANOS



FONTE: Elaboração própria (2021).

¹²⁹ Nos textos é assim explicado: “A delegação da *350.org* América Latina está levando reivindicações à Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-25), que começou nesta segunda-feira (2) e termina em 13 de dezembro em Madri, na Espanha, por meio de sua equipe e convidados especiais que reforçam a importância dos povos indígenas no papel histórico de defensores climáticos”.

O veículo se caracteriza pela menor quantidade de críticas e maior ênfase nas soluções, quase todas direcionadas pelo setor privado e dentro do escopo do sistema econômico vigente. Assim como os demais meios, não há preocupação com o equilíbrio informativo, sustentando uma missão de divulgar boas práticas sem colocá-las em xeque. A diferença notada é a abertura para vozes do campo econômico, nem sempre preocupadas em primeiro lugar com o cuidado ambiental. Essa quantidade maior de soluções apresentadas reflete nessa perspectiva de publicizar iniciativas empresariais sem contextualização e criticidade, como se fosse também um meio de promoção de ações empresariais ditas verdes ou sustentáveis.

Finalizando as análises, apresentamos abaixo um quadro comparativo dos principais tópicos abordados por cada veículo em 2019 e 2020. Esse é um esforço na direção das análises comparativa-sincrônica e histórica-diacrônica, articulando a conjuntura macro do Brasil em relação às políticas públicas ambientais (a revisão documental e a bibliográfica limitam outros olhares dessa análise contextual). Observamos a seguir que, embora tenha havido uma diminuição geral em termos quantitativos, os temas principais também tiveram variação:

QUADRO 16 – COMPARAÇÃO DOS TÓPICOS ENTRE 2019 E 2020

Tópicos referentes a 2019	<i>Colabora</i>	<i>Conexão Planeta</i>	<i>Envolverde</i>
Ações pró-clima	21	74	37
Causas	5	2	4
Crítica à inação	13	19	5
Efeitos	10	37	13
Soluções	7	10	8
Tópicos referentes a 2020			
Ações pró-clima	12	40	17
Causas	3	2	3
Crítica à inação	11	6	6
Efeitos	30	35	20
Soluções	9	11	12

FONTE: Elaboração própria (2021).

Chama atenção que em *Colabora* houve um acréscimo significativo nos temas atrelados aos efeitos (de 10 textos em 2019 para 30 em 2020) e uma queda no que diz respeito às ações pró-clima. Isso também ocorre em *Envolverde*, de forma menos abrupta

(de 13 para 20). A diminuição da quantidade de matérias associadas às ações pró-clima ocorreu nos três meios. Essa mudança de enfoques prioritários coincide com o período da pandemia, que inviabilizou manifestações em ruas e espaços abertos, por conta das orientações, inclusive vocalizadas por Greta, de que era preciso ouvir os cientistas e evitar aglomerações. Foi também em decorrência das medidas de segurança para evitar o contágio da covid-19 que em 2020 não teve COP, outro momento importante para a cobertura climática e que reunia ativistas, além das autoridades políticas.

Se em 2019 houve um florescimento de mobilizações públicas pelo clima, em 2020 essas manifestações ficaram reduzidas ao campo virtual e perderam fôlego, inclusive por conta dos cancelamentos e/ou adiamentos de reuniões políticas, durante as quais a sociedade civil planejava tais ações. O aumento das notícias sobre efeitos das MCs preenche esse vazio, por serem derivadas de estudos que conseguiram prosseguir na pandemia, mas também pelo maior volume de consequências climáticas observado: em 2020 tivemos novos recordes de temperaturas, aumento de focos de incêndio no Brasil, nos Estados Unidos e na Austrália, entre outros registros de degelo e morte de espécies por conta das anomalias climáticas.

As críticas à inação decaíram de 2019 para 2020 em *Conexão Planeta* (de 19 para seis), embora a atuação governamental em termos de políticas climáticas não tenha sofrido alterações, seja no governo de Bolsonaro, seja no de Trump. Isso faz com que em 2020 a terceira posição seja ocupada por “soluções” e não “crítica à inação”, podendo ser um sinal de interesse mais propositivo, orientado para o jornalismo construtivo. Contudo, para uma avaliação mais robusta dessas mudanças seria importante estender ainda mais o período temporal de análise, não apenas para avaliar como a crise sanitária afetou no longo prazo a cobertura do clima, mas para confirmar se o tópico “crítica à inação” é frequente, independentemente do governo que está no poder.

Em razão do perfil polêmico dos presidentes Bolsonaro e Trump, que declaram abertamente insultos a ambientalistas e trabalham para a flexibilização geral dos regulamentos e normas que protegem o meio ambiente, imaginamos que esse tópico tenha tido certa relevância muito mais como reação a esse contexto do que como fruto de uma apuração crítica possível (e desejável) em qualquer esfera de governo. É por isso que se recomenda um olhar mais estendido para esse tipo de interpretação, que seja anterior e/ou posterior a mandatos de governos com comportamentos extremados.

Adicionamos ainda que em 2020 houve uma diminuição de financiamento de projetos, de forma geral, o que provavelmente deve ter impactado os veículos menos

estruturados mais seriamente do que os hegemônicos. As consequências da covid-19 seguem em andamento, mas é provável que demissões ou impossibilidade de contratar *freelancers* também tenha contribuído com a redução da cobertura (em 2019 foram contabilizadas 265 publicações e em 2020, apenas 217).

10 ALINHAVOS FINAIS

[...] reconhecer que somos responsáveis pelo problema é o começo da tomada de responsabilidade em prol de uma solução. O planeta vai se vingar de nós, ou então nós seremos a vingança do planeta.

Safran Foer (2020, p. 120)

Finda esta jornada que busca desvelar as nuances discursivas de um jornalismo autodeclarado comprometido com a promoção da sustentabilidade e da causa climática, podemos afirmar que a ideologia biocêntrica ainda é deveras pouco visibilizada, mesmo em uma modalidade que não precisa subjugar suas escolhas ao modelo de negócios tradicional, ancorado na racionalidade econômica e na crença no crescimento infinito. Os silenciamentos a respeito das causas e das alternativas que poderiam romper com o sistema dominante permanecem mesmo na mídia não hegemônica, havendo alguns espaços de discussão, de forma similar ao que já ocorre nos veículos hegemônicos, que sempre possuem brechas ou escapes para discursos diferentes daqueles esperados.

Este estudo comprova que há mais pontos convergentes com o jornalismo hegemônico do que o contrário, como já havia constatado Kenix (2011) em estudo com jornais estrangeiros. O campo científico é recorrentemente acionado, sobretudo para explicar os efeitos e indicar as medidas reparadoras, principalmente na área de mitigação, reforçando a visão moderna de que a ciência detém o conhecimento universal e pretensamente neutro. As notícias baseadas em divulgação de relatórios ou estudos científicos são aquelas que mais se aproximam do formato e linguagem do jornalismo *mainstream*.

Os cientistas são atores-chave porque alertam sobre os perigos e suas razões, atuando como fontes em notícias sobre as consequências e causas, mas também recomendando as ações, estando presentes nas avaliações, críticas e convocações das soluções mais adequadas para enfrentar as MCs. A grande quantidade de notícias enquadradas sob o tópico dos efeitos e com abrangência internacional, com enfoque sobre o Norte Global, assim como apurado nas pesquisas realizadas com veículos hegemônicos, confirma que as rotinas, os valores e os critérios de noticiabilidade do campo jornalístico são fortemente influenciadores das pautas climáticas, independentemente da modalidade. Assim, o eurocentrismo, fenômeno simultâneo ao capitalismo, à modernidade e à colonialidade, segue produzindo formas de manutenção de estruturas hierárquicas – nesse caso, de quem fala, sobre o que fala e como fala.

É por isso que a noção de campo jornalístico precisa ser entendida como um espaço de valores partilhados, mesmo por compreensões que podem parecer opostas em um primeiro momento. Apesar de valores e características específicos, as duas modalidades com a qual trabalhamos nesta pesquisa são fruto de uma mesma construção simbólica, fortemente revestida e permeada pelo pensamento dominante. Esta pesquisa evidenciou, a partir dos discursos sobre a crise climática, que o chamado jornalismo não hegemônico apresenta uma série de vínculos com o jornalismo hegemônico, o que nos faz refletir sobre seu real potencial emancipatório. A divisão Norte-Sul e sua lógica de dominação ainda influenciam a prática jornalística, mesmo aquelas em posição distante do que é posto como hegemônico.

Bourdieu (1997) lembra que os jornalistas realizam seu trabalho a partir de estruturas invisíveis que os fazem ver certos acontecimentos em detrimento de outros, a partir de percepções de mundo, de sua formação, da educação que recebem e da própria lógica jornalística, ensinada e aprendida pelos professores, mas também pelos colegas e pela própria experiência de leitor. O que os jornalistas veem e como veem depende muito de suas vivências e de seus modos de vida, que costumam ser bastante homogêneos por ocuparem posições sociais (e estilos de vida) semelhantes (MIGUEL; BIROLI, 2010). Van Dijk (2005) corrobora com o fato de que o exercício do poder está atrelado a domínios sociais específicos, como a mídia, e a suas elites profissionais e institucionais, que fomentam a reprodução cotidiana dos discursos para manter seus interesses. São esses fatores que contribuem para que algumas perspectivas tenham reprodutibilidade e passem a ser vistas como universais, independentemente de uma ideologia ou diretriz editorial mostrar divergências nítidas em relação a outra, como é o caso das modalidades hegemônica e não hegemônica. Essa naturalização de algumas perspectivas impede a manifestação de outras óticas e inclusive seu questionamento, reforçando a ordem de pensamento dominante. Como, então, os jornalistas podem representar o que desconhecem? Quais as lentes que usam para tratar das realidades distantes? Da opressão do outro? Um campo constituído para sustentar o pensamento hegemônico pode inverter-se até que ponto?

Bourdieu (1997, p. 35) destaca que o campo vive um “círculo (vicioso) da informação” que favorece essa homogeneidade e cria inclusive mecanismos internos, não ditos, que são em algum sentido consensualizados pelos membros da comunidade jornalística, pois

[...] o fato de os jornalistas [...] lerem-se uns aos outros, verem-se uns aos outros, encontrarem-se constantemente uns com os outros nos debates em que se reveem sempre os mesmos, tem efeitos de fechamento e de censura tão eficazes – mais eficazes mesmo, porque seu princípio é mais invisível – quanto os de uma burocracia central, de intervenção política expressa.

Nesta pesquisa essa “ciculação circular da informação” (BOURDIEU, 1997) ficou evidente quando as fontes de informação das notícias em veículos não hegemônicos eram da mídia *mainstream* ou mesmo quando colunas produzidas para públicos desses jornais eram simplesmente reproduzidas nos meios que teriam valores e características antagônicos. Também a coincidência dos tópicos mais acionados e das vozes mais ouvidas, assim como das representações das MCs e de quais são as soluções mais mencionadas para lutar contra essa ameaça, aponta mais para eixos comuns entre as modalidades referidas do que para elementos consistentes que representem uma cisão ou oposição.

Nossa hipótese foi baseada na ideia de que o jornalismo alternativo teria mais liberdade para fugir das limitações impostas ao jornalismo hegemônico e poderia assumir uma perspectiva “de baixo para cima”, na qual as minorias e vozes que geralmente não aparecem na mídia *mainstream* poderiam obter destaque (MOERNAUT; MAST, 2018). Também poderia realizar um abandono parcial da lógica dominante, dando mais espaço para ONGs, movimentos populares, cidadãos ou pessoas que falam em seu nome – e acrescentamos: as vozes do Sul. Nos veículos investigados foi possível examinar essa posição parcialmente; afinal, as fontes oficiais (especialmente as políticas) não receberam tanto espaço quanto fontes da sociedade civil, porém muitos ativistas foram consultados e /ou citados reiteradamente (o caso exemplar é o de Greta Thunberg), diminuindo a pluralidade de vozes, ou ainda eram atores já famosos, como no caso das celebridades-ativistas. Mesmo as vozes do Sul, que correspondem a uma parcela pequena das fontes do *corpora*, são reduzidas a alguns poucos grupos indígenas e quilombolas (foram fonte somente em uma das matérias do *corpora*), deixando sem espaço marisqueiras, ribeirinhos, associações ou cooperativas de agricultores agoecologistas e outros segmentos periféricos e marginalizados. Dessa maneira, os saberes locais e não científicos são invisibilizados e deslegitimados também por esses veículos.

O espaço dado aos cidadãos comuns também é muito limitado, reforçando o imaginário de que a imprensa é um espaço de visibilidade para poucos, que precisam galgar esse espaço por algo notório ou peculiar. Ainda que se possa colocar os meios não

hegemônicos em perspectiva e avaliar seu papel enquanto uma voz diferente no espaço midiático, a democratização de quem é ouvido é sempre desejável.

As ações locais e aquelas que se encontram fora do marco ocidental dominante não foram devidamente consideradas nas notícias dos três meios. Esperava-se que houvesse mais liberdade e abertura para cobrir temas sensíveis para o modelo hegemônico, voltado para o lucro e envolto pelas estruturas de poder político-econômico, mas o que se percebeu é que a lógica do campo jornalístico induz a uma homogeneidade, que tem como referência as epistemologias do Norte. Uma hipótese, complementar a essa explicação, é que os veículos selecionados não desfrutem de recursos financeiros suficientes para procurar por pautas locais e regionais, utilizando-se de agências de notícias e outros veículos considerados de referência como fontes a fim de manter atualização diária com baixos custos. De toda forma, a análise discursiva revela que mesmo nos veículos desacoplados do sistema de funcionamento econômico dominante, as ideologias presentes no campo jornalístico, de forma geral, tendem a estar de acordo com as elites do poder, sobretudo porque dependem delas para ter acesso a fontes e eventos. Van Dijk (2005) aponta que a imprensa *mainstream* não consegue operar sem o apoio das elites políticas e corporativas, da mesma forma que elas dependem da imprensa para legitimar e implementar seus projetos. No caso dos não hegemônicos, há uma flexibilização dessa dependência, mas, ao menos nos casos analisados, não ocorre uma ruptura definitiva. É por partilharem alguns interesses com as elites que jornalistas acabam desenvolvendo posições ideológicas semelhantes às delas – isso fica explícito quando os veículos *Envolverde* e *Colabora* ofertam no seu espaço de credibilidade jornalística comprometida com a sustentabilidade conteúdos positivos de iniciativas empresariais, sem questionamentos.

Embora os ativistas tenham espaço, isso não significa realmente um rompimento com o modelo tradicional. Mesmo que eles recebam uma visibilidade muito superior àquela geralmente encontrada na mídia hegemônica, há uma concentração e repetição que projetam nesses veículos um outro tipo de dominância. Como afirma Bossato Fernandes (2019), o que acaba sendo priorizado é uma contra-elite, composta por ativistas, enquanto outros cidadãos não são ouvidos ou são citados apenas como ilustração. “Isso remete à manutenção de determinados valores-notícia do jornalismo tradicional, que reproduzem valores e hierarquizações sociais, escalonando a relevância dos sujeitos e limitando seus espaços de fala, o que demonstra o quanto essa estrutura não foi descartada pelos media alternativos” (BOSSATO FERNANDES, 2019, p. 292).

Outro aspecto, levantado por Moernaut e Mast (2018), é que, em comparação com o jornalismo *mainstream*, orientado para a novidade, o tempo presente e o tradicional “*bad news are good news*”, o jornalismo não hegemônico teria maior flexibilidade para discorrer sobre contextualizações ampliadas e mirar em pautas positivas, focando nos processos e não somente em lançamento de produtos (sejam eles estudos, tecnologias ou práticas). Entretanto, o que o *corpora* analisado revelou é que as escolhas de pauta e abordagem tendem a seguir os mesmos gatilhos da imprensa hegemônica, e textos mais alargados, que contestem o *status quo* e o porquê de tantas desigualdades, ainda são minoritários. Identificamos que as ações pró-clima, que podem ser associadas a enquadramentos positivos, de resposta, são frequentes nos três veículos analisados, porém elas não configuram matérias mais aprofundadas, com exposição das conexões que nos fazem parte do problema e das soluções, por exemplo. Muitas das ações são campanhas ou registros de manifestações pontuais, descolados de uma problematização que poderia desencadear uma reflexão.

Isso nos faz pensar se as práticas de *advocacy journalism* e *constructive journalism*, por exemplo, conseguem de fato dar conta da radicalidade expressa no Jornalismo Ambiental e necessária para uma ruptura desse modelo predatório. Verificamos que as soluções são divulgadas, talvez em menor número do que o esperado, mas elas expressam um jornalismo favorável à economia verde. Podemos dizer que isso seria, de fato, um jornalismo que se dissocia do hegemônico? Que representa o JA?

Buscando responder às perguntas de pesquisa, por meio do manuseio das categorias linguísticas como ferramentas para a crítica social, pontuamos que os discursos jornalísticos sobre MCs dos veículos não hegemônicos diferenciam-se pela ênfase nas ações. Contudo, mais importante do que sublinhar os conteúdos/temas e os atores (nesse caso, os ativistas) que mais recebem atenção, é ressaltar que há um outro modo de dizer o que também é dito no jornalismo hegemônico. Isso é explícito quando se rastreia a origem da pauta ou quem foi acessado para construir dada notícia em *Colabora*, *Conexão Planeta* e *Envolverde*. Em todos os casos, descobrimos que a imprensa hegemônica, seja ela nacional ou internacional, serve de fonte, de maneira direta (quando há reprodução do conteúdo) ou indireta (quando ela é citada, mas dentro de uma nova narrativa).

Não obstante as histórias possam ser as mesmas – e inclusive se confie na apuração da modalidade tradicional –, a construção discursiva pode ser bem diferente. E talvez esse seja o grande achado do estudo: por ser feito por jornalistas que acreditam no papel transformador da informação sobre meio ambiente, as críticas manifestas ou

patentes emergem por meio de ironias, questionamentos, elogios e despreços. Não se tem como meta a objetividade ou o equilíbrio informativo (que tanto provocou problemas de percepção sobre as MCs nos países de língua inglesa no passado). A não preocupação com o “outro lado” da notícia é também citada por Bossato Fernandes (2019) como fator de distinção em seu estudo sobre produtos jornalísticos alternativos. *Conexão Planeta* é o meio jornalístico que mais corresponde a esse perfil dentre os estudados, embora seja também aquele que se pauta por acontecimentos globais, muitos deles localizados em países do Norte Global.

A terceira pessoa e o uso do discurso direto são ainda estratégias usadas de forma a gerar um distanciamento em relação ao leitor e um apagamento do sujeito-jornalista. Porém, com mais ou menos intensidade, esse ritual estratégico para produzir impessoalidade e um efeito de neutralidade/imparcialidade dá espaço para a primeira pessoa, para as expressões coloquiais e manifestações de juízos de valor. Nesse sentido, *Conexão Planeta* é o que mais expressa suas convicções, compartilhando pontos de vista com o leitor ou colocando-se como um interlocutor íntimo. *Envolverde* e *Colabora* acionam essas estratégias ao publicar textos de colunistas misturados a outros tipos de conteúdos – a não delimitação clara do que é notícia e do que é opinião também reforça esse modo de dizer que é característico da imprensa não hegemônica.

As MCs são representadas, por via de regra, como ameaças à natureza e à humanidade, que dela depende. Observamos que os termos “crise climática” e “emergência climática” são habitualmente incluídos no discurso, reforçando a urgência e gravidade do assunto. Além disso, a expressão “aquecimento global” ainda é bastante usada e nem sempre com o cuidado devido, gerando dúvidas quando apresentada como algo diferente de MCs, sem explicação, ou mesmo ao ser usada como sinônimo quando, na verdade, é uma de suas consequências.

Em termos de disputas que envolvam o Norte e o Sul Globais, entendemos que há prevalência do olhar do Norte, seja para mapear os riscos, seja para apontar as soluções dentro de uma visão capitalista. Os silenciamentos reparados ratificam que as alternativas de enfrentamento são majoritariamente calcadas em realidades do Norte. No recorte do MC3 isso foi representativo não apenas nos caminhos apontados para recuperação pós-covid-19, mas também na escolha dos atores que estavam protagonizando e conformando essa saída como inevitável (países do Norte, como Alemanha, Reino Unido e França). Ou deveríamos nos perguntar quem foram os atores apagados desse processo, numa exclusão discursiva que legitimou a narrativa dos países ditos desenvolvidos?

Os problemas climáticos sentidos pelo Sul são invisibilizados, assim como soluções “caseiras”, locais, vindas “de baixo para cima”, que, de todo modo, vão questionar o sistema capitalista-colonial-explorador posto. As relações de poder que favorecem o Norte são reproduzidas nos três veículos analisados, ainda que haja espaços de contraponto e rebeldia a partir de perspectivas fortemente transpassadas pela visão biocêntrica, especialmente no período da COP-25, quando os veículos acompanharam os protestos da sociedade civil.

A ideologia biocêntrica, que carrega o valor da natureza independentemente da utilidade que possa ter para a espécie humana, é subjugada por aquela que só percebe o ambiente como recurso econômico. Sob um olhar panorâmico, a necessidade de crescimento não é posta em xeque, assim como as externalidades negativas são apagadas, sendo pontuais as críticas ao discurso neoliberal, quando comparadas com a promoção da economia verde, ideia atualizada a partir dos ODS, ao tratar da recuperação pós-pandemia. Soluções gerenciais, como aumento da eficiência energética, substituição por transporte menos poluente e precificação do carbono são medidas que se repetem em notícias diferentes. Cabe sublinhar que *Colabora* e *Envolverde* possuem editorias e tags vinculadas aos ODS, demonstrando que seus discursos estão, desde o cerne de sua organização, pensados a partir daquilo que é propagado pelo Norte (e, por conseguinte, reconhecendo a conformidade da ação climática com o crescimento econômico).

Diante disso, mais uma vez se afirma que a relação Norte x Sul precisa ser analisada a partir de cada particularidade e com objetivos bem definidos (a disputa ocorre em relação a quem? Ou sobre o quê?). Os dois veículos que mais cobrem as questões nacionais, *Colabora* e *Envolverde*, são fortemente perpassados pela abordagem hegemônica da ONU – o que não significa que *Conexão Planeta* não seja, embora não assuma isso desde sua organização de conteúdos. Reforçamos ainda que o fato de o pensamento dominante estar presente nos meios estudados não minimiza ou descredita suas críticas e os momentos em que traz alternativas ou resistências.

Por fim, reiteramos que a colonialidade do campo jornalístico, até mesmo em veículos não hegemônicos, acaba por reforçar e naturalizar a colonialidade ambiental (ou da vida, como aponta Walsh (2008)), ao passo que, atravessado pela ideologia antropocêntrica, orientado para o pensamento único que pressupõe uma superioridade do Norte sobre Sul, segue dando visibilidade àqueles que são legitimados pela sociedade moderna. Índícios desse processo podem ser vistos pela predominância de fontes: a maioria delas é composta por cientistas e ativistas com certo grau de conhecimento

público (grande parte oriundo do Norte); e pelas soluções técnico-científicas que dominam os discursos, compatíveis com a racionalidade econômica que sustenta o mundo capitalista-colonialista. As estratégias discursivas que apagam as origens e causas das MCs geram a impressão de que a ameaça surgiu repentinamente, à revelia, sem influência do homem, como se fosse um evento natural e não algo fabricado pelas ambições humanas.

Os espaços diminutos para dar voz às ações e aos atores alinhados com a ideologia biocêntrica reduzem a diversidade e fomentam a monocultura. Sousa Santos, em entrevista sobre a comunicação ambiental (LOOSE, 2018, p. 143), resume o potencial que a imprensa hegemônica tem para manter a linha abissal, que classifica nosso mundo hoje: “[...] a comunicação midiática sugere que te dá a conhecer tudo que é relevante no mundo e, para além disso, não existe mais nada”; por outro lado, entende que a imprensa contra-hegemônica pode desconstruir essa estrutura, abrindo “[...] espaço para surgir a sociologia das emergências, isto é, para tornar visível a criatividade social, política, filosófica, que existe no mundo do outro lado da linha” (LOOSE, 2018, p. 144). Entretanto, para cumprir com seu papel de contrapoder e ruptura com o pensamento do Norte, o campo jornalístico precisa ser reformatado e passar a englobar outros princípios, critérios e atores. Nosso estudo confirmou o que Boaventura de Sousa Santos apontou na entrevista:

[...] ela [a comunicação] pode ser politicamente contra-hegemônica, mas, de fato, é eurocêntrica, pois continua não reconhecendo as cosmovisões indígenas, dos quilombolas, das mulheres das periferias e dos conhecimentos que surgem dos movimentos sociais, considerando que isso não é relevante. Ou então dar-lhe uma leitura monocultural. (LOOSE, 2018, p. 144).

10.1 Saliências e ausências dos discursos jornalísticos não hegemônicos

A análise crítica discursiva realizada sugere que, mesmo nos veículos não hegemônicos, prevalece um discurso que tende a apagar a responsabilidade humana pela crise climática, sendo seu aparecimento pouco visibilizado ou generalizado, ao mesmo tempo que reforça saídas nesse modelo de desenvolvimento estabelecido, enfatizando soluções tecnocráticas, que enxergam as MCs como mais uma oportunidade de fazer crescer o capitalismo (ou esverdeá-lo). O discurso neoliberal, fruto do sistema capitalista-colonialista, que sobrevive às custas da exploração da natureza, está presente nos três meios e recebe ainda mais visibilidade após a recessão decorrente da pandemia de covid-

19. Aliás, atentamos que a recessão causada pela pandemia gerou uma oportunidade para atualizar os mecanismos de dominação do Norte sobre Sul a partir de acordos de recuperação verde.

Os cientistas continuam exercendo forte influência no debate climático nesses meios, sendo atores defendidos e frequentemente acionados para respaldar os discursos de ativistas e propagadores de soluções. Se, por um lado, eles são atores relevantes para combater o negacionismo e a desinformação, por outro, acabam reforçando uma única perspectiva (a científica), o que dificulta a pluralização de vozes na cobertura sobre clima. É preciso conectar essa constatação com a facilidade de acesso que os jornalistas têm a essas fontes, porque a prevalência delas, geralmente ligada às elites dominantes, molda alguns discursos e não outros. Soma-se o fato de as perspectivas multiescalares e multiculturais chocarem-se com o padrão dominante (CALLISON, 2017). Os argumentos e sentidos produzidos pelo Norte são muito mais fáceis de serem reproduzidos pelos jornalistas nas notícias que aqueles oriundos do Sul, derivados de práticas ancestrais e míticas, nas quais a percepção da natureza é, muitas vezes, totalmente desconectada do que aprendemos a entender como realidade. Além disso, adentrar outros modos de vida e ser ouvinte, aprendiz de novas abordagens, requer tempo, abertura para o diálogo e, muitas vezes, investimento financeiro para longos deslocamentos, sobretudo no Brasil, país de extensão continental. Cobrir o Sul desde o Sul pode ser tão difícil quanto fazê-lo desde o Norte.

No recorte temporal desta pesquisa (2019-2020), reparamos que os atores políticos foram repetidamente alvo de críticas, seja por seus posicionamentos negacionistas e anticiência, seja por não agirem frente a uma série de acontecimentos que contribuem para o acirramento da crise climática. Tal manifestação discursiva permeia diferentes momentos críticos e tópicos, com maior ou menor ênfase. Apesar disso, as críticas mais assertivas, relativas ao *status quo*, foram em pequeno número.

Colabora, *Conexão Planeta* e *Envolverde* são meios jornalísticos digitais que se colocam ao lado dos ativistas (é possível identificar isso de forma reiterada em trechos que expõem o nós – os dispostos a encarar o problema – *versus* o outro – que pode ser o governo, o mercado ou alguma forma de generalização que não responde à urgência e gravidade da crise climática). Nós, a humanidade, devemos agir. Como dito, nem sempre há uma oposição clara em relação a quem ou o que representaria esse outro, mas é possível inferir certas características que vão desde o negacionismo até a ideia de que o problema deve ser resolvido por outros (líderes políticos ou países desenvolvidos) ou que ainda

temos muito tempo para enfrentar as MCs. Alguns meios exploram essa articulação discursiva de maneira bastante explícita, afirmando isso de forma literal, e outros manifestam esse lugar ao selecionar assuntos e enquadramentos que, provavelmente, não seriam escolhidos pelos veículos ditos tradicionais. As regulares publicações de manifestações e ações pró-clima evidenciam um jornalismo engajado e interessado na publicização de críticas contundentes, que muitas vezes são ocultadas ou suavizadas pelos *media mainstream* por conta dos interesses comerciais.

É importante assinalar que o papel da humanidade, seja de forma generalizada, seja individualizada, é repetidamente encontrado no *corpora*, com maior realce nos discursos de *Conexão Planeta*, que convoca seus leitores a participarem de campanhas e a fazer a sua parte frente ao desafio de combater as MCs:

Com a ajuda de pessoas como você, é possível reverter o dano causado pela mudança de clima do planeta. Entre em nosso abaixo-assinado e peça pela proteção dos oceanos. Obrigado por acreditar que o mundo pode ser um lugar melhor para todos e fazer parte da equipe que protege o planeta. (18/02/2020).

Ou seja, qualquer pessoa, como eu e você, pode participar. Em seu site, a Iniciativa Verde mantém uma calculadora de emissões pra quem quiser descobrir sua pegada. Vai lá descobrir qual é a sua! (16/10/2019).

O desafio está lançado! A partir de hoje, segunda-feira (17/6), convidamos você a passar uma semana sem consumir carne e produtos de origem animal. A proposta, fruto de uma parceria entre o Greenpeace, a Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB) e a Mercy for Animals, é um convite para refletirmos sobre como nossos hábitos alimentares causam impactos na nossa saúde, no planeta e nos animais. (17/06/2019).

Os sentidos veiculados pelos meios não hegemônicos são atravessados por uma ideologia contestatória, na qual o biocentrismo se manifesta de várias maneiras, todavia de forma pouco frequente (ou em recorrência inferior ao esperado em meios que, *a priori*, não possuem laços com o sistema político-econômico dominante). Embora haja dificuldades para mostrar soluções radicais, que rompam com a colonialidade persistente, há uma retórica que trata das desigualdades sociais e tenta fixar que os efeitos não serão sentidos por todos da mesma forma. A denúncia contra as injustiças sociais atravessa os discursos analisados, mas recebe atenção reduzida porque as causas são silenciadas – e nelas reside a raiz da conjuntura assimétrica vivida e reproduzida hoje.

Quanto às ausências, por não focarem em questões locais/regionais, os meios analisados distanciam-se daquelas situações que foram naturalizadas por ocorrerem todo ano, como as fortes chuvas que assolam geralmente as pessoas residentes em áreas de maior vulnerabilidade socioeconômica. Nesses dois anos, muitos eventos extremos atingiram cidades e regiões brasileiras com intensidades diferentes e a conexão com as

MCs costuma ser negligenciada em favor do discurso do “desastre natural”, que definitivamente é um equívoco. Se é sabido que haverá intensificação dos eventos climáticos extremos por conta da crise climática (um processo que não se interromperá de um ano para outro), a responsabilidade pelos efeitos da inação é dos gestores públicos e de toda sociedade, que se acostuma com uma situação de risco que é evitável. *Envolverde* e *Conexão Planeta* republicaram texto do *Observatório do Clima* sobre a forte chuva que afetou a cidade do Rio de Janeiro em abril de 2019 (“Tempestade no Rio: autoridades ainda não entenderam que clima do país mudou”) e este último ainda produziu matéria sobre os impactos gerados pelas fortes chuvas nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo (“O ‘novo normal’: chuvas intensas, enchentes, deslizamentos e mortes”, publicada em 05/03/2020).

Outra (quase) ausência, que tem sentido ampliado no contexto brasileiro, é o discurso de uma dieta à base de plantas, já que a agropecuária brasileira tem contribuição relevante nas emissões de GEE e, conseqüentemente, no agravamento da crise climática. O Brasil é o segundo maior produtor de carne bovina (EMBRAPA, 2018), sendo o mercado interno quase quatro vezes maior que o externo, o que significa que se exporta apenas cerca de 20% para outros países (BELIK, 2020). Dessa forma, tratar da diminuição do consumo de carne também é algo que diz respeito às soluções climáticas. O *corpora* analisado traz textos que criticam o agronegócio, que apontam soluções para torná-lo mais sustentável e inclusive que apelam para a redução do consumo de carne, apresentando o veganismo. Todavia, diante do que individualmente cada um pode fazer e do impacto das ações em prol do clima, essa é uma discussão que aparece nas margens da cobertura climática, quando poderia ser central – assim como a redução (ou eliminação) de voos alavancada por Greta Thunberg.

Como visto na análise das soluções, as alternativas condizentes com o biocentrismo ou as respostas mais radicais – que buscam quebrar o modelo já cristalizado que insiste na tecla do crescimento ilimitado a partir da exploração do outro (por meio da inferiorização e até da desumanização) e da degradação da natureza – são silenciadas, assim como as explicações de como chegamos até aqui. Não basta falar dos riscos e do que faremos em relação a eles, se a população continuar ignorando que somos todos parte do problema.

No decorrer de 2019 foi possível mapear uma expansão da crise climática, por meio das greves pelo clima, que, mesmo de forma tímida, chegam ao Brasil. Contudo, após a tradicional COP, referência de pico de atenção midiática na cobertura climática,

tivemos poucos meses até o mundo ter que se ajustar às novas condições de produção e às novas urgências trazidas de forma inesperada pela pandemia de covid-19. Com esse contexto de distanciamento social, recessão econômica e número sempre alto de vítimas, o significado das MCs foi reatualizado, sob os mais diversos ângulos, como consta na análise de MC3. Se antes não podíamos imaginar uma crise com essa dimensão e gravidade tão perto, hoje já podemos. Acompanhamos a tentativa dos meios em análise de traçar pontos comuns entre as duas emergências, a fim de impulsionar mudanças e acelerar respostas. Vimos a transição de uma cobertura de contestação para outra na qual as soluções parecem muito mais viáveis – ainda que sob a capa do capitalismo verde.

10.2 A mirada do Sul na cobertura climática

O meio ambiente continua sendo central na manutenção da colonialidade. Svampa (2019), ao conectar a questão climática com a expansão das *commodities*, expõe a dependência sofrida pela América Latina em relação ao Norte Global. Sob a lógica da colonialidade, o Sul continua sendo um local demasiado selvagem e bruto, que precisa ser domesticado por meio do pensamento tecnocrático que alimenta o capitalismo e converte a Mãe Terra em fragmentos para manutenção do poder estabelecido.

Nos discursos jornalísticos analisados, essa contraposição do Sul, que supostamente daria voz a atores periféricos e menosprezados pela conformação do pensamento ocidental, ocorre limitadamente. A ideologia das elites dominantes se mantém mesmo nos meios que não são hegemônicos, expressando o que Góes (2017) chama de colonialidade jornalística. A reprodução do discurso da economia verde como a única saída possível e o silenciamento a respeito dos setores que mais emitem GEE, como é o caso da agropecuária no Brasil, reforçam o sentido já conhecido na mídia tradicional.

Verificamos que a ecologia de saberes (SOUSA SANTOS, 2010) e o saber ambiental (LEFF, 2001) emergem pela metade, aos pedaços, já que a pluralidade e a diversidade parecem ter limites mesmo nas formas mais alternativas de jornalismo. Os territórios do Sul, suas práticas e seu modo de existência, reiteradamente invisibilizados pela mídia hegemônica, continuam tendo dificuldade de adentrar o campo jornalístico. O pensamento do Sul, calcado na reparação dos prejuízos causados pelo capitalismo movido pela colonialidade, irrompe em alguns momentos, mas não consegue fazer um contraponto permanente ao discurso neoliberal. Ao amplificar o aspecto global da crise

climática, mais que diluir as responsabilidades e calar as desigualdades que dela derivam, alimentamos a ideia de que as soluções também precisam vir “de cima para baixo”, orientadas por aqueles detentores de conhecimento técnico-científico fundado no Norte.

Ainda que se perceba o posicionamento enfático de Greta Thunberg em relação à emancipação dos povos do Sul, assim como o endosso do discurso indígena (ou dos defensores climáticos) por parte de ativistas e até de jornalistas, fica o questionamento sobre se esse chamado ganha atenção pela sua relevância ou só porque já parte de um outro ser (branco e escolarizado), enquadrado no que pode ser aceito dentro do escopo da modernidade. Soma-se a isso o fato de os indígenas serem citados nas notícias, mas poucas serem as vezes em que realmente são fontes de consulta para produção de textos.

Frisamos, mais uma vez, que a dicotomia Norte x Sul possui limitações e, embora traga elementos pertinentes para a crítica da matriz de produção dominante, responsável pela intensificação das MCs, o fato de os discursos do Norte Global serem majoritários não significa, automaticamente, que as perspectivas sejam negativas – ou ao contrário: que os pensamentos desde o Sul sejam, por si só, positivos. Quando buscamos sublinhar a ausência das ações do Sul Global ou dos atores que vivenciam a crise climática a partir desse lugar, tentamos ampliar a discussão a fim de que o enfrentamento do problema considere outros saberes e realidades, em simultâneo com esforços globais. O desafio climático exige uma mobilização conjunta, em múltiplas escalas.

Ao trabalhar no regime de visibilização e invisibilização de causas, efeitos e respostas da emergência climática, o jornalismo molda formas de ver o mundo, influenciando na discussão pública do problema e na formulação de políticas que possam mitigar os riscos climáticos e ajudar as pessoas a se adaptarem a uma realidade mais quente e cheia de eventos extremos. Construir discursos é gerar modelos de compreensão da realidade – por isso o papel relevante da democratização dos meios e, mais que isso, da democratização discursiva. Afinal, se mesmo nos meios não hegemônicos encontramos certa homogeneidade nas vozes visibilizadas, o que esperar da mídia *mainstream*? Van Dijk (2005) destaca que tudo aquilo que não vivenciamos nos é trazido como referência pelas lentes da imprensa, razão pela qual saber lê-la nos ajuda a compreender as relações de poder e hegemonia que constituem e são constituídas pela sociedade.

10.3 Ponderações sobre o Jornalismo Ambiental no contexto do estudo

O resgate do histórico da comunicação latino-americana e da abordagem do JA são tentativas desta investigação de evidenciar a crítica à sociologia das ausências¹³⁰, proposta por Sousa Santos (2002), e de romper com a linha abissal, permitindo que a função política do jornalismo atue em prol dos que até hoje são constantemente silenciados. Esses são movimentos que, a partir do Jornalismo, se interconectam com a questão colonial e que estão plenamente respaldados pelos jornalismo que se afastam daquele atrelado à ordem social estabelecida.

O jornalismo hegemônico acaba atuando como instrumento a favor do capital e do pensamento colonial, mas outras formas divergentes, críticas e plurais podem (e devem) coexistir. O jornalismo feito desde a perspectiva do Sul, como observado, já questiona várias lógicas impostas do Norte Global, mas a discussão sobre o papel-chave da dominação da natureza na continuidade da colonialidade nem sempre é evidenciada. Eis mais uma conexão que precisa ser visibilizada na prática jornalística dedicada ao meio ambiente.

O JA proposto pelo GPJA possui forte interface com a crítica colonial e capitalista, reivindicando uma outra relação entre natureza e humanidade e atuando de forma engajada na defesa das diferentes maneiras de existir e viver. Assumimos que, desde suas primeiras reflexões e formulações, o JA já tecia pressupostos teóricos costurando a teoria jornalística com as epistemologias do Sul (ou estudos decoloniais/pós-coloniais), ainda que não mencionasse essa filiação. Identificamos que autores que hoje fazem parte dessas correntes que questionam a colonialidade, como Leff e Porto-Gonçalves, já eram lidos e incorporados ao JA, ainda que não se falasse da questão colonial propriamente dita. Assim, a partir dessa revisão de literatura e do trabalho reflexivo-analítico que atravessou esta pesquisa, podemos afirmar que o JA também é um jornalismo proposto desde o pensamento do Sul. Por meio da pluralidade de vozes e da contextualização ampla, buscamos desconstruir o pensamento do Norte e permitir a compreensão de outras compreensões de mundo (LEFF, 2016). O pensamento em rede, citado por Unger (1991), é uma meta a ser perseguida, de modo que os leitores possam perceber a vida em seus ciclos e interdependências.

¹³⁰ Sousa Santos (2002, p. 246) se refere a uma perspectiva que tenta demonstrar que aquilo que não existe foi produzido para ser assim, como “[...] uma alternativa não-credível ao que existe”, ou seja, é uma sociologia que elabora não existências por meio da desqualificação e da invisibilização, por exemplo.

Concluímos, então, que o JA possui essa abertura para amplificar o questionamento colonial e dar espaço para outras formas de viver e se relacionar com a natureza. A discussão epistemológica realizada no âmbito do GPJA já está, em muitos aspectos, alinhada com a quebra das monoculturas (do conhecimento rigoroso, das classificações naturais, do tempo linear, da escala e da produtividade), que geram a sociologia das ausências (SOUSA SANTOS, 2002). Avaliamos que conceitos presentes na abordagem das epistemologias do Sul (SOUSA SANTOS; MENESES, 2010) – como, por exemplo, a ecologia dos saberes – já estavam presentes na concepção do JA, e que a discussão sobre a colonialidade a partir da subjugação da natureza fortalece os pressupostos da área.

Neste trabalho, percebemos que os jornalisismos analisados defendem que discursos divergentes, críticos e plurais podem coexistir, correspondendo aos preceitos do JA e à abertura para que outros modos de ser e viver sejam representados, vistos e reconhecidos. Apesar das barreiras e contenções já observadas, compreendemos que os meios analisados não se focaram em alarmar a sociedade frente aos riscos e perigos climáticos, mas favoreceram as muitas formas de ações que se espalham cada vez mais em diferentes partes do mundo. Essa escolha corresponde aos objetivos dos meios de gerar inspiração e transformação, declarados nas descrições dos próprios meios.

Os pressupostos do JA (GIRARDI; LOOSE; ALMEIDA DA SILVA, 2018) não são completamente alcançados pelos meios não hegemônicos estudados, porém eles possuem características e objetivos que os unem, mesmo que parcialmente. O engajamento ou comprometimento com a pauta ambiental é o traço mais significativo e que possui variação de veículo para veículo, sendo mais consistente no caso de *Conexão Planeta*. Contudo, o espírito crítico e questionador, levantado pelo JA, nem sempre está presente, principalmente quando promovem uma economia que de verde tem muito pouco.

Também vale salientar que os veículos em análise não aproveitam todas as prerrogativas da modalidade não hegemônica, ao menos em termos de conteúdo, o foco desta investigação. Há fronteiras difusas entre as classificações teóricas e as próprias notícias podem se mostrar mais ou menos comprometidas, combativas ou transpassadas por alguma ideologia. De todo modo, é transversal a todos os veículos a existência de maior espaço para conteúdos, formatos e atores que não são validados como adequados pelos meios hegemônicos ou que rompem, em algum momento, com o pensamento moderno abissal.

Se nosso objetivo é um jornalismo emancipatório (OLIVEIRA, 2017), a contextualização e o pluralismo precisam ser esgarçados. Como desnaturalizar algo se apenas reiteramos o que nos é apresentado? Como romper com o pensamento único que sustenta (também) a comunicação climática? A partir da ótica do JA temos pistas para alargar o olhar e começar desde a construção discursiva do jornalismo a despertar sentidos e significados que vislumbrem outras possibilidades, de forma que as relações entre humanidade e natureza possam ser mais harmônicas e equilibradas.

10.4 Limites, inquietações e possibilidades de continuidade

Toda investigação é marcada por determinantes que a moldam, como, por exemplo, a quantidade de recursos financeiros, o tempo disponível para executá-la, o conhecimento prévio do assunto e o acesso a bibliografias estrangeiras. Mas há também os acontecimentos imprevistos: dentro do cronograma enxuto previsto para a realização desta tese, a pandemia foi esse fator (de longo prazo) que gerou angústias, questionamentos e falta de concentração para além do que se poderia imaginar.

A conjuntura do ano de 2020 foi atípica e, muitas vezes, analisar os discursos jornalísticos das MCs parecia não fazer sentido algum (mesmo sabendo que a crise climática seguia seu curso). Pode mesmo a informação desencadear uma decisão mais acertada? Podemos ter esperança de que uma ação coletiva consiga frear as MCs? Diante dos esforços jornalístico e científico em disseminar conhecimento consistente a fim de evitar o contágio da covid-19, e da dificuldade cada vez maior da população em seguir os protocolos de segurança (uso de máscara e de álcool em gel e distanciamento social) até a vacina ser aplicada, a esperança trazida por Greta Thunberg desaparecia. Se mesmo com a notícia diária de que centenas de pessoas estão adoecendo e morrendo em razão da covid-19 não há a percepção de risco e nem o estímulo para uma ação efetiva, como lidar com a questão climática? Por ser um processo lento e invisível, não ter o *status* de novidade que levou essa pandemia a ter uma cobertura global e frequente, e nem depender apenas de um período para o desenvolvimento de uma solução (ao contrário do que ocorre com a vacina), o enfrentamento das MCs parece ainda mais árduo. Como pensar que a visibilidade midiática será importante, se hoje ouvimos pessoas dizendo que não assistem, ouvem ou leem mais noticiários porque “só se fala da pandemia”?

Esta pesquisa se confrontou com sua motivação inicial, com seu fazer e até mesmo com suas conclusões. Até mesmo o papel da imprensa foi contestado. Vale a pena estudar

veículos com públicos tão restritos, que seguramente já possuem alguma inclinação para o cuidado ambiental? Até que ponto esses veículos podem ser mesmo chamados de não hegemônicos? Ao recorrentemente tratar de ações pró-clima é possível ampliar a mobilização? Sabemos que essas e muitas outras questões seguirão como estímulo para pesquisas futuras, de modo que possamos avançar com os objetivos de tornar a comunicação climática mais efetiva.

Contudo, esta tese retrata um trabalho analítico possível em meio a tantas incertezas, frustrações e mudanças. Mesmo diante de um contexto difícil, após leituras e releituras do *corpora*, é impossível não se sensibilizar com o comprometimento dos jornalistas que constroem discursos buscando transformar a sociedade. Assim como Beck (2017), percebemos a ameaça climática como sinal de esperança – afinal, (ainda) há tempo de agir, podemos metamorfosear o mundo.

A ACD é um campo teórico-metodológico amplo e fervilhante de possibilidades e as descobertas desveladas aqui são somente uma amostra de produção jornalística coletada no período de dois anos. Por vezes me fez falta um roteiro mais sistemático, o que aponto como possibilidade para desenvolvimento no futuro, respeitando a interdisciplinaridade e a construção adaptável a cada pesquisa, características da ACD.

Assim como assinala Guilbert (2020, p. 131) em relação ao discurso neoliberal, ratifico, sob a ótica dos discursos jornalísticos em meios não hegemônicos, que “ainda há muito a ser dito e escrito sobre os procedimentos discursivos” acionados na cobertura da crise climática. Como já afirmado, esta proposta não busca dar conta de todos os mecanismos discursivos que se articulam no discurso climático, nem tratá-los de forma exaustiva. Selecionamos procedimentos e formas de evidenciar o funcionamento discursivo a partir dos objetivos da pesquisa e dos realces notados, tanto considerando a revisão de literatura quanto as marcações extremas (se sempre estavam presentes ou quase nunca apareciam). Ainda é importante mencionar que há várias “camadas” de análise possíveis, sendo que algumas estratégias podem fortalecer ainda mais algum sentido ou outro. Nossa proposta não fez tal separação, mas recomendamos aos analistas da ACD aprofundar essas leituras nos discursos sobre clima.

Os discursos jornalísticos de *Colabora*, *Conexão Planeta* e *Envolverde* extrapolam a questão climática e seguramente mesclam evidências e apagamentos que não foram esquadrihados por inteiro. Mesmo com a identificação de vários vínculos com o jornalismo hegemônico, observou-se que os veículos analisados trazem outras formas de dizer e se colocam, muitas vezes, em um espaço de contra-hegemonia, sobretudo

quando amplificam a visibilidade de ativistas e críticos ao sistema político-econômico vigente. A fim de aprofundar tais relações, indica-se um estudo de campo, centrado nas identidades profissionais desses jornalistas que se dedicam ao jornalismo comprometido com a sustentabilidade. As informações adquiridas por meio dos sites estudados mostraram-se insuficientes para um cruzamento mais denso dos discursos produzidos com as condições de produção de cada um dos veículos jornalísticos analisados. Uma pesquisa a partir das perspectivas dos jornalistas, algo que ainda não foi realizado, permitiria um cruzamento mais sólido entre o micro do discurso e o macro das relações de poder, a partir do entendimento das relações institucionais e contextuais de cada redação.

Para além de um refinamento em termos metodológicos, vislumbramos um estudo comparativo dos discursos nas duas modalidades teorizadas. É preciso checar se os silenciamentos e as ideologias detectadas são mesmo similares, já que a revisão bibliográfica não foi suficiente para esse exercício. Recomendamos ainda um estudo a partir das imagens que ilustram as matérias, muito significativas do olhar do Norte sobre o Sul, assim como estudos em outros períodos políticos, a fim de checar se a crítica contra o governo é uma constante ou foi exacerbada por conta da postura antiambiental do governo em exercício. Pesquisas que envolvam jornalistas e editores de meios não hegemônicos para compreender as amarras e pontos comuns com o jornalismo *mainstream* também são sugeridas.

De todo modo, a análise empreendida desvenda que as modalidades hegemônica e não hegemônica precisam ser melhor tensionadas, já que elas se parecem mais do que se previa. As leituras diferentes sobre as COPs, as greves pelo clima e a relação com a pandemia sinalizam para o potencial de ampliação de vozes e ações de grupos geralmente excluídos da discussão climática na mídia hegemônica, mas, ao mesmo tempo, mostram que há restrições que necessitam ser superadas dentro da modalidade, bastante presa aos valores e características dominantes.

Que a criticidade desta análise possa fomentar a radicalidade dos veículos não hegemônicos e a expansão das fendas nos discursos dos meios tradicionais. É importante saber por quem o tema é disputado e quais são as razões que sustentam cada um dos posicionamentos ideológicos. MCs não é algo dado, naturalizado ou imune a juízos de valor. Ao contrário: é um discurso atravessado por interesses de diferentes grupos, com ideologias divergentes e em permanente competição por poder.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sergio. **Copenhague: antes e depois**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia literária: Elefante, 2016a.
- ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (orgs.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016b. p. 46-85.
- ALBUQUERQUE, Igor *et al.*. **Análise das emissões brasileiras de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas de clima do Brasil: 1970-2019**. Observatório do Clima, 2020. Disponível em: https://seeg-br.s3.amazonaws.com/Documentos%20Analiticos/SEEG_8/SEEG8_DOC_ANALITICO_SINTESE_1990-2019.pdf. Acesso em: 28 dez. 2020.
- ALIMONDA, Héctor. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. *In*: ALIMONDA, Héctor (coord.). **La naturaleza colonizada: Ecología política y minería en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2011. p. 21-60.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- ANGELO, Claudio. **A espiral da morte: como a humanidade alterou a máquina do clima**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ATILES-OSÓRIA, José M. Colonialismo ambiental, criminalización y resistencias: las movilizaciones puertorriqueñas por la justicia ambiental en el siglo XXI. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 100, p.131-152, 2013.
- AZAM, Geneviève. Decrecimiento. SOLÓN, Pablo (org.). **Alternativas sistêmicas: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. São Paulo: Elefante, 2019. p. 65-83.
- BACCHETTA, Victor L. El periodismo ambiental. *In*: BACCHETTA, Victor L. (coord.). **Ciudadania Planetaria: temas y desafíos del periodismo ambiental**. Montevideo: IFEJ, 2000.
- BALBÉ, Alice; LOOSE, Eloisa Beling. Jornalismo, medo e alterações climáticas: articulações possíveis para pensar o enfrentamento dos riscos climáticos. **Observatorio (OBS*)**, Lisboa, v. 14, n. 2, p. 38-55, 2020.
- BÁRCENA, Alicia; SAMANIEGO, Joseluis; PERES, Wilson; ALATORRE, José Eduardo (coord.). **La emergencia del cambio climático en América Latina y el Caribe ¿Seguimos esperando la catástrofe o pasamos a la acción?** Santiago: CEPAL, 2020.

BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo**: como as alterações climáticas estão a transformar a sociedade. Portugal: Edições 70, 2017.

BECKER, Maria Lúcia. Mídia alternativa: antiempresarial, antiindustrial, anticapitalista? *In*: WOITOWICZ, Karina Janz. **Recortes da mídia alternativa**: histórias e memórias da comunicação no Brasil. Ponta Grossa: UEPG, 2009.

BELIK, Walter. **Estudo sobre a cadeia de alimentos**. Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), Instituto Ibirapitanga e Instituto Clima e Sociedade, 2020. Disponível em: <https://www.ibirapitanga.org.br/historias/o-paradoxal-brasil-retratado-no-estudo-sobre-a-cadeia-de-alimentos/>. Acesso em: 26 nov. 2020.

BOSSATO FERNANDES, Kamila. **Informação e engajamento político**: a produção de sentido no jornalismo alternativo audiovisual no Brasil, na Espanha e em Portugal. Tese (Doutorado em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade) – Universidade do Minho, Portugal, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**: seguido de “A influência do jornalismo” e “Os Jogos Olímpicos”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOYKOFF, Maxwell T. **Who speaks for the climate?** Making Sense of Media Reporting on Climate Change. USA: Cambridge University Press, 2011.

BOYKOFF, Maxwell; AOYAGI, Midori; BALLANTYNE, Anne Gammelgaard; BENHAM, A.; CHANDLER, Patrick; DALY, Meaghan; DOI, K.; FERNÁNDEZ-REYES, Rogelio; HAWLEY, Erin; MCALLISTER, Lucy; MCNATT, Marisa; MOCATTA, Gabi; NACU-SCHMIDT, Ami; OONK, David; OSBORNE-GOWEY, Jeremiah; PEARMAN, Olivia; SIMONSEN, Anne Hege; YTTERSTAD, Andreas. **World Newspaper Coverage of Climate Change or Global Warming, 2004-2020**. Media and Climate Change Observatory Data Sets). Center for Science and Technology Policy Research, Cooperative Institute for Research in Environmental Sciences, University of Colorado, 2020. DOI. 10.25810/4c3b-b819. Disponível em: <https://scholar.colorado.edu/concern/datasets/nz806067t>. Acesso em: 3 jan. 2021.

BOYKOFF, Maxwell; FERNÁNDEZ-REYES, Rogelio; JIMÉNEZ GÓMEZ, Isidro; NACU-SCHMIDT, Ami; PEARMAN, Olivia. **Latin American Newspaper Coverage of Climate Change or Global Warming, 2005-2020**. Media and Climate Change Observatory Data Sets. Universidad de Sevilla and Center for Science and Technology Policy Research, Cooperative Institute for Research in Environmental Sciences, University of Colorado, 2020. DOI. 10.25810/5dxz-xm93. Disponível em: <https://scholar.colorado.edu/concern/datasets/r494vm198>. Acesso em: 3 jan. 2021.

BRUGGEMANN, Michael; ENGESSER, Sven. Between Consensus and Denial: Climate Journalists as Interpretive Community. **Science Communication**, v. 36, p. 399-427, 2014.

BRUM, Eliane. **Brasil, construtor de ruínas**: um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2019.

BUENO, Wilson. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Majoara, 2007.

BUTLER, Catherine; PIDGEON, Nick. Media Communications and Public Understanding of Climate Change: Reporting Scientific Consensus on Anthropogenic Warming. *In*: BOYCE, Tammy; LEWIS, Justin. **Climate Change and the Media**. New York: Peter Lang Publishing, 2009. p.43-58.

CAJIGAS-ROTUNDO, Juan Camilo. La biocolonialidad del poder: Amazonía, biodiversidad y ecocapitalismo. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007. p. 169-194.

CALLISON, Candis. Climate Change Communication and Indigenous Publics. **Oxford Research Encyclopedia of Climate Science**, 2017. Disponível em: <https://oxfordre.com/climatescience/view/10.1093/acrefore/9780190228620.001.0001/acrefore-9780190228620-e-411>. Acesso em: 10 fev. 2020.

CARE Climate Change. **Adaptação Baseada na Comunidade: uma abordagem de empoderamento para um desenvolvimento resiliente ao clima e redução de riscos**. 2015. Disponível em: https://careclimatechange.org/wpcontent/uploads/2015/05/CBA_Brief_ALP_PT.pdf. Acesso em: 23 jul. 2018.

CARRANZA, Mariana Reyes. El discurso del Antropoceno: limitaciones ante la emergencia climática. *In*: TORNEL, Carlos (coord.). **Alternativas para limitar el calentamiento global en 1.5°C: más allá de la economía verde**. Ciudad de México: Fundación Heinrich Böll, 2019. p. 86-105.

CARTY, Tracy; KOWALZIG, Jan; ZAGEMA, Bertram. **Informe paralelo de 2020 sobre financiación climática: Evaluación del progreso sobre el compromiso de alcanzar los 100 000 millones de dólares**. OXFAM International, oct. 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org/es/informes/informe-paralelo-de-2020-sobre-financiacion-climatica>. Acesso em: 23 out. 2020.

CARVALHO, Anabela (org.). **As alterações climáticas, os media e os cidadãos**. Coimbra: Grácio, 2011.

CARVALHO, Anabela; PEREIRA, Eulália; RODRIGUES, Ana Teresa; SILVEIRA, Ana Patrícia. A reconstrução mediática das alterações climáticas. *In*: CARVALHO, Anabela (org.). **As alterações climáticas, os media e os cidadãos**. Coimbra: Grácio, 2011, p.105-144.

CARVALHO, Anabela. Discurso mediático e sociedade: repensar a Análise Crítica do Discurso. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, BA, n. 9, p. 175-199, 2015.

CARVALHO, Anabela. Climate change and the socio-ecological crisis. *In*: WODAK, Ruth; FORCHTNER, Bernard (ed.): **The Routledge Handbook of Language and Politics**. London: Routledge, 2017, p. 487-499.

CARVALHO, Anabela; VAN WESSEL, Margit; MAESELE, Pieter. Communication Practices and Political Engagement with Climate Change: A Research Agenda. **Environmental Communication**, v. 11(1), p. 122-135, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17524032.2016.1241815>. Acesso em: 16 jan. 2020.

CARVALHO, Guilherme. Jornalismo alternativo na era digital: análise de reportagens da Agência Pública. **Revista Alterjor**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 126-142, 2014.

CARVALHO, Guilherme; BRONOSKY, Marcelo. Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital. **Pauta Geral – Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, PR, v. 4, n. 1, p. 21 -39, 2017.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CASTRO HERRERA, Guillermo. Naturaleza, sociedad e historia en América Latina. *In*: ALIMONDA, Héctor (coord.). **Ecología política: naturaleza, sociedad y utopia**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002. p. 38-99.

CASTRO-LARA, Eloína. Reflexiones para decolonizar la cultura académica latinoamericana en Comunicación. **Chasqui – Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, n. 131, p. 107-122, 2016.

CHOMSKY, Noam; POLLIN, Robert. **Crise climática e o Green New Deal Global: a economia política para salvar o planeta**. Rio de Janeiro: Roça Nova, 2020.

COLODETI, Elisângela. **Jornalismo alternativo para o século XXI: um estudo sobre os sites Agência Pública e Ponte**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

DOMAZET, Mladen. Decrecimiento – Una Visión Moderada sobre la Limitación del Calentamiento a 1,5°C. *In*: **Volumen 44- Realismo Radical para la Justicia Climática - Una Respuesta de la Sociedad Civil ante el Desafío de Limitar el Calentamiento Global a 1,5°C**. Berlín: Fundación Heinrich Böll, 2018. p. 1-25. Disponível em: https://sv.boell.org/sites/default/files/2019-10/44_realismo_radical.pdf. Acesso em: 12 nov. 2020.

DUNLAP, Robert; BRULLE, Riley E.. **Climate change and society: sociological perspectives**. Nova York: Oxford University Press, 2015.

EMBRAPA. **Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira**. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

ESPINOZA, Rodrigo de Freitas. **Rivalidade entre os polos: a construção discursiva do Conselho Mundial da Água**. 239 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2016.

FAIRCLOUGH, Norman; WODAK, Ruth. Critical Discourse Analysis. *In*: VAN DIJK, Teun (ed.). **Discourse Studies: A Multidisciplinary Introduction**. London: Sage, 1997. p. 258-284.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2001.

FAO. **Linking sustainability and climate financing: Implications for agriculture**. Rome, Italy, 2011.

FEBA (Friends of Ecosystem-based Adaptation). **Tornando eficaz a Adaptação baseada em Ecossistemas**: parâmetros para definir critérios de qualificação e padrões de qualidade – documento técnico elaborado por FEBA para UNFCCC-SBSTA 46. Bertram, M.; Barrow, E.; Blackwood, K.; Rizvi, A.R.; Reid, H.; von Scheliha-Dawid, S. Bonn: GIZ; Londres: IIED; Gland: UICN, 2019.

FEDEROVSKY, Sergio. **El nuevo hombre verde – Cómo el neoliberalismo nos hace responsables del desastre ecológico que provoca el sistema**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2018.

FERREIRA, Giovandro Marcus. **Apontamentos sobre as propriedades do campo de produção jornalístico**. 2015. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/10e9ed3c0813f211b749c803f9c7dc73.PDF>. Acesso em: 20 jun. 2019.

FERREIRA DE MELO, Iran. Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: desdobramentos e intersecções, **Letra Magna – Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, n. 11, p. 1-18, 2009.

FERREIRA DE MELO, Iran. Por uma análise crítica do discurso. *In*: FERREIRA DE MELO, Iran (org.). **Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012, p. 53-98.

FROME, Michael. **Green Ink: Uma introdução ao Jornalismo Ambiental**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

GIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GIRARDI, Ilza M. Tourinho; LOOSE, Eloisa Beling; ALMEIDA DA SILVA, Jamille. O jornalismo ambiental na concepção de quem o faz: estudo com jornalistas da América Latina, Caribe, Portugal, Espanha e países africanos de língua portuguesa. **Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, Palmas, TO, v. 2, n. 2, p. 48-66, 2018.

GIRARDI, Ilza M. Tourinho; MASSIERER, Carine.; LOOSE, Eloisa Beling.; SCHWAAB, Reges. Caminhos e descaminhos do Jornalismo Ambiental. **Comunicação e Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 34, n. 1, p.131-152, 2012.

GIRARDI, Ilza M. Tourinho; MORAES, Claudia Herte de. Jornalismo e mudanças climáticas: reflexões a partir da ótica do Jornalismo Ambiental. *In*: FERNÁNDEZ-REYES, Rogelio (director); MANCINAS CHÁVEZ, Rosalba (coord.). **Medios de Comunicación y Cambio Climático**. Sevilla: Fénix Editora, 2013. p. 45-58.

GIRARDI, Ilza M. Tourinho. Um semestre muito especial: o surgimento da primeira disciplina de jornalismo ambiental. *In*: GIRARDI, Ilza M. Tourinho; MORAES, Claudia H.; LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar (orgs.). **Jornalismo Ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. p. 13-24.

GIRARDI, Ilza M. T.; LOOSE, Eloisa B.; STEIGLEDER, Débora G. Novos rumos da cobertura ambiental brasileira: um estudo a partir do Jornal Nacional. **Trayectorias Humanas Trascontinentales**, n. 7, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.25965/trahs.2054>. Acesso em: 16 dez. 2020.

GLIGO, Nicolo *et al.*. **La tragedia ambiental de América Latina y el Caribe**. Santiago: CEPAL, 2020.

GÓES, José Cristian. **O jornalismo e a experiência do invisível: identidades, lusofonias e a visível herança colonial brasileira**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

GRAIN; GRUPO CARTA DE BELÉM. **Clima, terra e soberania: as narrativas climáticas sobre os territórios do Sul Global**. 2019. Disponível em: <https://www.grain.org/system/articles/pdfs/000/006/370/original/Texto%20Belem%20POR-FINAL.pdf?1574960311>. Acesso em: 1 jun. 2020.

GREEN, Lesley. **Fracking, Oikos and Omics in the Karoo: reimagining South Africa's reparative energy politics**. Trabalho apresentado no Colóquio Internacional “Os Mil Nomes de Gaia”, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://osmilnomesdegaia.files.wordpress.com/2014/11/lesley-green.pdf>. Acesso em: 28 maio 2019.

GUILBERT, Thierry. **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020.

GÜNAY, Defne; ISERI, Emre, ERSOY, Metin. Alternative Media and the Securitization of Climate Change in Turkey. **Alternatives: Global, Local, Political**, v. 43(2), p. 96-114, jan. 2019.

GUNSTER, Shane. Radical Optimism: Expanding Visions of Climate Politics in Alternative Media. *In*: CARVALHO, Anabela; PETERSON, Tarla Rai (ed.). **Climate Change Politics: Communication and Public Engagement**. Amherst, NY: Cambria Press, 2012, p. 247-277.

HACKETT, Robert A.. Alternative media for global crisis. **Journal of Alternative and Community Media**, v. 1, p. 14-16, 2016.

HAUBRICH, Alexandre. **Mídias alternativas: a palavra da rebeldia**. Florianópolis: Insular, 2017.

HERAS HERNÁNDEZ, Francisco. Una de acción: el tratamiento mediático de las soluciones al cambio climático. **Razón y Palabra** – Tratamiento mediático de las soluciones al cambio climático, n.84, 2013.

HERRERA HUÉRFANO, Eliana; SIERRA CABALLERO, Francisco; DEL VALLE ROJAS, Carlos. Hacia una Epistemología del Sur. Decolonialidad del saber-poder informativo y nueva Comunicología Latinoamericana. Una lectura crítica de la mediación desde las culturas indígenas. **Chasqui – Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, n. 131, p. 77-105, 2016.

HULME, Mike. **Why we disagree about climate change: understanding controversy, inaction and opportunity**. New York: Cambridge University Press, 2009.

IPCC. **Special Report – Global Warming of 1.5 °C**. 2018. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/sr15/>. Acesso em: 27 maio 2020.

IPCC. **Climate Change 2014: synthesis report: summary for policymakers**. United Kingdom; New York: Cambridge University, 2014. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/AR5_SYR_FINAL_SPM.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

IPCC. **Fifth Assessment Report: Climate Change 2013**. Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Univ. Press, 2013. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar5/wg1/>. Acesso em: 17 set. 2020.

KARLSSON, Sylvia. O divisor Norte-Sul do conhecimento: consequências para a governança ambiental global. *In*: ESTY, Daniel C.; IVANOVA, Maria H. (orgs.). **Governança ambiental global: opções e oportunidades**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005. p. 63-88.

KENIX, Linda Jean. **Alternative and Mainstream Media: The Converging Spectrum**. Nova York: Bloomsbury Academic, 2011.

KITZINGER, Jenny; REILLY, Jacquie. **Ascensão e queda de notícias de risco**. Coimbra: MinervaCoimbra, 2002.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir**. Porto: Porto Editora, 2004.

LAHSEN, Myanna. Buffers Against Inconvenient Knowledge: Brazilian Newspaper Representations of the Climate-Meat Link. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 40, n. 1, p. 59-84, out. 2017. DOI. 10.5380/dma.v40i0.49258.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. p. 8-23.

LEDA, Manuela Corrêa. Teorias pós-coloniais e decoloniais: para repensar a sociologia da modernidade. **Temáticas**, Campinas, v. 23, n. 45/46, p. 101-126, fev./dez. 2015.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

- LEFF, Enrique. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p.17-24, 2009.
- LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.
- LEFF, Enrique. **A aposta pela vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- LEÓN, Bienvenido; LARA, Alicia de. Ciencia y cambio climático – Estudio de la cobertura del cambio climático en la prensa española. *In*: FERNÁNDEZ-REYES, Rogelio (director); MANCINAS CHÁVEZ, Rosalba (coord.). **Medios de Comunicación y Cambio Climático**. Sevilla: Fénix Editora, 2013. p. 91-104.
- LIPPMANN, Walter. A natureza da notícia. *In*: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (orgs.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2008. v. 2, p.165-178.
- LOOSE, Eloisa Beling. **Jornalismo Ambiental em revista: das estratégias aos sentidos**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.
- LOOSE, Eloisa Beling. **Riscos climáticos no circuito da notícia local: percepção, comunicação e governança**. 454 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, 2016.
- LOOSE, Eloisa Beling. A Comunicação sob o olhar de Boaventura de Sousa Santos. **Ação Midiática**, Curitiba, n. 16, p.138-150, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/2238-0701.2018n16p138-150>
- LOOSE, Eloisa Beling. Jornalismo e mudanças climáticas: panorama das pesquisas da área e discussão sobre a cobertura de riscos e formas de enfrentamento. **Alceu – Revista de Comunicação, Cultura e Política** (PUC-Rio), Rio de Janeiro, v. 20, n. 38, p. 107-128, 2019.
- LOOSE, Eloisa Beling; SOUZA-LIMA, José Edmilson. (Re) configurações do campo comunicacional a partir da epistemologia ambiental. **Acta Scientiarum – Human and Social Sciences**, Maringá, v. 35, n. 1, p. 61-70, 2013.
- LOOSE, Eloisa Beling; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. O Jornalismo Ambiental sob a ótica dos riscos climáticos. **Interin**, Curitiba, v. 22, n. 2, p. 154-172, 2017.
- LOOSE, Eloisa Beling; MAÈVE SOBRINHO, Ísis. Jornalismo Ambiental e Humanizado: Discutindo propostas para transformar a prática. *In*: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN, 14, 2018, San Jose. **Anais...** Costa Rica: Universidad de Costa Rica, p. 51-56, 2018.
- LOOSE, Eloisa Beling; MORAES, Cláudia Herte de. Mudanças do clima (e de pauta!). *In*: GIRARDI, Ilza; MORAES, Claudia; LOOSE, Eloisa; BELMONTE, Roberto. **Jornalismo Ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. p. 111-124.

LOOSE, Eloisa Beling; BALBÉ, Alice. Cobertura ambiental durante a pandemia no Brasil e em Portugal: explorando crises e (des)conexões. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, Equador, n. 144, p. 47-68, 2020.

LOOSE, Eloisa Beling; FERNÁNDEZ-REYES, Rogelio. Periodismo y Cambio Climático en América Latina. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)**, v. 10, p. 150-172, 2020.

LOOSE, Eloisa Beling; MORAES, Cláudia Herte de. Repercussão das greves pelo clima e do efeito Greta na cobertura brasileira: análise das notícias publicadas em 2019 no G1 e UOL. *In*: FERNÁNDEZ-REYES, Rogelio; RODRIGO-CANO, Daniel; GIRARDI, Ilza M. T.. (org.). **Comunicación y Cambio Climático: Contribuciones Actuales**. 1. ed. Sevilla: Ediciones Egregius, 2020. p. 65-86.

LOVINS, L. Hunter; COHEN, Boyd. **Capitalismo climático: liderança inovadora e lucrativa para um crescimento econômico sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2013.

MARTINS, André Ricardo Nunes. Análise de discurso da mídia. *In*: BATISTA JR., José Ribamar L.; SATO, Denise Tamaê Borges; FERREIRA DE MELO, Iran (orgs.). **Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. p. 158- 183.

MARTINS, Rodrigo C.; ESPINOZA, Rodrigo de Freitas. Colonialidade e efeitos de verdade sob a perspectiva socioambiental. **Contemporânea**, São Carlos, SP, v. 8, n. 1, p. 83-109, 2018.

MAX-NEEF, Manfred A.. **Desenvolvimento à escala humana: concepção, aplicação, reflexos posteriores**. Blumenau: Edifurb, 2012.

MCQUAIL, Denis. **Teorias da comunicação de massa**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

MENDES PEREIRA, Lucia Helena. Jornalismo e Meio Ambiente: possibilidades e dificuldades da informação como tradutora de uma política ambiental democrática. **Revista Brasileira de Políticas de Comunicação**, Brasília, v. 5, p. 1-21, 2014.

MERCADO, Maria Teresa. Media representations of climate change in the Argentinean press. **Journalism Studies**, v. 13, n. 2, p. 193-209, 2012.

MIGNOLO, Walter. Geopolítica de la sensibilidad y del conocimiento: Sobre (de)colonialidad, pensamiento fronterizo y desobediencia epistémica. **Revista de Filosofía**, Maracaibo, Venezuela, v. 30, n. 74, 2, p. 7-23, 2013.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 73, p. 59-76, 2010.

- MILANEZ, Bruno; FONSECA, Igor Ferraz da. Justiça climática e eventos climáticos extremos: o caso das enchentes no Brasil. **IPEA – Boletim regional, urbano e ambiental**, Brasília, n. 4, p. 93-101, jul. 2010. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5554/1/BRU_n4_justica.pdf. Acesso em 14 abr. 2020.
- MOERNAUT, Renée; MAST, Jelle. Fighting carbon dioxide or fighting humans?: the ideological fault lines underlying two climate change frames. **International Journal of Media & Cultural Politics**, v. 14, n. 2, p. 123-152, 2018.
- MORAES, Claudia Herte de. **Entre o clima e a economia**: enquadramentos discursivos sobre a Rio+20 nas revistas Veja, Isto É, Época e Carta Capital. Tese (Doutorado) – UFRGS, Porto Alegre, 2015.
- MORENO, Camila. As roupas verdes do rei: economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (orgs.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 256-293.
- MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos**: Jornalismo e cotidiano – do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- NEELIMA, B. N.; REDDY, R. Uttama. Mass Media and Climate Change. **International Journal of Research (IJR)**. v. 1, n. 2, p. 1-14, 2014.
- NEVERLA, Irene. *The IPCC-reports 1990–2007 in the media: A case-study on the dialectics between journalism and natural sciences*. International Communication Conference, Montreal, 2008.
- NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- NOBRE, Carlos A.; MARENGO, José A. (orgs.). **Mudanças climáticas em rede**: um olhar interdisciplinar. São José dos Campos, SP: INCT, 2017.
- OLIVEIRA, Dennis de. Jornalismo alternativo, o utopismo iconoclasta. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 7., São Paulo. **Anais...** Brasília: SBPJor, 2009.
- OLIVEIRA, Dennis de. **Jornalismo e emancipação**: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire. Curitiba: Appris, 2017.
- O'NEILL, Saffron; NICHOLSON-COLE, Sophie. “Fear Won't Do It”: Promoting Positive Engagement with Climate Change through Visual and Iconic Representation. **Science Communication**, v. 30, n. 3, p.3 55-379, 2009.
- ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.
- PAINTER, James. **Climate Change in the Media**: Reporting Risk and Uncertainty. London: I.B. Tauris & Co. Ltd, 2013.

PBMC - Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. **Impacto, vulnerabilidade e adaptação das cidades costeiras brasileiras às mudanças climáticas**: Relatório Especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. PBMC, COPPE - UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil: 2016. 184 p.

PEPERMANS, Yves; MAESELE, Pieter. Climate Change Journalism: From Agony to Agonistic Debate, **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 40, p. 125-140, abr. 2017. DOI. 10.5380/dma.v40i0.49257.

PEREDO BELTRÁN, Elizabeth. Ecofeminismo. *In*: SOLÓN, Pablo (org.). **Alternativas sistêmicas**: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Elefante, 2019. p.113-143.

PNUD. **Informe sobre Desarrollo Humano 2007-2008**. La lucha contra el cambio climático: Solidaridad frente a un mundo dividido. New York: Programa de Naciones Unidas sobre Desarrollo Humano (PNUD), 2007.

PNUD. Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. **Caminho para o aumento de soluções baseadas na natureza em NDCs**: uma abordagem em sete etapas para melhorar as contribuições nacionalmente determinadas através de soluções baseadas na natureza. Nova York, EUA: UNDP, 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. p. 3-5.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

RESENDE, Viviane de Melo. Análise de discurso crítica como interdisciplina para a crítica social: uma introdução. *In*: FERREIRA DE MELO, Iran (org.). **Introdução aos estudos críticos do discurso**: teoria e prática. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 99-111.

RESENDE, Viviane de Melo (org.). **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 2019.

RESENDE, Viviane de Melo; MARCHESE, Mariana C.. “São as pessoas pobrezitas de espírito que agudizam a pobreza dos pobres”: análise discursiva crítica de testemunho publicado na Revista Cais – o método sincrônico- diacrônico. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 150-178, 2011.

RESENDE, Viviane de Melo; ACOSTA, María del Pilar Tobar. Apropriação da análise de discurso crítica em uma discussão sobre comunicação social, **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p.421-454, 2018.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Ch'ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

ROBIE, David. Timely climate media strategy to empower citizens. **Pacific Journalism Review**, v. 22, n. 2, p. 221-224, 2017.

SAFRAN FOER, Jonathan. **Nós somos o clima**: salvar o planeta começa no café da manhã. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

SHANAHAN, Mike. Time to adapt? Media Coverage of Climate Change in Nonindustrialised Countries. *In*: BOYCE, Tammy; LEWIS, Justin. **Climate Change and the Media**. New York: Peter Lang Publishing, 2009. p.145-157.

SIERRA CABALLERO, Francisco. Ecología política y mediación periodística: dialéctica de la política informativa ante el cambio climático (Editorial). **Redes.com**, n. 13, p.10-20, 2016.

SOLÓN, Pablo (org.). **Alternativas sistêmicas**: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Elefante, 2019.

SOLOSKI, John. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. *In*: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". Florianópolis: Insular, 2016. p. 133-145.

SOUSA, Jorge Pedro. **Introdução à análise do discurso jornalístico impresso**: um guia para estudantes de graduação. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 63, p. 237 -280, 2002.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para além do conhecimento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 78, p. 3-46, 2007a.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Bomtempo, 2007b.

SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina** – Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

SWEENEY, Sean. Otra Energía es Posible. *In: Realismo Radical para la Justicia Climática: Una Respuesta de la Sociedad Civil ante el Desafío de Limitar el Calentamiento Global a 1,5°C*. Berlín: Fundación Heinrich Böll, 2018. p. 1-32.

TAIBO, Carlos. **Colapso: capitalismo terminal, transição ecossocial, ecofascismo**. Tradução: Marília Andrade Torales Campos e Andréa Macedônio de Carvalho. Curitiba: Editora UFPR, 2019.

THAKER, Jagadish; ZHAO, Xiaoquan; LEISEROWITZ, Anthony. Media use and public perceptions of global warming in India. **Environmental Communication**, v. 11, p. 353–369, Jan. 2017.

THIES, Christoph. Reverdeciendo la Tierra: Protegiendo el Clima a través de la Restauración del Ecosistema. *In: Volumen 44- Realismo Radical para la Justicia Climática - Una Respuesta de la Sociedad Civil ante el Desafío de Limitar el Calentamiento Global a 1,5°C*. Berlín: Fundación Heinrich Böll, 2018. p. 1-21.

TORNEL, Carlos. Introducción. *In: TORNEL, Carlos (coord.). Alternativas para limitar el calentamiento global en 1.5°C: Más allá de la economía verde*. Ciudad de México: Fundación Heinrich Böll, 2019. p. 27-83.

TORRICO VILLANUEVA, Erick R.. La comunicación decolonial, perspectiva in/surgente. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 72-81, 2018.

TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005. (Teorias do jornalismo, v. 2)

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. *In: TRAQUINA, Nelson. Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Florianópolis: Insular, 2016. p. 111-131.

UNGER, Nancy Mangabeira. **O encantamento do mundo: ecologia e espiritualidade**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

UNGER, Nancy Mangabeira. **Da foz à nascente: o recado do rio**. São Paulo: Cortez, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Atlas Brasileiro de Desastres Naturais: 1991 a 2012**. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: CEPED UFSC, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres; Banco Mundial. **Relatório de danos materiais e prejuízos decorrentes de desastres naturais no Brasil: 1995 – 2014**. Florianópolis: CEPED UFSC, 2016.

UNMÜßIG, Barbara; SCHNEIDER, Linda. Editorial. *In: Volumen 44- Realismo Radical para la Justicia Climática - Una Respuesta de la Sociedad Civil ante el*

Desafío de Limitar el Calentamiento Global a 1,5°C. Berlín: Fundación Heinrich Böll, 2018. p. 3-4.

VALENCIA RINCÓN, Juan Carlos. Mediaciones, comunicación y colonialidad: encuentros y desencuentros de los estudios culturales y la comunicación en Latinoamérica. **Signo y Pensamiento**, Bogotá, v. 30, n. 60, p. 156-165, 2012.

VAN DIJK, Teun A.. El análisis crítico del discurso. **Anthropos**, Barcelona, n. 186, p. 23-36, 1999.

VAN DIJK, Teun A.. **Discurso, notícia e ideologia**: estudos na Análise Crítica do Discurso. Porto, Portugal: Campo das Letras, 2005.

VAN DIJK, Teun A.. Política, ideología e discurso. *In*: FERREIRA DE MELO, Iran (org.). **Introdução aos estudos críticos do discurso**: teoria e prática. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 15-51.

VIEIRA, Josenia Antunes; MACEDO, Denise Silva. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. *In*: BATISTA JR., José Ribamar L.; SATO, Denise Tamaê Borges; FERREIRA DE MELO, Iran (orgs.). **Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. p. 48-77.

VILELLA, Mariel. **Economía Circular de Cero Residuos** -Un Cambio de Reglas del Juego Sistémico Contra el Cambio Climático. *In*: **Volumen 44- Realismo Radical para la Justicia Climática** - Una Respuesta de la Sociedad Civil ante el Desafío de Limitar el Calentamiento Global a 1,5°C. Berlín: Fundación Heinrich Böll, 2018. p. 1-24.

VIOLA, Eduardo. O regime internacional de mudança climática e o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 50, p. 25-46, 2002.

VIVARTA, Veet (coord.). **Mudanças climáticas na imprensa brasileira**: uma análise comparativa de 50 jornais nos períodos de julho de 2005 a junho de 2007- julho de 2007 a dezembro de 2008 (Relatório de Pesquisa/2010). Brasília, DF, Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), 2010.

WALKER, Gabrielle; KING, David. **O tema quente**: como combater o aquecimento global e manter as luzes acesas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

WALLACE-WELLS, David. **A terra inabitável**: uma história do futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p.131-152, 2008.

ZOCCOLI CARNEIRO, Carolina Maria. **“Caos no clima”**: sensacionalismo, comunicação da ciência e a narrativa de *O Globo* sobre o aquecimento global. Dissertação (Mestrado) – UFF, Rio de Janeiro, 2008.